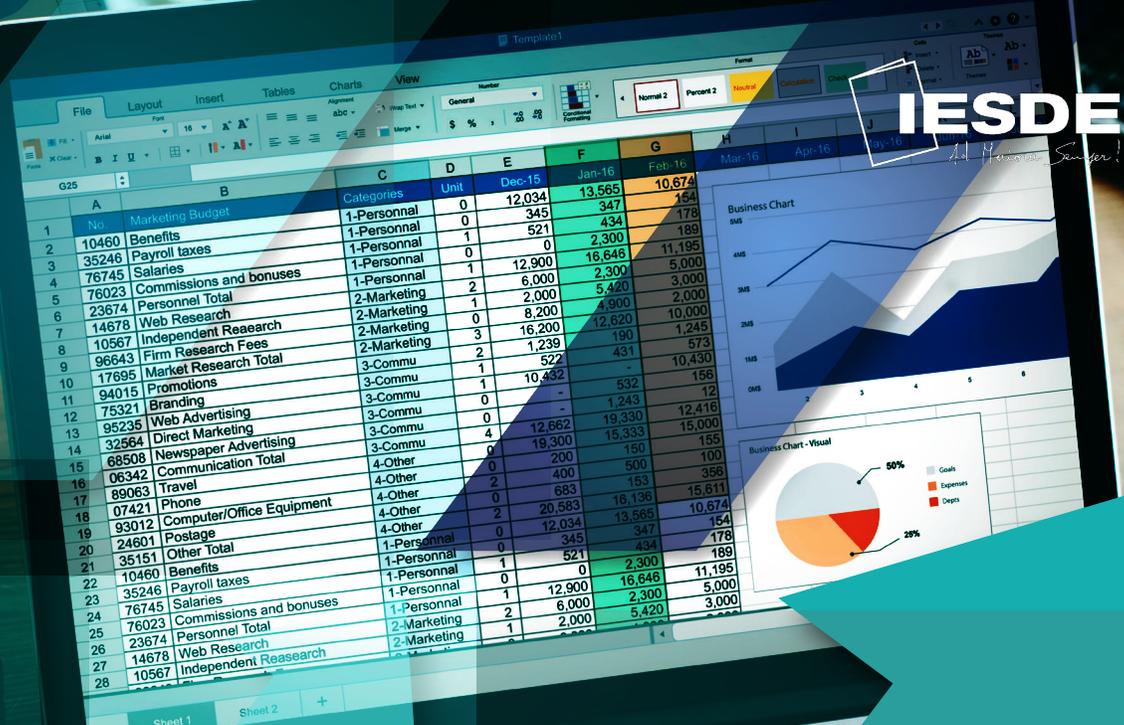


IESDE

All Hierarchy Summar!



José L. Azzolin

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Análise das demonstrações financeiras

José L. Azzolin

© 2019 – IESDE BRASIL S/A.

É proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo, sem autorização por escrito do autor e do detentor dos direitos autorais.

Projeto de capa: IESDE BRASIL S/A.

Imagem da capa: echoevg/Rawpixel.com/Shutterstock

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

A998a

Azzolin, José L.

Análise das demonstrações financeiras / José L. Azzolin. - 1. ed. - Curitiba [PR] :
IESDE Brasil, 2019.

212 p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-387-6506-6

1. Contabilidade. 2. Empresas - Finanças. I. Título.

19-57891

CDD: 657

CDU: 657

Todos os direitos reservados.



IESDE BRASIL S/A.

Al. Dr. Carlos de Carvalho, 1.482. CEP: 80730-200

Batel – Curitiba – PR

0800 708 88 88 – www.iesde.com.br

José L. Azzolin

Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Administração Tributária e em Metodologia em Ensino Superior pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) e em Gestão de Aprendizagem e Formação Pedagógica do Professor Universitário pela Universidade Positivo (UP). Atuou como auditor fiscal por mais de 30 anos. Atualmente, é professor no ensino superior e autor de livros na área de contabilidade, planejamento e controle, análise de crédito e cobrança, análise de demonstrações contábeis, rotinas contábeis e trabalhistas e análise de custos.

Sumário

Apresentação 7

- 1 Contabilidade na administração das empresas 9**
 - 1.1 Princípios da contabilidade 9
 - 1.2 Sistema de informações contábeis 15
 - 1.3 Governança corporativa 18
- 2 Formação do patrimônio das empresas 25**
 - 2.1 Evolução da contabilidade 25
 - 2.2 O patrimônio 27
 - 2.3 Origens e aplicações de recursos 31
- 3 Balanço Patrimonial 41**
 - 3.1 O Balanço Patrimonial e a estrutura das contas 41
 - 3.2 Classificação das contas do Ativo 45
 - 3.3 Classificação das contas do Passivo 53
- 4 Demonstração do Resultado do Exercício 61**
 - 4.1 Apuração do resultado 61
 - 4.2 A Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração do Resultado Abrangente 65
 - 4.3 Apuração periódica do resultado – DRE 69
- 5 Demonstração de Lucros e/ou Prejuízos Acumulados 81**
 - 5.1 Apresentação da DLPA 81
 - 5.2 Destinação dos lucros: Dividendos x Reservas 85
 - 5.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 91
- 6 Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado 99**
 - 6.1 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos 99
 - 6.2 Demonstração do Fluxo de Caixa 105
 - 6.3 Demonstração do Valor Adicionado 113

7	Métodos e procedimentos de análise	123
7.1	Contabilidade: objetivos e técnicas	123
7.2	Definição, objeto e finalidade da contabilidade	124
7.3	Análise das demonstrações financeiras	126
7.4	Processos de análise	129
8	Análise financeira	143
8.1	Análise por quocientes	143
8.2	Análise financeira	145
8.3	Projeção da necessidade de investimentos em capital de giro	156
9	Análise econômica	163
9.1	Evolução da análise das demonstrações contábeis	163
9.2	Expressões usuais em análises econômico-financeiras	167
9.3	Quocientes para a análise econômica da empresa	171
10	Modelos de análises	183
10.1	DuPont	183
10.2	Valor Econômico Adicionado (VEA)	188
10.3	Índices-padrão e padrões de análise	191

Gabarito 203

Apresentação

As demonstrações financeiras podem ser comparadas às lentes de uma máquina fotográfica: para que a foto saia perfeita, é necessário calibrar o foco. Da mesma forma que uma lente desfocada distorce o objeto fotografado, as demonstrações financeiras apresentadas com erros ou mesmo incompletas conduzem a conclusões inadequadas. Por esse motivo, é de notável relevância estudá-las e analisar como estão dispostos os alicerces que organizam a sua estrutura básica, a qual está contida nas Leis n. 11.638/2007 e n. 11.941/2009, que modificaram a Lei n. 6.404/1976, e nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, criado em 2005.

Com o objetivo de convergir a contabilidade brasileira para as normas internacionais, as leis e o órgão citados produziram um enorme conjunto de normas para que as demonstrações contábeis fossem obrigadas a adotar as determinações editadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), entidade que atualiza e publica os pronunciamentos contábeis com base nos anseios e expectativas de todos os usuários dos relatórios.

A divulgação das demonstrações financeiras é o evento final de responsabilidade do contador e o início do trabalho de diversas categorias profissionais e empresariais que se utilizam desses relatórios para os mais diversos fins. Os usuários potenciais são, em geral, acionistas, administradores, dirigentes, instituições financeiras, fornecedores, clientes e autoridades fazendárias. É devido a essa variedade de usuários, então, que surge a necessidade de as demonstrações serem elaboradas e apresentadas atendendo a uma estrutura universal, isto é, serem padronizadas conforme as normas internacionais.

Assim, a análise dos relatórios contábeis, independentemente do idioma e moeda utilizados, deve conduzir à avaliação do patrimônio das entidades e das decisões que foram tomadas. Em decorrência das características qualitativas fundamentais, ela deve possuir o poder preditivo, isto é, tornar-se instrumento-base para orçamentos e planos de negócios, além de possibilitar a comparabilidade com as demais empresas e de ser uma representação fidedigna da realidade.

Tendo em vista essas informações e combinando conceitos de contabilidade com conceitos de finanças, este livro está organizado em três partes. A primeira (Capítulos 1 e 2) trata das regras que regem a contabilidade e do estudo do patrimônio de uma entidade. Na sequência, a segunda parte (Capítulos 3 a 5) apresenta as estruturas de todas as demonstrações financeiras, com abordagem não somente no que tange aos aspectos doutrinários, mas, principalmente, ao desenvolvimento prático e aplicado a cada uma delas. Finalmente, a última parte (Capítulos 6 a 10) destina-se à análise das demonstrações.

Coerente com a perspectiva apresentada nesta obra, a análise, em primeiro lugar, tem como foco uma retrospectiva, isto é, constatar o que foi realizado e apresentar os indicadores, para possibilitar, prospectivamente, que se estabeleçam objetivos e metas da organização em relação ao futuro.

Bons estudos!

Contabilidade na administração das empresas

Ao iniciar os estudos de qualquer conteúdo, deve-se identificar as regras que o governam ou os princípios aplicáveis ao seu estudo. Nas ciências sociais, os princípios são considerados axiomas, e a contabilidade é uma ciência social. Por isso, seus princípios, ou regras, representam seu núcleo central e se constituem como a espinha dorsal da ciência contábil, revestindo-se dos predicados de aceitação universal e veracidade. Como a geração de informações é um objetivo da contabilidade, os gestores das entidades devem obedecer a esses princípios para que as informações se tornem universais, verdadeiras e simétricas.

Visto que a contabilidade é caracterizada como um sistema integrado de informações, é necessário procurar adequá-la às condições estabelecidas pela teoria da comunicação, com o objetivo de garantir sua fidedignidade, pois é imprescindível que o usuário tenha a compreensão do exato sentido da informação contábil.

As informações que a contabilidade deve fornecer se referem, principalmente, ao patrimônio da entidade, formado pelo conjunto de bens, direitos e obrigações que devem ser mensurados sob dois aspectos: qualitativo e quantitativo. Ocorre que, muitas vezes, tais informações chegam ao usuário de forma assimétrica, com a possibilidade de existência de fraudes contábeis e atos de gestão questionáveis, gerando conflitos entre as partes interessadas. Esses conflitos e os atos de uma gestão incompetente emergem como os principais fatores para a existência de uma governança corporativa detentora de técnicas que permitam às empresas agir com transparência e equidade na divulgação de suas informações.

▶ Vídeo



1.1 Princípios da contabilidade

A Grande Depressão, ocorrida no mercado norte-americano em 1929, provocou reações em todos os setores e em toda a população. A Bolsa de Valores de Nova York (Nyse), de acordo com Hendriksen e Van Breda (2014, p. 57), “caiu de maneira virtualmente perpendicular. Ao final do dia, fortunas enormes haviam desaparecido, pois os investidores, em conjunto, tinham perdido 15 bilhões de dólares”.

A Nyse e as entidades ligadas à área de contabilidade e auditoria – o American Institute of Accountants (AIA)¹ e o American Association of Accountants (AAA) – começaram a reagir, e entrou em ação o Comitê de Procedimentos Contábeis (Committee on Accounting Procedure – CAP), ao qual se atribuiu a autoridade para elaborar pronunciamentos acerca de princípios e procedimentos contábeis.

¹ O AIA é o predecessor do AICPA – American Institute of Certified Public Accountants (Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados).

Assim, após a queda da Bolsa de Nova York, tem-se o marco inicial da emissão dos princípios da contabilidade denominados de *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAPs), traduzidos para o português como Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (PCGAs), definidos como um conjunto de leis e normas que devem ser seguidas pela área da contabilidade, a fim de padronizar as operações de cada empresa.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, ocorreu uma demanda de bens e serviços que estava reprimida, e isso fez a economia deslanchar. As pessoas foram incentivadas a aplicar no mercado de ações, o que exigia uma análise da situação financeira e patrimonial das empresas, que somente seria possível com a existência de padrões mais eficazes da contabilidade, os quais deveriam ser criados pelas diversas entidades representativas dos contadores e auditores. Relata Zeff (2014) que até o ano 2000, em decorrência da grande quantidade de institutos normatizadores existentes, havia divergências entre conceitos, procedimentos e fórmulas pertinentes à auditoria e contabilidade. Ainda segundo esse autor (2014, p. 18), “em fevereiro de 2000 foi publicado um bem-sucedido comunicado de conceito sobre as Normas Internacionais de Contabilidade”, que serviu de base à unificação de todas as normas existentes. Então, em 2001, foi criado o *International Accounting Standards Board* (IASB), que pode ser traduzido como Quadro Internacional de Normas Contábeis, responsável pelos estudos, pela análise e pela atualização de publicação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, tradução do inglês de *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

No Brasil, duas entidades foram importantes na fixação de padrões de contabilidade: o Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Em 1972, o Ibracon teve participação significativa na normatização dos princípios contábeis ao participar da elaboração da Circular n. 179/1972 do Banco Central do Brasil. Já o CFC editou em 1981 a Resolução n. 530, pronunciando-se sobre os princípios contábeis, e, em 1993, publicou a Resolução n. 750, que definiu os princípios fundamentais de contabilidade. Em 1994, baixou a Resolução n. 774 com o objetivo de comentar e esclarecer sobre o enunciado na Resolução n. 750.

Em 2016, com a edição da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP, que trata da estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, todas as normas vigentes sobre princípios de contabilidade foram revogadas. Não significa dizer, porém, que os princípios deixaram de existir, pois eles devem ser observados pelos responsáveis pela contabilidade; o que a revogação fez foi, tão somente, unificar regras e procedimentos de forma a evitar dualidade de conceitos entre as entidades. Assim, os princípios hoje vigentes estão estruturados em capítulos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis 00/2011.

Alguns princípios, no dizer de Iudícibus, Marion e Faria (2018, p. 73), “nem mesmo essencialmente contábeis são, mas se referem ao ambiente econômico ou social em que as entidades atuam. Seriam espécies de postulados, por alguns denominados de Postulados Ambientais”. Até 2011, existia uma hierarquia e uma diferença entre postulados, princípios e convenções. Para explicar didaticamente essa hierarquia, Iudícibus, Marion e Faria (2018) utilizaram a estrutura de um prédio onde os postulados constituem o alicerce – esses postulados são definidos como axiomas por serem imutáveis, pois estão vinculados ao ambiente econômico ou social. Já as paredes

representam os princípios, normas editadas pelos diversos órgãos que disciplinam os procedimentos contábeis e podem ser modificadas em decorrência de outros fatores, principalmente econômicos e tributários, o que ocorre frequentemente. Por último, encontra-se o telhado, onde são colocadas as convenções, as quais têm a finalidade de proporcionar a melhoria dos procedimentos e relatórios contábeis. Esses autores utilizam uma estrutura que divide os padrões em postulados, princípios e convenções, como se pode verificar no Quadro 1.

Quadro 1 – Postulados, princípios e convenções contábeis

Postulados	Entidade	Autonomia patrimonial
	Continuidade	Criação de empresa com o objetivo de permanência
Princípios	Custo histórico	Registro pelo valor original
	Denominador comum monetário	Moeda nacional
	Realização da receita	Receita registrada na ocorrência do fato gerador
	Confrontação da despesa	Despesa registrada na ocorrência do fato gerador
I	Essência sobre a forma	Integridade dos registros
Convenções	Objetividade	Escolha e aplicação de um método objetivo
	Materialidade	Registro de fatos contábeis dignos de atenção
	Consistência	Utilização do mesmo método
	Conservadorismo	Emprego de certo grau de precaução

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Iudícibus; Marion; Faria, 2018, p. 83.

A adoção dos princípios é obrigatória, como dispõe o artigo 177 da Lei n. 6.404/1976: “a escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência [...] aos princípios de contabilidade geralmente aceitos” (BRASIL, 1976).

Com base no Quadro 1, vamos definir cada um dos seus componentes. Os **postulados** tratam das premissas básicas que refletem os ambientes econômico, social e político em que a contabilidade opera. São denominados de postulados porque, segundo Franco (1997, p. 24), “sua existência independe de comprovação, por ser axiomática e independe da própria contabilidade, pois sua existência não decorre dela”.

Os **princípios** derivam dos postulados e servem como orientação da prática contábil. Além de serem os elementos que disciplinam o comportamento dos profissionais que trabalham com a contabilidade, eles permitem que os usuários da contabilidade (empresários, bancos, órgãos públicos, fornecedores, clientes etc.) efetuem um padrão de compatibilidade e credibilidade, dado que as demonstrações contábeis, relativamente à estrutura, são apresentadas de forma semelhante por todas as empresas.

As **convenções** são mais objetivas e delimitam a aplicação dos princípios, exigindo do profissional da contabilidade o rigor e o respeito à boa técnica contábil.

Os postulados, os princípios e as convenções contábeis são criados pelos profissionais que militam nessa área, e essa denominação é entendida como uma lei ou regra geral a ser usada como guia da ação contábil. Em decorrência, diferentemente dos princípios da matemática, da física e da química, não são deduzidos de axiomas básicos, e sua validade não é verificável por observação e experiência.

Até 2016, com a edição da NPC TSP, a enumeração e a conceituação dos princípios eram formuladas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução CFC n. 750/1993 e das alterações introduzidas pela Resolução n. 1.282/2010. Essas resoluções foram revogadas, e, por isso, a conceituação dos princípios a seguir é proveniente da revisão da literatura relativa à teoria da contabilidade.

1.1.1 Postulado da entidade contábil

A entidade contábil pressupõe uma existência distinta entre a empresa e seus sócios, como explica Iudícibus (2013, p. 13) ao afirmar que “configura-se que a contabilidade e os registros respectivos são mantidos para as entidades, como pessoas distintas dos sócios, sejam pessoas físicas ou jurídicas. Nessa concepção, o ativo, o passivo e o patrimônio líquido pertencem à entidade”.

Muitas vezes, é difícil definir a empresa-entidade para a qual se mantém um conjunto de contas. Veja, por exemplo, o caso de uma pessoa que dirige um pequeno armazém varejista cujo capital não é representado por ações. Legalmente não há distinção entre os negócios financeiros do armazém e os das pessoas que o possuem, mas, perante a contabilidade, mantém-se um conjunto de contas para o armazém como uma empresa-entidade à parte, e os fatos refletidos nessas contas devem ser os do armazém; os fatos não empresariais, que afetam a família do dono do armazém, não devem ser incluídos nelas. Evidentemente, isso significa que as despesas da família com alimentação, vestuário, moradia, entre outras, devem estar separadas das despesas do armazém.

1.1.2 Postulado da continuidade

Pelo postulado da continuidade, supõe-se, a menos que haja uma evidência contrária, que a empresa vai operar indefinidamente, pois, ao constituírem uma empresa, seus sócios ou acionistas pressupõem que ela funcionará para sempre.

Pode-se demonstrar a importância dessa hipótese contrapondo-a a uma possível alternativa, a saber, que a empresa está a ponto de ser liquidada ou vendida. De acordo com a última hipótese, a contabilidade tentaria medir a todo instante o que a empresa vale atualmente para um comprador,

mas, segundo a hipótese de funcionamento, não há necessidade de se realizar essa mensuração, pois, pelo princípio da continuidade, a empresa terá duração ilimitada. No ensinamento de Padoveze (2014, p. 117), “a entidade nunca será extinta e, por isso, os ativos da empresa serão avaliados partindo desse pressuposto”, ou seja, a reavaliação dos Ativos da empresa, que estão registrados pelo custo de aquisição, somente ocorre em algumas hipóteses: fusão, incorporação, cisão, venda, falecimento de um sócio. Se essas hipóteses não ocorrerem, e pressupondo que a empresa existirá para sempre, não se justifica alterar constantemente o valor do registro original.

1.1.3 Princípio do custo histórico

Pelo princípio do custo histórico, os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. Os Ativos são registrados pelos valores pagos, ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa, ou pelo valor justo dos recursos entregues para obtê-los na data da compra.

Dessa maneira, se a empresa adquirir uma mercadoria por R\$ 100,00, mesmo sabendo que o preço de venda será de R\$ 200,00, o custo atribuído ao Estoque será de R\$ 100,00. Os Passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o Passivo no curso normal das operações. Admite-se, porém, que os componentes patrimoniais possam sofrer algumas variações. De acordo com Padoveze (2014, p. 122), essa hipótese ocorre, fundamentalmente, na aplicação “de remensuração dos ativos e passivos, quando, segundo os pronunciamentos contábeis, aplica-se o valor justo para mais, inclusive, em determinados elementos patrimoniais”.

O valor justo tem como finalidade alinhar o valor dos Ativos e dos Passivos aos valores de mercado, gerando, normalmente, redução dos componentes do Ativo e aumento nas contas do Passivo.

Para a aplicação desse princípio, é necessário determinar a perda de valores do Ativo decorrente do uso ou da obsolescência, de acordo com o instituto denominado de *impairment*, termo inglês que pode ser traduzido literalmente como dano, deterioração ou depreciação.

1.1.4 Princípio do denominador comum monetário

O princípio do denominador comum monetário determina que a contabilização dos fatos contábeis seja realizada em uma única moeda. No Brasil, por exemplo, os valores a serem lançados na escritura e, posteriormente, nas demonstrações financeiras têm que ser em moeda nacional, ou seja, o real (R\$). Verificada a hipótese de os contratos, tanto de compra como de venda, serem fixados em outra moeda, é necessário que os valores sejam convertidos para a moeda nacional. Assim, por exemplo, se o contrato fixar uma obrigação de US\$ 100,00, e o câmbio for de US\$ 1,00 por R\$ 4,00, o valor que constará como exigível será de R\$ 400,00.

1.1.5 Princípios da realização das receitas e confrontação das despesas

O princípio da realização das receitas é normalmente tratado isoladamente, o que, na opinião de Iudícibus (2009, p. 45), “tem provocado muitos desentendimentos sobre o verdadeiro

alcance do problema, pois, na verdade, o reconhecimento da receita e a apropriação das despesas estão intimamente ligados”. Dessa maneira, é recomendável analisar os dois princípios de forma conjunta pelo regime de competência, cuja adoção é obrigatória, pois decorre de determinação legal que manda realizar a escrituração “com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei [...] e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência”, como preceitua o artigo 177 da Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976).

Pelo regime de competência, as receitas e despesas devem ser contabilizadas quando da ocorrência do fato gerador, independente de terem sido recebidas ou pagas. O fato gerador de uma receita de vendas, por exemplo, ocorre quando da realização da venda, e é neste momento que ela deve ser contabilizada mesmo que não tenha sido paga, pois, na maioria das vezes, concede-se prazo para o cliente pagar. Por outro lado, o fato gerador do salário é o trabalho realizado, independentemente de ter sido pago, pois, normalmente, isso ocorre no mês seguinte.

Vê-se, desse modo, que o confronto não se relaciona com os ingressos de recurso no Caixa, no caso das receitas, nem com as saídas, no caso das despesas.

1.1.6 Essência sobre a forma

A forma jurídica, por exemplo um contrato, não pode preponderar sobre a essência econômica de um fato. Iudícibus, Marion e Faria (2018) apresentam um bom exemplo ao se reportarem a um contrato de *leasing*. Juridicamente (forma) é um contrato de aluguel, porém, sob a ótica econômica (essência), é um financiamento disfarçado para aquisição de um bem. Dessa maneira, de acordo com o Parecer de Orientação CVM n. 37/2011 (CVM, 2011), “as regras contábeis não devem servir de ‘escudo’ que impeça a representação verdadeira e apropriada das transações econômicas”.

1.1.7 Convenção da objetividade

Para se realizar o registro, um fato deve ser embasado em documento que evidencie seu acontecimento e permita avaliação, e, na hipótese de inexistir documentação probante, devem ser contratados peritos em avaliação. A contabilização será efetuada somente após a lavratura de laudos, com base neles.

1.1.8 Convenção da materialidade

A materialidade é entendida como relevância e, por isso, deve-se atentar apenas a eventos relevantes, sem se preocupar com fatos insignificantes. Materiais de escritório, de higiene, de limpeza, por exemplo, mesmo que permaneçam em estoque, não ensejam escrituração no Ativo da empresa. Dada a irrelevância, os valores desses itens devem ser contabilizados diretamente em Despesas.

1.1.9 Convenção da consistência

A contabilidade, dada a sua função preditiva, deve propiciar a todos os usuários a possibilidade de comparação das demonstrações no decorrer do tempo. Dessa maneira, quando

for adotado um processo, ele não poderá ser mudado. Por exemplo, existem diversos métodos para a avaliação dos estoques, e a empresa não pode a cada ano mudar de método de avaliação. Se, em algum momento, o critério for mudado, a circunstância, por ser anormal, deve ser evidenciada nas notas explicativas.

1.1.10 Convenção do conservadorismo

Nos registros dos fatos, deve-se considerar que os Ativos, dadas algumas incertezas no recebimento das vendas que foram realizadas a prazo, podem não ser realizáveis, como também é possível constatar que alguns itens dos estoques podem estar registrados por valor maior que o de reposição, dado que produtos similares foram colocados no mercado por preços menores. Esses dois exemplos, por questões conservadoras, obrigam a empresa a lançar valores decorrentes dessas perdas, pois a ideia geral é que os prejuízos devem ser antecipados.

De outro lado, nos registros das obrigações, as que estão sujeitas a variações cambiais ou monetárias devem ser atualizadas pelos acréscimos decorrentes, de modo que as exigibilidades devem ser registradas pelo maior valor.

Para concluir este item, é necessário dizer que as normas contábeis sofrem alterações no tempo, pois se assentam na leitura e análise dos cenários econômicos e sociais. Um bom exemplo é o trazido por Iudícibus (2013) ao historiar que no início do século XV aparecia no Ativo Imobilizado das empresas uma conta do tipo “Marta – Nossa Escrava”, pois os escravos eram propriedade do empreendimento. De outro lado, não apareciam registradas na Demonstração de Resultado as contas de Receitas ou de Despesas de Juros, pois os juros eram severamente condenados pela Igreja na época.

Avanços vêm ocorrendo, e novos padrões de contabilidade estão sendo adotados no Brasil em decorrência da convergência às normas internacionais de contabilidade, como será visto na próxima seção.

▶ Vídeo



1.2 Sistema de informações contábeis

Somente é possível gerir e analisar uma entidade se houver informações e se elas estiverem disponíveis nas demonstrações financeiras elaboradas pela contabilidade. É a conclusão de Iudícibus (2009, p. 8) ao afirmar que o objetivo da contabilidade é “identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação”.

A informação contábil, porém, tem de ser útil para o usuário, pois, como ensina Marion (2015, p. 32), “a função básica do contador é produzir informações úteis para os usuários da contabilidade para a tomada de decisões”.

As entidades e os órgãos que utilizam as informações contábeis têm uma poderosa ferramenta de gestão, pois, por meio das informações extraídas das demonstrações contábeis e dos demais relatórios gerenciais, é possível mensurar o desempenho da organização e realizar o planejamento estratégico adequado.

A contabilização é um sistema de informação baseado em um método que desenvolve as atividades de coletar, processar e transmitir dados sobre a situação econômico-financeira de uma empresa. Cabe à contabilidade, também, apresentar a evolução patrimonial de uma entidade em um determinado período. Em decorrência de a contabilidade ser regida por princípios, é forçoso concluir que ela possui algumas limitações, principalmente porque existiam e ainda existem conflitos de entendimento sobre normas e sua interpretação.

Até 2011, diversas instituições brasileiras possuíam poderes legais para emitir normas reguladoras à contabilidade: A Receita Federal, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e até o Banco Central do Brasil (Bacen). Em virtude disso, ocorreram muitos conflitos entre os editores das normas, o que fez Iudícibus, Marion e Faria (2018, p. 14) constatarem que

há mais de 20 anos 'brigamos' pela modificação de situação que tem trazido tantos custos para os elaboradores da informação contábil, constrangimento para os contadores e auditores, dificuldades para os analistas e, pior, riscos para os formadores de decisões, quer credores, investidores minoritários, controladores etc.

Ocorre que, mesmo com os avanços verificados no Brasil a partir de 2011, quando se decidiu por uma única normatização contábil convergindo para a contabilidade mundial, ainda se verifica a existência de diversas limitações, as quais são apresentadas a seguir.

1.2.1 Limitações

A primeira limitação que impede uma leitura com resultado idêntico é a denominação de itens que, mesmo sendo coisas diferentes, possuem a mesma designação. Por exemplo, os Custos: Custos Históricos, Custos-Padrão, Custos Originais, Custos Líquidos, Custos Residuais, Custos Fixos, Custos Variáveis, Custos Marginais, custos de oportunidade, Custos Diretos, Custos Indiretos, Custos Estimados, Custos Totais, Custo dos Produtos Vendidos etc.

A segunda limitação é que os dados registrados pela contabilidade podem ser aproximados e incompletos. Vamos utilizar como exemplo o patrimônio de uma pessoa física que adquire um apartamento por R\$ 300.000,00 e um automóvel por R\$ 50.000,00 e os declara para a Receita Federal por esses valores. Nos anos seguintes, repetem-se as mesmas informações e os mesmos dados, isto é, os valores não são modificados. Ocorre que, em decorrência de valorização imobiliária, é normal que o imóvel tenha tido aumento de valor, como também é certo que o automóvel, por conta do desgaste pelo uso, tenha um valor inferior ao declarado.

A terceira limitação decorre da necessidade de obtenção rápida de informações. A rapidez necessária à produção dos dados e informações para atender o desejo da administração resulta, com a utilização de dados estatísticos, em aproximações. Mesmo assim, muitas vezes, torna-se necessário realizar a atividade, pois uma aproximação imperfeita, disponível no momento, é mais útil à administração do que um dado exato publicado daqui a um dia, uma semana ou um mês.

A quarta limitação refere-se ao grau de precisão dos dados utilizados para efeitos de desenvolvimento de um planejamento de longo prazo, como um plano de negócios. Os dados de quantidade de vendas, taxas de inflação, taxas de retorno e outros, sempre são estimativas do que acontecerá no futuro.

A quinta limitação é que a contabilidade possui uma evidência apenas parcial. Muitos fatores não podem ser reduzidos a números, como o capital humano e o *know-how*, os quais possuem um valor não mensurável pela contabilidade.

Atualmente, essas limitações estão sendo minimizadas em decorrência das edições dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A dinâmica da edição de um pronunciamento se inicia com a discussão de um determinado assunto pelos membros do CPC, o qual, posteriormente, é encaminhado a cada órgão que o publica, transformando-o em uma norma. Assim, por exemplo, a Resolução n. 1.374, de 16 de dezembro de 2011 (CFC, 2011), do Conselho Federal de Contabilidade, trata da estrutura conceitual para a elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro ao adotar o CPC 00 (R1).

A Resolução n. 1.374/2011 (CFC, 2011) prevê que as informações contábil-financeiras devem ter as seguintes características qualitativas fundamentais: relevância, materialidade e representação fidedigna. Entende-se *relevância* como a possibilidade de as informações terem o poder preditivo, isto é, de embasarem orçamentos e planos de negócios. Já *materialidade* diz respeito à possibilidade de enfrentar dilemas e propiciar mudanças de decisões. *Representação fidedigna*, por sua vez, significa revelar fatos e atos que representem a verdade, a autenticidade e a precisão do fenômeno contábil-financeiro objeto da apresentação.

Além das características qualitativas, a Resolução n. 1.374/2011 (CFC, 2011) trata das características qualitativas de melhoria, a saber: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

Entende-se por *comparabilidade* a possibilidade de se conhecer e se calcular a evolução patrimonial da entidade e compará-la às demais empresas. A *verificabilidade* vai permitir que todos os usuários da informação cheguem a um consenso a respeito do item ou dos valores expressos nas demonstrações financeiras. A *tempestividade* pressupõe que as informações cheguem ao usuário a tempo de serem usadas, pois uma informação intempestiva de nada servirá. A *compreensibilidade* deve levar em conta que somente pessoas com conhecimento em contabilidade possam analisar as informações.

É importante ressaltar, porém, que as condições limitantes da contabilidade não a impedem de ser o principal sistema de informações, tanto da empresa para a comunidade como desta para a entidade. A empresa, utilizando-se das informações geradas pela contabilidade, divulga sua saúde financeira e, atendendo aos princípios da governança corporativa, que veremos na seção seguinte, emite sinais para seus parceiros sociais e para a sociedade em geral, por meio das demonstrações contábeis devidamente auditadas do relatório do conselho de administração, das notas explicativas e de outros relatórios contábeis.



Vídeo



1.3 Governança corporativa

A governança corporativa é a tradução da expressão inglesa *corporate governance*. Pode ser entendida como um sistema pelo qual os acionistas governam uma entidade e, por isso, pode ser definida como uma administração corporativa.

No Brasil, foi criado o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2019), que tem por objetivo, de acordo com o artigo 3º de seu estatuto, estudar, debater e promover a governança corporativa no país e estimular a adesão a valores e princípios adotados pelo instituto.

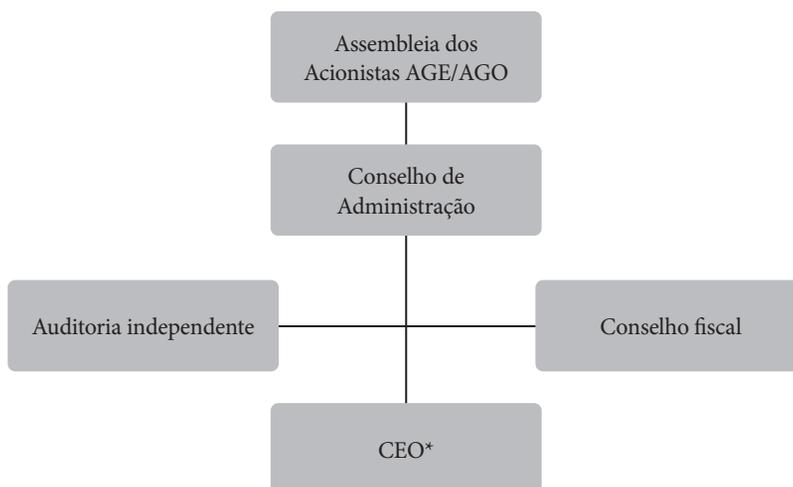
Pela legislação brasileira, além dos contadores, os administradores, os auditores e o conselho fiscal também devem assinar as demonstrações financeiras, assumindo, assim, responsabilidade pela precisão das declarações. É possível afirmar que a governança corporativa é um controle existente dentro de um modelo balanceado de divisão do poder. É, pois, com essa abrangência que se deve olhar a governança corporativa e se atentar para os princípios que a regem.

Os artigos 142 e seguintes da Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976) determinam que o conselho de administração deve definir regras e estratégias que permitam atender aos valores, princípios e comportamentos de diretores e fiscalizar a gestão dos administradores. As atividades de competência do conselho de administração devem estar normatizadas em um regimento interno, tornando claras suas responsabilidades e atribuições e prevenindo situações de conflito com a diretoria executiva, notadamente com o executivo principal (CEO).

Em outras palavras, o que se espera é que as empresas, independentemente de seu regime jurídico e do objetivo social, sejam geridas por uma série de bons princípios que envolvam o cumprimento das leis e que todos os agentes que compõem a governança corporativa ajam com ética. Ao conselho de administração, compete estimular a criação formal de um código de ética.

Um exemplo de como uma empresa de capital aberto deve ser estruturada para atender à governança corporativa pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 – Estrutura dos órgãos que compõem a governança corporativa



*CEO – *Chief Executive Officer*, diretor-executivo ou diretor-geral, em português, é a pessoa com maior autoridade em uma empresa.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A assembleia geral dos acionistas, que pode ser ordinária ou extraordinária, é a instância superior de uma empresa. Sua principal função é indicar os membros do conselho de administração e aprovar, ou desaprovar, o relatório do conselho.

O conselho de administração, de acordo com a Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976), no artigo 142 e seus incisos, tem como funções fixar a orientação geral dos negócios da companhia, eleger ou destituir seus diretores e determinar as atribuições destes, observado o que dispuser o estatuto, além de fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos, convocar a assembleia geral quando julgar conveniente e se manifestar sobre o relatório da administração e as contas da diretoria.

A auditoria independente, também conhecida por auditoria externa, é um agente da governança corporativa, e sua atribuição, de acordo com o artigo 177 da Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976), com as alterações promovidas pela Lei n. 11.638/2007 (BRASIL, 2007), é promover o exame das demonstrações contábeis da entidade, considerando em seus trabalhos as práticas adotadas no Brasil e as normas de auditoria editadas pelos CPCs. A auditoria independente deve verificar se os processos de gestão de riscos e controles internos estão de acordo com os objetivos e as necessidades da entidade.

O conselho fiscal, de acordo com o artigo 161 da Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976), com as atribuições trazidas pelos artigos 1.066 e seguintes da Lei n. 10.406/2002 (BRASIL, 2002), é o órgão responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira e deverá emitir parecer sobre as demonstrações contábeis. A ele compete examinar, pelo menos trimestralmente, os livros e papéis da sociedade e o estado do Caixa e da carteira, denunciar erros, fraudes ou crimes que descobrir, sugerindo providências úteis para a sociedade, e convocar a assembleia dos sócios se a diretoria retardar por mais de 30 dias a sua convocação anual, ou sempre que ocorram motivos graves e urgentes.

Aos gestores da empresa, de acordo com os artigos 143 e seguintes da Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976), compete exercer atribuições que a lei, o estatuto social e o conselho de administração lhe conferirem para a prática de atos, por mais especiais que sejam, desde que em direitos permitidos, necessários ao regular funcionamento da companhia.

Além dos órgãos formais, uma boa governança corporativa deve se socorrer em comitês de atuação diferentes das estruturas hierárquicas para resolver problemas de segregação de funções e de conflitos de interesses. Esses comitês têm de ser formalizados por documentos internos e precisam ter definidas suas atribuições, sua subordinação, sua composição e sua duração. Um exemplo é o comitê de ética, cuja função consiste em orientar e inspirar atitudes e comportamentos, além de buscar o compromisso de todos para defender aquilo que a empresa e seus colaboradores valorizam, seguindo uma postura responsável, transparente e de respeito mútuo entre todos.

O conflito de interesse, denominado de conflito de agência, ocorre quando agentes que fazem parte da empresa têm interesses contrastantes e, por colocarem seus interesses pessoais sobre os da empresa, prejudicam-na. O maior conflito, de acordo com Lopes (2012, p. 182), sucede “entre

os fornecedores de capital e os administradores”, pois o administrador quer maximizar o valor da empresa tentando reter o maior valor possível do lucro, enquanto o investidor procura maximizar o retorno buscando o maior valor possível de dividendos.

Para minimizar os conflitos de agência, o IBGC (2009, p. 19) elencou quatro princípios que norteiam a boa governança corporativa:

- equidade;
- prestação de contas;
- responsabilidade corporativa;
- transparência.

1.3.1 Equidade

A equidade se caracteriza pelo tratamento justo e igualitário que deverá ser observado aos agentes externos, porém integrados à cadeia dos negócios, como credores, fornecedores, terceirizados, clientes e usuários ou consumidores dos produtos da empresa.

A responsabilidade social corporativa está permanentemente em pauta, e as decisões e os resultados das companhias não se restringem apenas aos *shareholders*², mas também a todos os *stakeholders*³.

1.3.2 Prestação de contas (*accountability*)

Os agentes da governança corporativa prestam contas de sua atuação a quem os elegeu. O gestor (CEO) presta contas ao conselho de administração, e os membros do conselho prestam contas aos acionistas. O conselho de administração de gestores (CEO) responde integralmente por todos os atos que praticar no exercício de seu mandato. Por isso, os principais executivos devem se certificar da autenticidade das informações contidas nos relatórios contábeis e se atentar para as observações registradas pelos comitês internos e pela auditoria independente.

1.3.3 Responsabilidade corporativa

A responsabilidade corporativa diz respeito à visão de longo prazo e à visão ampla da estratégia empresarial. Essa responsabilidade deve contemplar todos os aspectos relacionados à comunidade, como o emprego, a qualificação da força de trabalho, o estímulo ao desenvolvimento científico e a melhoria da qualidade de vida.

As empresas, cada vez mais, enfrentam novas realidades de risco, caracterizadas pela exposição e pela cobrança de sua responsabilidade, por mudanças climáticas, poluições, problemas sociais, de fraude e de corrupção. Se a empresa falhar e agir irresponsavelmente, sem demonstrar

² *Shareholders*, de acordo com o IBGC, correspondem a grupos que podem afetar ou ser afetados, de modo significativo, pela empresa, incluindo os próprios acionistas.

³ *Stakeholders*, de acordo com o IBGC, são todas as partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governança corporativa executadas pela empresa. São elas: empregados, clientes, fornecedores, credores, governos, entre outros, além dos acionistas.

ética – entendida como um conjunto de regras e preceitos de ordem moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade –, pode sofrer danos em sua reputação e diminuição de seu valor, pois, de acordo com o *Código das melhores práticas de governança corporativa*, cada vez mais é demandado dos agentes de governança corporativa

um maior cuidado no processo de tomada de decisão. Cada vez mais, desafios sociais e ambientais globais, regionais e locais fazem parte do contexto de atuação das organizações, afetando sua estratégia e cadeia de valor, com impactos na sua reputação e no valor econômico de longo prazo. Mudanças climáticas, a ampliação da desigualdade social e inovações tecnológicas, entre outros fatores, têm imposto transformações na vida das organizações. (IBGC, 2009, p. 15)

1.3.4 Transparência (*disclosure*)⁴

A transparência, ou *disclosure*, extrapola o **dever** de informar, passando a **ter o desejo** de informar. Assim, de acordo com Rodrigues (2003 *apud* ROCHE, 2017, p. 10), não basta fornecer dados e informações, pois também é preciso informar “questões como sucessão, avaliação de desempenho dos executivos, diretores e conselheiros, profissionalização da gestão, independência da auditoria, planejamento tributário, critérios de contabilização etc.”

O compromisso com a transparência exige que a empresa dê conhecimento dos riscos, dos benefícios e das implicações econômicas que resultam dos atos da gestão da empresa.

Além do respeito às relações contratuais, a empresa que busca praticar a boa governança corporativa deve se preocupar com a sustentabilidade que envolve tanto a eficácia econômica como a sensibilidade social. Rossetti (2008, p. 13) afirma que o foco da administração permanece centrado na busca ao retorno dos investimentos, “mas de olhos atentos nas demandas dos demais constituintes organizacionais que possam ser conflituosas com esse propósito” e que são denominados de **entorno**.

Assim, além dos atores envolvidos, *shareholders* e *stakeholders*, a empresa deve se preocupar com o **entorno** que engloba. De acordo com Rossetti (2008, p. 6), “categorias não integradas diretamente nas cadeias de geração de valor, mas também alcançadas pelos objetivos corporativos”. Dessa maneira, o entorno, por exemplo a comunidade local, o clube, a igreja, mesmo sem participar da geração de valor da empresa, tem que ser considerado quando da enumeração dos objetivos, pois a empresa deve desencadear ações socialmente justas para promover o desenvolvimento social das comunidades em que está inserida.

A governança corporativa deve, portanto, atender aos interesses de todos os grupos envolvidos, como os *shareholders*, ou seja, os acionistas da empresa, cujo objetivo é buscar um fluxo contínuo de dividendos ao longo do tempo e retorno do capital, mediante a maximização do valor da empresa. Deve, também, conceder aos *stakeholders* internos (conselho de administração, diretoria, outros órgãos da governança corporativa e empregados) recompensas por bases fixas de

4 *Disclosure* é transparência. Uma empresa *disclosure* é aquela que é transparente para o mercado, o que a torna mais segura para os investidores.

remuneração e os mais diversos benefícios pecuniários variáveis (bonificações, participação nos lucros etc.) associados à remuneração, como também os não pecuniários (segurança no emprego, reconhecimento, oportunidade de desenvolvimento pessoal etc.). Aos *stakeholders* externos (credores, fornecedores, terceirizados etc.), atentar para a liquidação de dívidas nos prazos contratados, manter regularidade nas compras de insumos e gerar produtos e serviços confiáveis e seguros em níveis crescentes.

A preocupação com o **entorno** deve se traduzir no atendimento às demandas das comunidades nas quais a empresa está instalada, contribuindo com o seu desenvolvimento, buscando gerar empregos locais e, segundo Rossetti (2008, p. 7), aderir às suas “três principais causas – preservação ambiental, direito das minorias e provisões sociais”.

Mesmo sem ser obrigatória a adesão das empresas às boas práticas da governança corporativa, é possível afirmar que aquelas que agem assim se posicionam com um diferencial competitivo quando comparadas com as demais.

Considerações finais

Os princípios da contabilidade, as características qualitativas fundamentais e os princípios da governança corporativa exigem de todos boa orientação, envolvimento para uma melhora da comunicação, grande ênfase nos valores da entidade e conduta ética.

A contabilidade, agora voltada para todas as pessoas que podem influenciar ou serem influenciadas pelas empresas, funciona como um mecanismo que reduz a assimetria de informações e de conflitos, pois uma contabilidade que atenda aos padrões do mercado financeiro é forte aliada do sistema de governança corporativa, por apresentar balanços e demonstrações contábeis confiáveis.

Quem atender aos princípios da contabilidade e às características qualitativas fundamentais, além de adotar as práticas da governança corporativa, com certeza vai abrir caminhos para atrair novos investidores e reter os existentes, conseguirá responder às pressões do mercado, vai assegurar a sustentabilidade da empresa e perpetuar a maneira de fazer negócios.

Ampliando seus conhecimentos

- JACOMETTI, Márcio. Considerações sobre a evolução da governança corporativa no contexto brasileiro: uma análise a partir da perspectiva weberiana. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, maio/jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 21 jun. 2019.

As empresas que aderem às boas práticas da governança corporativa criam valor, pois o acionista tende a investir seu capital em companhias que têm transparência. Ler esse artigo permite se inteirar sobre o estado da arte dos estudos sobre a governança corporativa.

- MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Os princípios contábeis norteiam as atividades que envolvem o conhecimento e a aplicação da contabilidade e de outras áreas. Um dos princípios é o regime de competência, que é caracterizado como regime econômico. Para aprofundar os estudos sobre os princípios, sugere-se ler o subitem 5.1.1, *Regime de Competência (Regime Econômico)*, do Capítulo 5 do livro indicado.

Atividades

1. Dos R\$ 5.000,00 que representam o total de contas que uma empresa deve receber no próximo ano, foram considerados somente R\$ 4.500,00, já que há um forte indício de que 10% não será recebido. Nesse caso, qual princípio da contabilidade foi utilizado pelo contador?
2. Identifique o princípio da contabilidade que o contador decidiu utilizar quando não atendeu a um pedido do presidente da companhia, o qual prefere uma contabilidade em dólar (por ser uma moeda mais estável).
3. Complete o quadro a seguir.

Princípios da governança corporativa	}	_____

4. Complete o quadro a seguir.

Princípios da contabilidade	}	_____

Referências

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 17 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm. Acesso em: 21 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 28 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 21 jun. 2019.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução CFC n. 750*, de 29 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res750.htm>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução CFC n. 774*, de 16 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/resolucaocfc774.htm>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução CFC n. 1.282*, de 2 de junho de 2010. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/respcaocfc1282_2010.htm. Acesso em: 3 jul. 2019.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução n. 1.374*, de 16 de dezembro de 2011. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2011/001374. Acesso em: 21 jun. 2019.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FRANCO, Hilário. *A evolução dos princípios contábeis no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2014.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das melhores práticas de governança corporativa*. São Paulo: IBGC, 2009. Disponível em: http://www.ecgi.org/codes/documents/ibcg_sep2009_pt.pdf. Acesso em: 3 maio 2019.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Estatuto Social*. Disponível em: <https://siteatg.ibgc.org.br/es/ibgc/estatuto>. Acesso em: 21 jun. 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de Faria. *Introdução à teoria da contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LOPES, Alexsando Broedel. *Teoria avançada da contabilidade*. 2. ed. São Paulo: 2012.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luis. *Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ROCHE, Cláudia Lac. *Investigação das contribuições das práticas de governança corporativa: estudo de caso em empresas familiares do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172170/001058395.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ROSSETTI, José Paschoal *et al.* *Finanças corporativas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ZEFF, Stephen A. A evolução do IASC para o IASB e os desafios enfrentados. *Rev. Contab. Fin.*, São Paulo, v. 25, p. 300-320, dez. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772014000500300. Acesso em: 3 jul. 2019.

Formação do patrimônio das empresas

Há muito se observa a associação entre os avanços da civilização, o desenvolvimento econômico, a estruturação das corporações e a necessidade de mensuração da riqueza. É inegável o papel da contabilidade nesse cenário de evolução histórica, comercial e corporativa, pois, pela sua própria natureza, a contabilidade está muito próxima dos fatos que representam o desenvolvimento da humanidade, da tecnologia e da ciência organizacional. A contabilidade acompanha (ou nasce junto com) os avanços que impactam os processos e as técnicas que fortalecem a lógica e os conceitos, com papel fundamental no desenvolvimento dos negócios.

Uma das mais importantes finalidades da contabilidade, senão a principal, é realizar o estudo e o controle do patrimônio, ou riqueza, de uma entidade, seja ela pessoa física ou pessoa jurídica, a fim de oferecer informações sobre sua composição e suas variações qualitativas e quantitativas.

As variações no patrimônio decorrem das origens e aplicações de recursos. As origens provêm de duas fontes básicas: o Capital Próprio e o Capital de Terceiros. O Capital Próprio é representado pelos recursos oriundos das contribuições dos sócios ou acionistas para formação ou aumento do Capital Social, bem como os acréscimos decorrentes das retenções de lucros. Os Capitais de Terceiros são representados por recursos obtidos de fontes externas à empresa, compreendendo o prazo de pagamento de fornecedores de insumos, de financiamentos obtidos de instituições financeiras e de outras obrigações contraídas pela empresa.

Uma das funções mais importantes na análise da situação patrimonial é o exame do fluxo das origens e aplicações de recursos. Isso envolve um planejamento que, se bem elaborado, resulta em uma gestão adequada do Capital de Giro e, em consequência, um custo de capital compatível com os negócios da entidade.

▶ Vídeo



2.1 Evolução da contabilidade

A história da contabilidade é tão antiga quanto a do homem. Explorações arqueológicas realizadas em cavernas em Israel, na Síria e no Iraque (antiga Mesopotâmia) descobriram fichas de barro que, presumivelmente, foram utilizadas 4 mil anos antes de Cristo, de acordo com Hendriksen e Van Breda (2014), para realizar alguma forma de controle.

Até chegar às cavernas, o homem era nômade¹ e buscava os recursos necessários para sua subsistência diretamente na natureza. Quando os recursos acabavam, ele se deslocava para outras regiões e lá ficava até que, novamente, os recursos se esgotassem. Em decorrência, porém, do aumento de sua prole e das distâncias que deveria percorrer para buscar tais recursos, o homem primitivo trocou a vida errante pela residência fixa,

¹ Nômade: diz-se das tribos ou dos povos errantes, sem habitação fixa, que se deslocam constantemente em busca de alimentos, pastagens etc. (FERREIRA, 2004).

começou a lavrar a terra e a domesticar os animais e percebeu que poderia acumular riqueza com a criação extensiva de animais e o cultivo de cereais.

Foi o acúmulo da riqueza que gerou a necessidade de se controlar o excedente da produção, aparecendo, em decorrência, a contabilidade como a técnica para o controle do patrimônio, pois, de acordo com Iudícibus (2010, p. 16), “a preocupação com as propriedades e a riqueza é uma constante no homem da antiguidade”, e o controle, ou seja, a contagem dos seus excedentes (estoques), era efetuada com pedras, ossos de animais, folhas de árvores, desenhos e com fichas de argila com sinais pictográficos.

Além dos proprietários, quem também controlava o patrimônio eram os cobradores de tributos. Os agricultores egípcios às margens do Nilo, de acordo com Hendriksen e Van Breda (2014, p. 42), “pagavam aos coletores de tributos com cereais e linhaça pelo uso da água para irrigação [...] e os recibos eram dados aos agricultores desenhando-se figuras de recipientes de cereais nas paredes de suas casas”.

O acúmulo de excedentes de alguns produtos fez com que o homem sentisse a necessidade de ter outros que não podia produzir. Assim, começou a trocar os bens que possuía por outros. Dessa maneira, por exemplo, quem tinha cereais em excesso trocava por armas; quem dispunha de animais para criação trocava por peixe seco etc. Por meio dessas trocas, denominadas escambo, surgiu o comércio.

O comércio gerou a necessidade de desenvolver métodos para a agricultura que exigiram o uso de ferramentas de cobre, estanho e bronze com a finalidade de aumentar a produtividade. Como consequência, o excesso de produção deu margem a atividades comerciais que ultrapassaram fronteiras, fazendo com que os produtos fossem comercializados em regiões distantes das de produção. Também apareceu a escrita, que, de acordo com historiadores, está relacionada ao incremento de atividades comerciais.

Com a consolidação das atividades agrícolas e mercantis, a contabilidade se tornou presente, pois havia a necessidade de registrar as operações e controlar as variações que estavam ocorrendo no patrimônio das pessoas.

Os registros contábeis eram realizados pela contabilidade sem uniformidade e de forma empírica. Cada proprietário registrava os acontecimentos de acordo com suas conveniências e conhecimento. Os registros das operações, porém, exigiam cada vez mais controle, e a formulação de um método uniforme que permitisse maior entendimento foi evoluindo.

Inicia-se, então, o mercantilismo, que propicia a expansão dos mercados consumidores e dos produtores de matéria-prima. Ocorre a exploração de novas terras, acumulam-se metais preciosos vindos delas e surge a moeda lastreada no ouro e na prata.

A Europa vive uma paz relativa, as corporações de ofício surgem, e as rotas comerciais se expandem, sendo a mais importante delas a das especiarias vindas da Índia. O monopólio das rotas europeias estava nas mãos das cidades italianas de Gênova e Veneza. Na Era Mercantilista, ocorrem transformações intelectuais, religiosas, comportamentais, políticas, geográficas e econômicas.

É o fim da Idade Média. Os séculos XV e XVI são a época dos desbravamentos e das descobertas, e aparece também uma nova mentalidade, o Renascimento. Nascem os primeiros

princípios econômicos. O comércio, até então limitado às feiras e às transações internas, volta-se para o exterior, gerando o acúmulo de capitais em função da prosperidade do Estado.

No século XV, na Itália, o comércio fervilhava, e negociações de grande vulto eram realizadas entre os diversos comerciantes. Emerge, então, a preocupação com os registros das operações e o controle da riqueza. Os registros contábeis que eram realizados por meio das partidas simples tornaram-se um método vulnerável para as operações de vendas a prazo, surgindo, em consequência, a preocupação com a sistematização dos registros das operações.

Quando se usa a partida simples, a conta possui somente uma coluna, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Exemplo de conta Caixa

Conta Caixa	
Entradas de Caixa	R\$ 1.000,00
(-) Saídas de Caixa	(R\$ 600,00)

Fonte: Elaborada pelo autor.

Já nas partidas dobradas, são utilizadas duas colunas: uma para a entrada no Caixa e outra para a saída do dinheiro do Caixa, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Exemplo de entradas e saídas da conta Caixa

Conta Caixa	
Entradas	Saídas
R\$ 1.000,00	R\$ 600,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

A contabilidade começava a tomar corpo, e então o frade franciscano Frei Luca Pacioli publicou na Itália, em 1494, a obra intitulada *Summa de arithmetica, geometria, proportioni i proportionalitá* (Suma de aritmética, geometria, proporções e proporcionalidade), a qual contém uma seção sobre registros contábeis segundo o método das partidas dobradas: para cada débito, haverá um crédito correspondente.



2.2 O patrimônio

A contabilidade, segundo Marion (2015, p. 10), tem início, praticamente, “no homem primitivo contando (inventariando) seu rebanho”. A preocupação não era somente com a contagem, mas com a evolução de seu rebanho e, conseqüentemente, com a evolução da sua riqueza ou patrimônio.

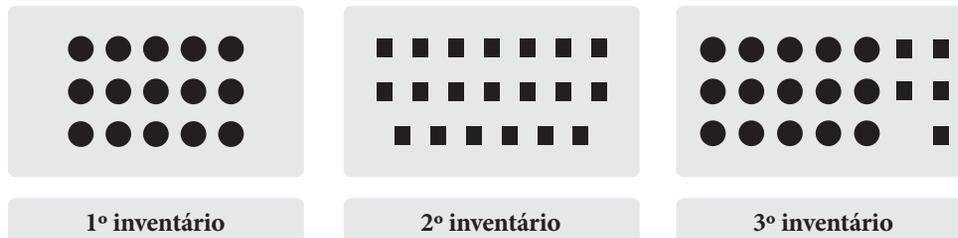
À época, porém, não havia moeda, não havia escrita formal e não havia nem mesmo números. Iudícibus, Marion e Faria (2018), ao comentarem a inexistência desses instrumentos, imaginam um pastor de ovelhas executando a contabilidade de seu patrimônio.

Esse pastor, em decorrência dos invernos e para fugir da neve, guarda seu rebanho em uma caverna. Ocorre-lhe uma curiosidade no sentido de tentar saber quanto cresceu seu rebanho desde a última vez que esteve nessa caverna. Lembra-se,

então, que, no inverno anterior, havia colocado em um saco diversas pedrinhas, uma para cada ovelha que entrara naquela caverna. Resolveu realizar o mesmo procedimento, começou a separar uma pedrinha para cada ovelha e fez a comparação com a quantidade de pedras guardadas no inverno anterior, concluindo, então, que seu rebanho havia crescido.

Essas contagens e comparações podem ser mais bem entendidas com o auxílio da Figura 1.

Figura 1 – Separação e comparação das pedras no 1º e no 2º invernos



Fonte: Adaptada de Ludícibus; Marion; Faria, 2018, p. 5.

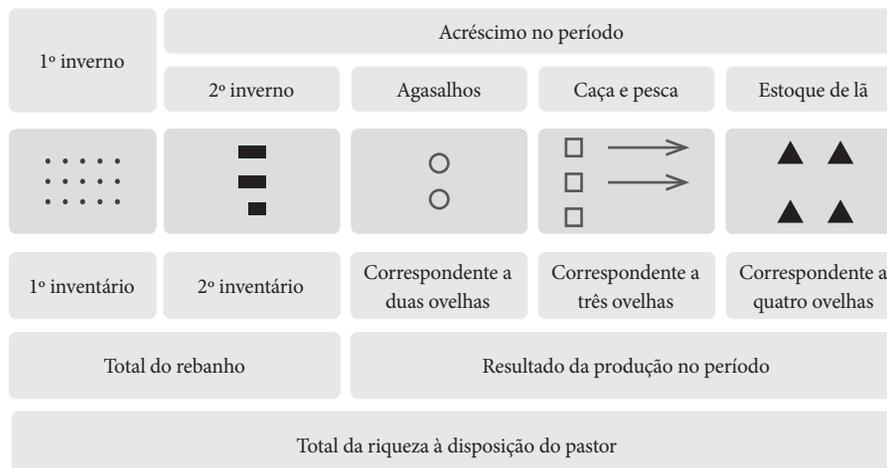
Animado e motivado com a contagem e a constatação que acabara de promover, o pastor não se contentou apenas com o crescimento do rebanho e quis, também, avaliar quais outros bens possuía, pois, durante o ano, o rebanho havia produzido lã, o que possibilitava que sua família se agasalhasse.

Lembrou-se, ainda, de que havia trocado parte da lã por instrumentos de caça e pesca. Confiante na memória, o pastor estimou que se fosse trocar ovelhas por agasalhos para vestir toda a sua família, necessitaria de pelo menos duas ovelhas. Por isso, e em virtude de que seu próprio rebanho havia produzido a lã, adicionou mais duas pedrinhas às que havia separado, aumentando, assim, sua riqueza.

O pastor calculou, também, que os instrumentos de caça e pesca obtidos equivalem a três ovelhas e que toda a lã estocada poderia ser trocada por pelo menos quatro ovelhas. Dessa maneira, as duas ovelhas correspondentes à roupa de sua família, mais as três referentes aos instrumentos de caça e pesca, mais as quatro equivalentes à lã estocada resultariam em um aumento de riqueza de nove ovelhas; por isso acrescentou mais nove pedrinhas à contagem realizada no segundo inverno.

Essas contagens e comparações podem ser melhor entendidas na Figura 2.

Figura 2 – Acréscimo dos equivalentes de produção entre o 1º e 2º invernos



Fonte: Adaptada de Ludícibus; Marion; Faria, 2018, p. 6.

Se, na época, houvesse a escrita, e se o pastor conhecesse números, ele poderia representar seu patrimônio na forma constante do Quadro 1.

Quadro 1 – Inventário de ovelhas e de unidades equivalentes dos dois invernos

Itens	Inverno anterior	Inverno atual
Rebanho de ovelhas	15 ovelhas	20 ovelhas
Estoque de lã	–	Equivalente a quatro ovelhas
Agasalhos de lã	–	Equivalente a duas ovelhas
Instrumentos de caça e pesca	–	Equivalente a três ovelhas
Total	15 ovelhas	Equivalente a 29 ovelhas

Fonte: Adaptado de Iudícibus; Marion; Faria, 2018.

Pelo Quadro 1, verifica-se que o patrimônio do pastor variou do inverno anterior para o inverno atual em 14 ovelhas (29-15), e essa variação significa que houve um aumento em seu patrimônio, que pode ser denominado lucro.

Tendo em vista o exposto, é possível definir patrimônio como um somatório de bens pertencentes a uma pessoa. A expressão *bens*, em contabilidade, identifica somente as coisas úteis e que possam atender às necessidades de uma pessoa, como sua casa, seu automóvel, seus móveis, seus equipamentos etc. Além dos bens, a pessoa pode ter direitos, que são valores a receber de outras pessoas, como promissórias a receber, duplicatas a receber, cheques a receber etc. Inicialmente, portanto, o patrimônio será o conjunto, o somatório dos bens e dos direitos que uma pessoa possui.

A soma dos bens e dos direitos, porém, não representa, em termos contábeis, a verdadeira situação patrimonial ou a riqueza de uma pessoa. É necessário verificar quais obrigações ou dívidas estão relacionadas aos bens e direitos que ela possui. Suponha que uma pessoa tenha adquirido um apartamento, que é um bem, e que, para isso, tenha assumido uma obrigação ou dívida em uma instituição financeira. Conclui-se que a riqueza dessa pessoa não é o valor do apartamento, pois, para poder tê-lo, ela assumiu uma dívida. Assim, se considerar apenas o apartamento e se não fizer uma correspondência com a obrigação derivada de sua aquisição, a informação não está completa. Os valores que constituem a riqueza de uma entidade são chamados de patrimônio.

Os componentes patrimoniais podem ser estudados sob diversos aspectos:

- jurídico;
- econômico;
- financeiro;
- específico;
- administrativo.

Sob o aspecto jurídico, o patrimônio é definido como o complexo de relações jurídicas de uma pessoa que tem um valor econômico, ou seja, o conjunto de direitos e obrigações de uma pessoa física ou jurídica. Pela ótica econômica, o patrimônio se compõe do conjunto de bens e direitos.

Relativamente ao aspecto financeiro, é o conjunto de todas as disponibilidades que a empresa possui. São estudados, em decorrência, os fluxos dos ingressos de recursos e aplicações realizados dentro de um determinado período.

Sob o aspecto específico, o patrimônio é dividido de acordo com a natureza de cada um dos elementos que o compõem: imóveis, direitos a receber etc. Já na perspectiva da ótica administrativa, patrimônio é o conjunto de todos os valores monetários que compreendem os elementos da estática e da dinâmica patrimonial.

Por isso, é necessário definir a palavra *patrimônio* contabilmente. Ela tem sentido amplo, pois, ao mesmo tempo que, de um lado, apresenta o somatório dos bens e direitos, de outro inclui as obrigações a serem pagas. Assim, se uma pessoa, ou empresa, fizer uma lista de seus bens econômicos (bens) e de todas as importâncias que tem a receber (direitos), bem como de todas as suas dívidas (obrigações), pode-se dar a essa lista o nome de *patrimônio*.

Para colocar esses conceitos em prática, apanhe uma folha de papel, divida-a ao meio e represente, graficamente, seu patrimônio. Do lado esquerdo, coloque todos os bens e direitos que você possui; do lado direito, as obrigações que você tem com bancos, casas comerciais etc., de acordo com o exemplo do Quadro 2.

Quadro 2 – Representação do patrimônio

Bens	Obrigações
Dinheiro	Cheques a Pagar
Móveis e utensílios	Financiamentos a Pagar
Veículos	Impostos a Recolher
Imóveis	Outras Contas a Pagar
Equipamentos de informática	–
Direitos	–
Títulos a Receber	–
Aluguéis a Receber	–

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em contabilidade, o lado esquerdo da folha representa as contas de aplicação de recursos que são denominadas Ativos. Já o lado direito representa as origens de recursos, que podem fazer parte do Passivo ou do Patrimônio Líquido. O valor do Ativo deve, necessariamente, ser igual à soma do Passivo e do Patrimônio Líquido. A equação básica do patrimônio é:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$$

O patrimônio, dada a igualdade existente entre as origens e aplicações, é representado por uma balança, resultando daí a denominação de uma das demonstrações contábeis, que é o Balanço Patrimonial, como pode ser verificado no Quadro 3.

Quadro 3 – Representação do Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo
Bens	Origens de Terceiros
Direitos	Patrimônio Líquido
-	Capital Social
-	Lucros retidos

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Balanço Patrimonial representa o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade. A palavra *entidade* é usada para representar uma pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado. Pelo princípio da entidade, pressupõe-se que qualquer entidade seja distinta das demais, e, como consequência, os patrimônios do indivíduo e da empresa não se confundem, ou seja, a empresa é uma entidade, e seus proprietários são outras entidades. Não se pode misturar os negócios dos proprietários com os da empresa.



Vídeo



2.3 Origens e aplicações de recursos

Os recursos aplicados pela empresa precisam, necessariamente, ter uma origem. Assim, uma empresa pode aplicar em seu Ativo somente se, em contrapartida, tiver uma origem. Se essa origem for de terceiros (fornecedores, bancos etc.), é denominada Passivo. Se os recursos forem provenientes dos proprietários da empresa, sócios ou acionistas, são denominados Patrimônio Líquido. Dessa afirmação decorre que os valores do Ativo sempre são iguais aos valores resultantes do somatório do Passivo (origem de terceiros) e do Patrimônio Líquido (origem dos proprietários).

2.3.1 Origens

As empresas necessitam, permanentemente, de recursos financeiros para serem aplicados na atividade, visando a alcançar seus objetivos. Os recursos financeiros originam-se, como se viu, de duas fontes: internas e externas.

As fontes internas correspondem ao capital dos proprietários e são denominadas de Capital Próprio. As fontes externas são os recursos provenientes de terceiros, entre os quais os das instituições financeiras, os dos fornecedores de materiais e serviços e os das entidades públicas credoras de impostos, taxas e contribuições. Para Iudícibus (1998, p. 38), existem quatro conceitos de capital na contabilidade:

Capital nominal: é o investimento inicial realizado pelos sócios [...]. Capital próprio: corresponde ao conceito de patrimônio líquido e abrange o capital nominal mais os lucros [...]. Capital de terceiros: corresponde aos investimentos feitos na empresa com recursos provenientes de terceiros [...]. Capital total à disposição da empresa: é o conjunto de valores da empresa, disponíveis em dado momento.

Os lucros gerados em cada período ou são distribuídos aos sócios ou acionistas, ou são transformados em reservas. Essas reservas mais o capital compõem o grupo de contas denominado Patrimônio Líquido.

O Capital de Terceiros se origina de obrigações que a empresa assume com terceiros. Enquanto as contas pertencentes ao Patrimônio Líquido são inexigíveis, pois os sócios não as cobram, as relativas à dívida com terceiros são exigíveis, pois serão cobradas nas respectivas datas de vencimento.

O Quadro 4 sintetiza quais são as fontes e a denominação dada às origens de recursos.

Quadro 4 – Síntese das fontes e denominação das origens de recursos

Origens de recursos	Externas	Obrigações	Denomina-se Passivo
	Internas	Capital Próprio	Denomina-se Patrimônio Líquido

Fonte: Elaborado pelo autor.

A expressão *externas* refere-se às obrigações assumidas com fornecedores, instituições financeiras etc., as quais não compõem o quadro associativo da entidade. Já a expressão *internas* retrata a participação dos sócios ou acionistas no capital social da entidade e os aumentos do Patrimônio Líquido decorrentes dos lucros gerados nos diversos períodos.

2.3.2 Aplicações

Os recursos financeiros originários de fontes internas ou externas são aplicados, quase sempre, em bens e direitos necessários ao funcionamento e desenvolvimento das empresas.

Os bens de existência própria, independentemente do meio em que se situam, são denominados tangíveis ou materiais, como o terreno, o prédio, a máquina, o veículo e a ferramenta. Os bens não reconhecíveis visualmente de forma distinta dos outros, embora possuam valor monetário, são conceituados como intangíveis ou imateriais, como as marcas e patentes, o fundo de comércio e as benfeitorias em prédios de terceiros.

Há bens que têm a finalidade de uso e outros que são consumíveis ou conversíveis durante as operações da empresa. São considerados bens de uso quando o consumo é gradual, durante longo período, como máquinas, mobiliário de escritório etc. São considerados bens consumíveis ou conversíveis os que forem consumidos no processo de transformação ou que podem ser convertidos em numerários ou direitos, como estoque de matéria-prima, materiais auxiliares etc.

Os direitos, por outro lado, são caracterizados de diversas formas. Uma empresa que vende seus produtos para recebimento do valor da venda em determinado prazo, que não aquele da venda, obriga-se a emitir ou aceitar um documento que tem a finalidade de poder cobrar o valor da operação. Ela pode emitir uma fatura, aceitar cheques com emissão pós-datada, aceitar os inúmeros vales que circulam por aí (transporte, alimentação, refeição etc.)

ou, simplesmente, emitir um boleto de cobrança bancária². A empresa que emitiu o título de crédito ou aceitou cheques pós-datados ou vales como compromisso do comprador de pagamento em prazo convencionado constituiu um direito a receber. Os depósitos bancários a prazo fixo também se constituem em direito da empresa, pois são uma aplicação de recursos que a empresa pode resgatar no prazo convencionado.

Os bens e direitos de propriedade da empresa são itens positivos do patrimônio e, para serem considerados como tal, devem, segundo Marion (2015), preencher quatro características simultaneamente:

- ser bens ou direitos;
- ser de propriedade da empresa;
- representar benefícios presentes ou futuros para a empresa;
- ser mensuráveis monetariamente.

A primeira característica é a de ser um bem ou um direito. Ferreira (2018) define um bem sob duas óticas. Sob a perspectiva da economia, “bens são coisas que servem para satisfazer uma necessidade humana” (FERREIRA, 2018, p. 16). Pela lógica jurídica, “bem é tudo aquilo que pode ser objeto de direito e é suscetível de ser utilizado e apropriado [...] Isso significa que ele pode ser avaliado em dinheiro e que integra o patrimônio de alguém” (FERREIRA, 2018, p. 16). Já a expressão *direito* significa que a empresa possui valores a receber de alguém.

A segunda característica é ser de propriedade da empresa, e, por isso, a empresa só registra os bens e direitos que forem de sua propriedade. Os empregados, por exemplo, não são propriedades da empresa, portanto não serão evidenciados. É conveniente ressaltar que o bem de propriedade da empresa é aquele sobre o qual a empresa tem domínio. Quando o bem está em poder da empresa, diz-se que há posse sobre ele. Porém, nem toda posse significa propriedade: pode-se alugar (*leasing*) um veículo e ter posse sobre ele, muito embora não se tenha a propriedade (domínio). Portanto, esse veículo não é apresentado no Balanço da empresa.

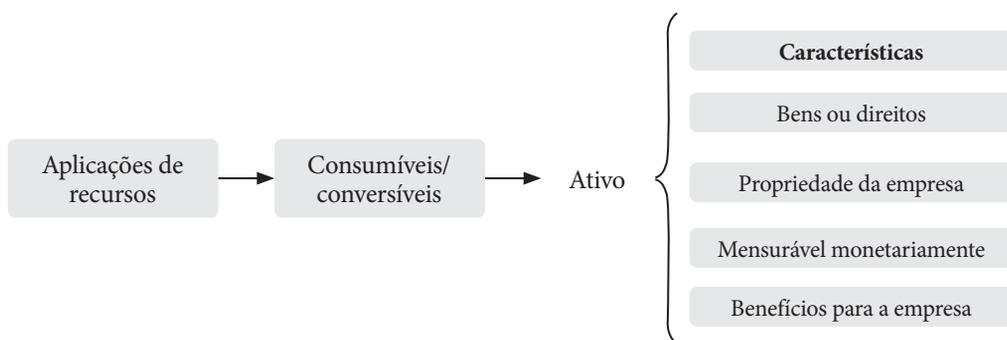
A terceira característica é que o bem ou o direito deve trazer benefícios presentes ou futuros. Se a empresa possui um lote de mercadorias deterioradas, sem perspectiva de ser comercializado, ele não será apresentado no Balanço, embora seja bem de sua propriedade, pois mercadoria deteriorada não representa benefício presente nem futuro, uma vez que não trará vantagens para a empresa. Pode-se dizer a mesma coisa de um título a receber de um cliente que, depois de esgotados todos os recursos possíveis e imagináveis de cobrança, não quitará a dívida. Por não representar benefícios presentes ou futuros, não deverá constar no Balanço, embora seja um direito de propriedade da empresa.

2 Se uma venda for realizada a prazo, há necessidade de se emitir uma fatura para provar a existência de um valor a receber, pois a nota fiscal não cumpre essa função. Hoje, porém, a aceitação de cheques pós-datados e vales é utilizada como promessa de pagamento, como se fossem títulos de crédito.

A quarta característica é a da mensuração monetária. Há certos itens que, embora representem um potencial para a obtenção de benefícios futuros, não serão evidenciados no Balanço, pois não podem ser avaliados em dinheiro. O nome, por exemplo, representa algo inestimável para a empresa, mas quase nunca aparece no Balanço. A razão principal é que se torna difícil avaliar quanto vale o nome, salvo quando se negocia uma marca, pois, nesse caso, há um valor objetivo de mercado: houve a negociação. Assim, o nome é um bem de propriedade da empresa, proporciona benefícios presentes e futuros, porém não será evidenciado no Balanço porque não atende à quarta característica, que é ser mensurável monetariamente.

A Figura 3 sintetiza as aplicações de recursos e as características que devem ser observadas para contabilizar um bem ou um direito no Ativo.

Figura 3 – Denominação e características das aplicações de recursos



Fonte: Elaborada pelo autor.

Na mesma direção encontramos o item 31 do CPC 00 (R1) (CPC, 2011), o qual dispõe que “o ativo deve ser reconhecido quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade”. Complementando, o item 4.8 do CPC 00 (RI) (CPC, 2011) define que o benefício econômico futuro incorporado a um ativo “é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade”.

2.3.3 Fluxo das origens e aplicações

Os valores provenientes dos sócios e classificados no Patrimônio Líquido são de caráter permanente, enquanto os provenientes de terceiros e classificados no Passivo têm como característica sua exigibilidade, ou seja, necessidade de pagamento em prazo determinado.

De acordo com o item 4.15 do CPC 00 (R1) (CPC, 2011), “uma característica essencial para a existência de passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente”; por isso, a gestão de passivos deve compreender o domínio dos conceitos relativos aos financiamentos da empresa. Primeiro, é necessário distinguir o Passivo de Longo e o de Curto Prazo.

O Passivo de Longo Prazo representa as dívidas e as obrigações que uma empresa deve saldar em prazo superior a um ano. Essas dívidas são assumidas para suportar investimentos em Ativos não Circulantes.

O Passivo de Curto Prazo representa dívidas e obrigações que devem ser salgadas em até um ano e é constituído pelas contas relativas à compra de insumos a prazo e saldos a pagar das contas de luz, água, salários etc. Se o volume desses recursos for insuficiente para a empresa manter seu Ativo Operacional (Caixa, Estoques e Direitos a Receber de Clientes), há necessidade de buscar recursos nas instituições financeiras, por meio da contratação de empréstimos para pagamento de curto prazo. Por isso, é possível classificar os Passivos de Curto Prazo em duas categorias: passivo operacional e passivo de financiamento.

O passivo operacional, também chamado de passivo de funcionamento, é composto de contas que estão diretamente vinculadas ao negócio da empresa. São as obrigações devidas àquelas pessoas ou empresas ligadas à atividade operacional e ao funcionamento da gestão, como as provenientes da compra de mercadorias a prazo, dos valores de salários, impostos e outras contas a pagar. Esse passivo é denominado por Oliveira (2008) de passivo cíclico. Para Assaf Neto (2014, p. 626), trata-se de um financiamento para “investimento cíclico de recursos em giro e se repete periodicamente, assumindo em consequência um caráter permanente”.

No grupo do Passivo de Financiamento, também chamado de Passivo Financeiro, são alocadas as contas referentes a Empréstimos e Financiamentos Bancários. Denominado por Oliveira (2008) “passivo não cíclico” ou “errático”, é, basicamente, ligado “a dívidas de curto prazo que não estão relacionadas à operação, como empréstimos bancários de curto prazo”. No dizer de Assaf Neto (2014), esses financiamentos são sazonais, resultantes, por exemplo, da necessidade de financiamento de estoques antes de período de entressafra, ou seja, referem-se a variações temporárias.

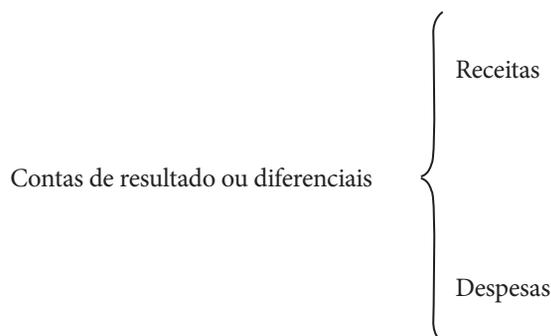
A divisão dos passivos em cíclico e errático é muito importante quando se realiza a análise da liquidez das empresas adotando o modelo dinâmico de análise financeira, conhecido como modelo Fleuriet. Esse modelo foi concebido no Brasil, na década de 1970, com o objetivo de se criar um estilo gerencial voltado para as características da estrutura empresarial do país, capaz de enfrentar um ambiente de rápido crescimento e altas taxas de inflação (DILÁSCIO; SOUZA; OLIVEIRA, 2007).

Além das exigibilidades, a empresa obtém recursos provenientes dos lucros de suas operações, pois o seu patrimônio se modifica constantemente em virtude, principalmente, de suas atividades operacionais. Para exercer essas atividades, e para que elas sejam lucrativas, a empresa tem de obter receitas para suportar as despesas e ainda fazer com que sobrem recursos para a geração de lucros. O objetivo das empresas é o lucro, ou seja, que as receitas sejam maiores que as despesas, gerando resultado positivo de suas atividades. No desenvolvimento dessas atividades, o capital da empresa sofre variações, aumentativas ou diminutivas, por meio do consumo e da recuperação de bens e serviços.

O custo incorrido na empresa é posteriormente recuperado em forma de receitas (vendas e outras), e a recuperação geralmente se dá por um valor de receita superior ao do custo.

As contas de resultado ou diferenciais registram as receitas obtidas, assim como as despesas e os custos incorridos no mesmo período, de acordo com a Figura 4.

Figura 4 – Diagrama das contas de resultado

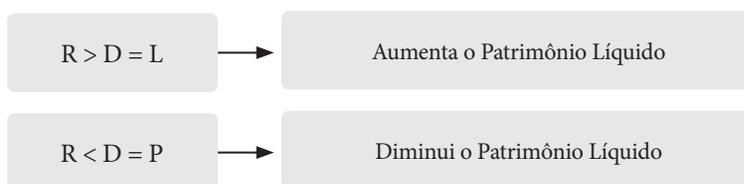


Fonte: Elaborada pelo autor.

Sob a ótica dos registros contábeis, os elementos que afetam o Patrimônio Líquido, constituídos de receitas e despesas de várias espécies, são controlados à parte. Enquanto as contas patrimoniais (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido) são evidenciadas no Balanço Patrimonial, as contas de Receita e Despesas, por serem contas diferenciais, são controladas separadamente e se encerram na Demonstração do Resultado.

Findo o período ou exercício, apura-se a soma da Receita (R) e da Despesa (D) para verificação do resultado, que poderá indicar Lucro (L) ou Prejuízo (P), conforme a Figura 5.

Figura 5 – Variações do Patrimônio Líquido



Fonte: Elaborada pelo autor.

Se as receitas forem superiores às despesas, haverá lucro, e ele será adicionado ao Patrimônio Líquido. De outro lado, se as receitas forem menores que as despesas, verifica-se prejuízo, que será diminuído do Patrimônio Líquido.

A principal fonte de fortalecimento da riqueza líquida, para Marion (2015, p. 87), é “o bom lucro”, pois a constante obtenção de resultado positivo contribui para um aumento da riqueza, ou patrimônio, de uma entidade.

No Quadro 5, é possível constatar as categorias dos Passivos.

Quadro 5 – Divisão dos grupos de contas dos Passivos

Passivo Circulante	
Contas erráticas	Contas cíclicas
Empréstimos de curto prazo	Duplicatas a Pagar
Dividendos a Pagar	Salários a Pagar
IRPJ a Pagar	Energia elétrica a Pagar

(Continua)

Passivo Circulante

Contas erráticas	Contas cíclicas
Passivo não Circulante	
Contas não Cíclicas	
Exigível a Longo Prazo	
Capital Social	
Reservas de Capital	
Reservas de Lucros	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por outro lado, para facilitar a leitura, a análise e a interpretação dos componentes patrimoniais, existe uma constante preocupação em estabelecer uma adequada distribuição das contas em grandes grupos e em subgrupos, também no lado das aplicações de recursos. Para Oliveira (2008), o Ativo Circulante é dividido em contas erráticas e contas cíclicas, e o Ativo não Circulante é composto por contas não cíclicas.

As contas ativas denominadas cíclicas são aquelas que estão diretamente vinculadas ao negócio da empresa, como Duplicatas a Receber e Estoques. Já no grupo de contas erráticas, são classificadas a conta Caixa e Bancos e a conta Aplicações Financeiras realizadas pela empresa.

No Quadro 6, é possível constatar as categorias dos Ativos.

Quadro 6 – Divisão dos grupos de contas dos Ativos

Ativo Circulante	
Contas erráticas	Contas cíclicas
Caixa	Duplicatas a Receber
Bancos	Estoques
Aplicações financeiras	
Ativo não Circulante	
Contas não cíclicas	
Realizável a longo prazo	
Investimentos	
Imobilizado	
Intangível	

Fonte: Elaborado pelo autor.

A lógica na divisão das contas como erráticas e cíclicas decorre do pressuposto de que as cíclicas recebem valores específicos das atividades operacionais da companhia, como Duplicatas a Receber e Estoques. As contas de Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras constantes do Ativo Circulante podem receber valores provenientes de aumento de capital, de empréstimos ou pagos decorrentes de empréstimos, por exemplo, que não possuem relação direta com o ciclo operacional da empresa.

Considerações finais

A pessoa física ou jurídica obtém e aplica recursos financeiros durante toda a sua existência, que, pelo princípio da continuidade, será para sempre. Pela equação que representa o patrimônio (Aplicações = Origens), uma origem deve corresponder, necessariamente, a uma aplicação de recursos. A empresa aplica seus recursos em bens e direitos, alguns com a finalidade de uso, outros com a finalidade de consumo ou conversão. Os bens de uso também serão convertidos, porém isso se dá gradualmente, durante um longo período.

Para financiar suas aplicações, como os recursos provenientes dos sócios são insuficientes para cobrir as necessidades planejadas, as empresas se valem de recursos de terceiros. É importante observar, também, que, além da insuficiência de recursos próprios, muitas vezes o capital de terceiros tem um custo inferior ao do capital próprio. Por exemplo, os empréstimos concedidos pelos bancos de investimento que oferecem juros subsidiados decorrentes de políticas públicas adotadas.

As aplicações e as origens de recursos denominadas, respectivamente, Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido são evidenciadas no Balanço Patrimonial de uma entidade. O Balanço Patrimonial tem esse nome por desenhar a ideia de uma balança (com valores), pois os dois lados (esquerdo e direito) somados sempre fornecerão o mesmo resultado. Imaginando uma balança de pratos, em que o Ativo fica na esquerda e o Passivo, na direita, se ambos tiverem valores iguais, a balança terá equilíbrio, mas, considerando que normalmente são valores diferentes, a balança penderá para o lado cujos valores são maiores. O peso necessário para o novo equilíbrio (no valor da diferença identificada) é o Patrimônio Líquido, que é o capital pertencente aos acionistas da empresa.

Ampliando seus conhecimentos

- PADOVEZE, Luis Clóvis. *Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Um aprofundamento de conceitos e fundamentação sobre assuntos que nos dizem respeito se dá pela revisão da literatura de diversos autores, o que permite melhor contextualizar e comparar diversas opiniões. Por isso, sugerimos a leitura do Capítulo 1, intitulado *Patrimônio*, o qual traz ensinamentos importantes sobre o tema desenvolvido neste capítulo.

- MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Mais detalhes sobre a estrutura qualitativa e quantitativa do Balanço Patrimonial, que foi abordada neste capítulo, você encontrará ao realizar o estudo do Capítulo 2, item 2.3, do livro indicado.

Atividades

1. Na primeira coluna, estão relacionadas origens e aplicações de recursos. Associe-as à segunda ou à terceira coluna e classifique-as, conforme o exemplo.

Origens e aplicações	Aplicados		Obtidos	
	Bem	Direito	Recursos próprios	Recursos de terceiros
Caixa	X			
Capital social			X	
Veículos				
Máquinas				
Terrenos				
Duplicatas a receber				
Duplicatas a pagar				
Salários a pagar				
Reservas de lucros				
Construção civil				
Impostos a pagar				
Estoque de matéria-prima				
Cheques a receber				
Dividendos a pagar				
Financiamentos bancários				

2. Relacione a coluna da esquerda com a da direita.

- | | |
|----------------------|------------------------|
| 1 – Direitos | () Duplicatas a Pagar |
| 2 – Bens tangíveis | () Marcas e patentes |
| 3 – Bens intangíveis | () Clientes |
| 4 – Passivo | () Veículos |
| 5 – Capital Social | () Patrimônio Líquido |

3. Coloque (V) se verdadeiro e (F) se falso.

- () Elementos positivos são as obrigações.
- () Elementos positivos são os bens e as obrigações.
- () Elementos positivos são os bens e os direitos.
- () O Passivo é composto por elementos negativos.
- () O Ativo e o Passivo compõem o patrimônio da empresa.

4. Represente em um gráfico em forma de “T” as contas a seguir, colocando no lado esquerdo os bens e direitos (Ativo) e no lado direito as Obrigações (Passivo): Caixa, Veículos, Duplicatas a Pagar, Impostos a pagar, Instalações, Duplicatas a Receber, Luz e Água a Pagar, Móveis e Utensílios, Estoque de Produtos, Salários a Pagar.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. *Finanças corporativas e valor*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 24 jul. 2019.

DILÁSCIO, Ronaldo Eduardo; SOUZA, José Antônio de; OLIVEIRA, Virgínia Izabel de. EVA e o Modelo Fleuriet: o uso de instrumentos de otimização em árvores de criação de valor. *Revista Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 122-146, ago. 2007. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rca/article/view/265/pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Ricardo. *Contabilidade básica*. 18. ed. Porto Alegre: Editora Ferreira, 2018.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de (coord.). *Contabilidade introdutória*: por uma equipe de professores da FEA da USP. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. *Introdução à Teoria da Contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Virginia Izabel de. Gestão da Liquidez. In: ROSSETTI, José Paschoal et al. *Finanças corporativas: teoria e prática empresarial no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Balanço Patrimonial

Nos últimos anos, o Brasil tem caminhado em direção à adoção integral da linguagem contábil universal. Isso significa que todos começam a ter condições equitativas de comparação e análise contábeis nos termos criados pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB), que tem por objetivo emitir normas e pronunciamentos de forma a padronizar conceitos e critérios contábeis por meio das Normas Internacionais de Informações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). No Brasil, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão independente que tem a incumbência de fazer convergir os princípios contábeis às normas internacionais.

Algumas normas internacionais já foram incorporadas pela legislação comercial brasileira por meio da edição das Leis n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e n. 11.941, de 27 de maio de 2009, que alteraram diversos dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Neste capítulo, serão analisadas e apresentadas as normas pertinentes à estrutura das contas que compõem o Balanço Patrimonial considerando as três leis editadas e os pronunciamentos publicados sobre o tema.

▶ Vídeo



3.1 O Balanço Patrimonial e a estrutura das contas

Pode-se estudar a estrutura do Balanço Patrimonial a partir do Decreto-Lei n. 2.647, de 1º de outubro de 1940. Até a década de 1930, o Brasil era um país essencialmente agrícola, constatando--se a existência de ciclos da borracha, da cana-de-açúcar e do café. Este último foi muito vantajoso para o Brasil, pois, em decorrência de grande área para a produção aliada ao clima favorável, exercia o controle da oferta e, em consequência, a fixação de preços.

O grande problema que gerou o término do ciclo foi a demanda, pois a venda internacional era dependente do crescimento populacional e econômico dos países importadores, principalmente dos Estados Unidos, que, em virtude da depressão ocorrida em 1929, teve forte diminuição de demanda. Em contrapartida, o excesso de oferta fez com que os preços caíssem vertiginosamente e elevassem sobremaneira o volume dos estoques.

Na década de 1930, o Brasil começou a buscar alternativas para não ser tão afetado pelas crises mundiais e elaborou projetos para promover a industrialização. Como resultado, o governo federal iniciou a produção siderúrgica em alta escala no país no ano de 1939, após a visita de técnicos norte-americanos para a promoção de estudos que, segundo Moreira (2000), comprovaram a possibilidade de o Brasil construir uma grande usina siderúrgica, ideia já defendida por técnicos brasileiros.

No início da década de 1940, foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A mudança de foco da economia brasileira ensejou a abertura dessas e de outras empresas. Com o objetivo de regulamentar as características e a natureza das sociedades anônimas, foi editado o Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, o qual, no capítulo XIII, instituiu o Exercício Social e a estrutura do Balanço (BRASIL, 1940), como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Estrutura do Balanço Patrimonial definida pelo Decreto-Lei n. 2.627/1940

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo
Ativo Imobilizado	Passivo Exigível de Curto Prazo
Estável	Passivo Exigível de Longo Prazo
Fixo	Capital
Ativo Disponível	Reservas Legais
Ativo Realizável de Curto Prazo	Reservas Estatutárias
Ativo Realizável de Longo Prazo	Resultado Pendente
Resultado Pendente	Contas de Compensação
Contas de Compensação	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base no artigo 135, alíneas "a" e "b", do Decreto-Lei n. 2.627/1940.

Além da diferença entre as denominações dos grupos de contas quando se compara com a atual estrutura, há diferença na ordem das contas. Note que o Ativo se iniciava com o grupo do Imobilizado, enquanto agora as contas e os grupos são classificados pela ordem decrescente de liquidez.

3.1.1 Estrutura da Circular n. 179/1972

A estrutura apresentada pelo Decreto-Lei n. 2.627/1940 era mais destinada aos proprietários das empresas e não mais se prestava para a realização da análise da situação econômico-financeira e para os trabalhos de auditoria, pois o Brasil evoluiu economicamente, e uma norma editada três décadas antes não mais atendia às necessidades constatadas na década de 1970.

Por isso, foi implantada pelo Banco Central do Brasil, por meio da Circular n. 179, de 11 de maio de 1972, uma estrutura do Balanço Patrimonial adequada às sociedades anônimas (BC, 1972). A regulamentação baixada pelo Banco Central decorreu do elevado crescimento econômico verificado no país a partir do ano de 1967, período designado como milagre econômico brasileiro.

Como informa Lago (1990), nesse período o mercado de ações cresceu consideravelmente, e os pequenos investidores começaram a adquirir ações na Bolsa de Valores, forçando o Banco Central a aprimorar o mercado de capitais para que os investidores tivessem acesso a informações e pudessem analisar os riscos nos investimentos em ações. A estrutura do Balanço Patrimonial elaborada pela Circular n. 179/1972, porém, só era exigida para as sociedades constituídas sob a forma de sociedade anônima, e, por isso, um projeto de lei que atingisse todas as empresas se fazia necessário.

3.1.2 Estrutura da Lei n. 6.404/1976

Em 1974, o Ministério da Fazenda encaminhou ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei acompanhado de uma exposição de motivos assinada pelo então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, informando que o projeto tinha como objetivo básico

criar a estrutura jurídica necessária ao fortalecimento do mercado de capitais de risco no País, imprescindível à sobrevivência da empresa privada na fase atual da economia brasileira. A mobilização da poupança popular e o seu encaminhamento voluntário para o setor empresarial exigem, contudo, o estabelecimento de uma sistemática que assegure ao acionista minoritário o respeito a regras definidas e equitativas, as quais, sem imobilizar o empresário em suas iniciativas, ofereçam atrativos suficientes de segurança e rentabilidade. (CVM, 1974, p. 1)

Esse projeto foi transformado na Lei n. 6.404/1976, e o seu capítulo XV trata do Exercício Social e das Demonstrações Financeiras. A Seção III, artigo 178, desse capítulo, determina que as contas do Balço Patrimonial serão agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa, de acordo com o especificado no Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação dos grupos de contas do Balço Patrimonial, segundo a Lei n. 6.404/1976

Ativo	Passivo
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Disponibilidades	Passivo Exigível a Longo Prazo
Direitos a receber	Resultado de Exercícios Futuros
Estoques	Patrimônio Líquido
Despesas pagas antecipadamente	Capital Social
Ativo Realizável a Longo Prazo	Reservas de Capital
Ativo Permanente	Reservas de Reavaliação
Investimentos	Reservas de Lucros
Imobilizado	Lucros (Prejuízos) Acumulados
Diferido	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos artigos 178 e 179 da Lei n. 6.404/1976.

Na estrutura decorrente da Lei n. 6.404/1976, constata-se que os grupos de contas e as contas são dispostas na ordem decrescente de liquidez, como também se verifica a retirada das contas de resultado pendente e de compensação. Os eventos contábeis relativos a esses dois grupos de contas que ocasionavam registros no Balço Patrimonial passaram a constar das Notas Explicativas anexas às demonstrações financeiras.

3.1.3 Estrutura da Lei n. 11.638/2007

Novamente, quase 30 anos depois, após novos acontecimentos, a partir de 2005 o Brasil decidiu convergir às normas internacionais de auditoria e contabilidade. Para essa convergência, foi editada a Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, embora sua vigência plena tenha ocorrido

somente em 2010. Além de estabelecer a convergência às normas internacionais, as modificações introduzidas por ela na Lei n. 6.404/1976 impactaram na estrutura do Balanço Patrimonial, como pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3 – Classificação dos grupos de contas do Balanço Patrimonial segundo a Lei n. 11.638/2007

Ativo	Passivo
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Disponibilidades	Passivo Exigível a Longo Prazo
Direitos a receber	Resultado de Exercícios Futuros
Estoques	Patrimônio Líquido
Desp. pagas antecipadamente	Capital Social
Ativo Realizável a Longo Prazo	Reservas de Capital
Ativo Permanente	Ajuste de avaliação patrimonial
Investimentos	Reservas de Lucros
Imobilizado	(Prejuízos) acumulados
Intangível	-
Diferido	-

Fonte: Adaptado da Lei n. 11.638/2007.

Ao confrontar os Quadros 2 e 3, constata-se que a Lei n. 11.638/2007 incluiu o grupo do Intangível no Ativo não Circulante e alterou o grupo de Reservas de Reavaliação para Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido.

3.1.4 Estrutura da Lei n. 11.941/2009

Em decorrência da elevação do fluxo líquido de investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil, que, de acordo com o Boletim Focus, “somou US\$34,6 bilhões em 2007, estabelecendo recorde anual para a série iniciada em 1947” (BC, 2019), houve necessidade de harmonizar alguns grupos de contas do Balanço Patrimonial. Para isso, foi editada a Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009, que alterou a estrutura do Balanço descrita na Lei n. 11.638/2007 nos seguintes grupos de contas:

- O Ativo passa a ter dois grandes grupos: Ativo Circulante e Ativo não Circulante. Como consequência, o Ativo Realizável a Longo Prazo passa a ser um subgrupo do Ativo não Circulante.
- O Ativo Permanente passa a ser chamado de Ativo não Circulante.
- O subgrupo Ativo Diferido desaparece do Balanço Patrimonial.
- O grupo Passivo Exigível a Longo Prazo é alterado para Passivo não Circulante.
- Desaparece o grupo de Resultados de Exercícios Futuros, e possíveis eventos sob esse título devem compor um subgrupo do Passivo não Circulante.

O detalhamento da nova estrutura do Balanço Patrimonial consta do Quadro 4.

Quadro 4 – Estrutura do Balço Patrimonial de acordo com a Lei n. 11.941/2009

Ativo	Passivo
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Disponibilidades	Passivo não Circulante
Direitos a receber	-
Estoques	Patrimônio Líquido
Desp. pagas antecipadamente	Capital Social
Ativo não Circulante	Reservas de Capital
Realizável de Longo Prazo	Ajuste de avaliação patrimonial
Investimentos	Reservas de Lucros
Imobilizado	(-) Ações em tesouraria
Intangível	(Prejuízos) acumulados

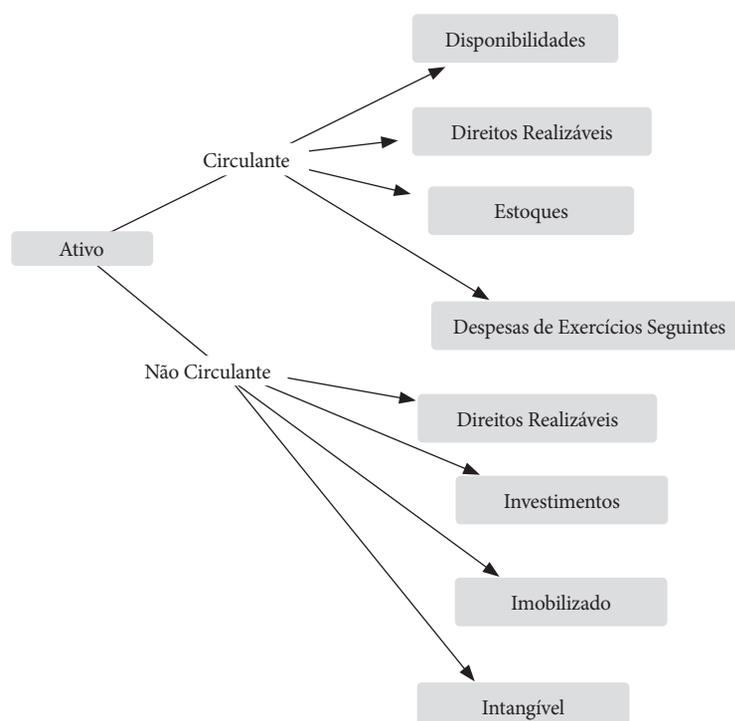
Fonte: Adaptado da Lei n. 11.941/2009.

A explicitação dos diversos grupos, subgrupos e contas implantadas pela Lei n. 11.941/2009 é assunto que será abordado nas seções seguintes, começando com a classificação das contas do Ativo.



3.2 Classificação das contas do Ativo

A correta classificação das contas no Balço Patrimonial, conforme sua natureza, é de fundamental importância para possibilitar estudos comparativos, análises e quaisquer outros detalhamentos extraídos da contabilidade. Um dos elementos que retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações é o agrupamento de contas discriminadas no Ativo, que, por sua vez, é subdividido em grupos e subgrupos de contas, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 – Grupos e subgrupos de contas que compõem o Ativo

Fonte: Elaborada pelo autor.

Com o objetivo de harmonizar a classificação das contas de acordo com as atividades da empresa e com toda a comunidade contábil mundial, e segundo o artigo 178 (incisos I e II) da Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976), o Ativo é dividido em dois grandes grupos:

- Ativo Circulante (AC).
- Ativo não Circulante (ANC).

Esses dois grupos de contas e as contas que os compõem serão objeto da explicitação dos subitens seguintes.

3.2.1 Ativo Circulante

No Ativo Circulante são alocadas todas as contas cujos valores se realizarão no curso do ano seguinte, ou seja, nos próximos 365 dias contados a partir da data do Balanço Patrimonial. Por outro lado, os ativos que serão realizados após 365 dias serão classificados no Ativo não Circulante.

É oportuno esclarecer que o ano seguinte é contado a partir da data em que a empresa elaborou o Balanço. Se a empresa encerrar seu Balanço no dia 31 de dezembro de 2019, por exemplo, todos os valores a serem realizados em 2020 serão classificados no AC, e os a realizar a partir de 2021, no ANC. Se o Balanço, porém, for encerrado em 30 de junho de 2019, os valores a receber até o dia 30 de junho de 2020 pertencerão ao AC, e os a receber a partir do dia 1º de julho de 2020, no ANC.

No Ativo Circulante estão descritos quatro grupos de contas, conforme Lei n. 6.404/1976 (art. 178), a qual estabelece que “as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados” (BRASIL, 1976). São elas: Disponibilidades, Direitos Realizáveis, Estoques e Despesas de Exercícios Seguintes, apresentadas detalhadamente a seguir.

Disponibilidades

Em decorrência do dispositivo legal, as contas do subgrupo das Disponibilidades, por serem as primeiras a serem realizadas, vêm em primeiro lugar. Nesse subgrupo são elencadas as contas Caixa, Bancos e Aplicações de Liquidez Imediata. As normas internacionais trabalham com o conceito de *disponibilidades* de forma abrangente, utilizando a expressão Caixa e Equivalentes de Caixa, que, de acordo com Iudícibus, Marion e Faria (2018, p. 49), “engloba, além das disponibilidades propriamente ditas, valores que podem ser convertidos, a curto prazo, em dinheiro, sem riscos”.

Direitos Realizáveis

A conta mais representativa do subgrupo dos Direitos Realizáveis é a conta Clientes ou Duplicatas a Receber, que engloba os valores referentes às vendas a prazo realizadas pela empresa.

As duplicatas a receber devem ser avaliadas pelo valor líquido de realização, isto é, pelo valor que realmente se espera receber. Por isso, havendo créditos de liquidação duvidosa, a parcela estimada que não será recebida em decorrência da inadimplência deverá ser deduzida do valor de duplicatas a receber (clientes). Comumente, essa conta é denominada Provisão para Devedores Duvidosos ou Créditos de Liquidação Duvidosa.

Suponha que determinada empresa, na data do Balço Patrimonial, tenha um saldo de duplicatas a receber no valor de R\$ 300.000,00, e que tenha previsto que R\$ 9.000,00 delas não serão recebidas. Assim, existe uma provável perda, que, por necessidade, foi aceita por conta de clientes duvidosos. É uma perda provável que deve ser demonstrada no Balço Patrimonial na forma apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – Demonstração da conta de Duplicatas a Receber

Ativo Circulante	
Direitos Realizáveis	R\$
Clientes ou Duplicatas a Receber	300.000,00
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(9.000,00)
Valor de realização	291.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pelas contas e dados constantes na Tabela 1, percebe-se que a empresa, prudentemente, considera como recebível somente o valor líquido do que julga receber, excluindo, em decorrência, aqueles valores atribuídos a eventuais clientes inadimplentes.

Estoques

Os Estoques são um subgrupo do Balço que possui grande número de contas. Na ordem decrescente de liquidez, em primeiro lugar vem a conta de Produtos Acabados e, na sequência, a de Produtos em Elaboração. Os custos que integram este último grupo são a matéria-prima, outros materiais diretos, mão de obra direta e todos os seus encargos e os custos indiretos de fabricação (salários de supervisores, aluguel, depreciação, manutenção e reparos, segurança, limpeza etc.).

Na sequência da discriminação dos Estoques, tem-se a Matéria-Prima que ainda não foi utilizada, o Almojarifado, as Importações em Andamento, os Adiantamentos a Fornecedores etc.

De acordo com o inciso II, do artigo 183, da Lei n. 6.404/1976, no Balço, os elementos do Ativo serão avaliados, entre outros elementos, segundo “os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almojarifado, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior” (BRASIL, 1976).

Da leitura do dispositivo legal transcrito, resultam duas hipóteses:

- Perda estimada para redução ao valor realizável.
- Perda em estoques.

Com referência à redução, quando se constatar, por exemplo, que uma matéria-prima adquirida por R\$ 500,00 tenha um valor de realização na data do Balço de R\$ 450,00, deverá ser procedida uma provisão para adequar o valor do bem ao valor de mercado. Assim, será feito um lançamento como Despesa do Exercício no valor de R\$ 50,00, em contrapartida de uma conta de Provisão para Ajuste de Estoques ao valor de mercado, também no valor de R\$ 50,00. Essa conta de provisão será alocada como redutora do valor de Estoques.

A perda em Estoques provém da ocorrência de casos fortuitos, como incêndios, inundações etc. Verificado, por exemplo, que do estoque de R\$ 500,00, referido no parágrafo anterior, R\$ 35,00 não mais poderão ser vendidos em consequência da deterioração do produto, será feito um lançamento como Despesa com perda de estoques no valor de R\$ 35,00 e, em contrapartida, uma conta de provisão para perda de estoques no valor de R\$ 35,00.

Ambos os valores deverão ser demonstrados no Balanço Patrimonial na forma apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 – Demonstração da conta Estoques

Ativo Circulante	
Estoques	R\$
Mercadorias	500,00
(-) Ajuste a valor de realização	(50,00)
(-) Provisão para perdas	(35,00)
(=) Valor líquido de realização	415,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

A mesma preocupação demonstrada quanto aos Recebíveis (Tabela 1) deve ser estendida aos Estoques. Existem estoques que, em decorrência de avanços tecnológicos ou da sazonalidade, perdem seu valor e precisam ser vendidos abaixo do custo, como nas liquidações. Da mesma maneira, em consequência de alguns fatos fortuitos, como inundação, alguns estoques são perdidos e isso ocasiona uma diminuição dos seus valores.

Despesas de Exercícios Seguintes

As Despesas de Exercícios Seguintes, referidas no artigo 179 da Lei n. 6.404/1976, representam pagamentos de despesas que beneficiarão períodos subsequentes. Um exemplo clássico é o pagamento antecipado de seguros. A empresa paga à vista, para usufruir descontos, o valor do prêmio do seguro, o qual tem validade de um ano, constituindo direito de ser ressarcida na hipótese de ocorrência de um caso fortuito. Veja um exemplo na pessoa física: ao contratar um seguro para o seu automóvel, o sujeito paga à vista o valor e terá a garantia caso algum acidente venha a ocorrer (roubo, colisão etc.) durante os próximos 12 meses.

Outras contas que são elencadas nesse subgrupo são as Assinaturas de Revistas e Periódicos, os Aluguéis Pagos Antecipadamente, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), entre outras.

3.2.2 Ativo não Circulante

Até a edição da Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009, o Ativo era dividido em três grupos: Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo e Ativo Permanente. Com a vigência dessa lei, o grupo de contas referente ao Realizável a Longo Prazo foi suprido como grupo isolado e incluído no atual Ativo não Circulante, que substituiu o grupo que era denominado de Ativo Permanente.

Assim, na sequência são apresentadas a estrutura, a definição e a explicação dos itens criados pela Lei n. 11.941/2009.

Direitos Realizáveis

O primeiro subgrupo do Ativo não Circulante são os Direitos Realizáveis a Longo Prazo, ou seja, depois de transcorrido o ano seguinte. Os valores a receber em prazo superior a 365 dias sofrem a corrosão da moeda, pois quando recebidos não valerão mais o que valem hoje. Assim, de acordo com a Lei n. 11.638/2007 (BRASIL, 2007), eles serão ajustados a valor presente e, de acordo com o CPC n. 12, “sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante” (CPC, 2008). Complementando esse entendimento, o Pronunciamento Técnico CPC n. 12 (CPC, 2008) determina que os recebíveis devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de retorno que reflitam as avaliações do mercado.

A título de exemplo, imagine que uma duplicata no valor de R\$ 1.000,00 vença daqui a 367 dias (ANC) e que a taxa de retorno que reflete o valor de mercado seja de 10% (pode ser o índice de inflação), ou seja, daqui a um ano, os R\$ 1.000,00 não têm mais o mesmo valor, por isso se verifica uma perda. Qual será essa perda? A resposta é encontrada com a fórmula de cálculo de valor presente líquido, estudada em matemática financeira:

$$1 / (1 + i)^n$$

Substituindo o “i” pelo percentual de retorno, tem-se $1 / 1,10 = 0,9090$, ou seja, os R\$ 1.000,00 a serem recebidos daqui a um ano valem hoje R\$ 909,00, resultando em uma perda de R\$ 91,00.

No Balço Patrimonial, esses valores estarão evidenciados de acordo com o Tabela 3.

Tabela 3 – Composição das contas de Direitos Realizáveis Líquidos de Longo Prazo

Ativo não Circulante	
Direitos Realizáveis a Longo Prazo	R\$
Duplicatas a Receber	1.000,00
(-) Ajuste a Valor Presente	(91,00)
(=) Direitos Realizáveis Líquido	909,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

O ajuste a valor presente sugere que as demonstrações contábeis precisam apresentar o maior valor preditivo do Ativo, de modo a contribuir para melhorar o grau de sua relevância. Serão também classificados nesse grupo, por força do artigo 179, inciso II, da Lei n. 6.404/1976, “adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia” (BRASIL, 1976).

Investimentos

O segundo conjunto de contas do Ativo não Circulante são os valores dos Investimentos que são realizados, de acordo com Marion (2015, p. 342), “com a propensão de produzir renda para a empresa. São participações voluntárias ou incentivadas”. Há também outros tipos de Investimentos.

As voluntárias referem-se a ações ou quotas de capital adquiridas de outras empresas, principalmente as coligadas e controladas. As incentivadas provêm de incentivos fiscais em determinadas áreas ou em determinadas atividades, como reflorestamento e turismo.

Outros Investimentos são os que possuem caráter permanente, porém não se destinam às atividades operacionais da empresa: imóveis alugados, imaginário e obras de arte, imóveis destinados como sede social para confraternização e recreação dos colaboradores, entre outros.

Os Investimentos serão avaliados pelo valor justo ou pela equivalência patrimonial. De acordo com o CPC n. 46/2012, valor justo é: “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração” (CPC, 2012). Os investimentos realizados em coligadas e em controladas, de acordo com Marion (2015), deverão ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Suponha que a empresa investidora participe com R\$ 500.000,00, investimento que representa 20% do capital da empresa investida, e que esta, no atual período, tenha apurado um prejuízo de R\$ 50.000,00. A investidora terá de efetuar uma provisão para ajuste dos investimentos proporcionalmente à equivalência patrimonial. Dessa maneira, o ajuste será o correspondente a 20% de R\$ 50.000,00, ou seja, R\$ 10.000,00.

Imobilizado

O terceiro conjunto de contas do Ativo não Circulante é o Imobilizado, o qual, de acordo com Marion (2015, p. 331), “é de natureza relativamente permanente que se utiliza na operação dos negócios de uma empresa e que não se destina à venda”. Em consequência, são classificados como imobilizado, entre outros:

- o terreno onde estão construídos os edifícios;
- a planta industrial, assim entendidos os edifícios da fábrica;
- as máquinas;
- os equipamentos e as ferramentas;
- os veículos;
- as imobilizações em andamento.

Os bens que compõem o Imobilizado são registrados pelo custo incorrido para colocá-lo em condições de uso. Quando se afirma que sua “natureza é relativamente permanente”, é para entender que, com o passar do tempo, os bens vão sofrendo deterioração física ou tecnológica. A perda da eficiência funcional dos bens tangíveis vai sendo acumulada em uma conta denominada Depreciação Acumulada, classificada como redutora do Ativo Imobilizado.

A Depreciação deve ser entendida como a medida de perda de utilidade do bem de uso, representada por cotas periódicas (mês, trimestre ou ano), computada como custo ou despesa de cada exercício.

A cota de depreciação, computada como custo ou despesa de cada exercício, é obtida pela aplicação de algum método que permita a recuperação do investimento realizado ao fim do período de vida útil, estimada para o bem de uso – no caso, refere-se ao Ativo Imobilizado.

Depreciação é uma despesa, ou custo, que não representa desembolso de caixa. Esse conceito é muito importante porque vários indicadores econômicos levam em consideração o emprego da Depreciação como indicativo de geração de caixa.

A depreciação funcional está ligada às transformações do mercado. Como as preferências do mercado alteram-se ao longo do tempo, um computador, por exemplo, pode ficar obsoleto, e este fator precisa ser considerado pela Depreciação.

O Ativo Imobilizado pode ser constituído de recursos naturais, como uma jazida ou uma floresta. Esses bens, com o passar do tempo, são exauridos para suprimento de matéria-prima. A exaustão corresponde à perda de valor decorrente da exploração de recursos minerais ou florestais ou de outros bens aplicados na exploração. Os valores relativos à exaustão dos recursos naturais vão sendo acumulados em uma conta denominada Exaustão Acumulada, classificada como redutora do Ativo Imobilizado.

Intangível

O último grupo de contas do Ativo não Circulante é o Intangível. Enquanto os bens corpóreos, por possuírem uma substância material, são denominados de Imobilizado, os bens que não possuem uma substância concreta são denominados de Intangível, como as marcas e patentes, o ponto comercial, os direitos de uso etc.

Bens intangíveis também têm perdas da capacidade. Essa perda vai sendo acumulada em uma conta denominada Amortização Acumulada, que é redutora do Intangível. A taxa anual de amortização será fixada tendo em vista o número de anos de existência do direito ou o número de exercícios sociais em que deverão ser usufruídos os benefícios dos itens que compõem o Intangível. Se, por exemplo, uma empresa adquirir uma patente de invenção para a fabricação de certa máquina, quando, por hipótese, faltar cinco anos para a patente cair em domínio público, a amortização será feita a uma taxa de 20% ao ano.

3.2.2.1 Exemplo envolvendo cálculos de Exaustão, Depreciação e Amortização

Com o objetivo de demonstrar a perda de valor decorrente do desgaste, da exaustão ou da obsolescência dos ativos Imobilizado e Intangível, suponha os dados constantes do Tabela 4.

Tabela 4 – Contas do Imobilizado e Intangível da Madeireira Pinho sem Nó

Descritor	Valor (R\$)
Floresta de 500 hectares de pinheiros	4.000.000,00
Máquinas e tratores utilizados na exploração da floresta	100.000,00
Marca Pinho sem Nó registrada em órgãos competentes	3.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Para a realização dos cálculos relativos à Exaustão, à Depreciação e à Amortização, as seguintes informações estão disponíveis:

- No ano, foram exauridos 150 hectares da floresta.
- Máquinas e tratores têm vida útil de 10 anos.
- A empresa tem o direito de uso da marca Pinho sem Nó por 5 anos.

Os cálculos dos valores que reduzirão o valor dos Ativos Tangíveis são os seguintes:

Exaustão

Se foram exauridos 150 ha dos 500 ha existentes, foram exauridos 30% dos pinheiros do total de hectares de pinheiros existentes (150 ha / 500 ha = 30%). Desse modo, o valor da exaustão será o resultado do cálculo da seguinte fórmula:

$$\text{R\$ } 4.000.000,00 \times 30\% = \text{R\$ } 1.200.000,00 \text{ de exaustão no ano}$$

Depreciação

Se as máquinas e os tratores têm vida útil de 10 anos, o valor do desgaste anual será de R\$ 10.000,00 (R\$ 100.000,00 de máquinas e tratores / 10 anos de vida útil = R\$ 10.000,00).

Amortização

Se a marca pode ser usada somente durante cinco anos, a amortização anual será de R\$ 600,00 ao ano (R\$ 3.000,00 da marca Pinho sem Nó / 5 anos = R\$ 600,00).

Essas contas serão demonstradas no Balanço Patrimonial na forma apresentada no Tabela 5.

Tabela 5 – Demonstração das contas do Ativo não Circulante

Imobilizado	R\$
Florestas	4.000.000,00
(-) Exaustão Acumulada	(1.200.000,00)
Máquinas e tratores	100.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(10.000,00)
Intangível	
Marcas e Patentes	3.000,00
(-) Amortização Acumulada	(600,00)
Ativo Circulante Total	2.892.400,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Assim, conclui-se a descrição dos subgrupos e das principais contas que compõem o Ativo de uma empresa. O Ativo representa as aplicações de recursos, ou seja, os investimentos realizados. Não é possível realizar investimentos sem que haja o necessário financiamento, conforme será visto na seção a seguir.



3.3 Classificação das contas do Passivo

A parte negativa do patrimônio são as obrigações denominadas de Passivo, que foram assumidas para financiar os bens e direitos (Ativo) da empresa. O Passivo possui um agrupamento de contas definidas pelo artigo 178, parágrafo 2º, da Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976):

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

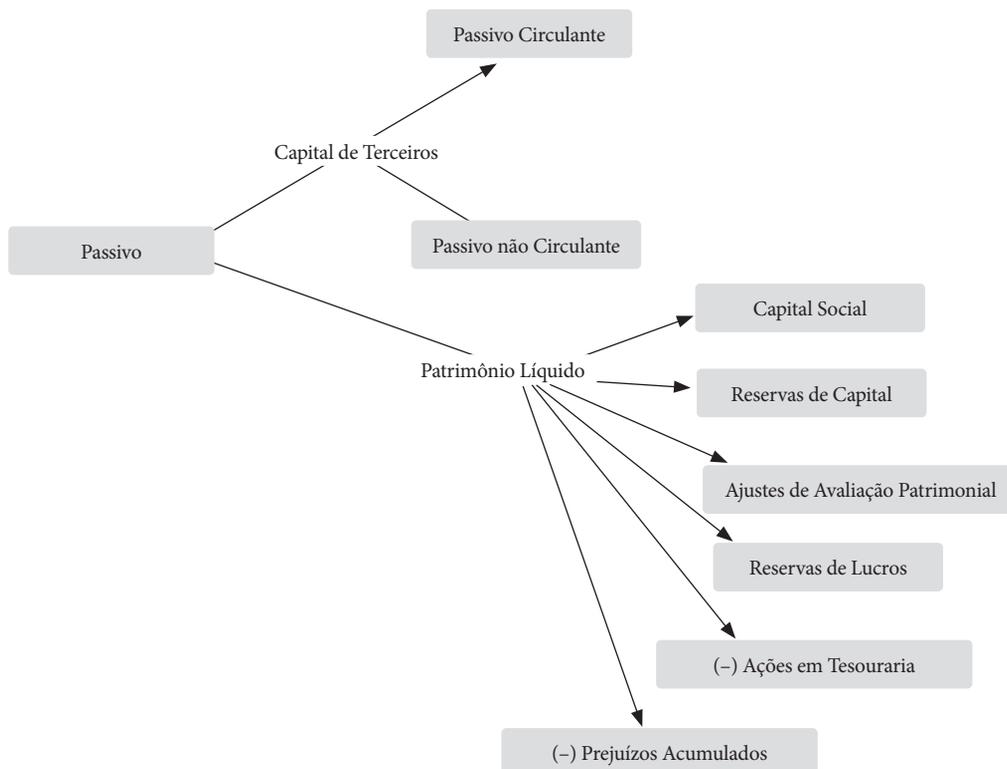
I – passivo circulante;

II – passivo não circulante; e

III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

Para melhor fixação, a Figura 2 apresenta os grupos e subgrupos do Passivo.

Figura 2 – Grupos e subgrupos de contas que compõem o Passivo



Fonte: Elaborada pelo autor.

O Passivo, que representa o capital de terceiros, é dividido em dois grupos:

- Passivo Circulante;
- Passivo não Circulante.

No Passivo Circulante (PC) são alocadas todas as contas cujos valores serão exigidos no curso do ano seguinte, ou seja, nos próximos 365 dias contados a partir da data do Balanço Patrimonial. Por outro lado, os passivos que serão liquidados após 365 dias serão classificados no Passivo não Circulante (PNC).

O ano seguinte é contado a partir da data em que a empresa elaborou o Balanço. Se o Balanço for encerrado em 31 de dezembro de 2019, por exemplo, todos os valores a serem exigidos em 2020 serão classificados no PC, e aqueles a realizar a partir de 2021, no PNC. Se o Balanço, porém, for encerrado em 30 de junho de 2019, os valores a pagar até o dia 30 de junho de 2020 pertencerão ao PC, e os do dia 1º de julho de 2020 em diante, ao PNC.

Diferentemente do Ativo, que possui grupos de contas definidos em lei, o Passivo Circulante e o Passivo não Circulante não apresentam contas aprioristicamente. Assim, o Plano de Contas da Companhia é que discriminará as contas que entender necessárias para uma contabilização adequada.

3.3.1 Passivo Circulante

As contas do Passivo Circulante mais utilizadas são:

- Fornecedores, que sintetiza as operações de compras ou de insumos ou de mercadorias realizadas a prazo.
- Salários, Comissões e Encargos Incidentes sobre a Folha de Pagamento ainda não pagos.
- Despesas incorridas ainda não pagas.
- Tributos a Pagar.
- Empréstimos a Pagar.

As contas que compõem o Passivo Circulante, excetuada a de Fornecedores, refletem as contrapartidas das partidas de lançamento dos diversos gastos ocorridos, porém ainda não pagos.

3.3.2 Passivo não Circulante

No Passivo não Circulante são alocadas as obrigações da empresa decorrentes de:

- Empréstimos tomados de instituição financeira para financiamento de Ativos não Circulantes.
- Emissão de debêntures ou outros títulos de dívida.
- Tributos cuja dilação de prazo de pagamento resulte em pagamentos de longo prazo.

Pelo artigo 184, inciso III, da Lei n. 6.404/1976, “as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente” (BRASIL, 1976). Assim, os juros previstos para os empréstimos realizados, por exemplo, devem ser mensurados pelo seu valor presente, nos termos do CPC n. 12 (CPC, 2008).

Como se vê na Figura 2, além dos recursos provenientes de terceiros (bancos, fornecedores etc.), existe uma origem de recursos chamada de capital próprio, também denominada Patrimônio Líquido (PL), que é o valor pertencente aos acionistas ou sócios da entidade.

3.3.3 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido, que representa o capital investido pelos sócios em uma empresa por quotas de responsabilidade limitada e pelos acionistas em uma sociedade por ações, possui diversos grupos de contas que serão explicadas a seguir.

Capital Social

O Capital Social é o investimento realizado pelos acionistas ou sócios da entidade. Quando se constitui uma sociedade, os sócios subscrevem o capital que deverá ser entregue à sociedade, porém o capital subscrito pode ser integralizado em parcelas de acordo com cronogramas avançados. Subscrição é o ato jurídico formal pelo qual o acionista assume a obrigação de transferir bens ou direitos para o patrimônio da entidade. Integralização corresponde à transferência de recursos do patrimônio particular para o patrimônio da entidade. A parcela que foi integralizada denomina-se capital realizado, e a parcela não integralizada denomina-se capital a integralizar.

Por exemplo, supõe-se que o capital subscrito pelos sócios de uma companhia tenha sido de R\$ 1.000.000,00, sendo que eles entregaram à sociedade recém-constituída somente R\$ 600.000,00 e que o restante seria entregue futuramente de acordo com cronograma financeiro constante da ata de instalação. Graficamente, o Patrimônio Líquido ficará de acordo com o Tabela 6.

Tabela 6 – Demonstração do Capital Social no Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	R\$
Capital Social	1.000.000,00
(-) Capital a Integralizar	(400.000,00)
(=) Capital Realizado	600.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como foi visto, o Capital Social corresponde à participação dos acionistas ou sócios de uma sociedade. Ocorre que estes não precisam entregar à empresa, no momento da subscrição, todo o valor comprometido. Assim, a empresa não recebe todos os valores prometidos pelos sócios. A promessa (subscrição) menos o que os sócios ou acionistas não entregaram à empresa tem de ser demonstrada na forma descrita no Quadro 10.

Reservas de Capital

Logo após o Capital Social, encontra-se o grupo de Reservas de Capital, o qual contém os valores que foram recebidos pela empresa, porém não são provenientes dos lucros e, por isso, não transitam pela Demonstração de Resultado. Um bom exemplo dessa Reserva é o ágio na subscrição das ações. A ação é a menor parcela do capital e possui um valor nominal que é expresso nos Estatutos Sociais.

Imagine que a empresa emita 1.000 ações ao valor nominal unitário de R\$ 10,00. No caso, o capital subscrito seria de R\$ 10.000,00 ($R\$ 10,00 \times 1.000$ ações), determinado em uma cláusula dos estatutos que só pode ser modificada por aprovação de uma Assembleia Geral Extraordinária. As ações são negociadas no mercado, e os investidores adquirem as ações não pelo seu valor nominal, mas pelo valor atribuído pelo mercado. Se o mercado perceber que a empresa tem valor, suas ações são valorizadas. Por exemplo, o mercado admite pagar R\$ 12,00 em vez de R\$ 10,00 por ação, o que significa dizer que houve um ágio de R\$ 2,00 por ação. Esse excedente não pode ser contabilizado na conta Capital em decorrência da cláusula estatutária que atribuiu R\$ 10,00 por ação. Por isso, o excedente de R\$ 2.000,00 (1.000 ações \times R\$ 2,00) será lançado no grupo de Reserva de Capital, na

conta Ágio na Emissão das Ações. Por outro lado, se a ação for comercializada por valor menor que o valor nominal, ocorre um deságio, lançado com valor negativo na conta de Reserva de Capital.

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Na sequência, constata-se a existência do grupo de Ajustes de Avaliação Patrimonial, utilizado para registrar as variações ocorridas nas aplicações em instrumentos financeiros destinados a negociações, como também os valores resultantes da avaliação das operações de fusão, incorporação e cisão. Imagine que existe um título contabilizado por R\$ 170,00, porém o preço de mercado, isto é, o preço pelo qual ele pode ser vendido é de R\$ 185,00. Constatada essa hipótese, há necessidade de ajustar o valor do título para este último. Isso resulta em um ajuste de R\$ 15,00 que será contabilizado como Ajuste de Variação Patrimonial, cujo valor lá permanecerá até o momento em que esse ativo for negociado, ocasião em que será transferido ao Resultado do Exercício em consonância com o Regime de Competência.

Reservas de lucros

Os acionistas colocam seus recursos em uma empresa com o objetivo de obter lucros que remunerem o capital investido e, por isso, tencionam retirar todo o lucro gerado nos diversos períodos. Por outro lado, os gestores da empresa lutam para que os lucros obtidos permaneçam nela, pois o objetivo deles é maximizar o valor da empresa.

O conflito entre o agente denominado de investidor e o agente denominado de gestor é estudado na Teoria da Agência, e, para tentar evitar o aprofundamento desse conflito, é realizada uma Assembleia Geral que decidirá quanto do lucro ficará retido na empresa. Os lucros retidos são alocados no grupo das Reservas de Lucros, sendo as principais:

- Reserva Legal;
- Reserva Estatutária;
- Reserva para Contingência;
- Reserva para Plano de Expansão.

A Reserva Legal, como o próprio nome sugere, é constituída na forma do artigo 193 da Lei n. 6.404/1976, o qual determina que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” (BRASIL, 1976), com a finalidade de assegurar a integridade do Capital Social.

A Reserva Estatutária, determinada pelos estatutos, é constituída de acordo com a finalidade, o valor da parcela e os limites fixados nos estatutos. A Reserva para Contingências pode ser criada com o objetivo de compensar eventuais prejuízos futuros, como uma ação judicial da qual a empresa participe e que tenha possibilidade de perda no julgamento. A Reserva para Planos de Expansão refere-se a um orçamento de capital que a empresa deseja empreender, por exemplo abertura de loja, criação de produto etc.

Vê-se que, ao aprovar a constituição dessas reservas, o acionista abre mão de receber parte do lucro gerado pelo empreendimento. De outro lado, a empresa se fortifica e mantém recursos próprios para financiar o seu Ativo.

Ações em tesouraria

Quando uma empresa adquire suas próprias ações, depara-se com a figura jurídica denominada ações em tesouraria, que pode ocorrer nas seguintes hipóteses:

- resgate, reembolso ou amortização de ações;
- cancelamento até o valor de reservas, sem diminuição do Capital Social;
- recebimento das ações em doações;
- aquisição para redução do capital.

As ações em tesouraria, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 182, da Lei n. 6.404/1976, “deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição” (BRASIL, 1976).

Prejuízos Acumulados

A conta de Prejuízos Acumulados representa o saldo remanescente da apuração do resultado do exercício. A nova legislação determina que todo o resultado positivo do exercício seja transferido para contas de Reserva de Lucros ou distribuído sob a forma de dividendos. Assim, no Patrimônio Líquido constará somente a conta negativa de Prejuízos Acumulados.

Essa é a estrutura dos grupos e das contas representativas das origens de recursos ou dos financiamentos tanto de terceiros como próprios que têm a finalidade de financiar os ativos da empresa.

Considerações finais

O Balço Patrimonial é a demonstração contábil que mostra a posição do patrimônio de uma empresa em determinada data e está dividido em Ativo e Passivo.

O Ativo é a parte do Balço que demonstra onde foram aplicados os recursos da empresa e é composto dos seguintes grupos de contas: Ativo Circulante e Ativo não Circulante, este subdividido em Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

O Passivo representa os recursos de terceiros colocados na empresa por meio de obrigações ou dívidas. Inserido no Passivo está o grupo de contas denominado de Patrimônio Líquido, que representa a parte dos recursos da empresa chamados de próprios, porque pertencem verdadeiramente aos donos.

O Passivo é subdividido em Circulante e Não Circulante, enquanto o Patrimônio Líquido é subdividido em Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

Ampliando seus conhecimentos

- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. *Manual de contabilidade societária*: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Foi visto que os valores de direitos a receber provenientes de vendas a prazo têm de ser retificados pela possibilidade de não cobrança referente a créditos de liquidação duvidosa. Para determinação do valor, diversos cálculos devem ser realizados. Modelos e fórmulas de cálculo você encontrará no Capítulo 4 – *Contas a receber* – desse livro.

- MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Para aprofundamento dos estudos relativos ao grupo de contas do Patrimônio Líquido, é importante estudar o Capítulo 16 – *Patrimônio Líquido* – desse livro.

Atividades

1. Classifique os itens da tabela a seguir em Ativo (A), Passivo (P) ou Patrimônio Líquido (PL).

Terrenos	
Automóvel	
Capital Social	
Depreciação Acumulada	
Impostos a Pagar	
Reservas de Capital	
Caixa e Bancos	
Prejuízos Acumulados	
Contas a Receber	
Provisão para Devedores Duvidosos	
Salários a Pagar	
Reservas de Lucros	

2. São dadas as seguintes contas e saldos:

Dinheiro em Caixa	R\$ 100,00
Móveis e Utensílios	R\$ 2.200,00
Duplicatas a Receber	R\$ 3.100,00
Contas a Pagar	R\$ 700,00
Aluguel a Pagar	R\$ 600,00
Veículos	R\$ 1.500,00
Capital Social	R\$ 800,00
Reserva Legal	R\$ 150,00

Determine:

- O valor do Patrimônio Líquido.
- O valor dos bens e direitos.
- O valor das obrigações com terceiros.

3. Identifique quais das contas a seguir são classificadas como Passivo Circulante (PC) ou como Passivo não Circulante:

- Fornecedores.
- Salários e Encargos Incidentes sobre a Folha a Pagar.
- Empréstimos para Financiamento de Ativos não Circulantes.
- Emissão de Debêntures.
- Tributos a Pagar no Ano Seguinte.
- Tributos a Pagar Depois do Ano Seguinte.
- Empréstimos para Financiamento do Capital de Giro a Pagar.

Referências

BC – Banco Central do Brasil. Circular n. 179, de 10 de maio de 1972. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 maio 1972. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/40314/Circ_0179_v2_L.pdf. Acesso em: 2 ago. 2019.

BC – Banco Central do Brasil. *Investimento estrangeiro direto*. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estatisticas/investimento_estrangeiro_direto. Acesso em: 2 ago. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 1º out. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2627compilado.htm. Acesso em: 2 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 17 dez. 1976. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm. Acesso em: 2 ago. 2018.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 28 dez. 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm. Acesso em: 2 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, 28 maio 2009. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm. Acesso em: 2 ago. 2019.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *CPC 12 – Ajuste a valor presente*. Brasília, 2008. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/219_CPC_12.pdf. Acesso em: 2 ago. 2019.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *CPC 46 – Mensuração do Valor justo*. 20 dez. 2012. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Audiencias/8_CPC46_19102012_AP.pdf. Acesso em: 2 maio 2019.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. *Exposição de motivos do anteprojeto da lei das Sociedades Anônimas*, 1974. Disponível em: http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/regulados/normas_contabeis/cpc/CPC_46_rev_12.pdf. Acesso em: 2 maio 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LAGO, Luiz Antonio Correa do. A retomada do crescimento e as distorções do milagre: 1967-1973. *In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.* Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MOREIRA, Regina da Luz. *CSN: um sonho de aço e ousadia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

Demonstração do Resultado do Exercício

O patrimônio das instituições, representado pelos seus bens, direitos e obrigações, sofre mutações de acordo com as políticas, estratégias de gestão e legislações fiscais e societárias às quais é submetido. Cabe ao Balanço Patrimonial evidenciar a situação patrimonial da empresa.

Além da representação do patrimônio, também é necessária a avaliação da situação econômica, que é possível com a observação das variações que ocorrem no Patrimônio Líquido da empresa. Algumas dessas variações ocorrem por meio de aumento ou diminuição de capital, por parte dos proprietários e/ou sócios, e também por aumento de algumas reservas de capital. Porém, neste capítulo, será possível verificar que na maioria das vezes a variação decorre do resultado operacional de uma entidade, pois a operação da empresa pode gerar lucro ou prejuízo.

Os tributos incidentes sobre o faturamento são suportados pelas empresas e superam seus lucros, por isso é necessário estudar e analisar todos eles, de modo a aferir sua representatividade na composição do preço do produto e sua interferência no resultado. Do mesmo modo, é significativo também o valor dos tributos incidentes sobre o resultado. Então, é preciso escolher a forma de tributação mais adequada para minimizá-los.



Vídeo



4.1 Apuração do resultado

Inicialmente, cabem algumas considerações sobre a denominação Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que foi instituída pela Lei n. 6.404/1976. À época da edição da lei, não existiam grandes corporações, não se falava em governança corporativa, e a tributação sobre o resultado provinha de cálculos efetuados sobre o lucro anual. Dessa maneira, a expressão *exercício* compreendia o exercício social ou período contábil, ou um prazo máximo de 12 meses, em que a empresa apurava o resultado de suas operações. Hoje, porém, dados os avanços verificados no campo da contabilidade e das finanças empresariais, a expressão *exercício* pode ser definida como o período em que é apurado o resultado de uma empresa. Além da DRE, que apura o resultado, a empresa deve elaborar e apresentar as demais demonstrações contábeis, como o Balanço Patrimonial, para um período que pode ser mensal, trimestral, semestral ou anual.

Enquanto o Balanço Patrimonial representa uma imagem congelada em um determinado momento, a Demonstração do Resultado do Exercício se relaciona com um dado intervalo de tempo, mostrando, ao final, se a empresa gerou lucro ou prejuízo nesse período. A DRE, no que se refere à forma, ao conteúdo e à temporalidade, deve ser entendida e interpretada sob a ótica societária, tributária, corporativa e preditiva.

4.1.1 Legislação societária

O artigo 179 do Código Civil do Brasil, Lei n. 10.406/2002, determina que o empresário e toda a sociedade empresarial são obrigados a levantar anualmente o Balanço Patrimonial e o de resultado econômico (BRASIL, 2002).

O Código Civil, porém, não fixa qual é o período anual. Assim, o período contábil denominado de exercício social pode não coincidir com o ano civil, com possibilidade de, por decisão da empresa, iniciar e encerrar em qualquer dia do ano. De acordo com o artigo 175 da Lei n. 6.404/1976, o exercício social terá duração de um ano, e a data do término será fixada no estatuto para as sociedades por ações e no contrato para as sociedades por quotas de capital (BRASIL, 1976).

Há, porém, exceção para o período de um ano nos casos de constituição da companhia ou de alteração estatutária, pois, de acordo com o parágrafo único do artigo 175 da Lei n. 6.404/1976, “na constituição da companhia e nos casos de alteração estatutária o exercício social poderá ter duração diversa” (BRASIL, 1976).

Se, por exemplo, uma empresa for constituída em 15 de outubro do ano 1, não é necessário encerrar o exercício social nesse mesmo ano, ato que pode ser feito em dezembro do ano 2. Assim, o exercício social terá a duração de 14 meses e 15 dias (de 15/10/2001 a 31/12/2002). Para fins societários, o exercício social pode encerrar em qualquer dia do ano, e é normal que empresas escolham o dia da constituição da empresa para o encerramento do exercício social.

É oportuno constatar que, em decorrência de os dispositivos pertinentes à legislação tributária exigirem a coincidência do exercício social com o ano civil, as empresas, em sua grande maioria, têm optado por fixar o dia 31 de dezembro de cada ano como data de levantamento do resultado do período.

4.1.2 Legislação tributária

Até o ano de 2007, quando o Brasil decidiu convergir suas normas contábeis às internacionais, o que se consolidou pela edição da Lei n. 11.638/2007 e da Lei n. 11.941/2009, “a contabilidade sempre foi muito influenciada pelos limites e critérios fiscais, particularmente os da legislação do Imposto de Renda” (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2018, p. 1). Algumas determinações exaradas pela autoridade fazendária, porém, ainda permanecem, como é o caso da determinação do resultado trimestralmente.

Já o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), por força do artigo 1º da Lei n. 9.430/1996, será determinado “com base no lucro real, presumido ou arbitrado, por períodos de apuração trimestrais encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário” (BRASIL, 1996).

Pela legislação tributária, no caso de recolhimento mensal, o IRPJ pode ser determinado pelo lucro real ou pelo estimado. Se a opção for com base no lucro real, ao final de cada ano, não restará imposto a pagar, tampouco a recuperar. Se for com base em estimativa, porém, no final de cada ano, deverá ser realizada uma conciliação entre o que foi pago e o que deveria ter sido pago, e, restando diferença, haverá pagamento adicional ou recuperação.

4.1.3 Governança corporativa

As motivações para investir na compra de ações de uma companhia são:

- a possibilidade de receber grandes dividendos, que é uma parte do lucro destinada aos acionistas;
- a valorização de suas ações pelos resultados obtidos pela empresa.

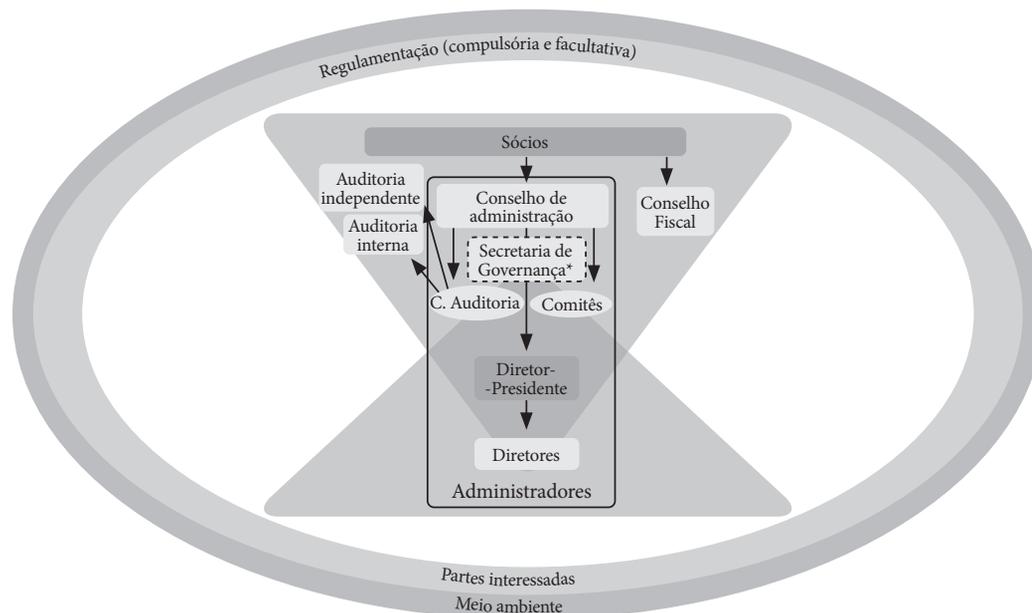
Os acionistas não exercem atos de gestão nas empresas das quais possuem ações e podem residir a milhares de quilômetros delas, dado que estas têm de ser vistas em um mundo global. Para eles, na análise de quais ações devem comprar e de quais empresas, um resultado apresentado em um período anual ou mesmo trimestral é demasiado longo. Significa dizer que, para eles, os prazos determinados tanto pela legislação societária como pela tributária não atendem suas necessidades.

Assim, visando a aumentar o valor da empresa, facilitar o acesso dos acionistas às informações contábil-financeiras e promover o relacionamento entre os acionistas e os diversos órgãos da empresa, foi criado o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

O IBGC foi fundado em 27 de novembro de 1995, como Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA), por um grupo de 36 empresários, e, em 1999, ocorreu a alteração do nome e a edição do primeiro Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (IBGC, 2015). A importância do Instituto mereceu destaque em decorrência de na década de 1990 terem ocorrido diversas privatizações e maior abertura do mercado nacional. Essas mudanças no cenário econômico-empresarial criaram a necessidade de fortalecimento das empresas, incluindo uma visão globalizada.

A governança corporativa, de acordo com o IBGC (2015), é um sistema que permite às empresas serem dirigidas e monitoradas por todos os seus agentes: acionistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal. A Figura 1 apresenta todos os agentes envolvidos na governança.

Figura 1 – Contexto e estrutura do sistema de governança corporativa



No Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) instituiu o Novo Mercado (NM) e também os níveis 1 e 2, denominados Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (NDGC), “a fim de promover, entre outras coisas, a pulverização do mercado acionário brasileiro” (CAMARGOS; BARBOSA, 2010, p. 191).

As empresas pertencentes ao nível 1 se obrigam a:

- manter pelo menos 25% do capital da empresa em circulação (*free float*);
- colocar novas ações no mercado por meio de oferta pública (dispersão do capital);
- divulgar as operações que envolvam ativos da companhia;
- prestar informações trimestrais;
- publicar um calendário anual com todos os eventos corporativos.

As empresas listadas no nível 2 se obrigam a aderir às regras do nível 1 e:

- aderir à câmara de arbitragem, quando houver impasses entre controladores e acionistas;
- publicar o balanço anual seguindo normas internacionais (*United States Generally Accepted Accounting Principles – US GAAP*);
- se ocorrer a venda, fazê-la por 100% do preço pago pelas ações do controlador e oferecê-las, primeiro, aos detentores minoritários de ações;
- conceder direito a voto aos possuidores de ações preferenciais nos casos de incorporação, cisão ou fusão da empresa;
- se houver fechamento de capital, ofertar a compra de ações em circulação pelo valor econômico da empresa.

As empresas do **novo mercado** devem aderir às regras dos níveis 1 e 2 e:

- ter apenas ações ordinárias;
- **apresentar todas as operações da empresa e seus derivativos em bases mensais;**
- divulgar a Demonstração de Fluxo de Caixa e o Balanço Trimestral com revisão especial e consolidados;
- publicar as posições acionárias acima de 5% e as posições acionárias dos administradores e controladores.

Além disso, as empresas que se comprometerem com o exercício das boas práticas da governança corporativa, não só divulgam seus resultados trimestralmente, como também demonstram relatórios com a discussão e a análise dos fatores que influenciaram preponderantemente o resultado, indicando os principais fatores de risco internos e externos a que a companhia está sujeita.

4.1.4 Caráter preditivo

Uma das características qualitativas fundamentais da informação contábil trazidas pelo CPC 00 (CPC, 2011) é que ela deve ser relevante e, como tal, capaz de influenciar decisões econômicas futuras. É o caráter preditivo dos usuários que vai fazer a diferença na tomada de decisões.

Quando o investidor estiver estudando e analisando quais ações deve adquirir, um dos instrumentos que o ajudará a tomar a decisão são as demonstrações financeiras. Por questão lógica e óbvia, as empresas que divulgam seus resultados de forma mais numerosa e com qualidade serão as que convencerão o investidor a adquirir suas ações. Percebe-se, então, que as empresas que praticam a governança corporativa e fornecem informações contábil-financeiras úteis a investidores têm mais valor que as demais.

Informação contábil-financeira relevante, de acordo com o CPC 00 R1 (CPC, 2011), é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários, inclusive na tempestividade de publicação. Será com base nos dados e informações constantes em uma série histórica da Demonstração do Resultado que a empresa realizará os orçamentos das receitas, dos custos e das despesas para períodos futuros.

▶ Vídeo



4.2 A Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração do Resultado Abrangente

As contas que compõem a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) são periódicas, o que significa que a cada período contábil, ou exercício social, os saldos dessas contas são encerrados para que se apure o resultado por meio da confrontação ordenada e sucessiva dos saldos, significando dizer que deverá ser elaborada de forma descritiva e dedutiva.

4.2.1 Demonstração do Resultado do Exercício

A estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício está prevista no artigo 187 da Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976), com nova redação introduzida pela Lei n. 11.941/2009 (BRASIL, 2009) e pelo CPC n. 26/2011 (R1) (CPC, 2011).

É importante observar que a Receita Federal e, frise-se, somente para fins de tributação, também apresenta uma estrutura para a DRE como, por exemplo, dispor que “na receita bruta não se incluem os tributos não cumulativos cobrados, destacadamente, do comprador ou contratante pelo vendedor dos bens ou pelo prestador dos serviços na condição de mero depositário” (BRASIL, 2014, art. 12, § 4º).

Para fins contábeis, principalmente os referentes à análise, é imprescindível que se destaquem o valor do faturamento deduzindo-se o valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e, como resultado dessa operação, o valor da Receita Bruta de Vendas. Isso porque, ao vender um produto, o valor da fatura será com a inclusão do IPI, e esse valor vai impactar o caixa da empresa. Suponha que o valor a ser cobrado seja parcelado em diversas vezes e o IPI seja pago no mês seguinte ao da venda e imagine os reflexos que esse procedimento causará no fluxo de caixa da empresa.

Cabem alguns comentários relativos à determinação do resultado, especialmente sobre a adoção do princípio da competência. O artigo 187 da Lei n.

6.404/1976 determina que: “§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados: a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos” (BRASIL, 1976).

No mesmo sentido, o item 4.49 do CPC 00/2011 pressupõe a confrontação entre as receitas e despesas:

As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado quando resultarem em decréscimo nos benefícios econômicos futuros, relacionado com o decréscimo de um ativo ou o aumento de um passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade. Isso significa, na prática, que o reconhecimento da despesa ocorre simultaneamente com o reconhecimento de aumento nos passivos ou de diminuição nos ativos (por exemplo, a alocação por competência de obrigações trabalhistas ou da depreciação de equipamento). (CPC, 2011)

Por isso, a estrutura da DRE apresentada no Quadro 1 foi realizada de acordo com os dispositivos da Lei n. 6.404/1976, do CPC n. 26/2011 e de outros CPCs.

Quadro 1 – Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício

Faturamento Bruto
(-) IPI Faturado
(=) Receita Bruta de Vendas e Serviços
(-) Deduções (Σ das vendas canceladas, dos abatimentos e dos tributos)
Vendas Canceladas
Abatimentos Concedidos
Tributos sobre Vendas e Serviços (Σ do ICMS ou ISS, PIS, Cofins)
ICMS ou ISS
PIS
Cofins
Simplex Nacional, se for o caso
(=) Receita Líquida de Vendas e Serviços
(-) Custo dos Produtos, das Mercadorias e Serviços Vendidos
(=) Lucro Bruto Operacional
(-) Despesas Operacionais (Σ das despesas com vendas e gerais)
Despesas com Vendas
Despesas Gerais e Administrativas
Outras Despesas
Outras Receitas
(=) Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)
(-) Despesas Financeiras
Receitas Financeiras

(Continua)

(=) Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro
(=) Resultado do Exercício antes dos Tributos sobre Resultado (EBT)
(-) Provisão para os Tributos (Σ do IRPJ e da CSLL)
Provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
(=) Resultado Líquido do Período
(-) Participações (Σ das seguintes participações)
Debenturistas
Empregados
Administradores
Partes Beneficiárias
(=) Lucro ou (Prejuízo) Líquido do Exercício
(÷) Número de Ações
(=) Lucro Líquido por Ação

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como se vê pela extensa descrição de itens, a estrutura constante do Quadro 1 buscou enumerar o maior número possível de itens, procurando um modelo que atenda todas as empresas. Mesmo assim, algumas apresentam a DRE com rubricas não apresentadas no Quadro 1.

A seguir, apresenta-se na Tabela 1 a DRE da empresa Vale S/A ADR para ampliar conhecimentos sobre o assunto.

Tabela 1 – Demonstração do Resultado da Vale S/A

Encerramento do Exercício	2018 31/12	2017 31/12	2016 31/12	2015 31/12
Receita Total	134483,13	108532,02	94633,26	85499
Receita	134483,13	108532,02	94633,26	85499
Outras Receitas, Total	–	–	–	–
Custos de Receitas, Total	81200,9	67257,31	61143,43	68658
Lucro Bruto	53282,22	41274,71	33489,83	16841
Total de Despesas Operacionais	91307,38	73998,34	73913,63	112626
Despesas com vendas, gerais e administrativas	1691,77	1368,53	1294,53	1698
Pesquisa e Desenvolvimento	–	–	–	1603
Depreciação/Amortização	225	292	414	445
Despesas com Juros (Lucro)	693,49	–301,82	–1111,02	–
Despesas extraordinárias (Lucro)	3523,46	1603,87	8520,27	36523
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	3972,77	3778,46	3652,42	3699
Receitas Operacionais	43175,74	34533,68	20719,63	–27127

(Continua)

Encerramento do Exercício	2018 31/12	2017 31/12	2016 31/12	2015 31/12
Receita de Juros (Despesas)	-3942	-4349	11466	-37241
Ganho (perda) na Venda de Ativos	-	-	-	-
Outros, Líquido	-14115,52	-5300,53	-5163,68	-508
Lucro Antes dos Impostos	25118,22	24884,15	27021,96	-64876
Provisão para Imposto de Renda	-965,98	4606,57	9566,08	-18879
Lucro Líquido depois Despesas com Imposto	26084,21	20277,58	17455,88	-45997
Participação dos Acionistas Minoritários	-117,24	-42,79	14,96	1784
Patrimônio Líquido de Controladas	-	-	-	-
Ajuste de US GAAP	-	-	-	-
Lucro Líquido Antes de Itens Extraordinários	25966,96	20234,79	17470,83	-44213
Itens Extraordinários	-310,44	-2607,59	-4159,38	-
Lucro Líquido	25656,53	17627,2	13311,45	-44213
Ajustes ao Lucro Líquido	-	-	-	-
Lucro Disponível ao Acionista Ordinário Excluindo Itens Extraordinários	25966,96	20234,79	17470,83	-44213
Ajuste de Diluição	-	-	-	-
Lucro Líquido Diluído	25656,53	17627,2	13311,45	-44213
Número Médio Ponderado de Ações – Diluído	5182,44	5197,43	5153,38	5153,38
Lucro Diluído por Ação Excluindo Itens Extraordinários	5,01	3,89	3,39	-8,58
Dividendos por Ações – Distribuição Primária de Ações Ordinárias	1,97	1,53	0,17	0,98
Lucro normalizado diluído por Ação	5,91	4,7	5,89	-3,97

Fonte: Investing, 2019.

Constata-se que a empresa, além de descrever todos os componentes relativos ao resultado, apresenta os dados de quatro anos sucessivos, o que permite realizar uma análise da evolução de cada conta e de cada grupo de contas.

4.2.2 Demonstração do Resultado Abrangente

Alguns fatos que alteram o Patrimônio Líquido, porém ainda não reconhecidos ou que não serão reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício, devem ser descritos na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). De acordo com a Resolução CFC n.º 1.185/2009, as empresas devem apresentar a Demonstração do Resultado Abrangente incluindo, de acordo com o item 82-a, no mínimo, as seguintes rubricas:

- a. resultado líquido do período;
- b. cada item dos outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza (exceto montantes relativos ao item (c));

- c. parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial; e
- d. resultado abrangente do período. (CFC, 2009)

A Tabela 2 traz o exemplo da DRA da empresa Arezzo:

Tabela 2 – Demonstração do Resultado Abrangente da Arezzo

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício					
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:		154.470	116.149	154.470	116.149
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	21.4	953	3.640	953	3.640
Hedge de investimento líquido no exterior	21.4	(1.077)	-	(1.077)	-
Total dos resultados abrangentes do exercício		154.346	119.789	154.346	119.789

Fonte: Arezzo, 2018, p. 4.

A Nota Explicativa 21.4 da Arezzo faz referência às diferenças cambiais sobre conversões de operações estrangeiras e informa que “as diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras, são representadas por suas controladas localizadas nos Estados Unidos, cuja moeda funcional é o US Dólar” (AREZZO, 2018, p. 48).

Com referência ao *Hedge*¹, a mesma Nota Explicativa da Arezzo informa que “diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras, são representadas por empréstimos na modalidade de ‘operação 4.131’², cuja moeda funcional é o dólar” (AREZZO, 2018, p. 48).

Vê-se que, dada a volatilidade da moeda, a empresa implantou uma operação de hedge a fim de realizar uma cobertura de risco cambial. A perda ou o ganho da operação só será reconhecido por ocasião do vencimento do contrato e, por isso, não pode ser levado à DRE, pois esta retrata fato já ocorrido.

Nota-se que, até agora, exemplo prático só foi apresentado com referência à DRA. No tema seguinte, serão apresentados fatos e detalhamentos de todas as contas pertencentes à DRE.

▣ Vídeo



4.3 Apuração periódica do resultado – DRE

Conforme visto, a forma de apresentação da DRE é vertical, isto é, os valores vão sendo adicionados e deduzidos obtendo diversas diferenças com denominações fixadas na lei e nos pronunciamentos contábeis. Agora, serão detalhados os itens que compõem a DRE.

¹ *Hedge* é um instrumento de proteção para os riscos de um investimento que faz com que o preço da operação financeira não varie.

² Operação 4.131 refere-se à Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962, que disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior.

4.3.1 Faturamento Bruto e IPI Faturado

O primeiro item da DRE, como visto no Quadro 1, é o Faturamento Bruto. Faturamento provém do somatório das notas que comprovam a venda de produtos, mercadorias ou serviços que o vendedor ou o prestador fornece ao comprador, com detalhamento minucioso do objeto ou do serviço vendido por um preço que, na definição de Churchill (2000, p. 214), “é a quantidade de dinheiro, bens ou serviços que deve ser dada para se adquirir a propriedade ou uso de um produto”.

Sobre o preço determinado pela entidade, se ela for uma indústria, incide o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cuja alíquota é seletiva, ou seja, pode variar por produto. Há casos em que, na mesma empresa que produz produtos diversos, são utilizadas diversas alíquotas de IPI.

Para exemplificar, basta imaginar que o preço fixado por uma empresa para a entrega de um produto seja de R\$ 10.000,00 e que a alíquota do IPI seja de 10%. Nessa hipótese, o faturamento será de R\$ 11.000,00 (R\$ 10.000,00 + R\$ 1.000,00 de IPI), e a DRE será elaborada na forma descrita na Tabela 3.

Tabela 3 – Faturamento Bruto e IPI Faturado

Descritor	Valor
Faturamento Bruto	11.000,00
(-) IPI Faturado	-1.000,00
(=) Receita Bruta de Vendas e Serviços	10.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Para chegar à Receita Líquida, é preciso realizar as deduções da Receita Bruta, como será visto a seguir.

4.3.2 Deduções

Deduções são valores que reduzem o valor das receitas, como os valores referentes a vendas canceladas, abatimentos sobre vendas e tributos.

4.3.2.1 Vendas canceladas e abatimentos sobre vendas

Vendas canceladas correspondem à conta que registra o montante das vendas devolvidas pelos clientes, tendo em vista defeitos apresentados ou não atendimento das especificações do pedido.

Abatimentos sobre venda compreende os descontos oferecidos a clientes sem nenhuma condição a ser cumprida. Para o desenvolvimento do exemplo, têm-se os valores de R\$ 100,00 e R\$ 80,00 para vendas canceladas e para abatimentos, respectivamente.

4.3.2.2 Tributos

Uma das variáveis mais importantes a ser considerada no processo de precificação é a incidência de tributos, pois a carga tributária brasileira representa um percentual expressivo na composição do preço. Os tributos que estão sob análise na composição da DRE, relativamente aos tributos incidentes sobre vendas, além do IPI, que já foi calculado, são:

- Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é estadual e não cumulativo. Sua alíquota varia de 7% a 41%. No exemplo da Tabela 4, a alíquota utilizada é de 18%.
- Programa de Integração Social (PIS). Para manutenção do programa, as pessoas jurídicas são obrigadas a contribuir com uma alíquota variável (de 0,65% a 1,65%) sobre o total das receitas. No exemplo da Tabela 4, é utilizada a alíquota de 1,65%.
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). É um tributo cobrado pela União sobre o faturamento bruto das pessoas jurídicas, destinado a atender programas sociais do Governo Federal. A alíquota é de 7,6%, observando-se, em alguns casos, 3%. No exemplo da Tabela 4, é utilizada a alíquota de 7,6%.

Diferentemente do IPI, que é calculado por fora, ou seja, não está embutido no preço e, por isso, foi analisado separadamente, o ICMS, o PIS e a Cofins são calculados por dentro, isto é, estão embutidos no preço de venda. Por isso, fazem parte do preço de R\$ 10.000,00 que está sendo utilizado como exemplo.

Assim, para se chegar ao valor do ICMS, basta calcular 18% sobre os R\$ 10.000,00, que resulta em R\$ 1.800,00.

Sobre o cálculo do PIS e da Cofins, cabem algumas explicações. O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou a ementa do julgado do RE de n. 574.706/PR (BRASIL, 2017b), o qual decidiu sobre a exclusão dos valores pagos a título de ICMS na base de cálculo da Cofins e do PIS. Dessa forma, até 2017, o PIS e a Cofins também incidiam sobre a Receita Bruta, ou seja, no exemplo, sobre R\$ 10.000,00. Desde 2018, contudo, deve-se excluir o valor do ICMS para calcular esses dois tributos.

Para se chegar à base de cálculo desses dois tributos, basta diminuir dos R\$ 10.000,00 os R\$ 1.800,00 de ICMS, e a base imponible seria, então, de R\$ 8.200,00. Outra forma seria determinar a alíquota efetiva para esses dois tributos. Para o PIS, que tem uma alíquota nominal de 1,65%, para determinar a alíquota efetiva basta multiplicar esse percentual pelo valor da venda sem o ICMS, no caso, $1,65\% \times R\$ 8.200,00$, para chegar a uma alíquota efetiva de 1,353%.

Para a Cofins, que tem uma alíquota nominal de 7,6%, para determinar a alíquota efetiva basta multiplicar esse percentual pelo valor da venda sem o ICMS, no caso, $7,6\% \times R\$ 8.200,00$, para chegar a uma alíquota efetiva de 6,232%. Ao calcular os tributos, a DRE da empresa objeto do exemplo será apresentada na forma descrita na Tabela 4.

Tabela 4 – Demonstração das deduções de vendas

Descritor	Valor
(=) Receita Bruta de Vendas e Serviços	10.000,00
(-) Deduções (Σ vendas canceladas, abatimentos e tributos)	2.738,50
Vendas Canceladas	100,00

Descritor	Valor
Abatimentos Concedidos	80,00
Tributos sobre Vendas e Serviços (Σ do ICMS ou ISS, PIS, Cofins)	2.558,50
ICMS 18% \times 10.000,00	1.800,00
PIS 1,353% \times 10.000,00	135,30
Cofins 6,232% \times 10.000,00	623,20
Simples Nacional, se for o caso	-
(=) Receita Líquida de Vendas e Serviços	7.261,50

Fonte: Elaborada pelo autor.

Esse é o valor que resta para a empresa pagar outros compromissos, que, pela ordem, iniciam com o Custo dos Produtos Vendidos (empresa industrial), das Mercadorias Vendidas (empresa comercial) ou dos Serviços Prestados (empresas prestadoras de serviços).

4.3.2.3 Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos

Os gastos necessários para se colocar um produto à venda denominam-se custo. Para uma empresa comercial, compreendem:

- o custo de aquisição da mercadoria destinada à revenda;
- os gastos de transporte e seguro até o endereço da empresa compradora;
- os impostos não recuperáveis, no caso o IPI.

Para uma empresa prestadora de serviços, também se soma o custo da mão de obra do profissional que realiza o serviço.

Em uma empresa industrial, diversos gastos compõem o custo de produção:

- o custo de aquisição da matéria-prima mais os gastos de transporte e seguro até o endereço da empresa industrial compradora;
- o custo do pessoal aplicado na produção, inclusive na supervisão direta, na manutenção e na segurança das instalações de produção;
- os custos de locação, manutenção e reparo e os encargos da depreciação do imobilizado, da exaustão dos recursos naturais utilizados na produção e da amortização do intangível, se diretamente relacionado à produção.

Tanto para as empresas comerciais como para as industriais, do custo do produto ou da matéria-prima deve ser excluído o valor dos tributos recuperáveis, que são aqueles decorrentes da adoção do princípio da não cumulatividade. Pelo princípio da não cumulatividade, as empresas (contribuintes) têm o direito de compensar os tributos pagos por ocasião da aquisição da matéria-prima em futura operação de venda. Por isso, diz-se que tributos não cumulativos são tributos sobre o valor agregado, pois se abate, em cada operação realizada pela empresa, o tributo pago na operação anterior.

Custos, de acordo com Martins (2003), são feitos no chão da fábrica. Significa dizer que todos os gastos incorridos dentro da fábrica são denominados de Custos. Supõe-se, no exemplo deste capítulo, que, para produzir o produto que será vendido, houve um custo de R\$ 3.800,00. Ao inserir o Custo do Produto Vendido na DRE da empresa em tela, ele será apresentado na forma descrita na Tabela 5.

Tabela 5 – Inclusão dos Custos dos Produtos Vendidos

Descritor	Valor
(=) Receita Líquida de Vendas e Serviços	7.261,50
(-) Custo dos Produtos, das Mercadorias e Serviços Vendidos	-3.800,00
(=) Lucro Bruto Operacional	3.461,50

Fonte: Elaborada pelo autor.

Além do custo de aquisição ou de fabricação dos produtos e da inclusão dos diversos tributos, a empresa incorre em outros gastos, que são as Despesas.

4.3.2.4 Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais, segundo o inciso III do artigo 187 da Lei n. 6.404/1976, são as “despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais” (BRASIL, 1976).

As Despesas com Vendas representam as despesas necessárias para as vendas, bem como as de promoção e distribuição dos produtos da empresa no mercado e, ainda, os riscos assumidos pela venda, como garantias e provisão para devedores duvidosos.

Com referência às Despesas Financeiras, é oportuno considerar que o item 82 do Pronunciamento Técnico CPC n. 26 (R1) estrutura a DRE com um resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras e, a seguir, elenca as Despesas e Receitas Financeiras (CPC, 2011). Aqui, será utilizada essa estrutura. As Despesas Gerais e Administrativas compreendem as despesas incorridas para a direção e a execução das tarefas administrativas, bem como as despesas gerais que beneficiam os negócios da empresa.

Outras Despesas Operacionais fazem alusão a gastos não ligados diretamente às operações da empresa, como perdas eventuais e manutenção de prédios não utilizados na produção, por exemplo uma chácara destinada ao lazer dos administradores e empregados, que não está relacionada às operações, porém proporciona satisfação e, por isso, traz resultado para a empresa, além do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Eventuais vendas de sucatas geram receita para a empresa, que, por serem eventuais, podem ser classificadas como Outras Receitas Operacionais.

Dando prosseguimento ao exemplo, supõe-se que a empresa incorreu nas seguintes despesas e receitas: Despesas com Vendas, R\$ 980,00; Despesas Gerais e Administrativas, R\$ 400,00;

Despesas Financeiras, R\$ 212,00; Receitas Financeiras R\$ 194,00. A empresa não teve outras despesas e receitas. Ao considerar essas despesas e receitas da empresa, a DRE será apresentada na forma descrita na Tabela 6.

Tabela 6 – Inserção de Despesas e Receitas

Descritor	Valor
(=) Lucro Bruto Operacional	3.461,50
(-) Despesas Operacionais (Σ despesas com vendas e gerais)	-1.380,00
Despesas com Vendas	980,00
Despesas Gerais e Administrativas	400,00
Outras Despesas	-
Outras Receitas	-
(=) Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	2.081,50
(-) Despesas Financeiras	-212,00
Receitas Financeiras	194,00
(=) Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro (EBT)	2.063,50

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como se vê na linha que apresenta o Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras, encontra-se a sigla EBIT, que em inglês significa *Earnings Before Interest and Taxes* (Resultado Antes dos Juros e dos Impostos). Retirando a letra I, de *interest*, dado que o juro já foi apropriado, resta a expressão EBT, constante na linha de Resultado Antes dos Tributos sobre os Lucros. Muitos profissionais e empresas brasileiras têm utilizado a expressão Lajir (Lucro Antes dos Juros e do Imposto de Renda) quando querem se referir ao EBIT, porém essa expressão não é adequada, pois, além do Imposto de Renda (IR, do Lajir), sobre o resultado incide também a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de modo que, se for adotada a sigla portuguesa, deveria ser Laji. Seja qual for a expressão utilizada, os cálculos serão vistos a seguir.

4.3.2.5 Provisão para os tributos sobre resultado

Exceto as micro e pequenas empresas, que podem ser tributadas pelo Simples Nacional — um regime tributário diferenciado no Brasil —, o lucro apurado pelas pessoas jurídicas constitui base de cálculo para a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Ambos os tributos podem ser calculados sobre o lucro real ou o lucro presumido.

Lucro real, obrigatório para as grandes empresas e opcional para todas, é o lucro líquido apurado mensalmente ajustado pelas adições, exclusões e compensações prescritas pela legislação tributária.

De acordo com o artigo 62, da Instrução Normativa n. 1.700/2017, serão adicionados ao lucro líquido:

I – os custos, as despesas, os encargos, as perdas, as provisões, as participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo

com a legislação do IRPJ ou da CSLL, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real ou do resultado ajustado; e

II – os resultados, os rendimentos, as receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com essa mesma legislação, devam ser computados na determinação do lucro real ou do resultado ajustado. (BRASIL, 2017a)

De outro lado, de acordo com o artigo 63 dessa Instrução Normativa, serão excluídos na determinação do lucro real:

I – os valores cuja dedução seja autorizada pela legislação do IRPJ ou da CSLL e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração; e

II – os resultados, os rendimentos, as receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com essa mesma legislação, não sejam computados no lucro real ou no resultado ajustado. (BRASIL, 2017a)

Os anexos I e II da referida Instrução Normativa trazem a relação dos itens de adições e exclusões do Lucro Líquido. As empresas, de modo geral, em substituição à modalidade de lucro real, podem calcular os tributos sobre resultado com base no lucro presumido, que é uma forma de tributação em que se calcula o valor devido levando-se em consideração os percentuais presumidos de lucro fixados pela Secretaria da Receita Federal. Entre os diversos ramos de atividade elencados pela Receita Federal para definir o lucro presumido, relativamente ao IRPJ, destacam-se os de revenda de produtos, cujo lucro presumido é de 8%, e os de prestação de serviços em geral, cujo lucro presumido é de 32%.

Para fins de cálculo da CSLL, para as empresas prestadoras de serviço, 32%, e para as demais, 12%.

As alíquotas desses dois tributos são:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: 15%.
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: 9%.

Incide, ainda, um adicional de Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido de 10% sobre a parcela do lucro presumido que exceder o valor de R\$ 60.000,00 em cada trimestre. Os mesmos 10% serão devidos pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real sobre a parcela do lucro real que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 pelo número de meses do respectivo período de apuração.

Tabela 7 – Apropriação do IRPJ e CSLL

Descritor	Valor
(=) Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro (EBT)	2.063,50
(-) Provisão para os Tributos (Σ do IRPJ e da CSLL)	-495,24
Provisão Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)	309,53
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	185,72
(=) Resultado Líquido do Período	1.568,26

As reduções do resultado ainda não acabaram, pois ainda é preciso destinar parte dos lucros a diversas pessoas, como será visto no subtópico seguinte.

4.3.2.6 Participações no lucro

Após as provisões para IRPJ e CSLL serem realizadas, parte dos lucros apurados será distribuída aos debenturistas e aos colaboradores da empresa. Debênture, tal como prevê a Lei n. 6.404/1976, artigo 57, é um título nominativo e negociável que representa uma fração de um empréstimo tomado por uma empresa (BRASIL, 1976). Ele rende juros e propicia ao debenturista participar dos lucros da empresa emitente.

A tendência moderna nas relações entre o capital e o trabalho é buscar a competitividade por meio da participação dos administradores e empregados nos lucros das empresas, como uma forma de remuneração variável. De acordo com Dellagnelo e Dellagnelo (1996, p. 53), “a remuneração variável é considerada por muitos autores, consultores e gerentes, como uma das grandes tendências da administração de recursos humanos para o futuro”.

Empregados e administradores podem participar dos lucros da empresa, e a legislação tributária prevê dedutibilidade do Imposto de Renda nas participações nos lucros e resultados atribuídos pelo contribuinte a seus empregados.

O artigo 46 da Lei n. 6.404/1976 possibilita à empresa criar títulos negociáveis, sem valor nominal a estranhos ao capital social, denominados partes beneficiárias, conferindo aos seus titulares direito na participação em até 10% dos lucros anuais (BRASIL, 1976). De acordo com o artigo 190 dessa lei, as participações estatutárias de empregados, administradores e partes beneficiárias serão determinadas, sucessivamente e nessa ordem, com base nos lucros que remanescerem depois de deduzida a participação anteriormente calculada (BRASIL, 1976).

Agora, a DRE será concluída com os cálculos relativos às participações, conforme a Tabela 8.

Tabela 8 – Cálculo das participações nos lucros

Descritor	Valor (R\$)
(=) Resultado Líquido do Período	1.568,26
(-) Participações (Σ das seguintes participações)	-539,32
Debenturistas	156,83
Empregados	141,14
Administradores	127,03
Partes Beneficiárias	114,33
(=) Lucro ou (Prejuízo) Líquido do Exercício	1.028,94

Fonte: Elaborada pelo autor.

E, finalmente, a DRE estará completa quando o Lucro do Exercício for dividido pelo número de ações que constitui o capital social da empresa, de forma a determinar quanto de lucro em reais foi atribuído a cada ação.

Considerações finais

A Demonstração do Resultado reflete a situação dinâmica do patrimônio das entidades, revelando as receitas e os gastos ocorridos ao longo de um determinado período. A diferença entre as receitas e os gastos constitui o lucro da empresa durante o intervalo de tempo considerado.

Para apropriar o lucro, porém, é preciso desenvolver os cálculos dos valores que são adicionados ao custo do produto, com relevância dos tributos incidentes sobre as operações de produção e de circulação de mercadorias e sobre o faturamento.

A Demonstração do Resultado, por ser apresentada de forma descritiva e dedutiva, auxilia na análise de cada um de seus componentes e, ao final, apresenta o resultado que a empresa obteve, que é a sua finalidade principal. São diversos os itens que enunciam esse resultado: Receitas, Lucro Bruto e Lucro Líquido, como foi calculado neste capítulo.

Ampliando seus conhecimentos

- ARFB – Instrução Normativa RFB n. 1700, de 14 de março de 2017. *Diário Oficial da União*, 16 mar. 2017. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=81268>. Acesso em: 25 jun. 2019.

Conforme foi visto, para a determinação do lucro real há necessidade de adicionar ao Lucro Contábil diversos valores. Conheça quais são os valores a serem acrescidos acessando o Anexo I do artigo 62 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, que apresenta uma lista não exaustiva das adições ao Lucro Líquido do período de apuração, para fins de determinação do lucro real e do resultado ajustado.

- RIBEIRO, Antonio José Marinho *et al.* Um estudo teórico de artigos nacionais sobre o indicador financeiro EBTIDA. *In: 12 SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA*, 28, 29 e 30 out. 2015, Resende. *Anais...* Resende: AEDB, 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/31622186.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

O Brasil está convergindo às normas internacionais de Contabilidade Auditoria, e, por isso, algumas expressões adotadas são do idioma inglês. Destaca-se a sigla EBITDA (*Earnings Before, Interest, Taxes, Depreciation e Amortization*), que significa Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização. Aprofunde o conhecimento sobre esse indicador lendo esse artigo.

Atividades

1. A Cia. Alfa apresenta as seguintes informações e dados:

Receita Bruta de Vendas de inclusos ICMS de 18%, PIS de 1,65% e Cofins de 7,6%	R\$ 10.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 3.000,00
Despesas com Vendas	R\$ 2.500,00
Despesas Administrativas	R\$ 800,00
Tributos sobre Resultado:	
IRPJ	15%
CSLL	9%

Elabore a Demonstração do Resultado e encontre o Lucro Líquido do exercício.

2. Correlacione os itens a seguir.

1. Deterioração de matéria-prima
2. Consumo de matéria-prima utilizada na produção
3. Baixa de mercadoria vendida
4. Gasto com propaganda
5. Salário do diretor-geral
6. Juros pagos aos bancos

- () Despesas com vendas.
- () Custo de produção do período.
- () Despesas financeiras.
- () Despesas administrativas.
- () Custo da mercadoria vendida.
- () Perda.

3. Dada uma Receita Bruta de Vendas de R\$ 20.000,00, nela incluídos ICMS de 12%, PIS de 0,65% e Cofins de 3%, tendo em vista que PIS e Cofins não incidem sobre o ICMS, determine a alíquota efetiva do PIS e da Cofins.

Referências

AREZZO. Arezzo Indústria e Comércio S.A. *Demonstrações financeiras (Individuais e Consolidadas)*. 2018. Disponível em: <http://arezzoco.com.br/wp-content/uploads/sites/2/2018/03/DFs.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 17 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em: 6 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 30 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9430.htm. Acesso em: 6 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 6 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, 28 maio 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm. Acesso em: 6 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 12.973, de 13 de maio de 2014. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 14 maio 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa RFB n. 1700, de 14 de março de 2017. *Diário Oficial da União*, 16 mar. 2017a. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=81268>. Acesso em: 6 ago. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário n. 574706/PR*. Relatora: Min. Cármen Lúcia, 15 mar. 2017b. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=2585258&numeroProcesso=574706&classeProcesso=RE&numeroTema=69>. Acesso em: 6 ago. 2019.

CAMARGOS, Marcos Antônio de.; BARBOSA, Francisco Vidal. A adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa beneficia o acionista e aumenta a liquidez acionária? Evidências empíricas do mercado brasileiro. *REGE*, São Paulo, v. 17, n. 2. p. 189-208, abr./jun., 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gege/article/download/36701/39422/>. Acesso em: 07 ago. 2019.

CFC. Resolução n. 1.185, de 28 de agosto de 2009. *Aprova a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Disponível em: http://www.informanet.com.br/Prodinfor/gcon/normas/resolucao_cfc_1185_2009.pdf. Acesso em: 6 ago. 2019.

CHURCHIL, Gilbert A. *Marketing: criando valor para o cliente*. São Paulo: Saraiva, 2000.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Brasília, 2011. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2013.pdf. Acesso em: 6 ago. 2019.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro*. Brasília, 2011. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf. Acesso em: 6 ago. 2019.

DELLAGNELO, Eloise Helena L.; DELLAGNELO, José Renato Garcia. Modelos de eficácia subjacentes aos programas de remuneração variável. *Revista de Negócios*, Blumenau, v. 2, n. 1, p. 53-67, out./dez. 1996.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das melhores práticas de governança corporativa*. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015. Disponível em: <https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=21138>. Acesso em: 6 ago. 2019.

INVESTING. *VALE Demonstração de Resultados*. Disponível em: <https://br.investing.com/equities/vale-s.a.-americ-income-statement>. Acesso em: 6 ago. 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de custos*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Demonstração de Lucros e/ou Prejuízos Acumulados

A Demonstração de Lucros e/ou Prejuízos Acumulados (DLPA) tornou-se obrigatória com o advento da Lei n. 6.404/1976 e tem como objetivo evidenciar as mutações ocorridas na conta de Lucros (ou Prejuízos) Acumulados durante um período de apuração contábil. Na elaboração da DLPA, adota-se a aplicação do princípio do regime econômico, ou da competência de exercícios¹, pois ajustes de exercícios anteriores sobre elementos patrimoniais não devem afetar o resultado do exercício atual.

A DLPA demonstra o valor das reservas constituídas a partir do Lucro Líquido e dos Dividendos a serem pagos aos acionistas. Ponto importante a ser analisado é o conflito existente entre os administradores, que pretendem que a maior parte do lucro permaneça na empresa, como reserva, e o acionista, que deseja o retorno de seus investimentos por meio do recebimento de dividendos. Até 2007, as normas brasileiras estabeleciam um dividendo mínimo obrigatório. Agora, porém, os administradores terão que convencer os acionistas da necessidade de destinação de recursos para a constituição dos diversos tipos de reservas de lucros, pois, se isso não ocorrer, todo o lucro será distribuído, com exceção da reserva legal.

Em que pese o dispositivo legal exigir a DLPA, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) determinam substituí-la pela apresentação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), desde que nesta constem os descritores relativos às contas da DLPA. Como será visto na última seção deste capítulo, a DMPL substitui com vantagens a DLPA, pois evidencia não somente as contas de lucros, mas todas as contas do Patrimônio Líquido e as mutações verificadas em um período contábil.

▶ Vídeo



5.1 Apresentação da DLPA

De acordo com o que determina o artigo 186 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a DLPA é um relatório contábil que evidencia:

Art. 186. [...]

I – o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;

II – as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;

III – as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período. (BRASIL, 1976)

¹ O princípio da competência de exercícios determina que as receitas devem ser atribuídas ao período em que foram auferidas, e as despesas, registradas no período em que foram incorridas. Assim, as Receitas e as Despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, independentemente do recebimento ou desembolso.

De início, cabem algumas considerações relativas às expressões constantes no diploma legal citado. Até o advento da Lei n. 11.638/2007, à data de encerramento do exercício social, normalmente no dia 31 de dezembro de cada ano, caso o resultado do exercício fosse positivo, a empresa lançava o lucro em uma conta do Patrimônio Líquido (PL) denominada Lucros e/ou Prejuízos Acumulados, e seus valores lá ficavam até que a Assembleia Geral Ordinária (AGO) definisse sobre sua destinação (BRASIL, 2007).

A AGO decidia, então, o valor a ser distribuído, o valor que deveria ser transferido para reservas e até mesmo o valor que ficaria como Lucros Acumulados. Com a edição da Lei n. 11.638/2007, objetivando beneficiar os acionistas, o PL passaria a ser constituído somente da conta Prejuízos Acumulados, o que significa dizer que, se os gestores da empresa não conseguirem convencer os acionistas sobre a constituição de diversas Reservas de Lucros, todo o lucro será distribuído.

É de se ressaltar, porém, que até o ano de 2007 figurava nos balanços patrimoniais das empresas a conta Lucros Acumulados, e, enquanto não fosse dado um destino aos seus saldos, ela deveria compor os saldos iniciais da DLPA. A respeito da correção monetária e dos ajustes de exercícios anteriores, é importante tecer algumas considerações.

5.1.1 Correção monetária do saldo inicial

Desde 1964, com a edição da Lei n. 4.357/1964, tornou-se obrigatória a correção monetária das contas do Ativo Imobilizado. Por sua vez, a Lei n. 6.404/1976 determinou o reconhecimento das variações do poder aquisitivo da moeda nacional em decorrência da inflação (BRASIL, 1976). A correção monetária, de acordo com a lei, incidiria sobre as contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido, e as contrapartidas seriam registradas em uma conta de Resultado de Correção Monetária levada à Demonstração do Resultado do Exercício.

Durante muito tempo, em decorrência dos elevados índices inflacionários, foram baixadas medidas destinadas a amenizar os efeitos da inflação no resultado e no patrimônio das empresas. Pode ser citado, por exemplo, o plano econômico denominado Plano Verão, instituído pela Lei n. 7.730/1989 (BRASIL, 1989a), em que foi revogada a correção monetária, para, em seguida, pela Lei n. 7.738/1989 (BRASIL, 1989b), ser reintroduzida.

Na década de 1990, a inflação atingiu níveis altíssimos. Em dezembro de 1990, chegou a 19,39%, enquanto o acumulado do mesmo ano foi de 1.198%. Por isso, com a Lei n. 8.200/1991 (BRASIL 1991), reconheceu-se o registro da correção monetária complementar, em decorrência da grande defasagem do valor dos bens ocasionada pela inflação alta e galopante.

Com a implantação do Plano Real, dada pela Medida Provisória n. 566/1994 (BRASIL, 1994), ocorreu uma redução na inflação para níveis anuais de 5% a 7%. O Plano Real, no que se refere ao combate à inflação, foi bem-sucedido, e os efeitos perduraram. O Governo Federal, com o propósito de acabar com a cultura inflacionária que ainda dominava a população, resolveu revogar os dispositivos legais que determinavam a realização da correção monetária e sancionou a Lei n. 9.249/1995, a qual reza em seu artigo 4º que “fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras” (BRASIL, 1995).

Essa decisão não agradou os profissionais da contabilidade e as empresas, pois afetava as demonstrações contábeis. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) se sentiu ferido, pois um dos princípios fundamentais da contabilidade, o da atualização monetária, normatizado pela então vigente Resolução CFC n. 750/1993 (CFC, 1993), havia sido revogado. Muitas empresas, sentindo-se lesadas, ingressaram com ações judiciais e, por força de decisões exaradas² em liminares, continuaram a corrigir seus balanços.

Em decorrência desses conflitos, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com o Parecer de Orientação CVM n. 29/1996, declarou que as “informações apresentadas em moeda de capacidade aquisitiva constante, elaboradas na forma da ainda vigente Instrução CVM n. 191/1992, passaram a ser de caráter voluntário” (CVM, 1996). Se as empresas optassem por realizar a correção monetária, a decisão e os cálculos pertinentes deveriam constar nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Assim, a correção monetária das demonstrações financeiras foi revogada, eliminando a necessidade de correção monetária do saldo inicial – seja integral ou societário –, e continua proibida, mesmo com as manifestações contrárias de empresas, CFC e acadêmicos, os quais afirmavam, como se lê em Martins *et al.* (2013, p. 799), que “o fato de não mais se corrigirem monetariamente os balanços provoca tributação sobre o patrimônio líquido e distorções significativas nas demonstrações contábeis das empresas. Pode-se concluir, portanto, que tudo o que se avançou com a Lei n. 6.404/1976 foi jogado fora pela Lei n. 9.249/1995”.

5.1.2 Ajustes de exercícios anteriores e retificação de erros

De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 186, da Lei n. 6.404/1976, como ajustes de exercícios anteriores, “serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes” (BRASIL, 1976).

Como se verifica, conforme afirmam Iudícibus, Marion e Faria (2018, p. 564), “a Lei das Sociedades por Ações deixa bem claro que os ajustes de exercícios anteriores não devem afetar o resultado normal do presente exercício”.

Relativamente à retificação de erros, deverão ser considerados apenas aqueles atribuídos a exercícios anteriores, ou seja, aqueles que não possam ser incluídos no exercício presente. Um bom exemplo é um erro de cálculo do Imposto de Renda que foi efetuado no período de 20X1, em que se deixou de contabilizar e pagar um imposto de R\$ 1.000,00, pago em 20X3. O lucro de 20X2 está com um valor de R\$ 1.000,00 a mais e não pode ser retificado. O caminho adequado, em consequência, é retificar o saldo de Lucros Acumulados.

Com essas observações, será estudado agora um modelo da DLPA.

2 Registradas por escrito.

5.1.3 Modelo da DLPA

Com base na Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976), no CPC n. 23/2009 (CPC, 2009) e nos autores Iudícibus, Marion e Faria (2018), é apresentado na Tabela 1 um modelo para elaboração da DLPA.

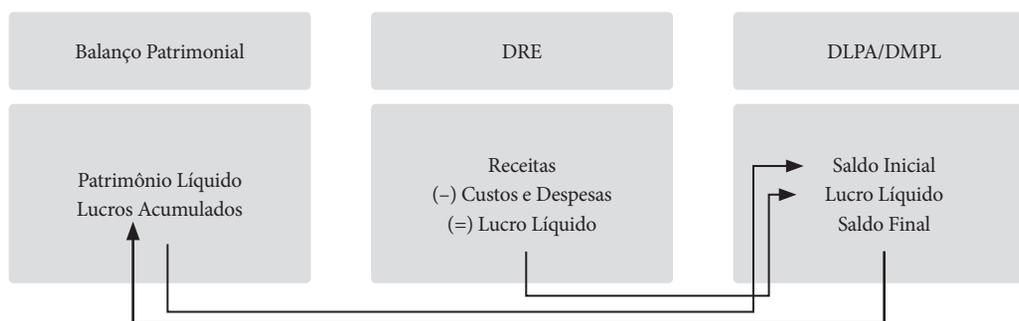
Tabela 1 – Demonstração dos Lucros e/ou Prejuízos Acumulados

Descritores	Ano 1	Ano 2
1. Saldo no Início do Período		
2. (+ ou -) Ajustes de Exercícios Anteriores		
3. (=) Saldo Ajustado (soma dos itens 1 e 2)		
4. Reversão de Reservas de Lucros		
5. Lucro ou Prejuízo do Exercício		
6. (=) Saldo à Disposição da AGO3 (soma dos itens 4, 5 e 6)		
7. Proposição para a Destinação dos Lucros		
8. (-) Reservas		
9. (-) Dividendos		
10. (=) Saldo do Final do Exercício (soma de 6, 8 e 9)		

Fonte: Elaborada pelo autor.

Para complementar esse assunto, é oportuno esclarecer que o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração dos Lucros e/ou Prejuízos Acumulados (DLPA) são interdependentes. Os lucros de um período contábil, apurados na DRE, são transferidos para a DLPA, que inicia com o saldo anterior de lucros acumulados constantes do Balanço do ano anterior. As destinações dos lucros realizadas na DLPA têm como contrapartida contas do Patrimônio Líquido, grupo de contas do Balanço Patrimonial. A representação gráfica dessa interdependência pode ser vista no diagrama constante da Figura 1.

Figura 1 – Diagrama que representa a interdependência das demonstrações



Fonte: Elaborada pelo autor.

Além da explicitação sobre a DLPA formalizada até aqui, há a necessidade de fundamentar a proposição para a destinação dos lucros, como será visto a seguir.



5.2 Destinação dos lucros: Dividendos *versus* Reservas

Das contas que compõem a DLPA, falta analisar as relativas aos Dividendos e às Reservas.

A teoria da agência baseia-se nos conflitos que ocorrem entre os acionistas e os gestores da entidade. Enquanto aqueles buscam receber o valor máximo do lucro por meio de Dividendos, estes buscam reter o maior valor possível do lucro por meio da constituição de Reservas. A explicitação desse tema é apresentada nos subtópicos a seguir.

5.2.1 Dividendos

Dividendo é uma parcela do lucro distribuída aos acionistas proporcionalmente ao número das ações da empresa. O raciocínio lógico da gestão financeira é que o objetivo principal da empresa é gerar utilidade para os acionistas. Na prática, porém, constata-se que existe um conflito entre os administradores e os acionistas. De acordo com Assaf Neto (2012, p. 554):

Maior complexidade na definição de uma adequada política de dividendos ocorre, fundamentalmente, no momento em que a empresa abre seu capital como reflexo de seu crescimento. Nessa posição, as decisões relativas aos dividendos não são mais tomadas por um reduzido (ou, muitas vezes, familiar) número de proprietários; deve-se buscar um consenso mais amplo que envolva as inúmeras e diferentes expectativas do mercado acionário.

O conflito entre administradores, que buscam a maximização do valor da empresa e, em consequência, reter os lucros, e os acionistas, que pretendem receber dividendos, é estudado pela teoria da agência. Gitman (2004, p. 17) afirma que “na teoria, a maioria dos administradores financeiros concordaria com a meta de maximização da riqueza dos proprietários. Na prática, porém, os administradores também se preocupam com a própria riqueza, com a segurança no emprego e com benefícios indiretos”.

Para Assaf Neto (2012, p. 555), “a política de dividendos de uma empresa pode ser definida, basicamente, como a decisão da empresa em reter o lucro visando ao reinvestimento na empresa ou distribuí-lo aos acionistas”.

Até o advento da Lei n. 11.638/2007, as normas brasileiras, objetivando proteger os acionistas minoritários, estabeleciam um Dividendo mínimo obrigatório. Muitas empresas destinavam um percentual mínimo para Dividendos previsto pela legislação, e o restante do lucro tinha como destino a conta de Lucros Acumulados. Agora, ao determinar que todo o lucro do exercício se destine ou à constituição de reservas, ou ao pagamento de dividendos, administradores e acionistas se tornam obrigados a negociar o destino dos lucros do período.

Os procedimentos a serem adotados nos cálculos e nos pagamentos dos dividendos estão definidos do artigo 201 em diante da Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976). Vale salientar que todo o lucro do exercício, com exceção das parcelas destinadas à constituição das Reservas de Lucros, deve ser distribuído, pois, no dizer de Gitman (2004, p. 478), os Dividendos “consistem em uma parcela de fluxo de caixa para os acionistas e fornecem informações a respeito do desempenho atual e futuro da empresa”.

De acordo com o artigo 202, parágrafo 4º, da Lei n. 6.404/1976,

§4º. O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e, na companhia aberta, seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembleia geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembleia. (BRASIL, 1976)

Vê-se que a lei busca conciliar os interesses tanto dos acionistas como dos gestores da empresa, indicando os caminhos necessários a minimizar os conflitos entre eles.

5.2.2 Reservas

A busca pela maximização da riqueza da empresa se materializa com a constituição de Reservas que, historicamente, remonta aos primórdios da civilização. Um relato bíblico, localizado no livro de *Gênesis* (41:33-36), cita que o personagem José, prevendo a possibilidade da ocorrência de períodos de abundância e períodos de escassez, orientou o faraó no sentido de que parte da colheita realizada nos anos prósperos fosse armazenada para, na hipótese de advirem períodos de safras frustradas, haver cereais armazenados para suprir as necessidades da população (BÍBLIA, 2019).

O que mais importa, excluídas quaisquer relações de caráter religioso, foi a adoção, por parte do faraó, de estratégias para contingenciamento da produção em épocas favoráveis. De modo análogo, nos dias atuais o gestor e os acionistas de uma empresa devem constituir reservas com a finalidade de resguardá-la de possíveis eventos futuros. Para isso, o artigo 192 da Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976) instituiu diversas reservas que serão calculadas com base no Lucro Líquido do exercício, mediante proposta da administração da companhia à Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Segundo Iudícibus, Marion e Faria (2018, p. 419), Reservas de Lucros são a apropriação de partes do Lucro Líquido do exercício por uma expectativa de perdas ou prejuízos ainda não incorridos, porém “por precaução e prudência do agente econômico, que o antevê, retém partes do lucro para suportar financeiramente quando esse prejuízo ocorrer efetivamente”.

De acordo com a Lei n. 6.406/1976 (BRASIL, 1976), a empresa poderá constituir as seguintes Reservas:

- Reserva Legal (art. 193).
- Reservas Estatutárias (art. 194).
- Reservas para Contingências (art. 195).
- Reservas para Incentivos Fiscais (art. 195-A).

- Retenção de Lucros (art. 196).
- Reserva de Lucros a Realizar (art. 197).

O detalhamento de cada uma delas será visto a seguir.

5.2.2.1 Reserva Legal

Do Lucro Líquido do exercício, cinco por cento, antes de qualquer outra destinação, serão destinados à constituição da Reserva Legal, que tem como finalidade manter a integridade do Capital Social. Essa reserva deverá ser constituída até que seu montante atinja 20% do capital social ou quando o somatório dessa reserva e das Reservas de Capital atinjam 30% do Capital Social. Por se tratar de uma reserva constituída para assegurar a integridade do Capital Social, ela se destina, exclusivamente, a aumentar o capital ou compensar prejuízos.

5.2.2.2 Reserva Estatutária

Os estatutos da empresa poderão criar reservas denominadas Estatutárias, desde que indiquem, de modo preciso e completo, a sua finalidade, fixem os critérios para determinar a parcela anual dos Lucros Líquidos que serão destinados à sua constituição e estabeleçam o limite máximo da reserva (BRASIL, 1976, art. 193).

De acordo com a Nota Explicativa da Instrução CVM n. 59, de 22 de dezembro de 1986, “a parcela anual do lucro líquido a ser destinada à constituição da reserva não poderá prejudicar o pagamento do dividendo mínimo obrigatório” (CVM, 1986). É importante acrescentar que não se pode constituir a Reserva Estatutária para finalidades já atendidas por outras reservas.

Para melhor elucidação da constituição dessa reserva, será demonstrado o Patrimônio Líquido apresentado no Balanço Patrimonial da Midway S/A (MIDWAY S/A, 2017), na Figura 2.

Figura 2 – Patrimônio Líquido da Midway S/A

Outras Obrigações		19.894
Diversas	14	19.894
Patrimônio Líquido		<u>689.111</u>
Capital Social		450.000
De Domiciliados no País	16a	450.000
Reserva de Lucros	16b	239.350
Dividendos Propostos	16b	–
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM		(239)

Fonte: Midway S/A, 2017.

Constata-se que a empresa sintetizou as reservas em um só grupo de contas sob a denominação de Reservas de Lucros, porém, remete esse grupo à explicação 16b das Notas Explicativas, que tem a seguinte redação:

Notas Explicativas 16b – Reservas de lucros:

Reserva Legal: Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período até atingir 20% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos e é constituída semestralmente. **Reservas Estatutárias:** Reserva para pagamento de dividendos obrigatórios não distribuídos, constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período abatido do total da reserva legal conforme determina o estatuto social. Esta reserva somente poderá ser consumida na compensação de prejuízos futuros ou no pagamento de dividendos obrigatórios em momento que a administração julgar mais apropriado e é constituída semestralmente. (MIDWAY S/A, 2017)

Como se vê, a empresa cria a Reserva Estatutária, indica a sua finalidade, fixa os critérios para determinar a parcela que é constituída semestralmente a partir dos Lucros Líquidos e estabelece o limite máximo da reserva. Para as empresas em geral, essa reserva é constituída anualmente.

5.2.2.3 Reserva para Contingências

Por proposta do Conselho de Administração, de acordo com o artigo 195, da Lei 6.404/1976 (BRASIL, 1976), a empresa pode destinar parte do lucro para formar uma reserva com a finalidade de compensar a diminuição do Lucro em exercício futuro em decorrência de perda julgada provável.

De acordo com a Nota Explicativa da Instrução CVM 59/1986,

Prudentemente, a constituição dessa reserva, prejudicando a distribuição do dividendo obrigatório, busca evitar uma situação de desequilíbrio financeiro, que ocorreria caso se distribuíssem os dividendos em um exercício, face à probabilidade de redução de lucros ou mesmo da ocorrência de prejuízos em exercício futuro, em virtude de fatos extraordinários previsíveis. (CVM, 1986)

A mesma Instrução da CVM orienta que a instituição dessa reserva é “recomendável no caso de determinados ramos de negócios, diretamente sujeitos a fenômenos naturais ou cíclicos, tais como: geadas, secas, inundações” (CVM, 1986).

Há a necessidade de diferenciar a Provisão para Contingências da Reserva para Contingências. De acordo com Iudícibus, Marion e Faria (2018, p. 353), “a provisão destina-se a dar cobertura a perdas ou despesas já incorridas, mas ainda não desembolsadas”. Para os mesmos autores, a reserva “é uma expectativa de perdas ou prejuízos ainda não incorridos; por ser possível antevê-los e por precaução e prudência empresariais” (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2018, p. 353). Complementando, Marion (2015, p. 393) ensina que na “constituição dessa reserva o fato gerador ainda não ocorreu o que a distingue da Provisão para Contingências”.

Com base nessas citações, como exemplo de Provisões para Contingências, podem ser citadas as de devedores duvidosos, as constituídas para indenizações contratuais e trabalhistas e as demandas fiscais. A seguir, vê-se como a Samarco redigiu a Nota Explicativa da Provisão para Contingência de R\$ 246.729.000,00:

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão. Essas ações movidas por indivíduos, empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs) e entidades públicas e governamentais buscam remediação e compensação dos impactos ambientais e socioeconômicos, danos materiais e morais e perda de vidas, além de uma série de compensações para os municípios afetados. (SAMARCO, 2017, p. 43)

Já para a Reserva para Contingências, como exemplo prático, pode-se citar a decisão da prefeitura municipal de realizar obras em uma avenida cujos trabalhos envolvam meses de execução. Durante esse período, provavelmente, as empresas sediadas naquela avenida terão redução de receita, correndo o risco, inclusive, de terem que paralisar suas atividades por um período, pois a rua fica intransitável, o estacionamento se torna impossível etc. A decisão da prefeitura já é conhecida algum tempo antes da realização das obras. Por isso, no ano anterior a esse acontecimento, a empresa deve contingenciar parte dos lucros para atender às necessidades do período em que vai produzir ou vender menos e, em decorrência, sofrer uma redução drástica em suas receitas, que serão insuficientes para a liquidação de seus gastos.

5.2.2.4 Reserva de Incentivos Fiscais

Até a edição da Lei n. 11.638/2007 introduzir o artigo 195-A na Lei n. 6.404/1976, as doações e subvenções para investimentos eram registradas em contas de Reservas de Capital com o título de Reservas a Doações e Subvenções. A partir dessa lei, tal reserva não existe mais como Reserva de Capital “para investimentos”. Foi criada uma Reserva para Incentivos Fiscais que pode ser constituída pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) e compreende uma parcela do Lucro Líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, conforme prevê o artigo 195-A da Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976).

Um exemplo dessa reserva observa-se na indústria automotiva paranaense. Segundo Azzolin, o Protocolo de Acordo Renault do Brasil/Estado do Paraná de março de 1996 previa que:

Um terreno com área não inferior a 2.500.000m², situado no município de São José dos Pinhais, seja transferido à Renault do Brasil por meio de uma doação livre de quaisquer impostos, taxas e emolumentos, inclusive os decorrentes da transferência da propriedade à Renault do Brasil.

Além desse terreno, o estado do Paraná cuidará para que uma área de 500.000m², adjacente ao terreno, seja reservada em benefício da Renault de maneira a destacá-la, a título gratuito, para uma eventual necessidade de expansão, durante o prazo de 10 anos, a contar da data do registro da escritura pública de transferência da propriedade do terreno. (AZZOLIN, 2002, p. 78)

Nota-se que a empresa Renault recebeu do Estado do Paraná, independentemente de suas operações, um investimento para instalação de sua indústria a título de subvenção. O valor justo dessa operação ensejou na contabilidade da empresa uma partida no Ativo Imobilizado e, em contrapartida, um lançamento em conta de Reservas, classificada no Patrimônio Líquido.

5.2.2.5 Reserva de Lucros a Realizar

A constituição da Reserva de Lucros a Realizar tem como objetivo diferir tanto o pagamento do Imposto de Renda como o pagamento de Dividendos. Ela pode ser estabelecida por proposta dos órgãos da administração e tem como base os lucros contábeis e economicamente existentes, mas financeiramente ainda não realizados, como o resultado líquido positivo da equivalência e o lucro contido nas vendas a prazo que vão ser recebidas após o término do exercício social seguinte.

5.2.2.6 Retenção de Lucros

As empresas necessitam de recursos para poderem se expandir. Para isso, elaboram um orçamento de capital objetivando determinar as fontes e as aplicações dos recursos necessários à expansão. Esse orçamento deve ser aprovado pela AGO, e, com base nele, os acionistas podem deliberar sobre a constituição de uma reserva que, genericamente, leva o nome de Retenção de Lucros.

Pela nova redação do artigo dada pela Lei n. 10.303/2001 (BRASIL, 2001), a execução do orçamento pode ter a duração de até cinco exercícios sociais, e a assembleia geral fará a revisão anual da proposta e execução orçamentária.

5.2.2.7 Reversão das Reservas

Com exceção da Reserva Legal, cuja finalidade é manter a integridade do Capital Social, as demais Reservas de Lucros devem ser revertidas no exercício em que não houver mais razões que justifiquem suas constituições.

No caso das reservas de contingências, por exemplo, se não ocorreu o evento esperado, ou seja, se a obra não se realizou ou se a sua realização não ensejou a perda de receitas, a reserva deve ser revertida para Lucros Acumulados, integrando a base de cálculo para efeito de pagamento do dividendo.

Em se tratando das Reservas de Lucros a Realizar, outro exemplo, à medida que for acontecendo a realização financeira, os valores deverão ser revertidos e servirão de base nos cálculos dos Dividendos.

Como pôde ser observado no desenvolvimento deste tema, na DLPA são consideradas somente as Reservas de Lucros como modificadoras do Patrimônio Líquido da empresa. Porém, não é somente pelo lucro que o PL sofre modificações, e, em decorrência disso, em substituição à DPLA, foi instituída a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, cuja fundamentação se encontra adiante.



5.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 186 da Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976), a DLPA pode ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), desde que esta seja divulgada pela empresa. Dessa maneira, a DLPA não é exigida pela Lei Societária para publicação à parte.

A Instrução CVM n. 59/1986, porém, em seu artigo 1º, determina que as companhias abertas “deverão elaborar e publicar, como parte integrante de suas demonstrações financeiras, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, referida no artigo 186, § 2º ‘in fine’, da Lei n. 6.404/1976” (CVM, 1986).

No mesmo sentido, o CPC n. 26/2011 (CPC, 2011), aprovado pela Deliberação CVM n. 595/2009 (CVM, 2009) e pela Resolução CFC n. 1.185/2009 (CFC, 2019), torna obrigatória a elaboração da DMPL, que substitui com vantagens a DLPA, pois permite visualizar não somente as mutações ocorridas nos Lucros, mas todas as contas componentes do Patrimônio Líquido.

As contas que compõem o Patrimônio Líquido (PL), por inúmeros motivos, sofrem variações, das quais algumas não alteram o valor do total do PL, como a transformação de Reservas de Capital em Capital Social; há alteração nas duas contas, porém não se altera o valor total do PL, pois se trata de um fato contábil permutativo.

A movimentação de algumas contas, porém, altera o valor do PL, como o Lucro ou o Prejuízo verificado no exercício, a transferência de lucros para contas passivas de Dividendos a Pagar, Acréscimos de Doações e Subvenções, entre outras. São fatos contábeis modificativos, diminutivos (Prejuízo, Distribuição de Dividendos) ou aumentativos (Lucro do Exercício). A DMPL, como se vê, é uma demonstração bem mais rica do que a DLPA, sendo que esta constará de uma das colunas da DMPL.

A estrutura da DMPL fica mais bem esclarecida a partir do seguinte exemplo: o Patrimônio Líquido da Cia. Alfa, em 31 de dezembro de 20X1, era composto das contas e dos respectivos saldos constantes da Tabela 2.

Tabela 2 – Patrimônio Líquido da Cia. Alfa

Capital	R\$ 10.000,00
Reservas de Capital	
Ágio na emissão de ações	R\$ 3.800,00
Reservas de Lucros	
Reserva Legal	R\$ 500,00
Reserva Estatutária	R\$ 1.000,00
Reserva para Contingência	R\$ 400,00
Lucros Acumulados	R\$ 2.500,00
Total do PL	R\$ 18.200,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido será estruturada na forma descrita na Tabela 3.

Tabela 3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

1	2	3	4	5	6	7	8
Descritor/Contas	Capital	Ágio	R. Legal	R. Estat.	R. Cont.	Luc. Acum.	Total
Saldo inicial	R\$ 10.000,00	R\$ 3.800,00	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 400,00	R\$ 2.500,00	R\$ 18.200,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

No exercício de 20X2, o Patrimônio Líquido sofreu as alterações constantes da Tabela 4.

Tabela 4 – Fatos ocorridos em 20X2 que alteraram o Patrimônio Líquido

Lucro Líquido do Exercício	R\$ 3.000,00
Captação de Recursos junto aos Acionistas para Aumento de Capital	R\$ 1.000,00
Destinação do Resultado	
Reserva Legal	5% do LLE
Reserva Estatutária	10% do LLE
Distribuição de dividendos	O restante

Fonte: Elaborada pelo autor.

Para melhor evidenciar a diferença entre a DLPA e a DMPL, com esses dados, a DLPA será estruturada de acordo com a Tabela 5.

Tabela 5 – Demonstração dos Lucros e/ou Prejuízos Acumulados

Saldo Inicial		R\$ 2.500,00
Lucro Líquido do Exercício		R\$ 3.000,00
(=) Saldo à Disposição da AGO		R\$ 5.500,00
(-) Destinação do Lucro		
Reserva Legal	5% do LLE	(R\$ 150,00)
Reserva Estatutária	10% do LLE	(R\$ 300,00)
Distribuição de Dividendos	O restante	(R\$ 5.050,00)
Saldo Final		0,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Constata-se que a DLPA contempla somente a constituição de Reservas e o cálculo dos Dividendos, sem trazer as variações ocorridas no PL em decorrência desses fatos nem as informações das mutações do PL por fatos não relacionados com o Lucro.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido com os mesmos fatos contábeis descritos nas Tabelas 3 e 4 será estruturada na forma descrita na Tabela 6.

Tabela 6 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

1	1	2	3	4	5	6	7	8
2	Descritor/ Contas	Capital	Ágio	R. Legal	R. Estat.	R. Cont.	Luc. Acum.	Total
3	Saldo Inicial	R\$ 10.000,00	R\$ 3.800,00	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 400,00	R\$ 2.500,00	R\$ 18.200,00
4	Aumento de Capital	R\$ 4.300,00	(R\$ 3.800,00)	(R\$ 500,00)	0	0	0	0
5	Aumento de Capital	R\$ 1.000,00	0	0	0	0	0	R\$ 1.000,00
6	Lucro Líquido	0	0	0	0	0	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
7	Reserva Legal	0	0	R\$ 150,00	0	0	(R\$ 150,00)	0
8	Res. Estatutária	0	0	0	R\$ 300,00	0	(R\$ 300,00)	0
9	Dividendos	0	0	0	0	0	(R\$ 5.050,00)	(R\$ 5.050,00)
10	Saldo Final	R\$ 15.300,00	-	R\$ 150,00	R\$ 1.300,00	R\$ 400,00	-	R\$ 17.150,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em primeiro lugar, observa-se que a coluna 7 da Tabela 6, com a descrição dos fatos apresentados na coluna 2 da mesma tabela, contém todas as informações e os dados da DLPA. Assim, a DLPA está contida na DMPL.

Em segundo lugar, têm-se as explicações dos cálculos e da elaboração da Tabela 6:

- As linhas 1, 2 e 3 repetem os dados constantes da Tabela 2.
- Na linha 4, observa-se que os valores do ágio (coluna 3) e da Reserva Legal (coluna 4) são transferidos para a conta Capital. Por tratar-se de permutação de valores, esse fato não alterou o total do PL (linha 4, coluna 8).
- Na linha 5, coluna 2, foi registrado o aumento do capital proveniente de recursos aportados pelos acionistas. É um fato contábil modificativo aumentativo, pois resulta em aumento do PL (linha 5, coluna 8).
- Na linha 6, coluna 7, foi registrado o Lucro Líquido do Exercício, caracterizando um fato contábil modificativo aumentativo, pois resulta em aumento do PL (linha 6, coluna 8).
- Na linha 7, foi constituída a Reserva Legal. Do Lucro Líquido do Exercício, foram subtraídos 5%, R\$ 150,00 (coluna 7), e transferidos para a Reserva Legal (coluna 4). Por se tratar de permutação de valores, esse fato não alterou o total do PL (linha 7, coluna 8).

- Na linha 8, foi constituída a Reserva Estatutária. Do Lucro Líquido do Exercício, foram subtraídos 10%, R\$ 300,00 (coluna 7), e transferidos para a Reserva Estatutária (coluna 5). Por se tratar de permutação de valores, esse fato não alterou o total do PL (linha 8, coluna 8).
- O saldo remanescente de Lucros e/ou Prejuízos Acumulados (coluna 7) foi retirado do Patrimônio Líquido R\$ 5.050,00 e transferido para uma conta de Passivo Circulante como Dividendos a Pagar, de modo que a conta de Lucros Acumulados, de acordo com a nova legislação, tenha saldo zero. A distribuição de dividendos caracteriza-se como um fato contábil modificativo diminutivo, pois resulta em redução do PL (linha 9, coluna 8).
- Na linha 10, constata-se o saldo final das contas do Patrimônio Líquido.

Verifica-se que a DMPL é uma demonstração que, realmente, retrata as mutações do Patrimônio Líquido – diferentemente da DLPA, que contempla somente a destinação dos Lucros –, e, pela sua abrangência, os órgãos responsáveis por editar normas referentes às demonstrações contábeis sugerem que as empresas elaborem a DMPL.

Considerações finais

A Demonstração de Lucros e ou Prejuízos Acumulados (DLPA), pela lei, pode ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Na prática, a DMPL tem sido preferida em substituição à DLPA e objetiva evidenciar as modificações sofridas pelas contas componentes do Patrimônio Líquido ao longo de um período de apuração contábil, quer a partir do lucro do período, quer por aporte de recursos que não transitam pela Demonstração do Resultado. A demonstração obrigatória pela lei é a DLPA, porém a DMPL é mais completa porque, além de conter as informações relativas ao lucro do período e sua destinação, relata a movimentação de todas as contas do PL ocorrida durante o exercício, de modo que todo acréscimo e diminuição do Patrimônio Líquido são evidenciados nessa demonstração.

Uma observação relevante é sobre a nova estrutura do Patrimônio Líquido trazida pela Lei n. 11.638/2007, que não mais contempla a conta de Lucros Acumulados. Assim, desde 2008, não existe mais a possibilidade de manter lucros sob o título de Acumulados. Essa conta somente conterá valores existentes até o exercício de 2007. Dessa maneira, parece inadequado que a lei não tenha alterado a denominação da Demonstração de Lucros e/ou Prejuízos Acumulados.

Junto com o Balanço Patrimonial e com a Demonstração do Resultado do Exercício, a DMPL é fundamental para se desenvolver a análise das demonstrações financeiras.

Ampliando seus conhecimentos

- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. *Manual de contabilidade societária*: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Foi estudada a divergência entre o disposto no artigo 186 da Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976) e as exigências tanto da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) acerca da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Por isso, é importante verificar o que dizem os autores de obras de contabilidade lendo o capítulo 33, itens 33.1 e 33.2, do livro indicado.

- PADOVEZE, Clóvis Luís; FREZATTI, Fábio; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. A decisão de distribuição de lucros. *Caderno de Estudos*, São Paulo, n. 11, p. 1-11, jul. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511994000200003. Acesso em: 7 ago. 2019.

Conforme visto, em decorrência de interesses diversos, os administradores e os acionistas das empresas têm conflitos acerca da retenção ou da distribuição dos lucros, e é importante que esse tema seja estudado mais profundamente. Então, leia o artigo citado para ampliar seus conhecimentos.

Atividades

1. Quais são as Reservas de Lucros e qual é a finalidade da constituição de cada uma delas?
2. A Cia. Alfa apresentou em 20X1 um Lucro Líquido do Exercício (LLE) de R\$ 500.000,00, e a proposta de destinação do lucro é a seguinte:

Reserva Legal, 5% do LLE;
Reserva Estatutária, 10% do LLE;
Reserva Orçamentária, 8% do LLE;
O restante para pagamento de dividendos.

Com essas informações, elabore a DLPA.

3. A Cia. Beta apresenta a seguinte composição de contas de Patrimônio Líquido em 31/12/X1:

Patrimônio Líquido	X1
Capital Social	R\$ 20.000,00
Reservas de Capital	R\$ 2.000,00
Reserva Legal	R\$ 500,00
Reserva Estatutária	R\$ 600,00
Lucros Acumulados	R\$ 1.800,00
Total	R\$ 24.900,00

No ano de X2, a entidade apresentou um Lucro Líquido de R\$ 15.000,00. Por proposta da diretoria, a empresa destinará:

Reserva Legal, 5% do LLE;
Reserva Estatutária, 10% do LLE;
Reserva Orçamentária, 8% do LLE;
O restante para pagamento de dividendos.

Elabore a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. *Finanças corporativas e valor*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

AZZOLIN, José Laudelino. *Uma avaliação da fórmula de distribuição do Imposto Relativo às Operações de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos municípios paranaenses*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1694/000355360.pdf?sequence=1. Acesso em: 7 ago. 2019.

BÍBLIA (Antigo Testamento). Gênesis. Português. *Bíblia On-line*. Trad. de Almeida corrigida e revisada, fiel ao texto original. cap. 41, vers. 33-36. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/41>. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 17 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 7.730, de 31 de janeiro de 1989. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 1º fev. 1989a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7730.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 7.738, de 9 de março de 1989. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, 10 mar. 1989b. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7738.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 8.200, de 28 de junho de 1991. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 29 jun. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8200.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. Medida Provisória n. 566, de 29 de julho de 1994. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 30 jul. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/1990-1995/566.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 27 dez. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.303, de 31 de outubro de 2001. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, 1º nov. 2001. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10303.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 28 dez. 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Resolução n. 750, de 29 de dezembro de 1993. *Diário Oficial da União*, 31 dez. 1993. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750. Acesso em: 7 ago. 2019.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Resolução n. 1.185, de 28 de agosto de 2009. *Diário Oficial da União*, 15 set. 2009. Disponível em: http://www.informanet.com.br/Prodinfo/gcon/normas/resolucao_cfc_1185_2009.pdf. Acesso em: 7 ago. 2019.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC n. 23, de 16 de setembro de 2009. *Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=54>. Acesso em: 7 ago. 2019.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC n. 26 (RI), de 15 de dezembro de 2011. *Apresentação das demonstrações contábeis*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acesso em: 7 ago. 2019.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Nota Explicativa da Instrução CVM n. 59, de 22 de dezembro de 1986. *Diário Oficial da União*, 30 dez. 1986. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/notas-explicativas/nota059.html>. Acesso em: 7 ago. 2019.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Deliberação CVM n. 595, de 16 de setembro de 2009. *Diário Oficial da União*, 16 set. 2009. Disponível em: www.cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/deli0500/deli595.html. Acesso em: 7 ago. 2019.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. *Princípios de administração financeira*. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu *et al.* *Manual de contabilidade societária*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MIDWAY S/A. *Relatório da administração*. 14 mar. 2017. Disponível em: https://www.valor.com.br/sites/default/files/upload_element/23.03.2017_midway_financeira.pdf. Acesso em: 7 ago. 2019.

SAMARCO MINERAÇÃO S/A. *Demonstrações financeiras: de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017*. 9 out. 2018. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2018/10/Demonstracoes-Financeiras.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2019.

Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado

As novas demonstrações tornadas obrigatórias desde 2007 pela Lei n. 11.638/2007 (BRASIL, 2007) são a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. Neste capítulo, além delas, é apresentada a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, que, embora não seja mais exigida, deve continuar sendo elaborada por apresentar informações das mutações ocorridas na posição financeira das empresas, informações relacionadas às origens e aplicações de recursos e reflexo no Capital Circulante Líquido.

Na comparação entre a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), verifica-se que a DOAR é mais abrangente por apresentar as variações de todas as contas que afetam o CCL (Capital Circulante Líquido), não só as disponibilidades (Caixa e Bancos), como a DFC.

A Demonstração do Fluxo de Caixa evidencia todo o numerário que transita pela empresa em um determinado período e tem que ser analisada sob as ópticas de gestão e financeiro-contábil. Gerencialmente, ela deve proporcionar uma visão futura e representa, em consequência, uma prospecção, um orçamento de Caixa, além de ser um instrumento indispensável para a gestão das disponibilidades. Relativamente à óptica contábil e financeira, ela é elaborada com base em dados passados e retrata, por isso, uma retrospectiva. Sua elaboração tornou-se obrigatória com o advento da Lei n. 11.638/2007 (BRASIL, 2007), em vigor desde janeiro de 2008.

A Demonstração do Valor Adicionado é um relatório contábil de natureza econômica que indica os meios usados pela empresa para gerar riqueza. Essa riqueza se constitui no valor que a empresa adiciona sobre o valor de aquisição de mercadorias ou de insumos destinados à venda ou à produção. As informações contidas nessa demonstração fazem parte do Balanço Social, e sua obrigatoriedade atende a reivindicações não só do governo e de investidores como também de empregados e prestadoras de serviços que atendem tal empresa.

▶ Vídeo



6.1 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) era de elaboração e publicação obrigatórias de acordo com o artigo 176, inciso IV, da Lei n. 6.404/1976 (BRASIL, 1976). Pelas modificações trazidas pela Lei n. 11.638/2007 (BRASIL, 2007), foi substituída pela Demonstração do Fluxo de Caixa e deixou de ser obrigatória, porém, dada a sua importância e relevância, as empresas podem utilizá-la como ferramenta gerencial.

Relativamente à DOAR, de acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), item 5, do grupo de perguntas

formuladas pelo público contábil, “as entidades podem continuar publicando, e é recomendável essa continuidade em razão do relevante conteúdo informacional trazido pela demonstração”. A mesma resposta foi dada pela fundação, também no item 5 do documento, quando perguntado se os professores devem continuar ensinando a DOAR aos seus alunos.

De acordo com Assaf Neto (2010, p. 80), a DOAR “tem como objetivo identificar os fluxos de recursos dentro da empresa, seja a forma como foram gerados (financiamentos), ou como foram aplicados (investimentos) durante o exercício social”. Assim, embora ela tenha sido substituída pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), “pelo alto volume e qualidade das informações, é recomendável que as companhias continuem publicando a DOAR ao final de cada exercício social” (ASSAF NETO, 2010, p. 80).

Para essa demonstração, a expressão *recursos* está voltada para o dimensionamento do Capital Circulante Líquido (CCL).

6.1.1 Capital Circulante Líquido (CCL)

O Capital Circulante Líquido (CCL) é a diferença absoluta entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Dessa maneira, o objetivo da DOAR é evidenciar as mutações sofridas pelo CCL entre o início e o término do exercício, ou seja:

$$\text{CCL} = \text{AC} - \text{PC}$$

As Figuras 1 e 2 apresentam melhor compreensão do que é o CCL.

Onde:

AC = Ativo Circulante.

ANC = Ativo não Circulante.

PC = Passivo Circulante.

PNC = Passivo não Circulante.

Figura 1 – Capital Circulante Líquido (CCL) positivo

AC	PC
ANC	PNC

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Figura 1 mostra que o Ativo Circulante é maior do que o Passivo Circulante, o que significa que a empresa está operando com capital de giro próprio, ou CCL positivo.

Figura 2 – Capital Circulante Líquido (CCL) negativo

AC	PC
ANC	PNC

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Figura 2 mostra que o Passivo Circulante é maior do que o Ativo Circulante, o que significa que a empresa está operando com capital de giro de terceiros, ou CCL negativo.

6.1.2 Estrutura da DOAR

A estrutura da DOAR, de acordo com Braga (2009), deve discriminar a origem dos recursos, sendo suas principais fontes:

- Os recursos provenientes das operações da empresa (Lucro ou Prejuízo do Exercício).
- As quotas de Depreciação, Amortização e Exaustão que foram computadas como Custos do Período.
- O aumento do Capital Social.
- O aumento de Reservas de Capital.
- O aumento do Passivo não Circulante.
- As variações dos Investimentos, classificados no Ativo não Circulante.
- A diminuição do Realizável a Longo Prazo, classificado como Ativo não Circulante.
- A alienação do Imobilizado, classificado no Ativo não Circulante.

Sobre as alicações de recursos, seus principais usos são:

- Os dividendos propostos.
- Aumento do Realizável a Longo Prazo, classificado como Ativo não Circulante.
- A aquisição de Ativos não Circulantes (Investimentos, Imobilizado e Intangível).
- Redução do Passivo não Circulante.
- Diferença entre o total das origens e das aplicações de recursos.
- Variação do Capital Circulante Líquido, de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 – Variação do Capital Circulante Líquido

Saldo Inicial do Ativo Circulante	Saldo Final do Ativo Circulante	Variação do AC
(-) Saldo Inicial do Passivo Circulante	(-) Saldo Final do Passivo Circulante	(-) Variação do PC
(=) CCL do Início do Período	(=) CCL do Final do Período	(=) Variação do CCL

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sintetizando, é possível afirmar que a DOAR é composta de quatro partes:

- Origens de Recursos;
- Aplicações de Recursos;
- Aumento ou Redução (variação) do Capital Circulante Líquido;
- Variações dos Componentes do Ativo e do Passivo Circulantes.

Essas partes correspondem aos campos demonstrados na DOAR: as origens, de longo prazo, proveem dos aumentos do Passivo não Circulante e do Patrimônio Líquido e da diminuição do Ativo não Circulante; as aplicações de longo prazo se originam dos aumentos do Ativo não Circulante e das diminuições do Passivo não Circulante; a diferença entre as origens e aplicações resulta no aumento ou na diminuição do Capital Circulante Líquido; e, finalmente, a diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante determina as variações ocorridas.

6.1.2.1 Exemplo de elaboração da DOAR

Para melhor entendimento, serão usados como exemplo os dados fornecidos pela Cia. Beta relativos aos exercícios de 20X1 e 20X2:

- O Lucro apurado em 20X2 foi de R\$ 500,00, e foi proposta a distribuição de R\$ 90,00 a título de dividendos.
- Os balanços patrimoniais apresentam as contas e os respectivos saldos constantes da Tabela 1.

O primeiro procedimento a ser realizado é verificar as variações ocorridas nas diversas contas quando comparados os exercícios de 20X1 e 20X2, constantes das colunas 2 e 3, obtendo-se os resultados das colunas 4 e 5 da Tabela 1.

Tabela 1 – Balanços patrimoniais da Cia. Beta

Balanços patrimoniais e variações				
Col. 1	Col. 2	Col. 3	Col. 4	Col. 5
Contas	X1	X2	Variações	
			Origens	Aplicações
Ativo Circulante	R\$ 400,00	R\$ 750,00		R\$ 350,00
Disponibilidades	R\$ 400,00	R\$ 750,00		R\$ 350,00
Ativo não Circulante	R\$ 680,00	R\$ 1.250,00		R\$ 570,00

(Continua)

Balancos patrimoniais e variações

Col. 1	Col. 2	Col. 3	Col. 4	Col. 5
Contas	X1	X2	Variações	
			Origens	Aplicações
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 180,00	R\$ 250,00		R\$ 70,00
Empréstimos a Coligadas	R\$ 100,00	R\$ 250,00		R\$ 150,00
Imóveis para Venda	R\$ 80,00	R\$ 0,00	R\$ 80,00	
Investimentos	R\$ 104,00	R\$ 253,00		R\$ 149,00
Participação em Coligadas	R\$ 120,00	R\$ 290,00		R\$ 170,00
(-) Prov. Ajustes Investimentos	(R\$ 16,00)	(R\$ 37,00)	R\$ 21,00	
Imobilizado	R\$ 356,00	R\$ 712,00		R\$ 356,00
Imóveis de uso	R\$ 300,00	R\$ 600,00		R\$ 300,00
(-) Depreciação acum. Imóveis	(R\$ 24,00)	(R\$ 48,00)	R\$ 24,00	
Máquinas e acessórios	R\$ 100,00	R\$ 200,00		R\$ 100,00
(-) Depreciação. acum. Máquinas e Acessórios	(R\$ 20,00)	(R\$ 40,00)	R\$ 20,00	
Intangível	R\$ 40,00	R\$ 35,00	R\$ 5,00	
Marcas e Patentes	R\$ 50,00	R\$ 50,00		R\$ 0,00
(-) Amortização Acumulada	(R\$ 10,00)	(R\$ 15,00)	R\$ 5,00	
Ativo Total	R\$ 1.080,00	R\$ 2.000,00		R\$ 920,00
Passivo Circulante	R\$ 250,00	R\$ 375,00	R\$ 125,00	
Fornecedores	R\$ 250,00	R\$ 375,00	R\$ 125,00	
Passivo não Circulante	R\$ 280,00	R\$ 470,00	R\$ 190,00	
Financ. Internos Longo Prazo	R\$ 110,00	R\$ 270,00	R\$ 160,00	
Financ. Externos Longo Prazo	R\$ 170,00	R\$ 200,00	R\$ 30,00	
Patrimônio Líquido	R\$ 550,00	R\$ 1.155,00	R\$ 605,00	
Capital	R\$ 350,00	R\$ 500,00	R\$ 150,00	
Reserva de Capital	R\$ 105,00	R\$ 150,00	R\$ 45,00	
Reservas de Lucros	R\$ 95,00	R\$ 505,00	R\$ 410,00	
Passivo + PL Total	R\$ 1.080,00	R\$ 2.000,00	R\$ 920,00	

Fonte: Elaborada pelo autor.

O segundo passo é verificar as mutações ocorridas no Patrimônio Líquido, com o objetivo de certificar que as variações decorrem somente do lucro do período ou de valores que não transitaram pelo resultado, como o aumento de capital com recursos providos pelos sócios.

Deve-se relevar que as despesas computadas para apuração do Lucro Líquido, mas que não afetam o CCL, devem ser somadas ao Lucro, como as despesas de depreciação, as variações monetárias passivas e a perda decorrente dos prejuízos constatados em empresas coligadas. De outro lado, devem ser deduzidas do Lucro Líquido as receitas que o compõem, porém não afetam o CCL, como as receitas de variações monetárias ativas relativas ao Ativo não Circulante (Realizável a Longo Prazo) e o Lucro de Investimentos em Coligadas. A Tabela 2 mostra as mutações ocorridas no PL da Cia. Beta.

Tabela 2 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldo final (20X2)		R\$ 1.155,00
(-) Saldo inicial (20X1)		(R\$ 550,00)
Variação		R\$ 605,00
Fatores da variação		R\$ 410,00
(+) Lucro líquido de 20X2	R\$ 500,00	
(-) Prov. pgto. dividendos	(R\$ 90,00)	
(=) Origens externas		R\$ 195,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como se observa, o valor do Patrimônio Líquido de 20X2 é de R\$ 605,00, maior do que o de 20X1. Os lucros gerados no exercício de 20X2 contribuíram com R\$ 410,00 (Lucro menos Dividendos) no aumento do PL, e, em consequência, o valor restante provém de recursos que não transitaram pelo resultado, que, no caso, é o aumento de capital com recursos externos.

Com esses procedimentos realizados, é possível elaborar a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, na forma da Tabela 3.

Tabela 3 – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Quadro I: Origens (longo prazo)		R\$ 885,00	
Lucro Líquido	R\$ 500,00		
Aumento de PL (capital)	R\$ 150,00		
Aumento de PL (reservas de capital)	R\$ 45,00		
Aumento Passivo não Circulante	R\$ 190,00		
Quadro II: Aplicações (longo prazo)		R\$ 660,00	
Aumento de Ativo não Circulante	R\$ 500,00		
Aumento Ativo Realizável Longo Prazo	R\$ 70,00		
Distribuição dividendos	R\$ 90,00		
Quadro III: Variação (I – II)		R\$ 225,00	
Quadro IV: Demonstração do CCL	X2	X1	Variação
Ativo Circulante	R\$ 750,00	R\$ 400,00	R\$ 350,00
Passivo Circulante	R\$ 375,00	R\$ 250,00	R\$ 125,00
Variações	R\$ 375,00	R\$ 150,00	R\$ 225,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na Tabela 3, pode-se observar que o CCL variou positivamente em R\$ 225,00, o que significa dizer que o aumento do Ativo Circulante (R\$ 350,00) foi financiado com Recursos Exigíveis em Longo Prazo (R\$ 225,00), enquanto somente R\$ 125,00 representam Obrigações Vencíveis no Curto Prazo.

Nota-se que a DOAR, de acordo com Iudícibus, Marion e Faria (2018, p. 206), constitui-se “em fluxos financeiros, por refletir as movimentações de dinheiro ocorridas na entidade [...] indicando a folga financeira de curto prazo – excesso de ativos circulantes sobre passivos circulantes, ou o inverso”.

Como informado no início, a apresentação da DOAR não é mais obrigatória, porém a Lei n. 1.638/2007 (BRASIL, 2007) criou a Demonstração do Fluxo de Caixa, que é o próximo assunto a ser abordado.

▶ Vídeo



6.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa deve ser estudada sob duas ópticas: a do futuro e a do passado. Sob a óptica futura, trata-se de uma previsão de entradas e saídas de Caixa para um determinado período futuro, realizada com base em dados levantados em projeções econômico-financeiras do presente e do passado.

O objetivo da Demonstração do Fluxo de Caixa para o futuro é prever, antecipadamente, as necessidades de captação de recursos e sobras de caixa para que se possam aplicar os excedentes. Para Gitman (2004, p. 94), o orçamento de caixa ou previsão de caixa “é uma demonstração que apresenta as entradas e saídas de caixa planejadas da empresa, que a utiliza para estimar suas necessidades de caixa no curto prazo, com especial atenção ao planejamento do uso de superávits e a cobertura de déficits”.

Sob a ótica do passado, convém citar o artigo 188, da Lei n. 6.404/1976, por meio da redação dada pela Lei n. 11.638/2007 (BRASIL, 2007):

Art. 188. [...]

I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

- a) das operações;
- b) dos financiamentos; e
- c) dos investimentos.

Em virtude de sua importância, serão analisadas as duas visões. Para melhor dissertar sobre o tema e para os fins deste capítulo, o fluxo de caixa sob a óptica futura será denominado Projeção do Fluxo de Caixa (PFC) e, sob a óptica passada, Demonstração do Fluxo de Caixa.

6.2.1 Projeção do Fluxo de Caixa (PFC)

A PFC é um instrumento de análise e de avaliação da empresa e proporciona aos seus usuários uma visão futura dos recursos financeiros que entrarão no caixa da empresa e sairão dele, possibilitando a tomada de decisões relativas a compras e vendas, investimentos em capital de giro e em ativos fixos aos financiamentos próprios ou de terceiros. A PFC deve indicar não somente o valor dos investimentos e financiamentos como também em que oportunidade eles devem ser gerados e aplicados.

Assim, a PFC olha para o futuro e busca retratar uma situação real do caixa da empresa, por isso ela deve proporcionar, também, o acompanhamento entre o fluxo orçado e o realizado. A PFC pode ser melhor entendida no exemplo a seguir.

Para elaborar a Projeção do Fluxo de Caixa para o 1º trimestre de X1, a Cia. Beta possui as seguintes informações:

- Política de recebimento de vendas: 10% à vista, 30% em 30 dias, 30% em 60 dias e 30% em 90 dias.
- As compras serão pagas em quatro parcelas iguais a partir do mês da compra.
- Despesas com vendas correspondem a 10% das vendas totais e serão pagas no mês seguinte.
- As despesas de aluguel, de salários e tributárias serão pagas no mês seguinte ao da ocorrência.
- O material de consumo é pago no próprio mês.
- Os acionistas promoverão um aumento do capital social em R\$ 4.000,00 em fevereiro de X1.
- A receita de R\$ 8.000,00 obtida com a venda de máquina usada começa a ser recebida no mês de dezembro, como na projeção.
- Os pagamentos de R\$ 15.000,00 relativos à aquisição da máquina serão efetuados da forma descrita na projeção.
- Se o saldo inicial do Caixa for positivo, a empresa receberá receitas financeiras correspondentes a 1% do saldo. Se o saldo for negativo, incorrerá em despesas financeiras de 3%.

As projeções de entrada e saída de numerário podem ser observadas na Tabela 4.

Tabela 4 – Contas e valores para realizar uma Projeção do Fluxo de Caixa

Itens/mês	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.
Vendas	R\$ 15.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Compras MP	R\$ 6.000,00	R\$ 4.800,00	R\$ 4.800,00	R\$ 4.800,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
Aluguel	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 845,00	R\$ 875,00	R\$ 875,00
Tributárias	R\$ 1.700,00	R\$ 2.040,00	R\$ 2.550,00	R\$ 1.360,00	R\$ 1.190,00	R\$ 1.700,00
Sal./encargos	R\$ 2.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 3.000,00

(Continua)

Itens/mês	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.
Mat. Consumo	R\$ 1.000,00	R\$ 1.100,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.100,00
Aquis. Maq.	–	–	–	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Venda Máq.	–	–	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Para realizar a PFC, é necessário, inicialmente, elaborar um mapa auxiliar de recebimento de vendas, em decorrência da política de recebimento das vendas. Esse mapa pode ser observado da Tabela 5, a seguir.

Tabela 5 – Mapa auxiliar de recebimento de vendas

Política de recebimento de vendas		À vista 10%	30 dias 30%	60 dias 30%	90 dias 30%		
Mês da venda	Valor da venda	Meses de recebimento das vendas					
		Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.
Out.	R\$ 15.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	–	–
Nov.	R\$ 12.000,00	–	R\$ 1.200,00	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	–
Dez.	R\$ 12.000,00	–	–	R\$ 1.200,00	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00
Jan.	R\$ 12.000,00	–	–	–	R\$ 1.200,00	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00
Fev.	R\$ 15.000,00	–	–	–	–	R\$ 1.500,00	R\$ 4.500,00
Mar.	R\$ 15.000,00	–	–	–	–	–	R\$ 1.500,00
Entrada de caixa na PFC do 1º trimestre					R\$ 12.900,00	R\$ 12.300,00	R\$ 13.200,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na sequência, é necessário elaborar um mapa auxiliar de pagamento de compras, em decorrência da política de pagamento a fornecedores. Esse mapa pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 – Mapa auxiliar de pagamento de compras

Política de pagamento de compra		À vista 25%	30 dias 25%	60 dias 25%	90 dias 25%		
Mês da compra	Valor da compra	Meses de pagamento das compras					
		Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.
Out.	R\$ 6.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	–	–
Nov.	R\$ 4.800,00	–	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	–
Dez.	R\$ 4.800,00	–	–	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Jan.	R\$ 4.800,00	–	–	–	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Fev.	R\$ 6.000,00	–	–	–	–	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Mar.	R\$ 6.000,00	–	–	–	–	–	R\$ 1.500,00
Saída de caixa na PFC do 1º trimestre					R\$ 5.100,00	R\$ 5.100,00	R\$ 5.400,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

A seguir, elabora-se a Projeção do Fluxo de Caixa, de acordo com a Tabela 7.

Tabela 7 – Projeção do Fluxo de Caixa (PFC) para o 1º trimestre de X1

Nº	Descritores / Meses	Jan.	Fev.	Mar.
1	Saldo inicial (= final mês anterior)	0	(R\$ 1.450,00)	R\$ 1.101,50
2	Entradas (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4)	R\$ 14.900,00	R\$ 18.300,00	R\$ 15.211,02
2.1	Vendas (mapa auxiliar)	R\$ 12.900,00	R\$ 12.300,00	R\$ 13.200,00
2.2	Aumento de Capital	–	R\$ 4.000,00	–
2.3	Venda da Máquina Velha	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
2.4	Receitas Financeiras	–	–	R\$ 11,02
3	Disponibilidades (1 + 2)	R\$ 14.900,00	R\$ 16.850,00	R\$ 16.312,52
4	Saídas (4.1 + ... 4.8)	R\$ 16.350,00	R\$ 15.748,50	R\$ 15.565,00
4.1	Compras (mapa auxiliar)	R\$ 5.100,00	R\$ 5.100,00	R\$ 5.400,00
4.2	Desp. Vendas 10% vendas mês ant.	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.500,00
4.3	Desp. Aluguel	R\$ 500,00	R\$ 845,00	R\$ 875,00
4.4	Desp. Salários	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.500,00
4.5	Desp. Tributárias	R\$ 2.550,00	R\$ 1.360,00	R\$ 1.190,00
4.6	Material de Consumo	R\$ 1.000,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.100,00
4.7	Compra de Máquina	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
4.8	Desp. Financeiras	–	R\$ 43,50	–
5	Saldo final (3 – 4)	(R\$ 1.450,00)	R\$ 1.101,50	R\$ 747,51

Fonte: Elaborada pelo autor.

É oportuno discorrer sobre o regime de competência e o regime de caixa. No Brasil, a Demonstração do Resultado do Exercício, em decorrência da adoção do regime de competência, seria elaborada de acordo com os valores descritos na Tabela 4. Assim, na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), as receitas de vendas, por exemplo, serão:

Jan.	Fev.	Mar.
R\$ 12.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00

Já na Demonstração do Fluxo de Caixa, com base na Tabela 7, nos mesmos meses, as entradas de caixa serão:

Jan.	Fev.	Mar.
R\$ 12.900,00	R\$ 12.300,00	R\$ 13.200,00

Assim, na DRE, as receitas são registradas no mês em que ocorreu a venda e, na DFC, as receitas são registradas quando de seus recebimentos.

6.2.2 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

De acordo com Iudícibus, Marion e Faria (2018, p. 206), a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) “demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo”.

Em conformidade com o item 10 do CPC n. 03/2010 (CPC, 2010), a DFC deve apresentar os fluxos de caixa classificados em:

- atividades operacionais;
- atividades de investimentos;
- atividades de financiamentos.

As atividades operacionais representam pagamentos e recebimentos relacionados ao fluxo operacional da empresa. As atividades de investimentos relacionam-se com os aumentos e as diminuições dos Ativos não Circulantes. As atividades de financiamento representam pagamentos e recebimentos vinculados ao Passivo não Circulante (credores) e ao Patrimônio Líquido (acionistas).

Essas atividades já vigoravam nos Estados Unidos desde 1987, em decorrência de regulamentação baixada pelo Financial Accounting Standards Board (FASB), entidade que regulamenta as políticas e os procedimentos contábeis naquele país.

6.2.2.1 Formas de apresentação da DFC

Há dois métodos para a apresentação da DFC:

- Método direto, em que se relacionam as principais classes de recebimentos e pagamentos.
- Método indireto, em que parte do Lucro ou Prejuízo Líquido com os ajustes decorrentes das transações que não envolvem o caixa, dos diferimentos ou outras apropriações realizadas pelo regime de competência e dos itens de receitas ou despesas vinculadas com fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento.

A Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto é apresentada na Tabela 8.

Tabela 8 – Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

Descritores	Valores
Atividades Operacionais	
Recebimento de Clientes	
Recebimento de Juros	
Duplicatas Descontadas	
Outros Recebimentos	
(-) Pagamentos	
a Fornecedores de Mercadorias	
de Impostos	
de Salários	
de Juros	
de Despesas Pagas Antecipadamente	
Outros Pagamentos	
(=) Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	
Atividades de Investimentos	

(Continua)

Descritores	Valores
Recebimento pela Venda de Imobilizado	
Pagamento pela Compra de Imobilizado	
(=) Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	
Atividades de Financiamentos	
Aumento de Capital	
Empréstimos de Curto Prazo	
Pagamento de Dividendos	
(=) Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamentos	
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente – Caixa	
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em X0	
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em X1	

**Composição do Caixa e Equivalentes de Caixa
(Conciliação entre DFC e BP)**

Descritores	31/12/X0	31/12/X1
Caixa		
Bancos		
Aplicações Financeiras		
Total		

Fonte: Adaptada de Iudícibus *et al.*, 2010.

A Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto é apresentada na Tabela 9.

Tabela 9 – Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto

Descritores	Valores
Atividades Operacionais	
Lucro Líquido	
Mais: Depreciação	
Menos: Lucro na Venda de Imobilizado	
Lucro Ajustado	
Aumento em Duplicatas a Receber	
Aumento de Provisões para Perdas de Duplicatas	
Aumento de Duplicatas Descontadas	
Aumento em Estoques	
Aumento em Despesas Pagas Antecipadamente	
Aumento em Fornecedores	
Redução em Provisão para Imposto de Renda a Pagar	
Redução em Salários a Pagar	

Descritores	Valores
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	
Atividades de Investimentos	
Recebimento pela Venda de Imobilizado	
Pagamento pela Compra de Imobilizado	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	
Atividades de Financiamentos	
Aumento de Capital	
Empréstimo de Curto Prazo	
Distribuição de Dividendos	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	
Aumento Líquido nas Disponibilidades	
Saldo de Caixa + Equivalentes de Caixa em X0	
Saldo de Caixa + Equivalentes de Caixa em X1	

Fonte: Adaptada de Iudícibus *et al.*, 2010.

Como pode ser observado, a diferença na elaboração das DFCs pelos métodos direto ou indireto encontra-se apenas no grupo das atividades operacionais.

Para melhor entender a DFC, há, na Tabela 10, a Demonstração do Resultado do ano 2 de uma empresa.

Tabela 10 – Demonstração do Resultado

Descritor	Valor (em R\$)
Receita Bruta	5.000,00
(-) Despesas Operacionais	(2.000,00)
Resultado Antes dos Tributos	3.000,00
(-) Provisão para Tributos sobre Vendas	(250,00)
Lucro Líquido	2.750,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Também serão examinados os Balanços Patrimoniais referentes aos anos 1 e 2 da mesma empresa, observando, de acordo com a Tabela 11, que já foram calculadas as variações dos valores ocorridas entre os dois anos.

Tabela 11 – Balanços Patrimoniais de Variações

Descritor	Ano 1	Ano 2	Variações
Ativo Circulante	R\$ 4.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 2.000,00
Caixa	R\$ 1.800,00	R\$ 3.300,00	R\$ 1.500,00
Duplicatas a Receber	R\$ 2.200,00	R\$ 2.700,00	R\$ 500,00
Ativo não Circulante	R\$ 2.000,00	R\$ 2.400,00	R\$ 400,00

(Continua)

Descritor	Ano 1	Ano 2	Variações
Imobilizado	R\$ 1.900,00	R\$ 2.300,00	R\$ 400,00
Intangível	R\$ 100,00	R\$ 100,00	–
Ativo total	R\$ 6.000,00	R\$ 8.400,00	R\$ 2.400,00
			–
Passivo Circulante	R\$ 2.000,00	R\$ 1.250,00	–R\$ 750,00
Empréstimos a Pagar	R\$ 2.000,00	R\$ 500,00	–R\$ 1.500,00
Fornecedores	–	R\$ 500,00	R\$ 500,00
IRPJ a Pagar	–	R\$ 250,00	R\$ 250,00
Patrimônio Líquido	R\$ 4.000,00	R\$ 7.150,00	R\$ 3.150,00
Capital	R\$ 3.000,00	R\$ 3.400,00	R\$ 400,00
Reservas de Lucros	R\$ 1.000,00	R\$ 3.750,00	R\$ 2.750,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Utilizando os dados apresentados na DRE e nos BPs, apresenta-se, na Tabela 12, a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto.

Tabela 12 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Método indireto

Atividades operacionais		
Lucro do Período		R\$ 2.750,00
Aumento de Duplicatas a Receber (reduz caixa)	(R\$ 500,00)	
Diminuição de Empréstimos a Pagar (reduz caixa)	(R\$ 1.500,00)	
Aumento de Fornecedores (aumenta caixa)	R\$ 500,00	
Provisão para Tributos a Pagar (aumenta caixa)	R\$ 250,00	
Atividades de Investimentos		
Aumento de Imobilizado (reduz caixa)	(R\$ 400,00)	
Atividades de Financiamentos		
Aumento de Capital (aumenta caixa)	R\$ 400,00	
Resultado Final de Caixa		
Redução de Caixa no Período		(R\$ 1.250,00)
Resultado de Caixa no Período		R\$ 1.500,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Analisando a DFC, constata-se, inicialmente, que o valor do lucro não é igual ao valor do Saldo de Caixa, e isso se deve ao fato de que alguns eventos alteram o Caixa, mas não alteram o resultado, como pagamento de empréstimos, aquisição de Imobilizado e aumento de capital.

Por fim, é oportuno salientar que as reduções ou os aumentos de caixa, sob a ótica da DFC, não significam entrada e saída de dinheiro; significam que, em determinados momentos, ocorrerão pagamentos e recebimentos.

Para completar a explicitação das demonstrações referentes a este capítulo, será estudada, em seguida, a Demonstração do Valor Adicionado.

▶ Vídeo



6.3 Demonstração do Valor Adicionado

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região, que pode ser o país, os estados ou as cidades, durante um determinado período (mês, trimestre, semestre e ano). Esse indicador tem como objetivo mensurar a atividade econômica de uma região e leva em conta apenas bens e serviços finais, excluindo-se, conseqüentemente, os bens de consumo de intermediários. Tal metodologia tem a finalidade de evitar problema de dupla contagem, que ocorre quando os valores gerados na cadeia produtiva aparecem contados duas vezes na soma do PIB (MANKIW, 2001).

Dessa forma, é necessário calcular o tamanho da produção com base somente no valor adicionado. Assim, por exemplo, para determinar quanto a produção de um automóvel gera de valor adicionado ao setor automobilístico, é necessário deduzir o valor de todos os bens e serviços empregados desde as vendas de cada setor.

Para produzir o automóvel, foi necessário consumir o aço. Para produzir o aço e o automóvel, foi preciso usar energia elétrica. Assim, para determinar o PIB dos setores siderúrgico e automobilístico, se não for descontada a energia elétrica consumida por ambos os setores, o valor da energia elétrica seria contado duas vezes.

Para Mankiw (2001, p. 496), o PIB “é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em dado período” e é composto por quatro elementos: o consumo, o investimento, as compras do governo e as exportações líquidas. O consumo exclui a compra de imóveis; o investimento inclui estoques, equipamento de capital, imóveis e estrutura; as compras do governo incluem salários dos funcionários e obras públicas; as exportações líquidas são a diferença entre importações e exportações.

Como se pode medir a riqueza gerada por um país, por uma região, por um setor etc., é possível medir, também, a riqueza gerada por uma empresa. Para isso, basta diminuir do valor das vendas o custo de todos os bens e serviços que ela adquiriu de outras empresas. Todas as empresas geram riquezas, pois compram insumos que são convertidos ou processados em um novo produto ou serviço, o qual, por sua vez, é vendido para os usuários. O valor adicionado gerado pela empresa é a diferença entre o valor final das vendas e o custo total da produção. A riqueza gerada pela empresa é dividida, normalmente, em quatro partes:

- empregados;
- governo;
- fornecedores de capital;
- própria empresa.

Antes do advento da Lei n. 11.638/2007 (BRASIL, 2007), a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não era obrigatória, porém sua elaboração era incentivada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que, por meio do Parecer de Orientação CVM n. 24/1992 (CVM, 2008), sugeriu, de acordo com Iudícibus *et al.* (2010, p. 583), “a utilização do modelo elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi)”, constante do Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (MARTINS; GELBCKE; IUDÍCIBUS, 1990).

O artigo 188 da Lei n. 6.404/1976, redação dada pela Lei n. 11.638/2007, determina:

Art. 188. [...]

II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. (BRASIL, 2007)

De acordo com a Resolução CFC n. 1.138/2008 (CFC, 2008), a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) “deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela empresa em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas”.

Para o CFC,

A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma:

- personal e encargos;
- impostos, taxas e contribuições;
- juros e aluguéis;
- juros sobre o capital próprio (JSCP) e dividendos;
- lucros retidos/prejuízos do exercício. (CFC, 2008)

A Tabela 13 apresenta modelo de DVA segundo o CFC 1.138/2008.

Tabela 13 – Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	Em milhares de R\$	Em milhares de R\$
	20X1	20X0
1 – Receitas		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		

(Continua)

DESCRIÇÃO	Em milhares de R\$	Em milhares de R\$
	20X1	20X0
1.4) Prov. créditos liq. duv. – Reversão / (Constituição)		
2 – Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
2.1) Custos dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		
2.2) Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de Valores Ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 – Valor Adicionado Bruto (1 – 2)		
4 – Depreciação, Amortização e Exaustão		
5 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3 – 4)		
6 – Valor Adicionado Recebido em Transferência		
6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial		
6.2) Receitas Financeiras		
6.3) Outras		
7 – Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)		
8 – Distribuição do Valor Adicionado (= ao 7)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração Direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – FGTS		
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício		
8.4.4 – Participação dos não Controladores nos Lucros Retidos (só p/consolidação)		

De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, CFC n. 1.138, de 21 de novembro de 2008,

10. A DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.

11. Existem, todavia, diferenças temporais entre os modelos contábil e econômico no cálculo do valor adicionado. A ciência econômica, para cálculo do PIB, baseia-se na produção, enquanto a contabilidade utiliza o conceito contábil da realização da receita, isto é, baseia-se no regime contábil de competência. Como os momentos de realização da produção e das vendas são normalmente diferentes, os valores calculados para o PIB por meio dos conceitos oriundos da Economia e os da Contabilidade são naturalmente diferentes em cada período [...]. (CFC, 2008)

Por outro lado, a DVA é uma parte do Balanço Social, pois, por meio dessa demonstração, sabe-se o quanto uma empresa contribui para a geração de riquezas no país.

A DVA é elaborada com base em informações e dados da Demonstração do Resultado do Exercício, como no exemplo a seguir, que mostra a demonstração do resultado da Cia Delta referente ao exercício de 20X1, de acordo com a Tabela 14.

Tabela 14 – Demonstração do Resultado do Exercício da Cia. Delta

Receita Bruta de Vendas		R\$ 120.000,00
(-) Tributos Incidentes sobre Vendas		(R\$ 21.000,00)
(=) Receita Líquida de Vendas		R\$ 99.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas		(R\$ 32.000,00)
(=) Lucro Bruto Operacional		R\$ 67.000,00
(-) Despesas Operacionais		(R\$ 22.000,00)
Despesas de Salários	R\$ 9.000,00	
Encargos Sociais sobre Salários	R\$ 3.000,00	
Despesas de Serviços Terceirizados	R\$ 2.000,00	
Gastos com Energia Elétrica e Comunicações	R\$ 3.000,00	
Despesas de Publicidade	R\$ 5.000,00	
(=) Lucro Líquido Operacional		R\$ 45.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Com os dados constantes da DRE da Tabela 14, é possível verificar qual foi a geração de valor adicionado pela empresa, de acordo com a Tabela 15.

Tabela 15 – Demonstração do Valor Adicionado da Cia. Delta

Receita de Vendas	R\$ 120.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(R\$ 32.000,00)
(-) Despesas de serviços terceirizados	(R\$ 2.000,00)

(Continua)

Receita de Vendas	R\$ 120.000,00
(-) Gastos com Energia Elétrica e Telecomunicações	(R\$ 3.000,00)
(-) Despesas de Publicidade	(R\$ 5.000,00)
(=) Valor Adicionado	R\$ 78.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Exemplo mais amplo pode ser verificado com os dados a seguir, a partir da DRE da Cia. Ômega, que consta na Tabela 16.

Tabela 16 – Demonstração do Resultado da Cia. Ômega

Receita Bruta de Vendas		R\$ 10.000,00
(-) Tributos Incidentes sobre Vendas		(R\$ 2.100,00)
ICMS	R\$ 1.700,00	
PIS	R\$ 100,00	
COFINS	R\$ 300,00	
(=) Vendas Líquidas		R\$ 7.900,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas		(R\$ 5.000,00)
(=) Lucro Bruto		R\$ 2.900,00
(-) Despesas Operacionais		(R\$ 1.500,00)
Despesas com Pessoal	R\$ 600,00	
Gastos com Encargos Sociais	R\$ 400,00	
Despesas de Depreciação	R\$ 300,00	
Despesas de Energia Elétrica	R\$ 100,00	
Despesas de Juros	R\$ 100,00	
(+) Receita de Juros		R\$ 200,00
(+) Resultado da Equivalência Patrimonial		R\$ 500,00
(=) Resultado Antes dos Tributos		R\$ 2.100,00
(-) IRPJ e CSLL		(R\$ 700,00)
(=) Lucro Líquido		R\$ 1.400,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Demonstração do Valor Adicionado da Cia. Ômega, com base na DRE anterior, é apresentada na Tabela 17.

Tabela 17 – Demonstração do Valor Adicionado da Cia. Ômega

Descrição	Valores
A - Geração do Valor Adicionado	
1. Receitas	R\$ 10.000,00
1.1 Receitas de Vendas	R\$ 10.000,00
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	(R\$ 5.100,00)
2.1 Custos das Mercadorias Vendidas	R\$ 5.000,00
2.2 Gastos com Energia Elétrica	R\$ 100,00

(Continua)

Descrição	Valores
3. Valor Adicionado Bruto (1 – 2)	R\$ 4.900,00
4. Depreciação, Amortização, Exaustão	(R\$ 300,00)
5. Valor Adicionado Líquido (3 – 4)	R\$ 4.600,00
6. Valor Adicionado Recebido em Transferências	R\$ 700,00
6.1 Resultado da Equivalência Patrimonial	R\$ 500,00
6.2 Receita de Juros	R\$ 200,00
7. Valor Adicionado Total a Distribuir	R\$ 5.300,00
8. Distribuição do Valor Adicionado	R\$ 5.300,00
8.1 Remuneração do Trabalho (Desp. Salários)	R\$ 1.000,00
8.2 Remuneração do Governo	R\$ 2.800,00
8.3 Remuneração do Capital de Terceiros (juros)	R\$ 100,00
8.4 Remuneração dos Acionistas	R\$ 1.400,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

A diferença fundamental entre a DRE e a DVA é que a primeira considera a parcela de gastos com governo, empregados e instituições financeiras como custos, pois eles representam redução dos lucros; já a segunda está focada na agregação de valor e está direcionada à continuidade da empresa. As duas demonstrações se complementam.

A DVA, de elaboração e divulgação obrigatórias pelas Sociedades Anônimas, está contida no Balanço Social das entidade, que, mesmo sem ser de caráter obrigatório, deveria ser elaborado por todas as entidades, pois ele traz, além do valor adicionado, informações que envolvem os aspectos econômicos e ambientais de uma empresa, as estratégias de gestão de riscos e as oportunidades de crescimento, além de demonstrar à sociedade em geral a estratégia e a gestão dos dirigentes da empresa.

Considerações finais

No Brasil, a partir de 2008, tornou-se obrigatória a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado, importantes instrumentos de gestão financeira devido às relevantes informações que apresentam sobre o fluxo operacional, o fluxo de financiamento e o conseqüente investimento das empresas.

A DFC tem como característica a evidenciação das transações que movimentam efetivamente o Caixa e sua elaboração, com o objetivo de gerar informações sobre os Fluxos de Caixa de uma empresa, proporcionando aos usuários uma base para avaliar a capacidade da empresa em gerar Caixa e valores equivalentes ao caixa. Como a DFC se embasa em fatos já ocorridos, é importante frisar que se deve realizar, também, uma projeção do Fluxo de Caixa visando antecipar sobras de Caixa para aplicar ou falta de caixa para provê-lo de recursos.

A DVA tem como objetivo demonstrar o desempenho econômico da empresa e o relacionamento dela com a sociedade. É uma demonstração econômica porque evidencia o quanto uma empresa agrega de valor, ou seja, o quanto de riqueza é criada pela empresa.

Ampliando seus conhecimentos

- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC n. 3 (R2), de 7 de outubro de 2010. *Demonstração dos Fluxos de Caixa*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 8 ago. 2019.

A Demonstração do Fluxo de Caixa é apresentada em três campos: o das atividades operacionais, o dos investimentos e o dos financiamentos. Convém aprofundar os estudos sobre a forma de apresentação da DFC e, por isso, você pode estudar os itens 10 a 17 do CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa, de 7 de outubro 2010.

- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC n. 9, de 12 de novembro de 2008. *Demonstração do Valor Adicionado (DVA)*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>. Acesso em: 8 ago. 2019.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem como objetivo evidenciar a riqueza criada pelas entidades e sua distribuição em determinado período. Aprofunde seus conhecimentos acerca do assunto estudando o item 33 do CPC 09, de 12 de novembro de 2008 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que trata da distribuição da riqueza.

Atividades

1. A partir das contas e dos valores descritos a seguir, determine, na forma da DOAR, o capital circulante líquido de X2.

Descritor	X1	X2
Ativo Circulante	R\$ 40.000,00	R\$ 46.000,00
Ativo não Circulante	R\$ 70.000,00	R\$ 84.000,00
Descritor	X1	X2
Passivo Circulante	R\$ 38.000,00	R\$ 43.700,00
Passivo não Circulante	R\$ 72.000,00	R\$ 86.400,00

2. A demonstração do resultado da Cia. Ypsilon, de 31/12/X1, era a seguinte:

Descritor	Valor	Valor
Receita Bruta de Vendas		R\$ 425.000,00
(-) Deduções de Vendas		(R\$ 95.000,00)
Devoluções	R\$ 30.000,00	
Impostos sobre Vendas	R\$ 65.000,00	
(=) Receitas Líquidas		R\$ 330.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas		(R\$ 210.000,00)

(Continua)

Descritor	Valor	Valor
(=) Lucro Bruto		R\$ 120.000,00
(-) Despesas		(R\$ 60.800,00)
Despesas de Comissão Empregados	R\$ 1.100,00	
Despesas de Comissão Pessoas Jurídicas	R\$ 5.000,00	
Despesas de Transportes Pagas a Transportadoras	R\$ 4.800,00	
Despesas de Aluguel Pagas a Pessoas Físicas	R\$ 2.600,00	
Material de Consumo	R\$ 1.200,00	
Despesas de Salários	R\$ 27.000,00	
Despesas com Encargos Sociais e Previdenciários	R\$ 6.000,00	
Despesas Financeiras Líquidas	R\$ 6.800,00	
Despesas de Depreciação e Amortização	R\$ 6.300,00	
Dividendos Recebidos		R\$ 1.000,00
Lucro Operacional		R\$ 60.200,00
(-) Prejuízo na Venda de Ações de Coligadas		(R\$ 6.200,00)
(=) Lucro Antes do IRPJ e CSLL		R\$ 54.000,00
(-) Provisão para Tributos		(R\$ 5.520,00)
Provisão para IRPJ	R\$ 3.600,00	
Provisão para CSLL	R\$ 1.920,00	
(=) Lucro Líquido do Exercício		R\$ 48.480,00
Destinação do Lucro		(R\$ 18.480,00)
Destinação para Reserva Legal	R\$ 924,00	
Destinação para outras Reservas de Lucros	R\$ 13.167,00	
Dividendos a Distribuir	R\$ 4.389,00	

Elabore a Demonstração do Valor Adicionado.

3. Os seguintes pagamentos e recebimentos foram realizados pela Cia. Alfa:

Integralização de Capital em Dinheiro	R\$ 2.500,00
Pagamento de Despesas Administrativas	R\$ 1.200,00
Pagamento de Juros	R\$ 400,00
Recebimento de Vendas	R\$ 4.200,00
Pagamento de Compras de Mercadorias	R\$ 2.100,00
Pagamento de Compra de Móveis	R\$ 300,00
Saldo Inicial de Caixa	R\$ 200,00
Despesas de Vendas	R\$ 600,00

Elabore uma projeção do Fluxo de Caixa.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRAGA, Hugo Rocha. *Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em: 8 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 8 ago. 2019.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC n. 1.138, de 21 de novembro de 2008. *Demonstração do Valor Adicionado*. Disponível em: www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1138.doc. Acesso em: 28 jun. 2019.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC n. 3 (R2), de 7 de outubro de 2010. *Demonstração dos Fluxos de Caixa*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 8 ago. 2019.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. *Parecer de Orientação CVM n. 24*, de 15 de janeiro de 1992. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/pareceres-orientacao/anexos/pare024.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2019.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de *et al.* *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais do CPC*. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. *Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

Métodos e procedimentos de análise

A análise de balanços pode receber outros nomes – análise contábil, análise financeira, análise econômico-financeira etc.–, porém, independente da denominação dada, é uma das técnicas da contabilidade utilizadas como meio de se obter informações econômico-financeiras das empresas.

A análise de balanços propicia informações sobre o desenvolvimento da empresa e contribui para que os gestores avaliem suas ações e projetem ações futuras. Seu surgimento data do final do século XIX, quando os banqueiros exigiram a apresentação dos Balanços para promover empréstimos às empresas solicitantes.

Com o surgimento dos bancos governamentais, a abertura dos capitais das empresas e o crescimento do mercado financeiro, a análise de balanços se tornou um instrumento indispensável às empresas e às pessoas que desejam investir nelas e se tornarem acionistas.

▶ Vídeo



7.1 Contabilidade: objetivos e técnicas

A contabilidade possui um objeto determinado e um método de investigação próprio. De acordo com Iudícibus, Martins e Carvalho (2005, p. 12), o objeto da contabilidade “representa o contexto formal da estrutura patrimonial que se altera à medida que os eventos são captados e registrados pela técnica contábil e os objetivos é onde se quer chegar e quem se quer encontrar”.

No mesmo sentido, Padoveze (2014) ensina que a contabilidade se baseia em estudo próprio, utiliza métodos racionais, estabelece relações entre os elementos patrimoniais, passa por constante evolução, está relacionada com outros ramos do conhecimento e apresenta estudos com caráter de generalidade.

Para definir *contabilidade*, pode-se apontar a definição extraída de Marion (2015, p. 3), segundo a qual, contabilidade é “um grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões”, coletando e mensurando dados monetários, registrando-os em forma de relatórios que contribuem para a tomada de decisão por parte dos gestores.

7.1.1 Objetivos

O primeiro enfoque relativo aos objetivos da contabilidade, tal como proposto por Hendriksen e Van Breda (2014, p. 93), “dava ênfase ao processo de coleta de dados e ao formato das demonstrações financeiras”, porém havia a dificuldade de interpretar certos termos contábeis, por exemplo Lucro Líquido, custo histórico e outros.

Dessa maneira, a dificuldade de aplicação desse enfoque era, segundo Hendriksen e Van Breda (2014), semântica, pois não se definia com suficiente clareza a escolha de itens que deveriam ser incluídos e mensurados nas demonstrações.

O segundo enfoque, explicado por Hendriksen e Van Breda (2014), é pragmático, no sentido de que as informações financeiras devem ser úteis para investidores e credores, tanto os atuais quanto os em potencial, bem como para outros usuários.

A contabilidade tem, por isso, o objetivo de trazer elementos que sejam importantes ao usuário. Assim, não será suficiente o registro dos fatos contábeis com base em documentos que, mesmo probantes e adequados, não representam realmente as operações, ou seja, as demonstrações devem atender à característica qualitativa fundamental de relevância e pressupostos básicos da primazia da essência sobre a forma e da visão verdadeira e apropriada.

A característica da relevância se refere à necessidade de que uma informação tenha a possibilidade de analisar e controlar decisões econômico-financeiras passadas e, como caráter preditivo, influenciar decisões futuras.

O pressuposto da primazia da essência sobre a forma implica que eventos sejam registrados não somente em documentação legal, mas também com base na realidade econômica que eles representam. A visão verdadeira e apropriada é a atribuição de valores justos e verdadeiros aos itens que compõem as demonstrações.

Assim, o principal objetivo da contabilidade é produzir informações para que usuários possam tomar decisões. Entre os usuários das informações contábeis, podem ser citados investidores, fornecedores de bens e serviços, instituições financeiras, governos e todos os agentes que compõem a governança corporativa.

Para completar o entendimento, Iudícibus (2009, p. 3) afirma que a contabilidade deve ter como objetivo ser um:

Arquivo básico de informação contábil que possa ser utilizado, de forma flexível, por vários usuários, cada um com ênfases diferentes neste ou naquele tipo de informação neste ou naquele princípio de avaliação, porém extraídos todos dos informes do arquivo básico ou “data base” estabelecido pela Contabilidade.

Em decorrência dos pronunciamentos exarados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as informações devem ser publicadas com representação fidedigna, isto é, com fatos que representem a verdade e a autenticidade.

▶ Vídeo



7.2 Definição, objeto e finalidade da contabilidade

Para atingir seus objetivos, a contabilidade utiliza um conjunto de métodos organizados de forma sistemática que se denominam técnicas contábeis, as quais serão vistas a seguir.

7.2.1 Técnicas

Como ensina Padoveze (2014), a contabilidade é um sistema de informação que pode ter diversos enfoques e divisões, entre elas:

- escrituração;
- elaboração das demonstrações e de relatórios contábeis;
- contabilidade de custos;
- contabilidade para os diversos ramos de atividade: contabilidade agrícola, bancária, ambiental, entre outras;
- orçamentos;
- contabilidade gerencial;
- auditoria;
- análise das demonstrações financeiras.

A seguir, apresentam-se esses enfoques de forma pormenorizada.

7.2.1.1 Escrituração

A escrituração é o registro dos fatos administrativos ocorridos na entidade, realizado em ordem cronológica e evidenciado por meio de expressão matemática.

Escriturar, enfim, consiste em coletar, registrar e consolidar todos os fatos contábeis que modificam o patrimônio das entidades.

7.2.1.2 Elaboração de relatórios contábeis

A coleta e o registro dos fatos, em decorrência de seu volume e da heterogeneidade, não são suficientes para atingir a finalidade informativa da contabilidade. Assim, é necessário reunir esses fatos de forma ordenada, por meio de relatórios contábeis denominados demonstrações.

As demonstrações contábeis são expositivas e compreendem o resumo e a ordenação de dados colhidos da contabilidade objetivando relatar aos usuários os principais fatos registrados. A melhor denominação seria demonstrações financeiras, em decorrência das informações e dos dados econômicos e financeiros que elas trazem, como é o caso da Demonstração do Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado. As demonstrações são um canal de comunicação que deve atingir tanto os usuários internos como os usuários externos da entidade.

7.2.1.3 Contabilidade de custos

Destina-se, principalmente, ao controle dos custos operacionais em empresas industriais, porém é utilizada por todas as empresas para determinação dos custos das operações. Isso ocorre porque os custos são fundamentais em qualquer entidade, pois as empresas dependem deles para alcançar seu objetivo, que é o lucro.

7.2.1.4 Contabilidade para os diversos ramos de atividade

Contabilidade aplicada é a denominação que se dá quando se deve determinar um Plano de Contas apropriado para cada ramo de atividade empresarial. A contabilidade agrícola é voltada às entidades que cuidam da agricultura e da pecuária; a bancária, aos estabelecimentos bancários; a

ambiental é destinada, principalmente, a analisar e controlar o patrimônio ambiental da empresa e de toda a sociedade.

7.2.1.5 Orçamentos

O planejamento é fundamental para todas as empresas e se inicia com a visão de longo prazo, a qual exige, porém, ações de curto prazo que compõem a estratégia do negócio. É a expressão quantitativa de um plano de negócios. Merece destaque a definição de Padoveze (2009, p. 3) de que o orçamento é “o ato de colocar à frente aquilo que está acontecendo hoje”, ou seja, o orçamento é realizado a partir de dados passados, com análise do cenário presente e possibilidade de controle do resultado futuro.

7.2.1.6 Contabilidade gerencial

Enquanto a contabilidade financeira tem como foco informações a pessoas que dirigem e controlam a empresa (acionistas, credores e autoridades fazendárias), a contabilidade gerencial fornece informações essenciais para os gestores e não se restringe ao que está relatado nas demonstrações financeiras, uma vez que abrange o ambiente empresarial como um todo.

7.2.1.7 Auditoria

Com o intuito de proporcionar credibilidade às informações divulgadas, faz-se uma auditoria que compreende a confrontação dos elementos da contabilidade com as operações da empresa. A auditoria das demonstrações contábeis é constituída por um conjunto de procedimentos técnicos visando à emissão de opinião externada por meio de um parecer sobre a adequação das demonstrações com as Normas Brasileiras de Contabilidade e com as mais diversas legislações vigentes nos campos comercial, tributário e societário.

A auditoria pode ser:

- Operacional contábil, quando confronta os elementos da contabilidade com as operações da empresa.
- De gestão, quando tiver o objetivo de avaliar a qualidade da estrutura e da cultura organizacional, avaliando os sistemas de informações e as formas de utilização dos controles internos.
- De riscos, quando procura verificar possibilidades de expansão e revisão de resultados operacionais em confronto com informações orçamentárias e sistema de informações.
- Específica, quando se deseja, por exemplo, emitir um laudo para instruir atos societários de fusão, incorporação etc.

A última técnica listada é a de análise das demonstrações financeiras, que, por sua relevância, será objeto da próxima seção.



7.3 Análise das demonstrações financeiras

A análise de balanços é uma técnica especializada que permite decompor, comparar e interpretar as demonstrações financeiras, oferecendo dados analíticos e interpretativos dos componentes patrimoniais, financeiros e econômicos.

A expressão *análise de balanços* é utilizada em virtude de as instituições financeiras americanas, entre o final do século XIX e o início do século XX, exigirem o Balanço das empresas para poder analisá-lo antes da concessão de empréstimos. Com o decorrer do tempo, porém, outras demonstrações começaram a ser exigidas com a finalidade de analisar não somente o patrimônio, mas também a situação econômica e financeira da empresa.

De acordo com Marion (2012, p. 44), a análise de balanço é tradicionalmente utilizada porque, além do Balanço Patrimonial, “a demonstração do resultado do exercício foi conhecida, em certo período, como balanço econômico (balanço de resultado). A denominação do fluxo de caixa já foi conhecida como balanço financeiro... então tudo era balanço”.

A Lei n. 10.406/2002, que é o Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002), cita o Balanço de Resultado Econômico, que é a denominação empregada para evidenciar a Demonstração do Resultado do Exercício. O Código Comercial Brasileiro que vigorou de 1850 a 2002 (Lei n. 556, de 25 de junho de 1850, revogada pela Lei n. 10.406/2002) já mencionava o Balanço Geral ao tratar das obrigações comuns a todos os comerciantes. Em seu capítulo II, artigo 10, parágrafo 4º, determinava que todos os comerciantes devem

§4º formar anualmente um balanço geral do seu ativo e passivo, o qual deverá compreender todos os bens de raiz móveis e semoventes, mercadorias, dinheiro, papéis de crédito, e outra qualquer espécie de valores, e bem assim todas as dívidas e obrigações passivas; e será datado e assinado pelo comerciante a quem pertencer. (BRASIL, 1850)

Na análise do dispositivo legal citado, é possível observar que, à época, existiam somente comerciantes, pois, no Brasil, predominavam as atividades rurais, com ênfase no ciclo da cana-de-açúcar e do café.

7.3.1 Utilidade e campo de ação da análise

A análise das demonstrações financeiras pode ser orientada em dois sentidos: a interna e a externa.

A análise interna é promovida por analista vinculado diretamente com a empresa objeto da análise. Nessa hipótese, o analista pode aprofundar seus conhecimentos, dado que tem maior facilidade de acesso às informações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Os objetivos da análise interna são o controle operacional, a avaliação do desempenho, a coleta e o fornecimento de dados para que a empresa possa tomar decisões para corrigir seu comportamento e o de seus agentes.

A análise externa é promovida por analista não vinculado à empresa e é realizada para atender finalidades nos campos micro e macroeconômico. De acordo com Florentino (1987, p. 4), os campos microeconômicos são:

- empresa isolada;
- mercado de capitais;
- financiamento e concessões de crédito;
- projetos de instalação ou ampliação de empresas;
- fiscalização tributária;
- grupos de empresas;
- seleção de empresas para procedimentos licitatórios.

O campo microeconômico descrito por Florentino (1987) pode ser comparado com as variáveis do ambiente próximo da empresa listado por Padoveze (2009), composto por entidades inseridas no seu segmento de atuação, como clientes, concorrentes, sindicatos, fornecedores, comunidade, acionistas, poder público, entre outras.

As variáveis desse ambiente, de acordo com Catelli (2001), são os cenários em que a empresa atua – em consequência, em que influencia e é influenciada pelas entidades que a compõem. Já em termos macroeconômicos, de acordo com Florentino (1987, p. 5), os campos são dois: mercados setoriais e contabilidade nacional. Mercados setoriais, para Florentino (1987), correspondem aos balanços consolidados de empresas que estão inseridas no mesmo setor, e contabilidade nacional, ou social, embasa-se em balanços de grandes empresas que fornecem dados e informações que servem de parâmetros de comparação: PIB, renda *per capita* etc.

Padoveze (2009) denomina esse campo de *ambiente remoto*, o qual envolve a sociedade como um todo: a política, a cultura, os recursos naturais, o clima, a demografia, a legislação e os tributos, entre outros. Nesse ambiente, a empresa não exerce influência, porém é impactada por todas as variáveis desse cenário.

Com base no que foi exposto, nota-se que o campo que abrange a análise vai além dos dados e das informações constantes nas demonstrações financeiras. Para realizar a análise econômico-financeira de uma empresa ou de um procedimento, há a necessidade, portanto, de ir além dos dados apresentados pelas demonstrações financeiras. O exemplo trazido por Marion (2015) relata a história do personagem bíblico Jacó, um pastor que entendia de zootecnia, botânica e matemática, pois constatava que as fêmeas geravam filhotes com as características físicas dos machos; percebia que determinada vegetação ingerida pelo rebanho aumentava o período de cio das ovelhas; conseguia mensurar quantitativamente seu rebanho.

A história trazida por Marion (2012), sem dúvida, é o primeiro relato escrito da contagem e da evolução de um rebanho e da riqueza de dois homens. Ressalta-se que na época não existia calendário, e os números não eram conhecidos. De acordo com Iudícibus, Marion e Faria (2018, p. 5), “é muito provável que já se realizasse algum tipo de análise”, o que torna possível supor um inventário como o descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Inventário do rebanho

Animais	Ano 3.689 a.C.	Ano 3.688 a.C.
	Dia da 3ª lua cheia	Dia da 3ª lua cheia
Cabras	1.100	1.155
Vacas	300	380
Carneiros	50	40
Total	1.450	1.575

Fonte: Adaptada de Ludícibus; Marion; Faria, 2018, p. 5.

Inferre-se que existe uma lógica na contagem do rebanho, pois, por mais elementar que fosse, constatava-se seu crescimento ou sua diminuição de um período para outro. As fases da lua foram utilizadas porque, à época, o calendário era lunar.



7.4 Processos de análise

Os processos podem ser entendidos como uma técnica de análise das demonstrações, e aqui serão vistos três deles.

O primeiro é denominado método das diferenças absolutas e é usado para possibilitar a elaboração da demonstração das origens e aplicações de recursos. Os outros dois destacados por Franco (1989, p. 97) são: “1. Determinação da porcentagem de cada conta ou grupo de contas em relação ao seu conjunto (coeficientes), chamada por alguns de análise vertical. 2. Comparação entre componentes do conjunto em sucessivos períodos (índices), chamada por alguns de análise horizontal”.

Pela fórmula apresentada por Franco, pela análise vertical, cada valor da conta ou de grupo de contas é dividido pelo valor total do conjunto. Por exemplo, toma-se o valor da conta Caixa e o divide pelo valor do Ativo Total, resultando na constatação de quanto, em termos percentuais, a conta Caixa representa do Ativo Total.

Já na análise horizontal, por exemplo, divide-se o valor da conta Caixa do ano 2 pelo do ano 1 e se verifica a evolução ocorrida entre os dois valores.

7.4.1 Método das diferenças absolutas

Esse método consiste em comparar duas situações de cada vez, apurando suas diferenças absolutas entre valores monetários de uma mesma conta, ou de grupo de contas. Não é possível adotá-lo em regimes inflacionários, uma vez que grandezas monetárias de datas diferentes, sem levar em conta a deterioração da moeda, não permitem comparabilidade entre si.

Retornando ao inventário do rebanho da Tabela 1, é possível verificar as diferenças absolutas entre a quantidade de reses inventariadas, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 – Crescimento do rebanho em números absolutos

Animais	Ano 3.689 a.C.	Ano 3.688 a.C.	Diferenças absolutas
	Dia da 3ª lua cheia	Dia da 3ª lua cheia	
Cabras	1.100	1.155	55
Vacas	300	380	80
Carneiros	50	40	10
Total	1.450	1.575	125

Fonte: Elaborada pelo autor.

A análise com base nas variações pela quantidade absoluta é um bom instrumento de avaliação, porém, quando se tratar de valores, sem levar em consideração o valor do dinheiro no tempo, não é adequada. Aqui, ela será realizada com valores monetários, como se demonstra na Tabela 3.

Tabela 3 – Método das diferenças absolutas

Balanços patrimoniais da Cia. Absoluta				
Contas	2001	2002	Variações	
			Origens	Aplicações
Ativo Circulante	R\$ 500,00	R\$ 600,00		R\$ 100,00
Caixa	R\$ 100,00	R\$ 120,00		R\$ 20,00
Duplicatas a Receber	R\$ 400,00	R\$ 480,00		R\$ 80,00
Ativo não Circulante	R\$ 650,00	R\$ 790,00		R\$ 140,00
Imobilizado	R\$ 600,00	R\$ 720,00		R\$ 120,00
Intangível	R\$ 50,00	R\$ 70,00		R\$ 20,00
Ativo Total	R\$ 1.150,00	R\$ 1.390,00		R\$ 240,00
Passivo Circulante	R\$ 355,00	R\$ 392,00	R\$ 37,00	
Fornecedores	R\$ 300,00	R\$ 320,00	R\$ 20,00	
Contas a Pagar	R\$ 55,00	R\$ 72,00	R\$ 17,00	
Patrimônio Líquido	R\$ 795,00	R\$ 998,00	R\$ 203,00	
Capital	R\$ 700,00	R\$ 700,00	R\$ 0,00	
Reservas de Capital	R\$ 95,00	R\$ 298,00	R\$ 203,00	
Passivo + PL total	R\$ 1.150,00	R\$ 1.390,00	R\$ 240,00	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Constata-se na Tabela 3 que as colunas das variações apresentam as origens e as aplicações de recursos em valores absolutos, por exemplo: os R\$ 100,00 de variação do Ativo Circulante provêm da diferença entre os R\$ 600,00 de 2002 e os R\$ 500,00 de 2001.

Pelo método das partidas dobradas, todos os aumentos das contas ativas representam aplicações de recursos, e, por outro lado, todas as contas de Passivo e Patrimônio Líquido representam origens quando aumentam. Esse método é utilizado para a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa.

7.4.2 Análise vertical

A análise vertical, também denominada análise de estrutura ou método de percentagens verticais, consiste em determinar a participação percentual dos diversos elementos que compõem as demonstrações financeiras com relação ao total de que são parte. O instrumento de comparação é um coeficiente ou percentual. Busca-se saber quanto uma parte representa do todo.

Retornando ao inventário da Tabela 1, constata-se que o rebanho, relativamente ao ano de 3.689 a.C., é composto de 1.450 reses. Desse total de reses (1.100 cabras + 300 vacas + 50 carneiros), percentualmente, quantas são cabras? A resposta será:

$$1.450 \text{ ----- } 100\%$$

$$1.100 \text{ ----- } X$$

$X = (1.100 \times 100\%) / 1.450 = 75,86\%$ (arredondados), que é proporção do número das cabras sobre o número total das reses.

Vê-se, portanto, que o total é representado pela porcentagem 100%, e, pela análise vertical, calcula-se a proporção de cada item em relação ao total.

Consideram-se agora valores monetários. Quantos por cento cada conta do Ativo constante da Tabela 4 representa do Ativo Total?

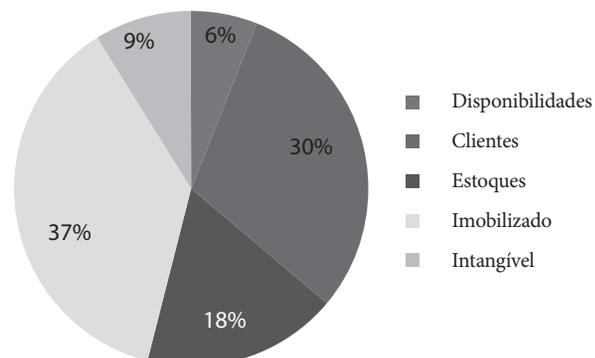
Tabela 4 – Contas do Ativo

Ativo	
Disponibilidades	R\$ 150,00
Clientes	R\$ 800,00
Estoques	R\$ 500,00
Imobilizado	R\$ 1.000,00
Intangível	R\$ 250,00
Total	R\$ 2.700,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

A questão pode ser respondida com um gráfico em formato de pizza, que traz os percentuais de cada conta sobre o Ativo Total, como demonstrado a seguir.

Gráfico 1 – Participação de cada conta do Ativo no total do Ativo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na sequência, é realizada uma análise vertical atendendo ao ensinamento de Fernandes (1997, p. 66), segundo o qual tal análise:

é o processo que objetiva a medição percentual de cada componente em relação ao total de que faz parte. A proporção de cada parte em relação ao total é definida mediante aplicação da regra de três simples. A determinação da porcentagem de cada elemento patrimonial em relação ao conjunto indica o coeficiente dos diversos grupos patrimoniais, fornecendo, assim, ideia precisa de distribuição dos valores no conjunto patrimonial.

É importante saber a porcentagem de cada grupo em relação ao total, pois, por meio dessa análise, podemos aquilatar se há excesso de imobilização, insuficiência de capitais ou de disponibilidades, excesso de determinada despesa etc.

A seguir, tem-se um exemplo com valores monetários referentes a contas patrimoniais pertencentes ao Ativo, constantes da Tabela 5.

Tabela 5 – Contas pertencentes à estrutura do Ativo

Estrutura do Ativo		
Partes	Ativo Circulante	R\$ 30.000,00
	Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 15.000,00
	Ativo Imobilizado	R\$ 41.000,00
Total	Ativo Total	R\$ 86.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os cálculos relativos à análise vertical são os seguintes:

- Proporção do Ativo Circulante em relação ao Ativo Total:

$$\text{R\$ } 86.000,00 \text{ ----- } 100\%$$

$$\text{R\$ } 30.000,00 \text{ ----- } X$$

$$X = (\text{R\$ } 30.000,00 \times 100\%) / \text{R\$ } 86.000,00 = 34,88\% \text{ (arredondados)}$$

- Proporção do Ativo Realizável a Longo Prazo em relação ao Ativo Total:

$$\text{R\$ } 86.000,00 \text{ ----- } 100\%$$

$$\text{R\$ } 15.000,00 \text{ ----- } X$$

$$X = (\text{R\$ } 15.000,00 \times 100\%) / \text{R\$ } 86.000,00 = 17,44\% \text{ (arredondados)}$$

- Proporção do Ativo Imobilizado em relação ao Ativo Total:

$$\text{R\$ } 86.000,00 \text{ ----- } 100\%$$

$$\text{R\$ } 41.000,00 \text{ ----- } X$$

$$X = (\text{R\$ } 41.000,00 \times 100\%) / \text{R\$ } 86.000,00 = 47,67\% \text{ (arredondados)}$$

Para análise da Demonstração do Resultado, a relação é estabelecida entre o valor da receita líquida, representada por 100%, e cada item de custo ou despesa que faz parte da demonstração. Veja um exemplo com valores monetários relativos a contas de resultado, constantes da Tabela 6.

Tabela 6 – Contas pertencentes à Demonstração do Resultado

Estrutura da Demonstração do Resultado		
Total	Receita Líquida de Vendas	R\$ 120.000,00
Partes	Custo dos Produtos Vendidos	R\$ 55.000,00
	Despesas com Vendas	R\$ 10.000,00
	Despesas Administrativas	R\$ 12.000,00
	(=) Lucro	R\$ 43.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Os cálculos alusivos à análise vertical são os seguintes:

- Proporção do Custo dos Produtos Vendidos em relação à Receita Líquida de Vendas:

$$\text{R\$ } 120.000,00 \text{ ----- } 100\%$$

$$\text{R\$ } 55.000,00 \text{ ----- } X$$

$$X = (\text{R\$ } 55.000,00 \times 100\%) / \text{R\$ } 120.000,00 = 45,83\% \text{ (arredondados)}$$

- Proporção das Despesas com Vendas em relação à Receita Líquida de Vendas:

$$\text{R\$ } 10.000,00 \text{ ----- } 100\%$$

$$\text{R\$ } 120.000,00 \text{ ----- } X$$

$$X = (\text{R\$ } 10.000,00 \times 100\%) / \text{R\$ } 120.000,00 = 8,33\% \text{ (arredondados)}$$

- Proporção das Despesas Administrativas em relação à Receita Líquida de Vendas:

$$\text{R\$ } 12.000,00 \text{ ----- } 100\%$$

$$\text{R\$ } 120.000,00 \text{ ----- } X$$

$$X = (\text{R\$ } 12.000,00 \times 100\%) / \text{R\$ } 120.000,00 = 10\%$$

- Proporção do Lucro em relação à Receita Líquida de Vendas:

$$\text{R\$ } 43.000,00 \text{ ----- } 100\%$$

$$\text{R\$ } 120.000,00 \text{ ----- } X$$

$$X = (\text{R\$ } 43.000,00 \times 100\%) / \text{R\$ } 120.000,00 = 36\% \text{ (arredondados)}$$

A análise vertical pode ser sintética ou analítica. É sintética quando é tomada a participação de cada conta em relação ao total de todos os grupos, por exemplo quando se divide o Ativo Circulante pelo total do Ativo. É analítica quando se toma o valor de cada conta e se calcula quanto ela representa do total de seu grupo, como quando se divide a conta Clientes pelo Ativo Circulante. Segue exemplo apresentado na Tabela 7:

Tabela 7 – Exemplo de análise vertical sintética e analítica

Estrutura do Ativo		Sintética	Analítica
Ativo Circulante		R\$ 30.000,00	34,88%
Clientes	R\$ 18.000,00		60,00%
Estoques	R\$ 12.000,00		40,00%
Ativo Realizável LP		R\$ 15.000,00	17,44%
Ativo Imobilizado		R\$ 41.000,00	47,67%
Máquinas	R\$ 30.000,00		73,17%
Veículos	R\$ 11.000,00		26,83%
Ativo Total		R\$ 86.000,00	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Assim, as contas Clientes e Estoques correspondem, respectivamente, a 60% e a 40% do Ativo Circulante (analítica), que, por sua vez, corresponde a 34,88% do Ativo Total (sintética).

Da mesma forma, Máquinas e Veículos correspondem, respectivamente, a 73,17% e a 26,83% do Ativo Imobilizado (analítica), o qual responde por 47,67% do Ativo Total (sintética).

7.4.3 Análise horizontal

A análise horizontal, também denominada análise de evolução ou método de percentagens horizontais, consiste em verificar, através do tempo, a evolução dos diversos itens que compõem as demonstrações financeiras. A análise horizontal permite, em consequência, avaliar o crescimento ou a diminuição dos componentes das demonstrações financeiras por meio de uma série histórica (vários períodos).

Retornando ao inventário do rebanho da Tabela 1, constata-se que o rebanho, quando comparados os anos de 3.689 a.C. e de 3.688 a.C., sofreu alterações no número de reses. A questão “qual foi a evolução do rebanho?” será respondida utilizando o método da análise horizontal.

Para o cálculo, adota-se o índice 100 como representativo do ano que serve de base (3.689 a.C.)¹ para confrontação com o ano seguinte (3.688 a.C.). Pela regra de três, simples e direta, calculam-se os índices do ano que é comparado com o ano-base.

Os cálculos relativos à análise horizontal são os seguintes:

Rebanho de cabras:

1.100 ----- 100%

1.155 ----- X

$X = (1.155 \times 100\%) / 1.100 = 105$, ou seja, no ano 3.688 a.C. o rebanho de cabras é 105% maior que no ano 3.689 a.C., ou seja, teve uma evolução de 5%, como pode ser visto na Tabela 8 a seguir.

Rebanho de vacas:

¹ É importante observar que, em se tratando de antes de Cristo (a.C.), o ano anterior é o maior, tendo em vista que essa série de anos vai chegar ao ano 1, que é o do nascimento de Cristo.

300 ----- 100%

380 ----- X

$X = (380 \times 100\%) / 300 = 126,67$, ou seja, no ano 3.688 a.C. o rebanho de vacas é 126,67% maior que no ano 3.689 a.C., o que significa que houve uma evolução de 26,67%, como pode ser visto na Tabela 8 a seguir.

Rebanho de carneiros:

50 ----- 100%

40 ----- X

$X = (40 \times 100\%) / 50 = 80,00$, ou seja, no ano 3.688 a.C. o rebanho de carneiros teve uma involução de 20,00%, como também pode ser visto na Tabela 8.

Tabela 8 – Evolução (análise horizontal) do rebanho

Animais	Ano de 3.689 a.C.	Ano de 3.688 a.C.	Análise horizontal	Evolução
	Dia da 3ª lua cheia	Dia da 3ª lua cheia		
Cabras	1.100	1.155	105	5,00%
Vacas	300	380	126,7	26,67%
Carneiros	50	40	80,0	-20,00%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como se observa comparando os dois anos e os totais de cabras, vacas e carneiros, houve:

- um aumento de 55 cabeças de cabras, equivalente a 5%;
- um aumento de 80 cabeças de vacas, equivalente a 26,67%, ou seja, o rebanho de vacas é 126,7% maior de um ano para o outro;
- uma redução de 10 carneiros, representando uma diminuição de 20%, ou seja, o rebanho de carneiros representa 80% do total do ano anterior.

Agora, os cálculos serão feitos com valores monetários considerando-se os lucros obtidos por uma empresa em cinco anos, descritos na Tabela 9.

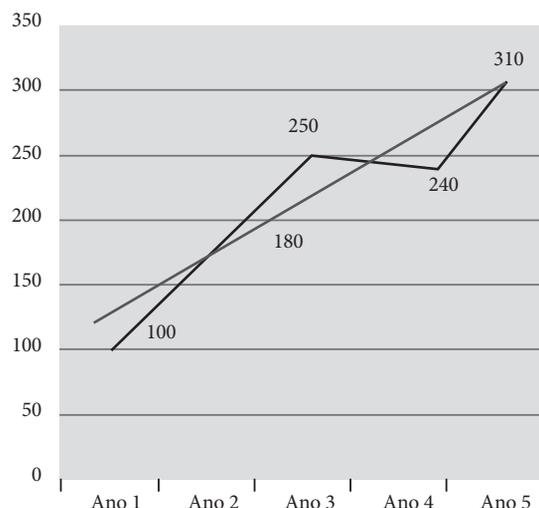
Tabela 9 – Valores de lucros de cinco anos

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
R\$ 100,00	R\$ 180,00	R\$ 250,00	R\$ 240,00	R\$ 310,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

O Gráfico 2, por sua vez, demonstra a evolução dos lucros apontados na Tabela 9.

Gráfico 2 – Evolução dos lucros nos anos de 1 a 5



Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 2, verifica-se a evolução dos lucros ano a ano, e, por meio da linha traçada perpendicularmente, pode-se verificar a perspectiva do crescimento dos lucros.

Definição adequada e fórmula de cálculo da análise horizontal, a partir da revisão da literatura, encontram-se em Fernandes (1997). A análise horizontal tem o objetivo de estudar as variações que ocorreram nos valores das contas de um ano para o outro. Assim, segundo Fernandes (1997, p. 67), “adota-se o índice 100 (cem) como representativo dos valores monetários do ano que serve para confronto com os valores dos demais períodos”. Significa dizer que se aplica uma regra de três simples para determinar os índices da evolução dos componentes patrimoniais (Balanço Patrimonial) e dos de resultado (Demonstração do Resultado do Exercício).

A evolução pode ser calculada definindo o ano 1 como base para todos os demais anos ou, alternativamente, considerando o ano imediatamente anterior como base. O mesmo argumento levantado para a análise das variações absolutas cabe para esse tipo de análise, pois ela não leva em consideração a variação dos valores que decorrem da inflação e de outras variações de preços.

7.4.4 Análises vertical e horizontal do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício de uma empresa hipotética

Por ser importante, agora serão feitas a análise horizontal (evolução) e a análise vertical (estrutura) mais amplas do que as contidas nos exemplos anteriores. Os balanços patrimoniais se encontram na Tabela 10.

Tabela 10 – Balanços patrimoniais com análise horizontal e vertical

Balanço Patrimonial da Cia. Hipotética		Evolução		Estrutura	
Contas	2001	2002	AH 02/01	AV 01	AV 02
Ativo Circulante	R\$ 30.000,00	R\$ 33.545,00	11,82%	42,86%	45,33%
Disponibilidades	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	0,00%	2,86%	2,70%
Clientes	R\$ 8.500,00	R\$ 9.775,00	15,00%	12,14%	13,21%
(-) Prov. Devedores duvidosos	(R\$ 500,00)	(R\$ 510,00)	2,00%	-0,71%	-0,69%

Balço Patrimonial da Cia. Hipotética			Evolução	Estrutura	
Estoques	R\$ 20.000,00	R\$ 22.280,00	11,40%	28,57%	30,11%
Produtos Elaborados	R\$ 14.000,00	R\$ 15.680,00	12,00%	20,00%	21,19%
Produtos em Elaboração	R\$ 2.000,00	R\$ 1.800,00	-10,00%	2,86%	2,43%
Matéria-prima	R\$ 4.000,00	R\$ 4.800,00	20,00%	5,71%	6,49%
Ativo não Circulante	R\$ 40.000,00	R\$ 40.455,00	1,14%	57,14%	54,67%
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 2.500,00	R\$ 2.655,00	6,20%	3,57%	3,59%
Investimentos	R\$ 3.000,00	R\$ 3.300,00	10,00%	4,29%	4,46%
Imobilizado	R\$ 27.500,00	R\$ 28.000,00	1,82%	39,29%	37,84%
Imobilizações Técnicas	R\$ 30.700,00	R\$ 32.000,00	4,23%	43,86%	43,24%
(-) Depreciação Acumulada	(R\$ 3.200,00)	(R\$ 4.000,00)	25,00%	-4,57%	-5,41%
Intangível	R\$ 7.000,00	R\$ 6.500,00	-7,14%	10,00%	8,78
Ativo Total	R\$ 70.000,00	R\$ 74.000,00	5,71%	100,00%	100,00%
Passivo Circulante	R\$ 23.600,00	R\$ 28.200,00	19,49%	33,71%	38,11%
Fornecedores	R\$ 11.100,00	R\$ 12.000,00	8,11%	15,86%	16,22%
Empréstimos a Pagar	R\$ 10.000,00	R\$ 9.000,00	-10,00%	14,29%	12,16%
Contas a Pagar	R\$ 2.500,00	R\$ 7.200,00	188,00%	3,57%	9,73%
Passivo não Circulante	R\$ 11.400,00	R\$ 9.800,00	-14,04%	16,29%	13,24%
Financiamentos no Exterior	R\$ 10.000,00	R\$ 6.000,00	-40,00%	14,29%	8,11%
Financiamentos Nacionais	R\$ 1.400,00	R\$ 3.800,00	171,43%	2,00%	5,14%
Patrimônio Líquido	R\$ 35.000,00	R\$ 36.000,00	2,86%	50,00%	48,65%
Capital Social	R\$ 30.000,00	R\$ 25.000,00	-16,67%	42,86%	33,78%
Reservas de Lucros	R\$ 5.000,00	R\$ 11.000,00	120,00%	7,14%	14,86%
Passivo + PL totais	R\$ 70.000,00	R\$ 74.000,00	5,71%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Já as demonstrações de resultado estão dispostas na Tabela 11.

Tabela 11 – Demonstrações do resultado com análise horizontal e vertical

Demonstração do resultado da Cia. Hipotética			Evolução	Estrutura	
Contas	2001	2002	AH 02/01	AV 01	AV 02
Faturamento Bruto	R\$ 120.000,00	R\$ 140.000,00	16,67%	100,00%	100,00%
(-) IPI Faturado	(R\$ 12.000,00)	(R\$ 12.800,00)	6,67%	10,00%	9,14%
(=) Receita Bruta de Vendas	R\$ 108.000,00	R\$ 127.200,00	17,78%	100,00%	100,00%
ICMS + PIS + Cofins	(R\$ 20.520,00)	(R\$ 27.984,00)	36,37%	19,00%	22,00%
(=) Receita Líquida de Vendas	R\$ 87.480,00	R\$ 99.216,00	13,42%	81,00%	78,00%
Serviços Vendidos	(R\$ 43.200,00)	(R\$ 50.880,00)	17,78%	40,00%	40,00%
(=) Lucro Bruto	R\$ 44.280,00	R\$ 48.336,00	9,16%	41,00%	38,00%
(-) Despesas Operacionais	(R\$ 22.788,00)	(R\$ 23.864,00)	4,72%	21,10%	18,76%

Demonstração do resultado da Cia. Hipotética			Evolução	Estrutura	
Contas	2001	2002	AH 02/01	AV 01	AV 02
Despesas com Vendas	R\$ 13.122,00	R\$ 13.253,00	1,00%	12,15%	10,42%
Resultado Financeiro Líquido	R\$ 6.124,00	R\$ 5.511,00	90,00%	5,67%	4,33%
Despesas Administrativas	R\$ 3.542,00	R\$ 5.100,00	43,97%	3,28%	4,01%
(=) Lucro Operacional	R\$ 21.492,00	R\$ 24.472,00	13,86%	19,90%	19,24%
(-) Outras Despesas	(R\$ 2.600,00)	(R\$ 3.200,00)	23,08%	2,41%	2,52%
(=) Resultado Antes dos Tributos	R\$ 18.892,00	R\$ 21.272,00	12,60%	17,49%	16,72%
(-) Provisão de Tributos	(R\$ 4.534,00)	(R\$ 5.105,00)	12,53%	4,20%	4,01%
Imposto de Renda Pes. Jurídica	R\$ 2.834,00	R \$3.191,00	12,60%	2,62%	2,51%
Cont. social s/Lucro	R\$ 1.700,00	R\$ 1.914,00	12,59%	1,57%	1,50%
(=) Lucro Líquido Exercício	R\$ 14.358,00	R\$ 16.166,00	12,59%	13,29%	12,71%
(±) Número de Ações	100.000	100.000	0,00%	92,59%	78,62%
(=) Lucro por Ação	0,1435792	0,1616637	12,60%	0,00%	0,00%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como se pode observar nos percentuais de variações do Balanço Patrimonial, para calcular a análise horizontal, foram divididos todos os valores do ano de 2002 pelos de 2001. Para realizar os cálculos referentes à análise vertical, tanto do ano 2001 como do ano 2002, os numeradores foram os valores de cada conta, e o denominador para as contas do Ativo foi o total do Ativo Total; para o Passivo, foram usados o Passivo mais o PL totais.

Já na Demonstração do Resultado do Exercício, os percentuais da análise horizontal correspondem à divisão dos valores de 2002 pelos de 2001. Os percentuais da análise vertical dos dois períodos são resultantes da divisão dos valores de cada conta pelos valores das Receitas Brutas de Vendas.

Considerações finais

Neste capítulo, verificou-se, por meio de uma revisão da literatura, que um analista pode utilizar três métodos para o exame das demonstrações contábeis: diferenças absolutas, análise vertical e análise horizontal.

No método das diferenças absolutas, comparam-se duas situações de cada vez, determinando as diferenças absolutas entre os valores monetários de uma mesma conta ou de um mesmo grupo de contas.

Na análise vertical, também denominada análise de estrutura ou método de percentagens verticais, relacionam-se valores de contas com o montante do respectivo grupo ou grupos de contas com os valores da soma de todos os grupos. Essa análise permite conhecer a composição percentual de cada um dos elementos patrimoniais.

Por fim, a análise horizontal, também denominada análise de evolução ou método de percentagens horizontais, determina a tendência de valores absolutos ou relativos das diversas grandezas monetárias, apurando-se o percentual de crescimento ou diminuição dos valores das contas, confrontando pelo menos dois períodos.

Ampliando seus conhecimentos

- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais do CPC*. São Paulo: Atlas, 2010.

Foi visto que o método das diferenças absolutas é utilizado para a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa. Ao estudar os itens 34.3.2 e 34.3.3 do Capítulo 34 desse livro, você poderá elucidar melhor o que fora explanado sobre a finalidade do método em questão.

- ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

É necessário aprofundar nossos conhecimentos sobre as análises horizontal e vertical, que, como foi estudado, são realizadas comparando valores de determinado período com outros ou relacionando determinadas contas com grupos de contas. Para levar a cabo essa tarefa, é indispensável ler o Capítulo 7 do livro de Assaf Neto.

Atividades

1. Realize a análise vertical sintética e analítica do Balanço da Cia. Alfa.

Balanço Patrimonial da Cia. Alfa		AV Analítica	AV Sintética
Ativo Circulante	R\$ 112.000,00		
Caixa e Bancos	R\$ 20.000,00		
Duplicatas a Receber	R\$ 50.000,00		
Estoques	R\$ 42.000,00		
Ativo não Circulante	R\$ 80.000,00		
Investimentos	R\$ 20.000,00		
Imobilizado	R\$ 40.000,00		
Intangível	R\$ 20.000,00		
Ativo Total	R\$ 192.000,00		
Passivo Circulante	R\$ 61.000,00		
Fornecedores	R\$ 50.000,00		
Contas a Pagar	R\$ 10.000,00		

(Continua)

Balço Patrimonial da Cia. Alfa		AV Analítica	AV Sintética
Financiamentos	R\$ 1.000,00		
Patrimônio Líquido	R\$ 131.000,00		
Capital	R\$ 110.000,00		
Reservas	R\$ 21.000,00		
Passivo Total	R\$ 192.000,00		

2. Realize a análise horizontal do Balço da Cia. Alfa.

Balço Patrimonial da Cia. Alfa			
Contas	Ano 1	Ano 2	AH Ano 2
Ativo Circulante	R\$ 112.000,00	R\$ 130.900,00	
Caixa e Bancos	R\$ 20.000,00	R\$ 18.000,00	
Duplicatas a Receber	R\$ 50.000,00	R\$ 62.500,00	
Estoques	R\$ 42.000,00	R\$ 50.400,00	
Ativo não Circulante	R\$ 80.000,00	R\$ 78.000,00	
Investimentos	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	
Imobilizado	R\$ 40.000,00	R\$ 38.000,00	
Intangível	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	
Ativo Total	R\$ 192.000,00	R\$ 208.900,00	
Passivo Circulante	R\$ 61.000,00	R\$ 68.700,00	
Fornecedores	R\$ 50.000,00	R\$ 57.500,00	
Contas a Pagar	R\$ 10.000,00	R\$ 11.000,00	
Financiamentos	R\$ 1.000,00	R\$ 200,00	
Patrimônio Líquido	R\$ 131.000,00	R\$ 140.200,00	
Capital	R\$ 110.000,00	R\$ 115.500,00	
Reservas	R\$ 21.000,00	R\$ 24.700,00	
Passivo Total	R\$ 192.000,00	R\$ 208.900,00	

3. Examine a Demonstração do Resultado da Cia. Beta:

Contas	Valor
Receita de Vendas	R\$ 110.000,00
(-) Tributos	(R\$ 10.000,00)
(=) Receita Líquida	R\$ 100.000,00
(-) Custo da Mercadoria Vendida	(R\$ 40.000,00)
(=) Lucro Bruto	R\$ 60.000,00
(-) Despesas Operacionais	(R\$ 25.000,00)
(=) Lucro Operacional	R\$ 35.000,00
(-) Tributos sobre Resultado	(R\$ 7.000,00)
(=) Lucro Líquido do Exercício	R\$ 28.000,00

Agora, responda às seguintes questões:

- a) Qual é o percentual do Lucro Líquido em relação à Receita Líquida?
- b) Qual é o percentual das Despesas Operacionais em relação à Receita Líquida?
- c) Qual é o percentual do Lucro Bruto em relação à Receita de Vendas?
- d) Qual é o percentual do Lucro Líquido do Exercício em relação à Receita de Vendas?

Referências

BRASIL. Lei n. 556, de 25 de junho de 1850. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, Poder Executivo, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM556.htm. Acesso em: 9 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 9 ago. 2019.

CATELLI, Armando (coord.). *Controladoria – uma abordagem de gestão econômica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FERNANDES, Pedro Onofre. Análise de balanços no setor público: em que consiste a análise de balanços e qual a sua importância para o setor público? *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, ano 26, n. 108, p. 60-68, nov./dez. 1997.

FLORENTINO, Américo Matheus. *Análise contábil*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

FRANCO, Hilário. *Estrutura, análise e interpretação de balanços: de acordo com a Lei das S.A.* 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. *Contabilidade Financeira*, USP, São Paulo, n. 38, p. 7-19, maio/ago. 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. *Introdução à teoria da contabilidade: para graduação*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luis. *Orçamento empresarial: novos conceitos e técnicas*. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luis. *Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Análise financeira

A análise financeira surgiu quando profissionais da área contábil perceberam que o Balanço Patrimonial e outras demonstrações eram o caminho para se obter informações sobre os fatos patrimoniais. Ela diz respeito ao grau de solvência da empresa, à sua estrutura patrimonial e à velocidade com que os elementos patrimoniais se renovam.

A solvência é analisada mediante o cálculo dos quocientes de liquidez, que procuram evidenciar a capacidade de pagamento da empresa no curtíssimo, no curto e no longo prazo.

Na análise da estrutura patrimonial, procura-se retratar as origens entre si, relacionando o Capital Próprio com Capital de Terceiros para determinar, principalmente, o grau de endividamento da empresa.

A velocidade na renovação dos componentes patrimoniais circulantes influencia tanto a liquidez quanto a rentabilidade da empresa, e, por isso, o cálculo e a análise dos indicadores de velocidade ou rotatividade são de muita importância.

É necessário relevar, também, o cálculo do capital de giro necessário para que a empresa realize seu ciclo operacional, pois a tomada de empréstimos para manutenção do capital de giro, além de comprometer a liquidez, influencia o resultado das empresas.

▶ Vídeo



8.1 Análise por quocientes

A análise por quocientes consiste em verificar a situação econômico-financeira por meio da relação existente entre os componentes das demonstrações financeiras e as informações internas da empresa.

Quociente, de acordo com Franco (1989, p. 144), “é o resultado da comparação entre dois componentes do conjunto. Não se confunde, pois, com coeficiente, que é a porcentagem de um componente em relação ao conjunto”.

Realizando uma revisão de literatura sobre o tema, constata-se que os diversos autores usam índice, quociente ou indicadores, ou, em muitos casos, consideram que as expressões são sinônimas. Para Iudícibus (1998, p. 81), é quociente, pois “a análise e a interpretação de balanços têm se valido do expediente de calcular uma série de quocientes, relacionando as mais variadas contas do balanço e do demonstrativo operacional, procurando atribuir um significado aos resultados de tais cálculos”. Para Matarazzo (2010, p. 82), é índice, pois “o importante não é o cálculo de grande número de índices, mas de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa, segundo o grau de profundidade desejada na análise”.

O quociente é utilizado quando se analisam dois valores heterogêneos e se busca avaliar a proporção de um sobre o outro. De acordo com Walter (1978, p. 119), “a análise por quociente visa estabelecer a relação entre dois valores heterogêneos, indicando quantas vezes um contém o outro”. Dessa forma, necessita-se, pelo menos, de duas quantidades, uma no numerador e outra no denominador da razão, de modo a estabelecer quantas vezes o numerador está contido no denominador.

8.1.1 Elementos necessários à análise

Para se promover a análise das demonstrações financeiras de uma empresa, é necessário que o analista tenha acesso a alguns elementos:

- relatório do conselho de administração e do conselho fiscal;
- demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (ou Demonstração de Lucros e/ou Prejuízos Acumulados), Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;
- parecer dos auditores independentes;
- informações de uso interno, como volume de vendas à vista e a prazo, volume de compras à vista e a prazo, níveis de estoques etc.;
- informações externas para determinar a situação de empresas do mesmo setor econômico e do mercado etc.;
- livros fiscais.

A demonstração mais importante para a análise financeira é o Balanço Patrimonial. As alterações ocorridas em sua estrutura, determinadas pelas Leis n. 11.638/2007 (BRASIL, 2007) e n. 11.941/2009 (BRASIL, 2009), diminuíram a necessidade de se promover uma quantidade enorme de reclassificações de contas dessa demonstração para fins de análise. Outra demonstração importante para se promover a análise é a Demonstração do Resultado do Exercício.

A análise financeira é realizada por meio de indicadores estáticos, patrimoniais e de atividades (também chamados indicadores de velocidade), formados pela conjugação entre elementos patrimoniais e de resultado.

Os principais indicadores para a promoção da análise financeira são:

- solvência:
 - liquidez geral;
 - liquidez corrente;
 - liquidez seca;
 - liquidez imediata.
- estrutura patrimonial:
 - composição do endividamento;
 - endividamento geral;
 - capital de terceiros em relação ao capital próprio.

- de atividade:
 - prazo médio de estocagem;
 - prazo médio de recebimento das duplicatas a receber;
 - prazo médio de pagamento de compras;
 - posicionamento relativo;
 - posicionamento de atividade.

Esses indicadores financeiros serão devidamente explicitados e demonstrados por meio de cálculos no subitem 8.2.

8.1.2 Reclassificação de contas para fins de análise

Como foi visto, atualmente não há necessidade de reclassificar muitas contas do Balanço Patrimonial; algumas, porém, devem ser reclassificadas para se promover a análise, como as contas descritas a seguir.

No Ativo Circulante, encontra-se um grupo de contas denominado Despesas Pagas Antecipadamente. Nele está a conta de Seguros Antecipados, a qual não se refere ao exercício social encerrado, mas a exercícios futuros, cuja ativação decorre da adoção do regime de competência. Os Seguros Antecipados são classificados no Ativo por representarem um direito. A empresa que pagou o seguro antecipadamente tem o direito de ser ressarcida na ocorrência de um caso fortuito, como o roubo de automóvel. Esse direito, porém, é específico e dependente da ocorrência do fato. Essas contas, conseqüentemente, devem ser retiradas do Ativo Circulante, pois, na realidade, representam valores que não serão realizáveis, isto é, não se pode pagar obrigações com esses “direitos”.

Algumas contas do Ativo podem ser fictícias, pois representam valores que estão registrados no Balanço Patrimonial, porém, na realidade, são consideradas superavaliadas ou de valor fictício. São superavaliados, por exemplo, os bens obsoletos, os que estão sem condições de uso e os invendáveis. São fictícios os valores que representam cheques sem fundo, duplicatas incobráveis e depósitos judiciais realizados em decorrência de recursos fiscais e trabalhistas, por exemplo.

Antes de realizar os cálculos dos quocientes, é necessário, portanto, examinar todos os itens das demonstrações contábeis e reclassificar as contas para melhor espelhar a situação patrimonial da empresa.

▶ Vídeo



8.2 Análise financeira

Para uma melhor compreensão do significado dos indicadores financeiros, os quocientes serão divididos em grupos homogêneos de análise. O primeiro dos grupos que a ser analisado é o da solvência, depois o da estrutura patrimonial, e, por último, a velocidade na renovação dos componentes patrimoniais.

8.2.1 Solvência

Entende-se por solvência a capacidade que a empresa tem de efetuar o pagamento de suas obrigações. É necessário evidenciar que os indicadores de solvência, por refletirem uma posição estática, exigem cautela quanto a sua interpretação, pois a análise contábil da solvência é mais complexa do que simples cálculos matemáticos.

Por exemplo, uma empresa tem direitos que se realizarão somente no segundo trimestre de determinado exercício e obrigações que vencem no primeiro mês do primeiro trimestre. Como os indicadores de solvência exprimem uma posição financeira em dado momento, sem levar em consideração as datas de pagamento ou recebimento, é necessário atentar para as limitações decorrentes dos cálculos. Os indicadores que medem a solvência da empresa são os quocientes de liquidez: geral, corrente, seca e imediata.

Periódicos especializados em análise de empresas não utilizam os quatro quocientes nas suas análises. O anuário do jornal *Valor Econômico* (2018), que divulga a análise econômico-financeira de mil empresas, e a revista *Exame* (2019), que publica o *ranking* das maiores empresas brasileiras, utilizam a liquidez corrente. O Instituto Assaf Neto (2019), por sua vez, utiliza a liquidez seca e a liquidez corrente.

Liquidez geral

A liquidez geral estuda a capacidade de pagamento de obrigações de curto e de longo prazo. Para isso, somam-se todos os valores que a empresa pode transformar em dinheiro no curto e no longo prazo e, efetuando-se a divisão desse valor pelo total das obrigações de curto e de longo prazo, determina-se quanto a empresa possui de ativos para cada R\$ 1,00 de passivo. Quanto maior for o quociente de liquidez geral, melhor será a situação da empresa.

$$\text{Liquidez geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

Liquidez corrente

O quociente de liquidez corrente (ou comum) indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (correntes) utilizando os bens e direitos transformáveis em dinheiro no curto prazo. Esse quociente determina quanto a empresa tem em valores circulantes para cada R\$ 1,00 de dívida. Quanto maior for o quociente de liquidez corrente, melhor será a situação da empresa.

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Liquidez seca

Os Estoques e outras contas, como Tributos a Recuperar, normalmente não apresentam liquidez compatível com as demais contas do seu grupo patrimonial, pois sua realização pode ser bem mais demorada. Por isso, para extrair da análise de curto prazo a baixa liquidez dessas contas, criou-se o quociente de liquidez seca. Esse quociente determina quanto a empresa tem

em valores circulantes, afastadas as dívidas cujos prazos de realização são imprevisíveis, como os dos Estoques e os de Recuperação de Tributos. Assim, excluídos os valores das contas citadas, o indicador informa quanto se tem de direitos realizáveis para cada R\$ 1,00 de dívida. Quanto maior for o quociente de liquidez seca, melhor será a situação da empresa.

$$\text{Liquidez seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Liquidez imediata

Esse quociente é o menos importante e é obtido mediante a divisão dos valores disponíveis de imediato (Caixa e Bancos) pelo valor do Passivo Circulante. Ele determina quanto a empresa tem de disponibilidades para saldar, imediatamente, para cada R\$ 1,00 de dívidas. Atualmente, com a evolução do mercado de crédito, esse quociente tem pouca relevância, pois a empresa não mantém elevados valores em caixa em detrimento de aplicações na própria atividade. Dessa maneira, diferentemente dos demais quocientes de liquidez – em que a situação da empresa é melhor quando o índice é maior –, o quociente de liquidez imediata, se elevado, pode representar ociosidade de recursos financeiros.

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Exemplo de cálculo dos quocientes de liquidez

O Balanço Patrimonial da Cia. Ômega, encerrado em 31 de dezembro do ano 1, é composto das contas e saldos constantes da Tabela 1.

Tabela 1 – Balanço Patrimonial da Cia. Ômega de 31/12/X1

Ativo Circulante	R\$ 687.500,00	Passivo Circulante	R\$ 464.500,00
Disponibilidades	R\$ 2.500,00	Fornecedores	R\$ 400.000,00
Duplicatas a Receber	R\$ 25.000,00	Empréstimos bancários	R\$ 45.000,00
(-) Prov. Dev. Duvid.	(R\$ 10.000,00)	Contas a Pagar	R\$ 19.500,00
Estoques	R\$ 250.000,00	Passivo não Circulante	R\$ 164.000,00
Ativo não Circulante	R\$ 420.000,00	Financiamentos internos	R\$ 64.000,00
Duplicatas a Receber	R\$ 30.000,00	Financiamentos externos	R\$ 100.000,00
Imobilizado	R\$ 390.000,00	Patrimônio Líquido	R\$ 479.000,00
Ativo Total	R\$ 1.107.500,00	Passivo + PL Total	R\$ 1.107.500,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Cálculo do quociente de liquidez geral

$$\text{LG} = \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PNC}}$$

$$\text{LG} = \frac{\text{R\$ } 687.500,00 + \text{R\$ } 30.000,00}{\text{R\$ } 464.500,00 + \text{R\$ } 164.000,00} = 1,1416$$

Cálculo do quociente de liquidez corrente

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

$$LG = \frac{R\$ 687.500,00}{R\$ 464.500,00} = 1,4801$$

Cálculo do quociente de liquidez seca

$$LS = \frac{AC - \text{Estoques}}{PC}$$

$$LS = \frac{R\$ 687.500,00 - R\$ 250.000,00}{R\$ 464.500,00}$$

Cálculo do quociente de liquidez imediata

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{PC}$$

$$LI = \frac{R\$ 2.500,00}{R\$ 464.500,00}$$

Análise dos quocientes de liquidez da Cia. Ômega

Realizando-se a análise dos diversos quocientes calculados, pode-se constatar que a empresa não terá dificuldades em pagar suas obrigações.

No quociente de liquidez geral, quando se confronta o valor de todos os itens transformáveis em moeda com todos os valores exigíveis, verifica-se que, para cada R\$ 1,00 de obrigação, a empresa tem R\$ 1,14 de recursos disponíveis ou realizáveis.

Quando se confronta o valor dos itens transformáveis em moeda no curso do ano seguinte com as obrigações vencíveis no ano seguinte, a situação é ainda mais confortável, pois se verifica, por meio do cálculo do quociente de liquidez corrente, que, para cada R\$ 1,00 de obrigação, a empresa tem R\$ 1,48 de recursos disponíveis ou realizáveis.

Mesmo com a exclusão do valor do estoque, cuja realização é mais remota do que as duplicatas a receber, verifica-se um quociente de liquidez seca muito próximo de 1. A empresa tem, para cada R\$ 1,00 de exigível de curto prazo, R\$ 0,94 de valores que podem ser disponibilizados sem realização de qualquer estoque, denotando-se, portanto, uma situação confortável. Nos indicadores em que quanto maior é o valor, melhor é a situação, quando o indicador for inferior a 1, isso reflete mau desempenho.

O quociente de liquidez imediata tinha grande importância quando o mercado financeiro e de capitais era restrito. Hoje, esse quociente deixou de ser importante.

Resumindo, a Cia. Ômega se apresenta em situação confortável relativamente à capacidade de solver seus compromissos.

8.2.2 Estrutura patrimonial

Os quocientes da estrutura patrimonial são utilizados para aferir a estrutura das origens de recursos, por isso ilustram a forma como os recursos de terceiros são utilizados pela empresa e fornecem elementos para avaliar o grau de comprometimento financeiro da empresa em relação aos credores e sua capacidade de cumprir seus compromissos financeiros. A relação dos recursos de terceiros e dos recursos próprios retrata a dependência do capital de terceiros por parte da empresa.

Ao realizar uma revisão da literatura, é possível constatar em muitas obras inúmeros quocientes da estrutura patrimonial. Em outras, porém, como as de Assaf Neto (2010), Iudícibus (2013) e Gitman (2004), o número de indicadores para analisar a estrutura patrimonial é bem reduzido.

Periódicos especializados em análise de empresas acompanham o entendimento desses autores. O anuário do jornal *Valor Econômico* (2018) apresenta o nível de endividamento geral e o nível de endividamento oneroso. O anuário da revista *Exame* (2019) utiliza somente o índice de endividamento a longo prazo (PNC / ativo total) e o índice de endividamento geral ((PC + PNC) / ativo total).

Por isso, serão analisados os quocientes constantes do Quadro 1.

Quadro 1 – Quocientes de endividamento e de estrutura de capital

Quociente	Utilizado por
Composição do endividamento	<i>Exame</i> (2019), Franco (1989)
Endividamento geral	<i>Exame</i> (2018), Iudícibus (2013), Assaf Neto (2010), Franco (1989)
Capital de terceiros em relação ao capital próprio.	Iudícibus (2013), Assaf Neto (2010), Franco (1989)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Composição do endividamento

O quociente de composição do endividamento representa a relação das exigibilidades e tem como objetivo identificar que percentual de dívidas da empresa corresponde às de curto prazo. As dívidas de curto prazo são utilizadas normalmente para financiar o Ativo Circulante, e as de longo prazo, para financiar o Ativo não Circulante. Uma proporção favorável seria a de maior participação de dívidas de longo prazo, propiciando mais tempo para que a empresa gere recursos que saldarão os compromissos.

$$\text{Composição do endividamento} = \frac{\text{Passivo circulante}}{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo não Circulante}} \times 100$$

A multiplicação por 100 tem como objetivo transformar o resultado em porcentagem.

Endividamento geral

O quociente de participação do capital de terceiros sobre o total de recursos, também conhecido como grau de endividamento e endividamento geral, é o quociente mais utilizado na

análise da estrutura patrimonial e expressa a porcentagem que o endividamento representa sobre todas as fontes de recursos. Endividamento é uma situação oposta à liquidez. Se o resultado for superior a 50%, indica que a empresa utiliza mais capital de terceiros do que capital próprio. De acordo com Gitman (2004, p. 51), “quanto mais alto for o valor desse índice, maior o grau de endividamento da empresa e mais elevado seu grau de alavancagem financeira”.

$$\text{Endividamento geral} = \frac{\text{Capital de terceiros (PC + PNC)}}{\text{Capital de terceiros + Capital próprio}} \times 100$$

Participação de capital de terceiros sobre capital próprio

A participação do capital de terceiros sobre o capital próprio é bastante significativa, pois evidencia se os recursos provenientes de terceiros superam os recursos originários dos acionistas.

$$\text{Garantia do capital de terceiros} = \frac{\text{Capital de terceiros (PC + PNC)}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Exemplo de cálculo dos quocientes da estrutura de capital

Os recursos dos quais a empresa se utiliza para financiamento de suas atividades provêm de recursos próprios e de terceiros. Estes podem ser exigíveis em curto prazo (Passivo Circulante) e em longo prazo (Passivo não Circulante). A composição dessas fontes é denominada estrutura de capital.

Para calcular os quocientes da estrutura de capital, será utilizado o Balanço Patrimonial da Cia. Beta, encerrado em 31 de dezembro do ano 1 e composto das contas e saldos constantes da Tabela 2.

Tabela 2 – Balanço Patrimonial da Cia. Beta de 31/12/X1

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	R\$ 60.000,00	Passivo Circulante	R\$ 55.000,00
Ativo não Circulante	R\$ 70.000,00	Passivo não Circulante	R\$ 25.000,00
Realizável L.P.	R\$ 30.000,00	Patrimônio Líquido	R\$ 50.000,00
Imobilizado	R\$ 40.000,00	Capital	R\$ 50.000,00
Total do Ativo	R\$ 130.000,00	Total do Passivo	R\$ 130.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Cálculo da imobilização do Ativo não Circulante

$$\text{Imobilização do ANC} = \frac{\text{R\$ 70.000,00}}{\text{R\$ 50.000,00}} = 140,00\%$$

Como se vê, o valor de recursos alocados no Ativo não Circulante, recursos denominados fixos, superam em 40% o valor do Patrimônio Líquido da empresa, ou seja, o ANC é 1,4 vez maior que o Patrimônio Líquido.

Cálculo da composição do endividamento

$$\text{Composição do endividamento} = \frac{\text{R\$ 55.000,00}}{\text{R\$ 55.000,00} + \text{R\$ 25.000,00}} = 69\%$$

Significa dizer que as obrigações exigíveis no curto prazo (Passivo Circulante) representam 69% das exigibilidades totais (Passivo Circulante + Passivo não Circulante).

Cálculo do endividamento geral

$$\text{Endividamento geral} = \frac{\text{R\$ 55.000,00} + \text{R\$ 25.000,00}}{\text{R\$ 130.000,00}} = 62\%$$

Vê-se que o capital de terceiros (PC + PNC) representa 62% de todos os financiamentos (PC + PNC + PL) necessários para que a empresa desenvolva suas atividades.

Cálculo da participação do capital de terceiros sobre o capital próprio

$$\text{Participação do Capital de Terceiros} = \frac{\text{R\$ 55.000,00} + \text{R\$ 25.000,00}}{\text{R\$ 50.000,00}} = 1,6$$

Significa que o capital de terceiros representa 1,6 vez o valor do Patrimônio Líquido.

Análise da estrutura patrimonial

Analisando-se isoladamente os quocientes da estrutura patrimonial, é possível afirmar que:

- a imobilização representa 140% do capital próprio, o que significa que boa parte do Ativo não Circulante é financiada por capital de terceiros;
- do total de recursos de terceiros, 69% vencem em curto prazo, o que evidencia uma possível dificuldade para pagamento de suas dívidas;
- a Cia. Beta tem uma excessiva participação de capital de terceiros, o qual representa 62% do total de recursos necessários ao funcionamento da empresa;
- confirmando o item anterior, o montante de capital de terceiros é 160% maior do que o capital próprio;
- um ponto favorável é a comparação do Ativo Circulante e do Passivo Circulante, constatando-se que a empresa conseguirá quitar suas dívidas no curto prazo, uma vez que possui R\$ 60.000,00 de recursos conversíveis em dinheiro no curto prazo para pagar R\$ 55.000,00 de dívidas exigíveis no curto prazo.

É relevante observar que, a partir dos cálculos realizados, é possível elaborar um relatório para explicar o que significam os indicadores, a exemplo do que foi feito no item denominado análise da estrutura patrimonial.

8.2.3 Atividade

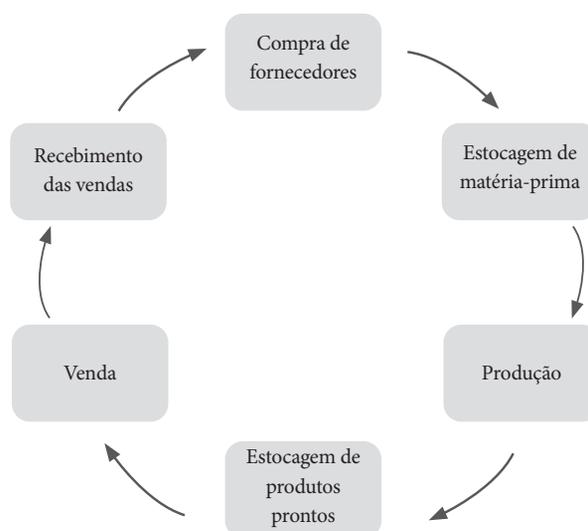
Os indicadores de atividade, também conhecidos como de rotatividade, de rotação e de velocidade, determinam a “velocidade com que as várias contas são convertidas em vendas ou em caixa – entradas ou saídas” (GITMAN, 2004, p. 42).

No cálculo dos indicadores de atividade, são necessários alguns dados que não constam das demonstrações financeiras, pois os períodos que compõem o ciclo operacional da empresa são distintos daqueles das demonstrações. O ciclo operacional representa as atividades de produção (ou compra) e estocagem de bens e serviços, a realização da venda, o recebimento das vendas e o pagamento dos fornecedores.

O ciclo operacional é o intervalo de tempo necessário para que sejam executadas todas as fases operacionais existentes no interior da empresa, fases essas que vão desde a aquisição da matéria-prima até o recebimento do valor referente à venda.

A Figura 1 apresenta uma sequência das fases operacionais (ciclo operacional) de uma empresa industrial.

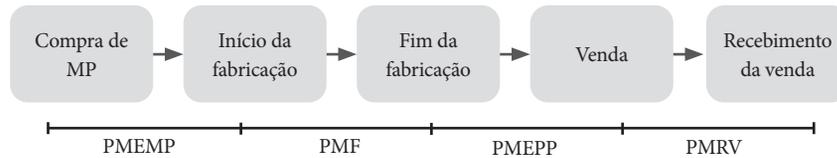
Figura 1 – Ciclo operacional de uma empresa industrial



Fonte: Elaborada pelo autor.

- Os fornecedores de matérias-primas abastecem os estoques e concedem um prazo para que a empresa compradora pague o valor das compras.
- Os estoques de matérias-primas permanecem na empresa compradora até que sejam utilizados na produção.
- A empresa conclui a produção dos produtos e os estoca até o momento da venda.
- Os produtos são vendidos aos clientes, e a empresa concede um prazo para que eles paguem pela compra realizada.
- Decorrido o prazo, os clientes efetuam o pagamento, e a empresa liquida suas dívidas com os fornecedores.

O ciclo operacional é medido em dias por meio do somatório dos seguintes componentes: $PMEPM + PMF + PMEPP + PMRV$, de acordo com a Figura 2.

Figura 2 – Ciclo operacional de uma empresa industrial em dias

Fonte: Elaborada pelo autor.

Onde:

PMEMP = Prazo médio de estocagem de matéria-prima.

PMF = Prazo médio de fabricação.

PMEPP = Prazo médio de estocagem de produtos prontos.

PMRV = Prazo médio de recebimento das vendas.

Suponha o ciclo operacional da Cia. Industrial Celta com a seguinte velocidade:

- Prazo de estocagem das matérias-primas: 15 dias.
- Tempo de duração da produção: 20 dias.
- Tempo de estocagem dos produtos acabados: 36 dias.
- Tempo para recebimento das vendas dos produtos: 60 dias.

O ciclo operacional medido em dias será: $15 + 20 + 36 + 60 = 131$ dias.

Os estudos sobre o ciclo operacional devem garantir uma adequada política de compras e estocagem de matéria-prima, produção, estocagem de produtos prontos, venda dos produtos e recebimento das vendas dos produtos.

De outro lado, o ciclo financeiro, também conhecido como ciclo de caixa, mede o período relacionado à movimentação do caixa, compreendendo desde o desembolso efetuado pelo pagamento aos fornecedores até o recebimento efetivo da venda. Assim, o ciclo financeiro representa o tempo decorrido entre o instante do pagamento efetuado aos fornecedores referente às matérias-primas adquiridas e o recebimento das vendas dos produtos. O cálculo é o seguinte:

Ciclo operacional (CO) – Prazo médio de pagamento (PMP)

Utilizando os mesmos tempos descritos anteriormente, supõe-se que a Cia. Industrial Celta pague fornecedores com um prazo médio de 90 dias. Como a empresa demora 131 dias para receber e tem somente 90 dias de prazo para pagar, possui uma política inadequada de gestão de capital de giro, pois o cálculo do ciclo financeiro resulta em uma diferença de 41 dias (131 dias de CO – 90 dias de PMP). Isso resulta em necessidade de financiamentos (investimentos em capital de giro), pois o prazo para a empresa pagar seus compromissos é menor que o prazo de recebimento dos clientes. O resultado da equação seria, em termos ideais, que o mesmo prazo que os fornecedores concedem para pagamento fosse estipulado para o recebimento dos clientes.

Além do ciclo operacional e do ciclo financeiro, existe, ainda, o ciclo econômico, que é o tempo em que insumos e produtos permanecem estocados, sem levar em consideração o tempo de recebimento das vendas.

Os quocientes que se relacionam com o ciclo operacional e o ciclo financeiro são os de atividades e representam a velocidade com que os elementos patrimoniais se renovam durante determinado período. Por sua natureza dinâmica, têm seus resultados apresentados em dias. Para calcular os quocientes de atividades, é necessário buscar os dados na Demonstração do Resultado e no Balanço Patrimonial.

Os quocientes de rotação permitem conhecer o ritmo ou a velocidade de transformação de contas do Ativo e do Passivo. O valor médio é obtido pela soma dos valores constantes no ano anterior com os valores do ano atual dividida por 2. O ano comercial possui 360 dias.

Prazo médio de estocagem

O prazo médio de estocagem mostra quantos dias o estoque demora para ser vendido e pode ser calculado da seguinte maneira:

$$\text{Prazo médio de estocagem} = \frac{\text{Estoque (médio)}}{\text{CMV}} \times 360$$

Da mesma forma explicada anteriormente, o valor médio dos estoques é obtido pela soma dos valores constantes no ano anterior com os valores do ano atual dividida por 2. Quanto menor for o indicador, melhor, pois demonstra que a empresa possui menos valores parados em estoques.

Prazo médio de recebimento das duplicatas a receber

O prazo médio de recebimento das duplicatas indica quantos dias a empresa deve esperar, em média, para receber suas vendas a prazo e é obtido pela fórmula seguinte:

$$\text{Prazo médio de recebimento de duplicatas} = \frac{\text{Duplicatas a Receber (média)}}{\text{Receita de Vendas}} \times 360$$

O valor médio das duplicatas a receber também é obtido pela soma dos valores constantes no ano anterior com os valores do ano atual dividida por 2, e, quanto menor for o prazo, melhor.

Prazo médio de pagamento de duplicatas

O prazo médio de pagamento das duplicatas indica quantos dias a empresa pode esperar, em média, para pagar suas compras e é obtido pela fórmula seguinte:

$$\text{Prazo médio de pagamento de duplicatas} = \frac{\text{Fornecedores (médio)}}{\text{Compras}} \times 360$$

Fornecedores médios provêm do somatório dos valores da conta Fornecedores do ano anterior com os valores do ano atual dividido por 2, e, quanto maior for esse prazo, melhor.

Posicionamento relativo

O quociente de posicionamento relativo permite conhecer a relação existente entre os prazos de recebimento e de pagamentos e é calculado da seguinte forma:

$$\text{Posicionamento relativo} = \frac{\text{Prazo médio de recebimentos}}{\text{Prazo médio de pagamentos}}$$

Posicionamento de atividade

O quociente de posicionamento de atividade indica se o prazo médio de estocagem somado ao prazo médio de recebimento das vendas está compatível com o prazo necessário para pagamento das compras. Ele é obtido pela seguinte fórmula:

$$\text{Posicionamento de atividade} = \frac{\text{Prazo Médio Recebimento} + \text{Prazo Médio Estocagem}}{\text{Prazo Médio de Pagamento}}$$

Exemplo de cálculo dos prazos médios e quocientes de posicionamento e atividade

A seguir, serão feitos os cálculos dos prazos médios e os quocientes de posicionamento relativo e de atividade a partir dos dados constantes da Tabela 3.

Tabela 3 – Dados para cálculo dos prazos médios

Descritores	Ano 1	Ano 2
Estoque de mercadorias	R\$ 500,00	R\$ 600,00
Custo das mercadorias vendidas	R\$ 1.300,00	R\$ 3.600,00
Duplicatas a receber	R\$ 700,00	R\$ 600,00
Duplicatas a pagar	R\$ 1.300,00	R\$ 2.000,00
Vendas a prazo	R\$ 3.600,00	R\$ 8.000,00
Compras	R\$ 2.800,00	R\$ 5.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Cálculo do prazo médio de estocagem

$$\text{PME} = \frac{(\text{R\$ } 500,00 + \text{R\$ } 600,00) / 2}{\text{R\$ } 3.600,00} \times 360 = 55$$

Cálculo do prazo médio de recebimento das duplicatas a receber

$$\text{PMR} = \frac{(\text{R\$ } 700,00 + \text{R\$ } 600,00) / 2}{\text{R\$ } 8.000,00} \times 360 = 29,25$$

Cálculo do prazo médio de pagamento de compras

$$\text{PMPC} = \frac{(\text{R\$ } 1.300,00 + \text{R\$ } 2.000,00) / 2}{\text{R\$ } 5.000,00} \times 360 = 118,80$$

Cálculo do quociente de posicionamento relativo

$$\text{Posicionamento relativo} = \frac{29,25}{118,80} = 0,25$$

Cálculo do quociente de posicionamento de atividade

$$\text{Posicionamento de atividade} = \frac{55 + 29,25}{118,80} = 0,71$$

Análise dos prazos médios

Analisando os dados obtidos com os cálculos realizados, pode-se observar que:

- Os estoques da empresa são de lenta realização, pois as mercadorias permanecem estocadas durante 55 dias.
- O prazo de 29,25 dias para recebimento de vendas é razoável, pois é próximo do tempo que as administradoras de cartão de crédito demoram para efetuar a liquidação de compras realizadas nessa modalidade.
- O prazo de 118,80 dias para pagamento das compras é muito bom se comparado ao prazo de recebimento das vendas.

Dessa maneira, é possível concluir que a empresa não possui gargalo, pois o posicionamento de atividade resultou em 0,71, ou seja, o prazo de estocagem mais o prazo de recebimento das vendas é menor que o prazo para pagamento das compras.

De forma geral, as empresas devem buscar o menor prazo médio de estocagem possível, pois os recursos investidos em estoques representam dinheiro parado. Com referência ao prazo médio de pagamento, é forçoso que a empresa consiga o maior prazo possível para liquidar suas obrigações. Já o prazo médio de recebimento, que deveria ser o menor possível, pelas práticas usuais vigentes no Brasil, é difícil de ser alcançado, pois as empresas, devido a fatores mercadológicos, aceitam pagamento com cartão de crédito e em várias parcelas.



8.3 Projeção da necessidade de investimentos em capital de giro

É de fundamental importância a análise do capital de giro, pois ele é uma fonte que compromete a solvência e se reflete sobre a posição econômica de uma empresa. Para que seja calculado, é necessário estudar aquelas contas do Ativo Circulante e do Passivo Circulante denominadas cíclicas. São cíclicas as contas que se renovam constantemente, em decorrência da atividade operacional. No Ativo, são as contas de Duplicatas a Receber, Estoques, Impostos a Recuperar e Despesas Pagas Antecipadamente. No Passivo, são as contas de Fornecedores, Impostos a Pagar, Provisões Trabalhistas e Despesas Operacionais a Pagar.

O estudo da projeção da necessidade de investimentos em capital de giro (NIG) é realizado com base nos indicadores de atividade. A partir dos dados e informações constantes da Tabela 3, e efetuando uma projeção para o mês de janeiro do ano 3, obtêm-se os valores mensais constantes da Tabela 4.

Tabela 4 – Dados trimestrais para cálculo da NIG

Descritores	Ano 2	Projeção p/janeiro Ano 3* (30 dias)
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 3.600,00	R\$ 300,00
Vendas a Prazo	R\$ 8.000,00	R\$ 666,67
Compras	R\$ 5.000,00	R\$ 416,67
Despesas Incurridas	R\$ 1.000,00	R\$ 83,33
Prazo Médio de Pagamento das Despesas		20 dias

* Resultado do Ano 2 dividido por 12 meses.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na Tabela 4, foram incluídas as despesas incorridas no ano 2 que serão pagas somente no ano 3 e que representam capital de giro positivo, pois são valores que estão disponíveis na empresa. Para a determinação da NIG, serão observados os prazos médios já calculados.

Prazos do ciclo operacional e cálculo da NIG

Valor dos investimentos em decorrência do prazo de estocagem (PME)

$$PME = \frac{\text{Estoques}}{\text{CMV}} \times 30 \text{ dias}$$

$$55 = \frac{\text{Estoques}}{300} \times 30 \text{ dias} = \text{R\$ } 550,00$$

Valor dos investimentos em decorrência do prazo de recebimento das duplicatas (PMR)

$$PMR = \frac{\text{Valor a receber}}{\text{Vendas}} \times 30 \text{ dias}$$

$$29,25 = \frac{\text{Valor a receber}}{\text{R\$ } 666,67} \times 30 \text{ dias} = \text{R\$ } 650,98$$

Valor dos financiamentos em decorrência do prazo de pagamento de duplicatas (PMPC)

$$PMPC = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}} \times 30 \text{ dias}$$

$$118,80 = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{R\$ } 416,67} \times 30 \text{ dias} = \text{R\$ } 1.650,01$$

Valor dos financiamentos em decorrência do prazo de pagamento de despesas a pagar (PMPD)

$$PMPD = \frac{\text{Despesas a pagar}}{\text{Despesas incorridas}} \times 30 \text{ dias}$$

$$20 = \frac{\text{Despesas a pagar}}{83,33} \times 30 \text{ dias} = \text{R\$ } 55,55$$

Necessidade de investimento em giro

A necessidade de investimento em giro (NIG) é o resultado da seguinte equação:

$$\text{NIG} = (\text{PME} + \text{PMR}) - (\text{PMPC} + \text{PMPD})$$

Resolvendo a equação:

Utilizando os valores resultantes dos cálculos das quatro operações anteriores e adotando valores em vez de prazos, chega-se ao valor da necessidade de investimento em giro, como se observa a seguir:

$$\text{NIG} = (\text{PME} + \text{PMR}) - (\text{PMPC} + \text{PMPD})$$

$$\text{NIG} = (550,00 + 650,98) - (1.650,01 + 55,55)$$

$$\text{NIG} = -504,58$$

Esses cálculos levam à conclusão de que a empresa não necessita de aporte de recursos por meio de empréstimos, pois o volume de recursos provenientes dos Fornecedores e das Contas a Pagar supera o volume de recursos aplicados em Estoques e em Duplicatas a Receber.

Quando os prazos médios dos Estoques e das Duplicatas a Receber forem superiores aos dos Fornecedores e das Contas a Pagar, a empresa terá necessidade de investimento em giro. Significa que ela terá que se sujeitar à tomada de empréstimos junto a instituições financeiras, ocasionando pagamento de juros.

É relevante acrescentar que o Passivo Cíclico, isto é, as obrigações assumidas para as atividades operacionais da empresa, não ocasiona, de forma explícita, a ocorrência de encargos financeiros, porque tanto as Duplicatas a Pagar como as Contas a Pagar não sofrem acréscimos de juros, pois o valor constante nos documentos é o acordado entre as partes. Já o Passivo não Cíclico, assim entendido aquele não destinado às atividades operacionais – os empréstimos para financiamento de imobilizado, por exemplo –, é oneroso, pois produz ônus financeiro pela tomada de recursos de terceiros, sobre os quais incidem juros, comissões e serviços.

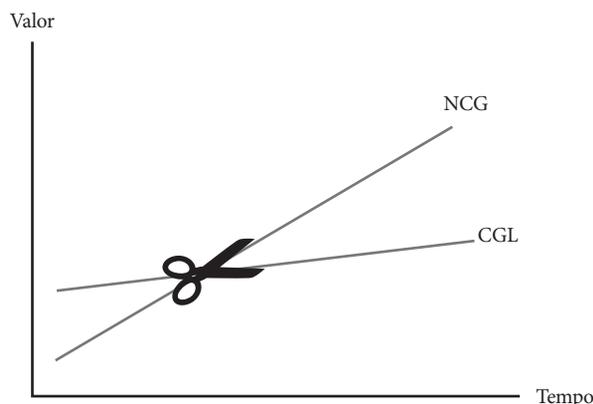
Efeito tesoura

A análise do capital de giro é de fundamental importância para a empresa, pois sua gestão, se realizada de forma desequilibrada, ocasiona um crescimento das atividades operacionais acima da capacidade de financiamento. Se esse desequilíbrio acontecer por vários anos seguidos, com NIGs superiores ao Capital de Giro Líquido (CGL), no ensinamento de Assaf Neto (2010, p. 190), “diz-se que ela convive com o denominado efeito tesoura, identificado por um crescente saldo de disponível negativo”.

O efeito tesoura, para Pedrosa (2009, p. 45), “é mais comum de ocorrer na fase inicial de pequenas e médias empresas, já que estas apresentam, mais comumente, evoluções bruscas de faturamento, e em geral possuem maior dificuldade de acesso a fontes externas de capital”.

A Figura 3 representa graficamente o efeito tesoura.

Figura 3 – Representação do efeito tesoura



Fonte: Adaptado de Pedrosa, 2009.

A análise da necessidade de investimento em giro, e não só a demonstração do capital circulante líquido, é a diretriz moderna proposta pelos acadêmicos e profissionais estudiosos de finanças principalmente porque se preocupa com as aplicações e os financiamentos dos recursos necessários às atividades operacionais de uma empresa.

É oportuno esclarecer que o Capital Circulante Líquido é obtido pela diminuição de todas as contas do Ativo Circulante de todas as contas do Passivo Circulante. Já a necessidade de investimento em giro leva em consideração, tanto para as contas do Ativo Circulante como para as do Passivo Circulante, somente as contas cíclicas, que são as que dizem respeito às atividades operacionais da empresa – ou seja, no Ativo, os Estoques e as Duplicatas a Receber; e, no Passivo, as Duplicatas a Pagar e as Contas a Pagar provenientes dos custos de fabricação, de revenda ou de prestação de serviços incorridos, porém ainda não pagos.

Considerações finais

A análise financeira tem como finalidade fornecer informações sobre a situação das empresas com o objetivo de auxiliar na tomada de decisões. Uma revisão da literatura conduz a autores que trazem um sem-número de cálculos de coeficientes e quocientes para fins de análise. De acordo com alguns autores e, principalmente, periódicos especializados em análise e classificação de empresas, não são necessários muitos indicadores para realizar a análise financeira de uma empresa.

Um dos instrumentos utilizados para analisar a situação econômico-financeira de uma empresa é o quociente, ou seja, o resultado da comparação entre grandezas. Sua utilização facilita

o trabalho de análise porque a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa do que a observação de montantes.

Existem diversos quocientes para análise das demonstrações financeiras, e cabe ao analista decidir qual utilizar de acordo com o objetivo da análise, sendo permitido, inclusive, criar os que lhe convêm. É oportuno acrescentar que a análise deve ser elaborada com o maior número possível de informações para contribuir com a tomada de decisões pela empresa. Não há, porém, um modelo-padrão ou um modelo ideal para elaborar uma análise. Por isso, é importante que ela abranja a maior quantidade e a melhor qualidade de informações que permitam ao gestor a avaliação, a comparação, a projeção e a tomada de decisões.

Ampliando seus conhecimentos

- MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

José Carlos Marion, ao explicar os indicadores de endividamento, qualifica como alta, razoável e baixa tanto a quantidade como a qualidade da dívida e apresenta um caso prático para cálculo desses indicadores. Inteira-se desse assunto estudando o Capítulo 5, seções 5.1, 5.2 e 5.3, do livro sugerido.

- UM GUIA para o leitor de *Melhores e Maiores* percorrer a edição. *Revista Exame*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/melhores-e-maiores-empresas-2017-metodologia/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

A revista *Exame* publica um anuário que apresenta as melhores e maiores empresas a partir dos indicadores extraídos das demonstrações financeiras. Como vimos durante o desenvolvimento deste capítulo, existem diversos modelos de análise, e a revista em questão usa seu próprio método e critérios para determinar as empresas campeãs em cada setor.

Atividades

1. Dada a tabela de Balanço Patrimonial da Cia. Alfa:

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	R\$ 600,00	Passivo Circulante	R\$ 500,00
Disponibilidades	R\$ 30,00	Fornecedores	R\$ 420,00
Duplicatas a Receber	R\$ 300,00	Contas a pagar	R\$ 80,00
Estoques	R\$ 270,00	Passivo não Circulante	R\$ 500,00
Ativo não Circulante	R\$ 900,00	Patrimônio Líquido	R\$ 500,00

Ativo Total	R\$ 1.500,00	Passivo Total	R\$ 1.500,00
-------------	--------------	---------------	--------------

Calcule:

- Quociente de liquidez corrente.
- Quociente de liquidez geral.
- Quociente de liquidez seca.

2. Dada a tabela de Balanço Patrimonial da Cia. Beta:

Ativo		Passivo	
Descritor	Ano 1	Descritor	Ano 2
Circulante	R\$ 50.000,00	Circulante	R\$ 100.000,00
Não Circulante	R\$ 70.000,00	Não Circulante	R\$ 50.000,00
		Patrimônio Líquido	R\$ 150.000,00
Total Ativo	R\$ 120.000,00	Total Passivo	R\$ 300.000,00

Calcule:

- Quociente de liquidez corrente.
- Endividamento geral.
- Composição do endividamento.

3. Dada a tabela de Balanço Patrimonial da Cia. Celta:

Descritores	Valores
Disponibilidades	R\$ 21.860,00
Duplicatas a Receber	R\$ 25.000,00
Estoques	R\$ 27.500,00
Ativo Circulante	R\$ 74.360,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 10.000,00
Ativo Imobilizado (não circulante)	R\$ 61.640,00
Ativo não Circulante	R\$ 71.640,00
Total do Ativo	R\$ 146.000,00
Passivo Circulante	R\$ 55.000,00
Passivo não Circulante	R\$ 35.000,00
Exigível Total (capital de terceiros)	R\$ 90.000,00
Patrimônio Líquido	R\$ 56.000,00
Total do Passivo	R\$ 146.000,00

Calcule os quocientes de:

- Liquidez geral.
- Liquidez corrente.
- Liquidez seca.

- d) Liquidez imediata.
- e) Imobilização do Ativo não Circulante.
- f) Composição do endividamento.
- g) Endividamento geral.
- h) Capital de terceiros em relação ao capital próprio.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo. Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 13 ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo. Brasília, DF, 28 maio 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm. Acesso em: 13 ago. 2019.

EXAME. Um guia para o leitor de *Melhores e Maiores* percorrer a edição. *Revista Exame*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/um-guia-para-o-leitor-de-melhores-e-maiores-percorrer-a-edicao/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

FRANCO, Hilário. *Estrutura, análise e interpretação de Balanços: de acordo com a nova Lei das S.A., Lei 6.404, de 15-12-1976*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. *Princípios de administração financeira*. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

INSTITUTO ASSAF NETO. *Indicadores e demonstrações financeiras: nova metodologia*. Disponível em: <http://institutoassaf.com.br/indicadores-e-demonstracoes-financeiras/nova-metodologia/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Contabilidade gerencial*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços: abordagem gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEDROSA, Sérgio Eustáquio. *A busca da necessidade de capital de giro zero como possibilidade de aumento da geração de caixa das empresas – utopia ou realidade?* Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Faculdades Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2009. Disponível em: http://www.fpl.edu.br/2018/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2009/dissertacao_sergio_eutaquio_pedrosa_2009.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

VALOR ECONÔMICO. *1000 maiores empresas*. 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/valor1000/2018/ranking1000maiores>. Acesso em: 13 ago. 2019.

WALTER, Milton Augusto. *Introdução à análise de balanços: de acordo com a nova Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. São Paulo: Saraiva, 1978.

Análise econômica

Investir em uma empresa é uma alternativa que, apesar de apresentar certos riscos, oferece a expectativa de aumentar o valor das economias do investidor. Por isso, as empresas têm como um dos objetivos principais a geração de lucros que as remunerem.

A riqueza daqueles que aplicaram seus recursos em uma empresa é medida pelo preço da ação no mercado, e, em decorrência disso, as decisões financeiras têm como meta o aumento do valor da ação, demonstrado por meio de análise das demonstrações financeiras.

A análise econômica é realizada por meio do cálculo de quocientes de rentabilidade – que mostram o quanto renderam os investimentos realizados pelos investidores – e revela como está o desempenho e a saúde financeira da empresa. Ela também proporciona uma avaliação da situação patrimonial, indica ao investidor melhores condições para a tomada de decisão e determina os aspectos relacionados com a estrutura de capitais, com o lucro e com a remuneração dos investidores.

▶ Vídeo



9.1 Evolução da análise das demonstrações contábeis

Em 1915, o Federal Reserve Board (Banco Central dos Estados Unidos) determinou que somente os títulos a receber de empresas americanas que apresentassem seus balanços poderiam ser descontados (MATARAZZO, 2010), e, em decorrência, deu-se início ao que se denomina análise de balanço.

Os procedimentos de análise foram evoluindo e, em 1932, de acordo com Silva (1998), Paul J. Fitz Patrick¹ comparou as demonstrações contábeis e os indicadores de solvência de 19 empresas que haviam falido com as de outras 19 empresas que eram bem-sucedidas, dando início ao tratamento estatístico de quocientes financeiros para prever insolvência e falências.

A partir daí, embasando-se em quocientes extraídos das demonstrações contábeis, muitos estudiosos estabeleceram relações estatísticas para definir a situação de solvência das empresas.

9.1.1 Modelo de Altman

Em 1968, Altman² construiu um modelo de análise multivariada para medir a saúde financeira das empresas. Da mesma forma que Patrick, porém com maior

1 Pioneiro em fórmula de como prever falências.

2 Edward I. Altman, professor de Finanças da Universidade de Nova York, é conhecido pelo desenvolvimento do Z-Score, fórmula de previsão de falências. Para saber mais, recomendamos: <http://www.provenmodels.com/597/z-score/edward-i.-altman/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

número de empresas, ele comparou as demonstrações contábeis e os indicadores de solvência de 33 companhias que estavam em situação de insolvência com outras 33 em situação de solvência e conseguiu atingir um acerto de 95% no desenvolvimento de seu modelo, cuja fórmula é apresentada a seguir.

$$Z_1 = -1,44 - 4,03X_2 - 2,25X_3 - 0,14X_4 - 0,42X_5$$

ou

$$Z_2 = -1,84 - 0,51X_1 - 6,32X_3 - 0,71X_4 - 0,52X_5$$

Onde:

$$X_1 = (\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}) / \text{Ativo Total}$$

$$X_2 = (\text{Reserva} + \text{Lucros Acumulados}) / \text{Ativo Total}$$

$$X_3 = \text{EBITDA} / \text{Ativo Total}$$

$$X_4 = \text{Patrimônio Líquido} / \text{Exigível Total}$$

$$X_5 = \text{Vendas} / \text{Ativo Total}$$

O objetivo da utilização de dois modelos é a necessidade de suas adaptações a diferentes circunstâncias: o Z_1 é utilizado para empresas em geral, e o Z_2 , para empresas industriais e mercados emergentes. Segundo Altman, os modelos apresentam resultados análogos.

9.1.2 Modelo de Kanitz

No Brasil, Kanitz³ desenvolveu um modelo de como prever falências, também por meio de tratamento estatístico de índices financeiros de algumas empresas que haviam falido. De acordo com Iudícibus (2013, p. 126), esse modelo “consiste em relacionar alguns quocientes, atribuindo pesos aos mesmos e somando e subtraindo valores assim obtidos. Conforme a soma recaia entre certos intervalos de valor, a empresa estará na faixa de insolvência”. O método foi publicado inicialmente pela *Revista Exame*, denominado de “termômetro de insolvência”, em dezembro de 1974, com o uso da seguinte função discriminante:

$$FI = X_1 + X_2 + X_3 - X_4 - X_5$$

Onde:

$$X_1 = \text{Retorno do Patrimônio Líquido} \times 0,05.$$

$$X_2 = \text{Quociente de Liquidez Geral} \times 1,65.$$

$$X_3 = \text{Liquidez Seca} \times 3,55.$$

3 Stephen Kanitz é consultor de empresas e conferencista. Mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Harvard, foi professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

$$X_4 = \text{Liquidez Corrente} \times 1,06.$$

$$X_5 = \text{Participação do Capital de Terceiros} \times 0,33.$$

Da mesma forma como foi feito por Patrick e Altman, de acordo com Kanitz (1978), foram analisadas milhares de demonstrações contábeis de empresas brasileiras, das quais foram selecionadas 42; 21 delas faliram nos anos de 1972 a 1974, e 21 formaram grupo-controle.

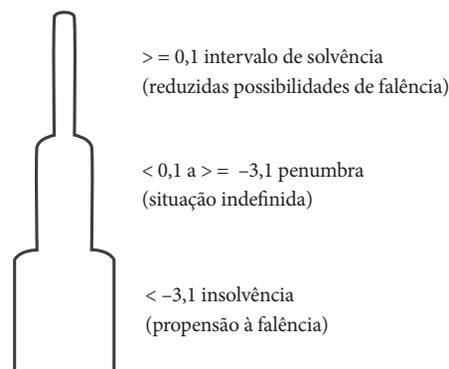
Ao confrontar os modelos de Altman e de Kanitz, é possível observar que Altman se baseia no Ativo Total, enquanto Kanitz toma como base os quocientes de liquidez. Os dois modelos de Altman apresentam como ponto crítico o zero, e a faixa crítica está entre $-0,34$ e $0,20$. Assim, as empresas que se situam acima de $0,20$ apresentam pouca probabilidade de insolvências, e aquelas situadas abaixo de $-0,34$ têm grandes possibilidades de falência.

O modelo de Kanitz resulta em um fator de insolvência que deverá ser comparado com o termômetro constante da Figura 1, com as seguintes escalas de variação:

- valores abaixo de -3 representam insolvência e indicam propensão à falência;
- valores entre -3 e 0 representam situação de penumbra (indefinida);
- valores acima de 0 indicam intervalo de solvência, porém com menores probabilidades de falência.

Para Kanitz, quanto menor for o valor do fator de insolvência, maiores são as probabilidades de falência.

Figura 1 – Termômetro de insolvência



Fonte: Elaborada pelo autor.

Nota-se que os modelos apresentados possuem variações dos indicadores, porém todos eles são elaborados, em primeiro lugar, utilizando dados estatísticos e, em segundo, ponderando cada indicador pela importância que os autores atribuem a eles. Para esclarecer melhor o assunto e elucidar por que ele vem sendo adotado por muitos profissionais, a subseção a seguir explica o modelo de Kanitz.

9.1.3 Aplicação do modelo de Kanitz

A Cia. Alfa, empresa fictícia, apresenta as demonstrações contábeis constantes da Tabela 1.

Tabela 1 – Demonstrações contábeis da Cia. Alfa

Balanco Patrimonial			
Descritores	2018	Descritores	2018
Ativo Circulante (AC)	R\$ 7.050,00	Passivo Circulante (PC)	R\$ 6.526,00
Caixa e Bancos	R\$ 250,00	Fornecedores	R\$ 4.226,00
Clientes	R\$ 4.200,00	Empréstimos bancários	R\$ 2.300,00
Estoques	R\$ 2.600,00	Passivo não Circulante	R\$ 1.800,00
Ativo não Circulante	R\$ 6.076,00	Financiamentos	R\$ 1.800,00
Realizável a Longo Prazo (RLP)	R\$ 1.076,00	Total exigibilidades (EXIG)	R\$ 8.326,00
Imobilizado Líquido	R\$ 5.000,00	Patrimônio Líquido (PL)	R\$ 4.800,00
Imobilizado	R\$ 6.000,00	Capital	R\$ 4.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(R\$ 1.000,00)	Reservas	R\$ 800,00
Ativo Total	R\$ 13.126,00	Passivo Total	R\$ 13.126,00
Demonstração de Resultado Resumida			
Lucro Líquido do Exercício (LLE) de 2018			R\$ 1.350,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Com base nos dados constantes do Balanço da Cia. Alfa na Tabela 1, inicialmente, aplicando a fórmula criada por Kanitz, serão calculados os quocientes, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 – Cálculo dos quocientes da Cia. Alfa

Nome quociente	Fórmula	Quociente
Retorno patrimônio líquido	LLE / PL	0,281
Quociente de liquidez geral	(AC + RLP) / EXIG	0,976
Quociente de liquidez seca	(AC – Est) / PC	0,682
Quociente de liquidez corrente	AC / PC	1,080
Participação do capital de terceiros	EXIG / PL	1,735

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na sequência (Tabela 3), os quocientes apresentados na Tabela 2 são multiplicados pelos fatores apresentados por Kanitz.

Tabela 3 – Cálculo dos quocientes multiplicados pelos fatores

Nome do quociente	Quociente	Fator	Quociente fatorado
Retorno patrimônio líquido	0,281	0,05	0,014
Quociente de liquidez geral	0,976	1,65	1,610

(Continua)

Nome do quociente	Quociente	Fator	Quociente fatorado
Quociente de liquidez seca	0,682	3,55	2,421
Quociente de liquidez corrente	1,080	1,06	1,145
Participação do capital de terceiros	1,735	0,33	0,573

Fonte: Elaborada pelo autor.

Realizando o somatório dos quocientes fatorados, obtém-se o seguinte fator de insolvência.

$$\text{Fator de insolvência} = 0,014 + 1,610 + 2,421 - 1,145 - 0,573 = 2,327$$

Ao se confrontar esse resultado com os relativos ao termômetro da Figura 1, constata-se que a Cia. Alfa, por ter um fator superior a 0,1, está no intervalo de solvência com reduzidas possibilidades de falência.

▶ Vídeo



9.2 Expressões usuais em análises econômico-financeiras

A análise econômico-financeira de uma empresa é realizada por meio de indicadores denominados quocientes, que são inter-relações das contas que compõem as demonstrações contábeis. É necessário, por isso, examinar as diversas expressões que são utilizadas para identificar as contas.

9.2.1 Expressão *Receita*

A Demonstração do Resultado discrimina duas expressões para identificar a Receita: Receita Bruta e Receita Líquida.

Para a Receita Federal (Instrução Normativa SRF n. 51/1978),

Item 1. A receita bruta das vendas e serviços compreende o produto da venda de bens nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados (artigo 12 do Decreto-Lei n. 1.598, de 26 de dezembro de 1977).

Item 2. Na receita bruta não se incluem os impostos não cumulativos cobrados, destacadamente, do comprador ou contratante, dos quais o vendedor dos bens ou o prestador dos serviços seja mero depositário.

Item 3. [...]

Item 4. A receita líquida de vendas e serviços será a receita bruta diminuída das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas. (BRASIL, 1978)

De acordo com o item 70, letra a, do Pronunciamento Conceitual Básico emitido pelo CPC 00 (CPC, 2008), “receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade”.

Como o foco é a Receita Bruta e a Receita Líquida de Vendas e Serviços, é importante saber a definição dada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para o qual a Receita Bruta de “venda de mercadorias, produtos e serviços representa os valores reconhecidos na contabilidade a esse título pelo regime de competência e incluídos na demonstração do resultado do período” (CFC, 2008).

Em complementação, a mesma Resolução n. 1.138/2008 (CFC, 2008) especifica que a venda representa o faturamento bruto e inclui todos os tributos que incidem sobre as receitas e, em consequência, o somatório do IPI, ICMS (ISS, se for empresa de serviços), PIS e Cofins.

Por meio de uma revisão mais profunda da literatura, é possível concluir que os valores relativos aos tributos não são benefícios econômicos que laboram a favor da empresa e, por isso, para fins de análise das demonstrações financeiras, devem ser excluídos da determinação da Receita de Vendas.

A partir dessas duas definições, as duas receitas podem ser demonstradas da seguinte forma:

Faturamento bruto

(-) IPI Faturado

(=) Receita Bruta de Vendas e Serviços

(-) Deduções

Vendas Canceladas

Abatimentos Concedidos

Tributos sobre Vendas e Serviços (do ICMS ou ISS, PIS, Cofins)

(=) Receita Líquida de Vendas e Serviços

Dessa maneira, ao se proceder a análise econômica, quando for necessário reportar-se à Receita, será adotada a *Receita Líquida de Vendas e Serviços* sob a denominação de *Vendas*.

9.2.2 Expressão *lucro*

A expressão *lucro* também aparece por diversas vezes na Demonstração do Resultado. O Lucro Bruto é obtido quando se deduz da Receita Líquida de Vendas o Custo dos Produtos Vendidos ou das Mercadorias Vendidas.

Do Lucro Bruto são deduzidos os gastos com as atividades não ligadas diretamente ao processo produtivo, como Despesas com Vendas e Despesas Gerais e Administrativas. Então se obtém o Lucro Líquido operacional, denominado de EBITDA⁴, modelo implantado nos Estados Unidos para identificar a geração de Caixa antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização. Atualmente é utilizado no Brasil com algumas restrições, como pode ser constatado no Relatório Anual da Gerdau de 31 de dezembro de 2009, que inseriu um parágrafo explicando que

EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser

4 EBITDA é a sigla da expressão inglesa *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*.

considerado uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA não é padronizado, não podendo, portanto, ser comparado ao EBITDA de outras companhias. Em razão disso, a Gerdau apresenta de forma transparente como o EBITDA foi calculado. (GERDAU S.A., 2019)

A Demonstração do EBITDA da empresa Gerdau S.A. (2019, p. 4) consta da Tabela 4.

Tabela 4 – Demonstração do EBITDA da Gerdau S.A.

Composição do EBITDA consolidado (R\$ milhões)	4T18	4T17	Var. %	3T18	Var. %	2018	2017	Var. %
Lucro Líquido	389	-1.384	-	791	-50,8	2.326	-339	-
Resultado financeiro líquido	392	438	-0,105	441	-11,1	1.890	1.143	65,4
Provisão IR e CS	-149	-221	-0,326	39	-482,1	-169	296	-
Depreciação e amortizações	504	524	-0,038	478	5,4	1.892	2.092	-9,6
EBITDA Instrução CVM	1.136	-643	-276,7	1.749	-35,0	5.939	3.192	86,1

Fonte: Adaptada de Gerdau S.A., 2019.

Após a dedução dos Juros, da Depreciação e da Amortização, chega-se ao novo lucro denominado Resultado do Exercício Antes dos Impostos. Deduzidos os Tributos sobre Resultado, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, obtém-se novo lucro, denominado Resultado do Exercício após os Tributos.

Desse resultado, deduzem-se as participações de debenturistas, empregados, administradores, partes beneficiárias e fundos de assistência e previdência para, finalmente, chegar-se ao Lucro (ou Prejuízo) Líquido. Dessa maneira, o Lucro Líquido é o valor que fica à disposição dos acionistas e que será utilizado para realizar os cálculos dos diversos quocientes relativos à análise econômica, sob essa denominação.

9.2.3 Lucro e rentabilidade

Como foi visto, muitos conceitos de lucro poderão ser utilizados. Em resumo, é possível afirmar que lucro é o retorno obtido pela empresa e corresponde à diferença entre o valor gerado pelas receitas e os gastos incorridos para a realização das receitas.

Lucro Líquido é a expressão que determina o resultado final do período, ou seja, a parcela que fica à disposição dos acionistas (ou sócios) para ser retirada sob a forma de dividendos ou retida sob a forma de reservas. Já a rentabilidade é uma medida obtida pela divisão do Lucro Líquido pelo que se deseja medir. Por exemplo, se o objetivo é medir quanto os acionistas lucraram com seus investimentos, divide-se o Lucro Líquido pelo Patrimônio Líquido; se a finalidade é determinar o retorno dos investimentos realizados nos ativos, divide-se o Lucro Líquido pelo Ativo.

Os quocientes de rentabilidade são econômicos, por evidenciarem qual foi a rentabilidade dos capitais investidos, e devem ser expressos em valores percentuais, pois comparar lucros de diferentes empresas e afirmar que aquela que obteve maior lucro é a melhor pode não ser verdadeiro, como explica Iudícibus (2013, p. 105):

Afirmar que a General Motors teve lucro de, digamos, 5 bilhões de reais, em 20X6, e que a empresa Descamisados Ltda. teve lucro de duzentos mil reais, no mesmo período, pode impressionar no sentido de que todo mundo vai perceber que a General Motors é uma empresa muito grande e a outra muito pequena, e só; não refletirá, todavia, qual das duas deu maior retorno relativo.

Um bom exemplo é a análise de alguns dados extraídos das demonstrações financeiras do ano de 2017 fornecidos pela BM&FBOVESPA S.A. (2019), referentes a algumas empresas brasileiras, cujos valores da Receita Líquida, do Lucro Líquido e do EBITDA se encontram na Tabela 5.

Tabela 5 – Valores de Receita Líquida, Lucro Líquido e EBITDA de empresas brasileiras

Em R\$ milhões

Empresa	Receita Líquida	Lucro Líquido	EBITDA
Petrobrás	R\$ 283.695,00	R\$ 377,00	R\$ 82.684,00
JBS	R\$ 163.170,00	R\$ 1.025,50	R\$ 11.200,10
Vale	R\$ 108.532,00	R\$ 17.670,00	R\$ 46.191,20
Raisen	R\$ 86.261,20	R\$ 2.311,00	R\$ 6.340,90
Ultrapar	R\$ 80.007,40	R\$ 1.573,00	R\$ 4.059,70
Atacadão/Carrefour	R\$ 50.280,00	R\$ 1.713,00	R\$ 3.785,00
Cosan	R\$ 49.367,90	R\$ 1.315,30	R\$ 5.418,90
Braskem	R\$ 49.260,60	R\$ 4.133,30	R\$ 12.248,00
Ambev	R\$ 47.899,30	R\$ 7.850,50	R\$ 20.035,80
GPA	R\$ 44.634,00	R\$ 865,00	R\$ 2.402,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Com base nos dados da Tabela 5, o cálculo do Lucro Líquido sobre Vendas é demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6 – Lucro Líquido sobre Vendas de empresas brasileiras

Em R\$ milhões

Empresa	Receita Líquida	Lucro Líquido	Lucro
Petrobrás	R\$ 283.695,00	R\$ 377,00	0,13%
JBS	R\$ 163.170,00	R\$ 1.025,50	0,63%
Vale	R\$ 108.532,00	R\$ 17.670,00	16,28%
Raisen	R\$ 86.261,20	R\$ 2.311,00	2,68%
Ultrapar	R\$ 80.007,40	R\$ 1.573,00	1,97%
Atacadão/Carrefour	R\$ 50.280,00	R\$ 1.713,00	3,41%
Cosan	R\$ 49.367,90	R\$ 1.315,30	2,66%
Braskem	R\$ 49.260,60	R\$ 4.133,30	8,39%
Ambev	R\$ 47.899,30	R\$ 7.850,50	16,39%
GPA	R\$ 44.634,00	R\$ 865,00	1,94%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Constata-se que a Petrobrás apresenta a maior Receita Líquida, porém o Lucro Líquido sobre a Receita Líquida é o menor de todas as empresas listadas. A questão é: quais indicadores devem ser usados para realizar a análise das empresas? A resposta está adiante.

▶ Vídeo



9.3 Quocientes para a análise econômica da empresa

Os professores e a equipe da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – Fipecafi (2017), ao analisarem as empresas que compõem o *ranking* das melhores e maiores para a revista *Exame*, utilizam alguns critérios e uma atribuição de pontos, como se vê na Tabela 7 a seguir.

Tabela 7 – Ângulos de excelência e pontuação

Ângulos de excelência	Pontuação
Crescimento de vendas	10
Liderança de mercado	20
Liquidez Corrente	25
Rentabilidade do patrimônio	30
Riqueza criada por empregado	15

Fonte: FIPECAFI, 2017.

Além dessa pontuação, as empresas podem receber bônus, traduzidos em pontos, pelos programas de sustentabilidade e pelo quesito “as melhores empresas para você trabalhar”.

Esta seção trabalhará somente com indicadores das demonstrações financeiras, mas, ao realizar uma revisão de literatura, é possível constatar, em muitas obras, inúmeros quocientes utilizados para realizar a análise econômica. Os mais indicados, de acordo com Assaf Neto (2012), Iudícibus (2013), Gitman (2004), Marion (2010), Matarazzo (2010), Ross *et al.* (2015) e Penman (2013), são:

- giro do Ativo;
- rentabilidade do Ativo Total;
- rentabilidade do Patrimônio Líquido;
- margem das vendas;
- margem EBITDA;
- alavancagem financeira;
- taxa de crescimento do Lucro Líquido;
- Lucro por ação;
- valor patrimonial da ação.

A seguir, cada um desses indicadores será comentado de forma mais minuciosa.

Giro do ativo

O giro do Ativo evidencia a proporção existente entre o volume de vendas e os investimentos totais realizados pela empresa, ou seja, quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento no Ativo. Sua fórmula é a seguinte:

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

Alguns autores consideram a possibilidade de adotar outra fórmula para cálculo do giro do Ativo. Em vez de apropriar o Ativo Total, utiliza-se somente o Ativo Operacional, que é o que resta após a verificação da existência de ativos improdutivos ou que estão sendo subutilizados, que prejudicam o desempenho operacional da empresa devido ao aumento dos custos.

Em qualquer uma das fórmulas, o indicador representa a eficiência com que a empresa usa seu ativo para gerar vendas. Em tese, seria possível concluir que quanto maior valor de venda for realizado, mais eficientemente os ativos estão sendo utilizados, porém há que se considerar que, dependendo do ramo de atividade, uma empresa pode ganhar no giro, enquanto outra, em margem de lucro. Os setores supermercadista, farmacêutico, de pizzarias, entre outros, possuem poucos investimentos em ativo, porém grande giro de estoque. Já uma empresa que explora o setor de minerais possui elevado valor de investimentos, mas, como o giro é lento, deve ganhar na margem.

Todos os investimentos da empresa em Disponibilidades, Estoques, Imobilizados etc. denominam-se Ativo. A empresa, obviamente, deseja obter retorno dos investimentos realizados. O quociente que evidencia o potencial de geração de lucros por parte da empresa, considerando os valores investidos, denomina-se rentabilidade do Ativo, também conhecido na literatura como retorno sobre investimentos, rentabilidade dos investimentos, poder de ganho da empresa – chamado de ROI (*return on investment*) na literatura internacional. Esse quociente mede a eficiência global da administração apurando o retorno obtido em relação ao total de recursos aplicados, tanto próprios como de terceiros, e é obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Esse quociente mede a capacidade de a empresa gerar retorno, indicando quanto ela obtém de lucro para cada R\$ 1,00 de capital próprio. Na literatura internacional, denomina-se ROE (*return on equity*). Essa é a taxa de retorno dos acionistas e mede o desempenho do lucro em relação ao capital próprio, obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$$

Margem das Vendas

Esse quociente revela a rentabilidade da empresa em função de seu faturamento, ou quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 1,00 vendido. Denominado na literatura internacional de ROS (*return on sales*), é calculado aplicando-se a seguinte fórmula:

$$\text{ROS} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}}$$

Margem EBITDA

É a margem de Lucro Operacional. O EBITDA identifica a geração de Caixa antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, indicando se a empresa apresentou superávit ou déficit, se houve lucro ou prejuízo. Entretanto, é possível que uma empresa altamente endividada possa apresentar um bom EBITDA, porém lucro final negativo ou ruim. A margem do EBITDA é obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Margem EBITDA} = \frac{\text{EBITDA}}{\text{Receita Líquida}}$$

Alavancagem financeira

A alavancagem financeira⁵ ocorre quando os capitais de terceiros (passivos) produzem efeitos positivos sobre o Patrimônio Líquido. Na literatura existem inúmeras fórmulas para calcular o grau de alavancagem financeira (GAF), porém a que melhor conduz à sua interpretação é:

$$\text{GAF} = \frac{\text{Retorno sobre o Patrimônio Líquido}}{\text{Retorno sobre o Ativo}}$$

Taxa de crescimento do Lucro Líquido

A taxa de crescimento do Lucro Líquido é o percentual de lucro distribuído aos acionistas na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio. De acordo com Assaf Neto (2012, p. 215), é conhecida como índice de *pay out*, calculado com a seguinte fórmula:

$$\text{Pay out} = \frac{\text{Dividendos}}{\text{Lucro Líquido}}$$

Lucro por ação

O lucro por ação representa a parcela do Lucro Líquido que compete a cada ação da empresa e é obtido por meio da seguinte fórmula:

$$\text{LPA} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Número de ações}}$$

As empresas constituídas sob a forma de sociedade por ações devem apresentar esse indicador após o Lucro Líquido na Demonstração do Resultado do Exercício.

Valor patrimonial da ação

O valor nominal das ações, denominado valor de face, é o constante dos estatutos sociais. Se os estatutos não determinarem esse valor, basta dividir o capital social pela quantidade de ações para achar o valor nominal.

Parte dos lucros gerados nos diversos períodos fica retida na empresa sob a forma de reservas, resultando em aumentos do Patrimônio Líquido. O resultado é que o valor patrimonial é diferente do valor nominal e será determinado por meio desta fórmula:

5 Do inglês, *financial leverage*.

$$VPA = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Quantidade de ações}}$$

Utilizando as fórmulas apresentadas, serão calculados os quocientes econômicos da empresa fictícia Cia. Beta. Para realizar os cálculos desses quocientes, é necessário coletar dados da Demonstração do Resultado e do Balanço Patrimonial.

As Demonstrações do Resultado da Cia. Beta são apresentadas na Tabela 8.

Tabela 8 – Demonstrações do Resultado da Cia. Beta

Descritores	2017	2018
Receita Líquida de Vendas	R\$ 25.670,00	R\$ 30.705,00
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(R\$ 17.455,60)	(R\$ 20.879,40)
(=) Lucro Bruto Operacional	R\$ 8.214,40	R\$ 9.825,60
(-) Despesas Operacionais	(R\$ 5.450,00)	(R\$ 5.760,00)
Despesas com Vendas	R\$ 1.000,00	R\$ 1.080,00
Despesas Gerais e Administrativas	R\$ 1.870,00	R\$ 1.940,00
Despesas de Aluguel	R\$ 350,00	R\$ 350,00
Despesas de Depreciação	R\$ 2.230,00	R\$ 2.390,00
EBITDA	R\$ 2.764,40	R\$ 4.065,60
(-) Despesas Financeiras	(R\$ 910,00)	(R\$ 930,00)
Lucro antes dos Tributos sobre Resultado	R\$ 1.854,40	R\$ 3.135,60
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(R\$ 445,06)	(R\$ 752,54)
(=) Lucro Líquido do Exercício	R\$ 1.409,34	R\$ 2.383,06
Dividendos propostos	R\$ 1.268,41	R\$ 2.144,75
Quantidade de ações	7.800	7.878
Lucro por ação = LLE / Quantidade de ações	0,18	0,30
Dividendos por ação	0,16	0,27

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como se observa, na Tabela 8 são apresentados os valores das contas de resultado de dois períodos sucessivos: 2017 e 2018. Esse fato decorre de dois motivos: 1) A legislação determina que a empresa publique todas as demonstrações com o ano atual e o ano anterior, exceto para o ano de abertura da empresa; 2) Só é possível realizar a comparabilidade se houver, no mínimo, dois períodos para se comparar.

Os balanços patrimoniais da Cia. Beta são apresentados na Tabela 9, a seguir.

Tabela 9 – Balanços patrimoniais da Cia. Beta

Descritores	2017	2018
Ativo Circulante	R\$ 10.040,00	R\$ 12.230,00
Caixa	R\$ 2.880,00	R\$ 3.630,00

(Continua)

Descritores	2017	2018
Clientes	R\$ 4.160,00	R\$ 5.710,00
Estoques	R\$ 3.000,00	R\$ 2.890,00
Ativo não Circulante	R\$ 22.660,00	R\$ 23.740,00
Realizável a Longo Prazo	R\$ 960,00	R\$ 980,00
Imobilizado	R\$ 42.260,00	R\$ 45.710,00
(-) Depreciação	(R\$ 20.560,00)	(R\$ 22.950,00)
Total do Ativo	R\$ 32.700,00	R\$ 35.970,00
Passivo Circulante	R\$ 4.830,00	R\$ 6.200,00
Fornecedores	R\$ 2.700,00	R\$ 3.820,00
Impostos a Pagar	R\$ 990,00	R\$ 790,00
Financiamentos	R\$ 1.140,00	R\$ 1.590,00
Passivo não Circulante	R\$ 9.670,00	R\$ 10.230,00
Total dos Passivos	R\$ 14.500,00	R\$ 16.430,00
Patrimônio Líquido	R\$ 18.200,00	R\$ 19.540,00
Capital Social	R\$ 3.900,00	R\$ 3.910,00
Ágio na emissão das ações	R\$ 4.180,00	R\$ 4.280,00
Reservas de Lucros	R\$ 10.120,00	R\$ 11.350,00
Total do Passivo e PL	R\$ 32.700,00	R\$ 35.970,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

As observações relativas à Tabela 8 valem também para a Tabela 9. Esta, porém, trata das contas patrimoniais. Enquanto as contas de resultado são levadas à Demonstração do Resultado do Exercício, as patrimoniais são lançadas no Balanço Patrimonial. Para o cálculo dos diversos indicadores econômicos, são necessários dados das duas demonstrações.

Cálculo do giro do Ativo

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

O Ativo Total Médio é o resultado da divisão do somatório do total do Ativo de 2017 e de 2018 dividido por 2.

$$R\$ 30.705,00 / ((R\$ 32.700,00 + R\$ 35.970,00) / 2) = 0,894.$$

Significa que no ano de 2018 o Ativo girou 89,4%, ou seja, a Receita de Vendas de um ano quase atinge o valor de todos os investimentos realizados no Ativo Total.

Cálculo da rentabilidade do Ativo Total

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

O Ativo Total Médio é o resultado da divisão do somatório do total do Ativo de 2017 e de 2018 dividido por 2.

$$R\$ 2.383,06 / ((R\$ 32.700,00 + R\$ 35.970,00) / 2) = 0,0695.$$

Significa que no ano de 2018 a rentabilidade do Ativo Total foi de 6,95%.

A importância desse indicador pode ser percebida analisando o exemplo de uma pessoa que tem um imóvel para alugar. Imaginemos que esse imóvel valha R\$ 250.000,00, o aluguel mensal seja de R\$ 1.000,00 e o condomínio por conta do locatário. O proprietário do imóvel consegue uma rentabilidade mensal de 0,4% (R\$ 1.000,00 / R\$ 250.000,00).

Ocorre, porém, que o imóvel pode estar desocupado. Além de não receber o aluguel, o proprietário tem de pagar o condomínio, digamos no valor de R\$ 400,00 mensais. Nessa hipótese, sua rentabilidade será negativa (prejuízo) de 0,016%.

Cálculo da rentabilidade do Patrimônio Líquido

$$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$$

O Patrimônio Líquido médio é o resultado da divisão do somatório do PL de 2017 e de 2018 dividido por 2.

$$R\$ 2.383,06 / ((R\$ 18.200,00 + R\$ 19.540,00) / 2) = 0,126.$$

Significa que no ano de 2018 a rentabilidade do Patrimônio Líquido foi de 12,6%.

Esse dado é muito importante quando analisado pelo investidor, que é o “dono” do capital. O acionista vai comparar essa rentabilidade com as outras decorrentes de aplicações em outros instrumentos financeiros, como renda fixa, poupança etc.

Cálculo da margem das vendas

$$ROS = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}}$$

$$R\$ 2.383,06 / R\$ 30.705,00 = 0,0776.$$

Significa que no ano de 2018 a margem do lucro líquido sobre as vendas foi de 7,76%.

Sobre o custo de aquisição ou de produção, é adicionado um valor denominado de *markup* com o objetivo de que, deduzidos os custos, sobrem valores para o pagamento das diversas despesas, e, absorvidas estas, reste um lucro. O lucro apurado, quando dividido pela Receita de Vendas, vai indicar qual percentual das vendas ficará na empresa e, por ser lucro, qual percentual será distribuído aos acionistas.

Cálculo da margem EBITDA

$$EBITDA = \frac{\text{EBITDA}}{\text{Receita Líquida}}$$

$$R\$ 4.065,60 / R\$ 30.705,00 = 0,1324.$$

Significa que no ano de 2018 a margem do EBITDA sobre as vendas foi de 13,24%.

Enquanto o indicador de rentabilidade considera todos os custos incorridos na empresa, para o cálculo do EBITDA são excluídos os custos decorrentes da depreciação, da amortização e

dos juros sobre financiamentos. A fundamentação para essa exclusão é que se busca determinar o desempenho operacional da empresa.

Cálculo da alavancagem financeira

$$\text{GAF} = \frac{\text{Retorno sobre o Patrimônio Líquido}}{\text{Retorno sobre o Ativo}}$$

$$\text{GAF} = 12,6\% / 6,95\% = 1,81.$$

A alavancagem financeira diz respeito à estrutura de capital da empresa, que é originária dos sócios e de terceiros. Os compradores de ações (rentistas) exigem que a empresa lhes proporcione retorno dos investimentos que realizaram, e, muitas vezes, a exigência deles supera o custo do capital de terceiros. Se esse custo (juros) for menor que o retorno esperado pelos acionistas, ocorre a alavancagem financeira, e, então, a empresa deve procurar operar com capital de terceiros. Assim, a alavancagem financeira pode ser definida como a capacidade de os recursos de terceiros elevarem o resultado dos proprietários.

Quando o grau de alavancagem financeira for maior do que 1, indica que o endividamento tem um efeito de alavanca sobre o lucro, pois o grau de alavancagem é calculado pela taxa de retorno obtida com a utilização dos empréstimos. Assim, pode-se afirmar que quando o GAF é maior que 1, é interessante captar empréstimos.

Cálculo da taxa de crescimento do Lucro Líquido

Pay out é o percentual do lucro líquido que a empresa paga aos acionistas. Já os dividendos são o valor distribuído aos acionistas.

$$\text{Pay out} = \frac{\text{Dividendos}}{\text{Lucro Líquido}}$$

$$\text{R\$ } 2.144,75 / \text{R\$ } 2.383,06 = 0,90.$$

Significa que no ano de 2018 a Cia. Beta distribuiu 90% do lucro gerado no exercício.

Os acionistas investem em uma empresa buscando o retorno de seus investimentos, que se dá pelo recebimento de dividendos. Dos lucros gerados no período, parte será transferida para Reservas, e o restante, para pagamento de dividendos. No exemplo, somente 10% do lucro ficou retido como Reservas, enquanto 90% foi distribuído. Isso agrada ao acionista.

Cálculo do lucro por ação

$$\text{LPA} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Número de ações}}$$

$$\text{R\$ } 2.383,06 / 7.878 \text{ ações} = \text{R\$ } 0,302 \text{ por ação.}$$

Uma ação é a menor fração do Capital Social, ou seja, o capital social é dividido em ações. No exemplo, o Capital Social de 2018 (Tabela 9) é de R\$ 3.910,00, e existem 7.878 ações com valor unitário de R\$ 0,4963 (R\$ 3.910,00 / 7.878 ações). Verificado o Lucro de R\$ 2.383,06, este é dividido

pela quantidade de ações, e o resultado mostra que o investidor, para cada ação que possuir, terá um ganho de R\$ 0,302.

Cálculo de valor nominal das ações (VNA) e valor patrimonial das ações (VPA)

$$\text{VNA} = \frac{\text{Capital}}{\text{Quantidade de ações}}$$

$$\text{R\$ } 3.910,00 / 7.878 \text{ ações} = \text{R\$ } 0,4963 \text{ por ação.}$$

O valor nominal de uma ação é o valor de face e consta de cláusula estatutária. O estatuto dirá, por exemplo, que o capital social é composto de 7.878 ações a um valor nominal de R\$ 0,4963. Esse valor somente poderá ser alterado por decisão de uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) convocada especificamente para esse fim.

$$\text{VPA} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Quantidade de ações}}$$

$$\text{R\$ } 19.540,00 / 7.878 \text{ ações} = \text{R\$ } 2,48 \text{ por ação.}$$

Já o valor patrimonial da ação é o que representa, realmente, a riqueza da empresa. Como já foi elucidado, o valor nominal somente poderá ser alterado por AGE, porém, na exploração de suas atividades, a empresa gera lucros. Parte deles fica retida em contas de reservas incorporadas ao Patrimônio Líquido, que é o valor patrimonial da empresa. O PL referente ao ano de 2018 é de R\$ 19.540,00 e, dividido por 7.878, que é a quantidade de ações, resulta no valor patrimonial de cada ação, que é de R\$ 2,48.

Considerações finais

No início do século XX, começou uma evolução acentuada dos procedimentos de análise da situação econômica das empresas, e, a partir dos quocientes extraídos das demonstrações contábeis, muitos estudiosos estabeleceram relações estatísticas para definir a situação de solvência dessas entidades. Na aplicação dos modelos de Altman e Kanitz, que indicam a situação de solvência de uma empresa, foram inseridos não somente quocientes financeiros, como também econômicos.

A partir de 2007, o Brasil começou a adotar as normas internacionais de contabilidade e auditoria, e, como consequência, novas expressões foram traduzidas ou adaptadas pela literatura contábil brasileira, fato que se mantém até hoje.

Uma revisão da literatura leva à constatação da existência de inúmeros quocientes para realizar a análise econômica. Então, foram escolhidos aqueles quocientes indicados por renomados autores nacionais e internacionais e os utilizados pelos periódicos especializados em análise de empresas. Além da definição e da fórmula dos diversos indicadores, buscou-se dar exemplos objetivos e práticos para cada um deles, com o objetivo de melhor explicitá-los.

Ampliando seus conhecimentos

- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *et al. Manual de contabilidade societária*: Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Empresariais e Financeiras, FEA/USP. São Paulo: Atlas, 2010.

Sabe-se que tanto o lucro como o prejuízo resultam da receita auferida por uma entidade. A receita, como vimos, é conceituada e calculada de diversas formas definidas pela Lei n. 6.404/1976, pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Regulamento do Imposto de Renda. Por isso, para aprofundar os estudos acerca desse assunto, leia o Capítulo 28, item 28.1 e subitens, do *Manual de contabilidade societária*.

- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2014.

Neste capítulo, verificou-se a existência de diversas expressões utilizadas para identificar as contas, e, entre as destacadas, encontra-se o Lucro. É importante conceituar Lucro para fins de divulgação financeira, pois é uma medida que indica o desempenho econômico de uma entidade. Aprofunde seus conhecimentos estudando o Capítulo 10 do livro *Teoria da contabilidade*.

Atividades

1. A Cia. Ômega disponibilizou os seguintes dados e informações:

Descritores	Valores
Receita Líquida de Vendas	R\$ 21.500,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(R\$ 11.000,00)
(=) Lucro Bruto Operacional	R\$ 10.500,00
(-) Despesas Operacionais	(R\$ 5.000,00)
(=) Lucro Líquido Operacional	R\$ 5.500,00
(-) IR e CSLL	(R\$ 1.300,00)
(=) Lucro Líquido do Exercício	R\$ 4.200,00
Ativo Total	R\$ 30.000,00
Patrimônio Líquido	R\$ 16.000,00
Quantidade de Ações	8.000

Calcule:

- a) O valor patrimonial das ações.
- b) A margem das vendas.
- c) A rentabilidade do Ativo.

2. A Cia. Celta disponibilizou os seguintes dados e informações:

Lucro Líquido do Exercício	R\$ 200.000,00
Dividendos Propostos	R\$ 68.000,00
Quantidade de Ações	7.800
Patrimônio Líquido	R\$ 486.180,00
Capital Social	R\$ 350.000,00
Ágio na Emissão das Ações	R\$ 4.180,00
Reservas de Lucros	R\$ 132.000,00

Calcule:

- A rentabilidade do Patrimônio Líquido.
- O valor nominal da ação.
- A taxa de crescimento do Lucro Líquido.

3. A Cia. Beta apresenta os seguintes dados:

Lucro Líquido	R\$ 100.000,00
Ativo Total	R\$ 900.000,00
Patrimônio Líquido	R\$ 600.000,00

Calcule:

- O retorno sobre o Ativo.
- O retorno sobre o Patrimônio Líquido.
- A alavancagem financeira.

4. Relacione a primeira coluna com a segunda.

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| () Giro do Ativo | 1 Lucro Líquido / Ativo Total Médio |
| () Rentabilidade do PL | 2 Vendas / Ativo Total |
| () Rentabilidade do Ativo Total | 3 EBITDA / Receita Líquida |
| () Margem de Vendas | 4 Lucro Líquido / PL Médio |
| () Margem EBITDA | 5 Lucro Líquido / Vendas |

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BM&FBOVESPA S.A. *Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo*. Disponível em: <https://www.portalbrasil.net/bovespa.htm>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. Instrução normativa SRF n. 51, de 3 de novembro de 1978. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 nov. 1978. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=13879>. Acesso em: 13 ago. 2019.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução CFC n. 1.138, de 21 de novembro de 2008*. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res1010.htm>. Acesso em: 13 ago. 2019.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *CPC 00, de 11 de janeiro de 2008*. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/livro_CPC2.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

FIPECAFI. *Melhores e maiores*. 2017. Disponível em: <https://www.fipecafi.org/Fundacao/FundacaoMelhoresMaiores>. Acesso em: 13 ago. 2019.

GERDAU S.A. *Resultados trimestrais Gerdau S.A 4T18*. Disponível em: <https://ri.gerdau.com/ptb/8783/666643.12%20-%20Resultados%20Trimestrais%20GSA%20portugues.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. *Princípios de administração financeira*. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de Balanços*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

KANITZ, Stephen Charles. *Como prever falências*. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.

MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de Balanços: abordagem gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PENMAN, Stephen. *Análise das demonstrações financeiras e security valuation*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ROSS, Stephen A. *et al. Administração financeira: versão brasileira de Coporate finance*. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

SILVA, José Pereira da. *Gestão e análise de risco de crédito*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Modelos de análises

O objetivo do relatório de análise é demonstrar os procedimentos usados para avaliar uma empresa e, com base nessa avaliação, indicar aos investidores uma alternativa segura para aplicar seus investimentos, pois quem investe quer assumir certo risco, porém, em troca, quer um aumento em seu patrimônio ou sua riqueza pessoal.

Gestores financeiros são obrigados a rever e analisar periodicamente as demonstrações financeiras para identificar possíveis problemas e avaliar o progresso em direção às metas estabelecidas. A utilização da fórmula DuPont permite ao gestor decompor o retorno do capital próprio em rentabilidade das vendas, eficiência na utilização de ativos e uso de capitais de terceiros. Em consequência, essa fórmula é uma excelente ferramenta de diagnóstico e estabelecimento de metas para melhoria.

No mundo globalizado, a busca por resultado é uma constante, porém, além do resultado, é essencial se assegurar de que o capital investido em uma empresa apresente resultados maiores que em outras aplicações. Para se chegar a essa conclusão, utiliza-se o conceito de valor econômico agregado (VEA), que é uma medição de criação ou destruição de valores em um determinado período.

É possível avaliar uma empresa com a utilização de índices obtidos por meio dos dados contábeis. Essa análise pode ser realizada pela comparação dos dados obtidos ao longo de vários períodos contábeis ou dos índices de diversas empresas mediante a utilização de um índice-padrão. Para estabelecê-lo, é necessário recorrer à estatística, que conta hoje com diversos métodos e modelos para esse fim.



Vídeo



10.1 DuPont¹

As informações contábeis permitem mensurar o desempenho (visão retrospectiva) e realizar o planejamento estratégico (visão prospectiva de uma entidade e de seus gestores). Na opinião de Hendriksen e Van Breda (2014, p. 511), “é reconhecido que se devem divulgar informações a funcionários, clientes, órgãos de governo e ao público em geral”. Porém, para o controle e o planejamento da empresa, é indispensável que as informações conduzam à fixação de objetivos e metas a serem cumpridas pelos gestores. A “identidade DuPont”, assim definida por Ross *et al.* (2015, p. 61), é um instrumento que permite avaliar o passado e programar o futuro.

Surgido na década de 1920, o modelo de análise da rentabilidade da empresa DuPont decompunha a taxa de retorno em taxas de margem de lucro e giro dos negócios, chamado de análise do ROI (*return on investment* ou retorno sobre investimento), também conhecido como ROA (*return on assets* ou retorno do Ativo).

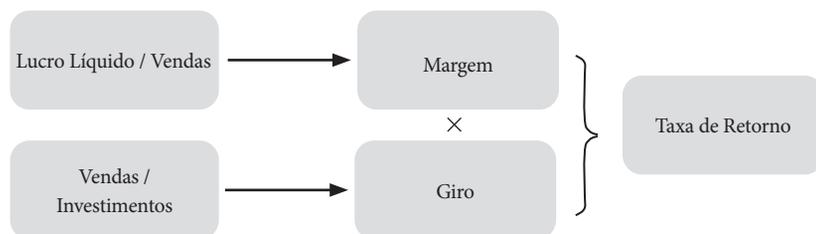
¹ DuPont Powder Company, empresa americana de explosivos fundada em 1903.

O modelo foi criado e implementado por F. Donaldson Brown, um engenheiro elétrico, na empresa DuPont e, posteriormente, na General Motors Corp., quando a DuPont adquiriu parte de suas ações (WESTON; BRIGHAM, 2000).

A utilização desse modelo tem como objetivo localizar e avaliar o desempenho das diversas divisões, dos diversos produtos da empresa e, em consequência, de seus gerentes. O modelo de análise, como pode ser visualizado na Figura 1, compreende:

- a divisão do lucro pelas vendas, obtendo-se a margem;
- a divisão das vendas pelos investimentos realizados, obtendo-se o giro do Ativo²;
- a multiplicação da margem pelo giro, obtendo-se o ROI.

Figura 1 – Retorno dos investimentos pela fórmula DuPont



Fonte: Elaborada pelo autor.

Dessa maneira, qualquer alteração que ocorrer nas contas de resultado ou nos investimentos provoca uma mudança da ROI. Essa análise é empregada por corporações que possuem muitas fábricas ou divisões. O gestor principal da empresa (CEO) que precisa analisar o desempenho de seus gerentes utiliza-se da ROI de cada uma das unidades administradas para avaliá-las e determinar a elaboração de planos para melhorar os resultados.

Tem-se aqui um bom exemplo: as demonstrações financeiras resumidas da Cia. Alfa são as constantes nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Balanço Patrimonial da Cia. Alfa

Balanço Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	R\$ 333,00	Passivo Circulante	R\$ 208,00
Caixa e Bancos	R\$ 12,00	Fornecedores	R\$ 132,00
Clientes	R\$ 227,00	Contas a Pagar	R\$ 76,00
Estoque	R\$ 94,00	Passivo não Circulante	R\$ 427,00
Ativo não Circulante	R\$ 411,00	Total do Passivo	R\$ 635,00
Investimentos	R\$ 12,00	Patrimônio Líquido	R\$ 109,00
Imobilizado	R\$ 380,00	Capital	R\$ 100,00
Intangível	R\$ 19,00	Reservas de Lucros	R\$ 9,00
Total Ativo	R\$ 744,00	Total do Passivo + PL	R\$ 744,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

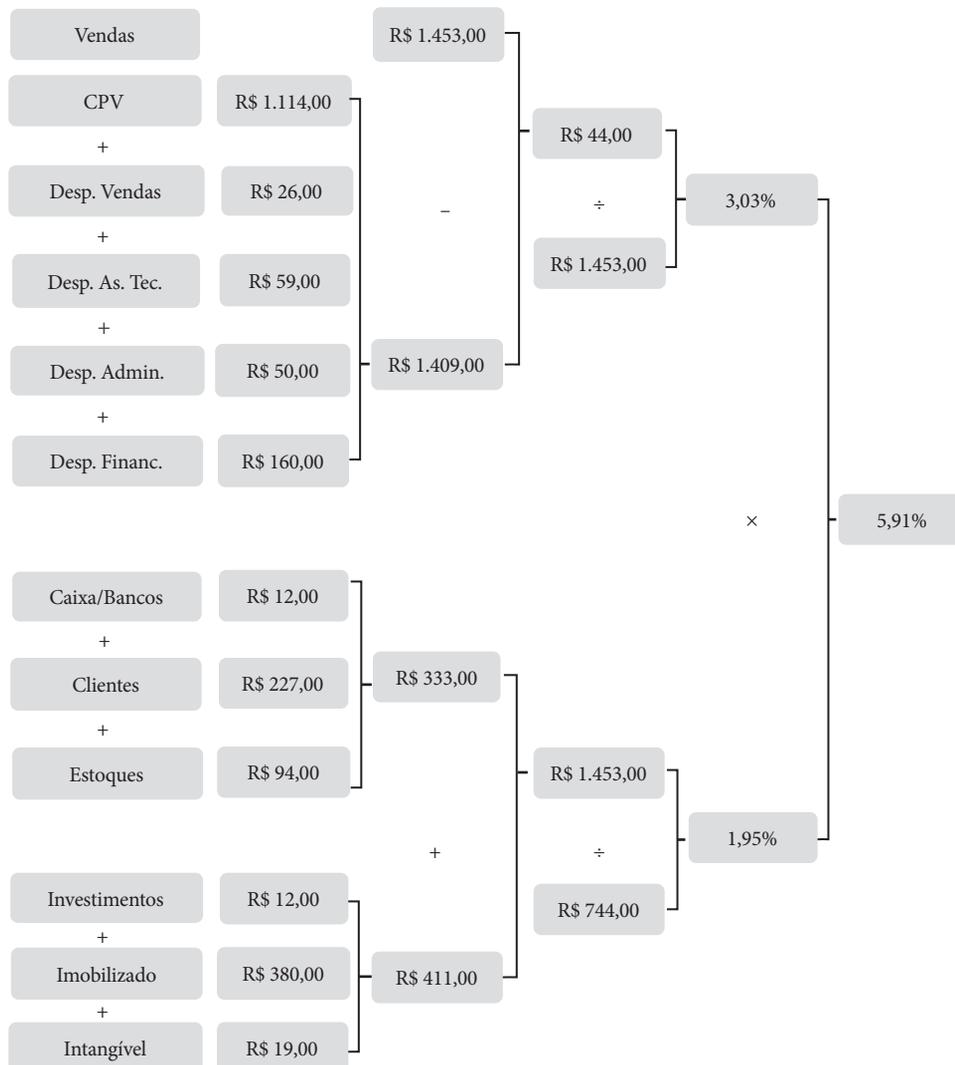
² Na linguagem financeira, a expressão *investimento* refere-se a todas as aplicações realizadas nos investimentos imobilizado e intangível.

Tabela 2 – Demonstração do Resultado da Cia. Alfa

Demonstração do Resultado	
Itens	Valores
Vendas	R\$ 1.453,00
(-) CPV	(R\$ 1.114,00)
(=) Lucro Bruto	R\$ 339,00
(-) Despesas com Vendas	(R\$ 26,00)
(-) Despesas com Assistência Técnica	(R\$ 59,00)
(-) Despesas Administrativas	(R\$ 50,00)
(=) EBITDA	R\$ 204,00
(-) Despesas Financeiras	(R\$ 160,00)
(=) Lucro antes IR	R\$ 44,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

O cálculo da taxa de retorno, de acordo com o modelo DuPont, encontra-se na Figura 2.

Figura 2 – Cálculo da taxa de retorno DuPont

Fonte: Elaborada pelo autor.

Partindo-se do pressuposto de que é possível melhorar, determinou-se ao gerente que elaborasse um plano de ação com a finalidade de aumentar a taxa de retorno para o próximo período.

Do plano elaborado, constam as seguintes estratégias:

- Melhorar quantitativa e qualitativamente as vendas com base em uma política mais agressiva de promoções e de comercialização, com previsão de aumento no volume de receitas em 0,5%.
- Aplicar um sistema de custo-padrão na área fabril objetivando o controle do custo por responsabilidade setorial e por item de custo, gerando uma redução de custo de produção de 1%.
- Aplicar um programa de redução de 1% das despesas de assistência técnica por meio de orçamentos setoriais, em todas as áreas.
- Dinamizar os setores de crédito, embarque e depósito para dar melhor suporte às vendas, reduzindo:
 - em 2 dias (de 30 dias para 28 dias) o prazo médio de recebimento das vendas;
 - em 1 dia (de 8 para 7 dias) o prazo médio de estocagem.
- Depurar os imobilizados ociosos que sobrecarregam as despesas de Depreciação, reduzindo o Ativo Imobilizado em 1%.
- Reduzir em 3% as Despesas Financeiras.

Os cálculos decorrentes da adoção das estratégias definidas são os seguintes:

- Receita Bruta de Vendas: $R\$ 1.453,00 + 0,5\% = R\$ 1.460,00$ (arredondado).
- Custo dos produtos vendidos: $R\$ 1.114,00 - 1\% = R\$ 1.103,00$ (arredondado).
- Despesas de Assistência Técnica: $R\$ 59,00 - 1\% = R\$ 58,00$ (arredondado).
- Prazo médio de recebimento de vendas: 2 dias de redução em 30 dias correspondem a uma diminuição de 6,67% ($2/30$). Com a redução do prazo de recebimento das vendas, a conta Clientes apresentará um valor menor. Assim, haverá uma diminuição de 6,67% da conta clientes, o que resulta em novo montante de R\$ 212,00 (arredondado).
- Prazo médio de estocagem: 1 dia de redução em 8 dias corresponde a uma diminuição de 12,5% ($1/8$). Com a redução do prazo de estocagem, a conta Estoques apresentará menor valor. Assim, haverá uma diminuição de 12,5% na conta Estoques, o que resulta em novo montante de R\$ 82,00 (arredondado).
- Imobilizado: $R\$ 380,00 - 1\% = R\$ 376,00$ (arredondado).
- Despesas Financeiras: $R\$ 160,00 - 3\% = R\$ 155,00$ (arredondado).

O novo cálculo da taxa de retorno encontra-se na Figura 3, a seguir.

Considerando os valores constantes das Tabelas 1 e 2, o retorno do Ativo, segundo a fórmula apresentada por Gitman (2004, p. 62), seria de:

$$\text{ROE} = \frac{\text{R\$ 44,00}}{\text{R\$ 744,00}} \times \frac{\text{R\$ 744,00}}{\text{R\$ 109,00}} \times \frac{\text{R\$ 44,00}}{\text{R\$ 109,00}} = 0,163 \text{ ou } 16,3\%$$

Conclui-se que o retorno do patrimônio líquido (ROE), que é o retorno para os proprietários da empresa, foi de 16,3% durante o período analisado.



10.2 Valor Econômico Adicionado (VEA)³

O valor econômico adicionado (VEA) é um indicador para avaliar com clareza se o capital empregado em um determinado negócio está sendo aplicado adequadamente.

Quando se realiza uma avaliação de um empreendimento, verifica-se, inicialmente, o montante de recursos que foram aplicados. O passo seguinte é determinar o custo dos capitais investidos, sejam próprios ou de terceiros, de forma a identificar a taxa de atratividade e a capacidade de geração de valor.

O custo total de capital equivale aos retornos exigidos pelos financiadores do empreendimento (credores e proprietários). O custo do capital é obtido ponderando valores, fontes e custos dos financiamentos.

$$\text{Custo médio ponderado do capital} = (W_1 \times K_1) + (W_2 \times K_e)$$

Onde⁴:

W_1 = Proporção de fundos de terceiros.

W_2 = Proporção de fundos próprios.

K_1 = Custo do capital de terceiros.

K_e = Custo do capital próprio.

O custo do capital de terceiros é obtido por meio da seguinte fórmula:

$$\text{Despesas Financeiras} / \text{Passivo de Financiamento}$$

Exemplificando, suponha os seguintes dados colhidos da contabilidade da Cia.

Delta:

Capital Próprio: R\$ 10.000,00.

Capital de Terceiros: R\$ 3.000,00.

Investimentos: R\$ 13.000,00.

Lucro Operacional: R\$ 2.000,00.

³ Em inglês, *economic value added* (EVA). Foi patenteado pela empresa de consultoria americana Stern Stewart & Company.

⁴ Em inglês, *weighted average cost of capital* (WACC).

Encargos financeiros incorridos no exercício: R\$ 280,00.

Taxa de atratividade para o capital próprio: Selic, fixada em 6,5%⁵.

O custo do capital de terceiros será: R\$ 280,00 / R\$ 3.000,00 = 9,34%.

A participação do capital de terceiros corresponde a 23,08% (R\$ 3.000,00 / R\$ 13.000,00).

A participação do capital próprio corresponde a 76,92% (R\$ 10.000,00 / R\$ 13.000,00).

O custo médio ponderado do capital é dado pelos seguintes cálculos:

$$\text{CMPC} = (9,34\% \times 0,2308) + (6,5\% \times 0,7692)$$

$$\text{CMPC} = 2,16\% + 5,124\% = 7,308\%$$

O custo médio ponderado do capital representa a menor remuneração a ser almejada pelos provedores de capital. Assim, para um financiamento total de R\$ 13.000,00 (credores e acionistas), a remuneração mínima exigida seria de R\$ 959,04 (R\$ 13.000,00 \times 7,308%).

Com base nesses dados, é possível calcular o valor econômico adicionado, da seguinte forma:

Lucro Operacional:	R\$ 2.000,00
(-) Remuneração mínima desejada:	(R\$ 950,04)
(=) Valor econômico adicionado:	R\$ 1.049,96

Alternativamente, pode ser usada a seguinte fórmula:

$$\text{VEA} = \text{Lucro Operacional} - (\text{Investimentos} \times \text{CMPC})$$

$$\text{VEA} = \text{R\$ 2.000,00} - (\text{R\$ 13.000,00} \times 7,308\%)$$

$$\text{VEA} = \text{R\$ 2.000,00} - \text{R\$ 950,04} = \text{R\$ 1.049,96}$$

Para apuração da remuneração esperada, Ross, Westerfield e Jordan (2000, p. 330) acrescentam ao custo do capital o coeficiente Beta (β) da empresa. Esse coeficiente, no modelo CMPC, indica o risco sistemático de determinado investimento.

Beta (β) é definido como o coeficiente angular ou inclinação de uma reta de regressão linear e mostra aderência de determinado Ativo às oscilações do mercado. O coeficiente Beta pode ser expresso pela seguinte fórmula:

$$\beta = \frac{\text{COV}_{(\text{RF}; \text{RM})}}{\text{var}_{\text{RM}}}$$

Onde:

$\text{COV}_{(\text{RF}; \text{RM})}$ = Covariância entre o ativo em análise e o mercado.

var_{RM} = Variância do mercado.

Para o cálculo do CMPC, Ross, Westerfield e Jordan (2000, p. 331) utilizam o coeficiente β para definir o risco sistemático das empresas, de acordo com a fórmula a seguir:

5 Sistema especial de liquidação e custódia (Selic), taxa em julho de 2019.

$$K_i = R_f + \beta_i(R_m - R_f)$$

Onde:

R_f = prêmio pago ao Ativo livre de risco (espera).

$R_m - R_f$ = prêmio por risco.

β = Medida do risco do Ativo em relação a uma carteira-padrão.

O Beta é calculado no período de 60 meses com relação ao índice Ibovespa, porém este não realiza cálculos. Por isso, existem entidades que, como base nos dados da Ibovespa, apresentam os mais diversos índices. Destaca-se a Economática, que é uma plataforma de análise de dados.

A Tabela 3 contém Betas de 60 períodos de algumas empresas que negociam suas ações na Ibovespa, partindo de forma retrospectiva de dezembro de 2018.

Tabela 3 – Coeficiente Beta de algumas empresas que operam na Ibovespa

Empresas	Classe de ações	β
Alpargatas	ON	0,51
Bombril	PN	1,02
Bradesco	PN	1,45
Brasil	ON	2,04
Brasmotor	PN	0,58
BRF Foods	ON	1,4
Cacique	PN	0,7
Cesp	PNA	0,9
Comgas	PNA	1,5

Fonte: Elaborada pelo autor.

É importante explicitar as abreviaturas relativas às classes de ações:

- ON – ações ordinárias, emitidas por companhias fechadas que não possuem, em decorrência, ações preferenciais (Lei n. 6.404/1976, art. 15).
- PN – as companhias abertas podem ter ações ordinárias, que dão ao seu titular direito a voto para preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos (Lei n. 6.404/1976, art. 16), e também ações preferenciais. Os portadores de ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital (Lei n. 6.404/1976, art. 17).
- PNA – as ações preferenciais nominativas, de categoria A, dão ao seu proprietário a preferência em caso de dissolução da sociedade.

Os investidores levam em consideração os riscos a que estão sujeitos em decorrência das suas aplicações e, por isso, utilizam o coeficiente β para análise tanto dos riscos como da vulnerabilidade da empresa em que investem.

Os investimentos que têm mais riscos e, em consequência, têm a possibilidade de serem mais rentáveis são aqueles aplicados em empresas com maior coeficiente β , pois ele é usado para medir o risco não diversificável, isto é, fatores de mercado que afetam todas as empresas, por exemplo, a inflação e os eventos internacionais, como guerra, terrorismo etc. Como os investimentos estão sujeitos às variações não controláveis, o risco será maior e, em consequência, exige-se um prêmio maior (SANTOS; FONTES, 2010).

Deve-se ter cuidado, contudo, ao decidir sobre investimento com base em β , pois, segundo Santos e Fontes (2010), ele não incorpora novas informações a respeito da empresa, como novas dívidas assumidas. Ele é apenas uma fotografia do passado comparada à carteira perfeitamente variada.

O Beta da carteira Ibovespa é sempre igual a 1, uma vez que ela é a base para o cálculo comparativo. Assim, o β do Ibovespa é o β médio de todos os títulos disponíveis (SANTOS; FONTES, 2010). Segundo Santos e Fontes (2010), é possível concluir que:

- quando β for igual a 1, ele representa o Ativo médio, e sua variação tende a acompanhar perfeitamente o mercado;
- quando β for menor que 1, mas positivo, ele representa um Ativo defensivo e retrata oscilações inferiores ao mercado e no mesmo sentido;
- quando β for maior que 1, ele representa um Ativo agressivo e demonstra que houve oscilações maiores do que o mercado e no mesmo sentido.

O investidor, no caso aquele que aplica seus recursos no mercado imobiliário (ações), busca o maior retorno possível dos investimentos que realizou. Essa busca, obviamente, depende das comparações entre as mais variadas modalidades de aplicações: certificado de depósito bancário, fundos de renda etc. Ao aplicar na compra de ações, ele precifica um percentual que é composto por uma taxa sem risco (Selic, por exemplo) mais uma taxa de pretensão de retorno calculada por seu *feeling* e, finalmente, o coeficiente β das empresas do setor em que deseja aplicar seus recursos.

▶ Vídeo



10.3 Índices-padrão e padrões de análise

A análise de uma empresa com base na análise de Balanços só é consistente e objetiva quando os índices são comparados com padrões. Matarazzo (2010, p. 95) diz que “o uso de índices-padrão é vital na análise de balanços. Não se pode conceber uma boa análise sem a comparação dos índices da empresa analisada com padrões”.

Para estabelecer os índices-padrão, é necessário utilizar os recursos da estatística. A mediana, por exemplo, é uma medida que consiste em “um conjunto ordenado de dados em dois grupos iguais; a metade terá valores inferiores à mediana, a outra metade terá valores superiores à mediana” (STEVESON, 1981, p. 21). Essa medida, porém, muitas vezes é insuficiente para comparações. Por isso, utilizam-se outras medidas estatísticas da mesma natureza da mediana, como quartis e percentis.

Os quartis dividem os dados em conjuntos ordenados em quatro partes iguais e são “medidas estreitamente relacionadas com a mediana” (STEVENSON, 1981, p. 22). Nos quartis, 25% dos elementos são inferiores ao primeiro quartil (Q_1), 50% (mediana) são inferiores ao segundo quartil (Q_2) e 75% dos elementos são inferiores ao terceiro quartil (Q_3). Os percentis, por sua vez, distribuem os dados em 100 subgrupos iguais. O mais utilizado é o decil, por meio do qual se dividem os dados em fatias, cada uma com 10% dos elementos.

A *Revista Exame* publica anualmente os dados das 500 maiores empresas de acordo com o valor do faturamento informado. Para elucidação das medidas apresentadas por essas 500 empresas, foram selecionadas as 40 empresas do setor de energia que apresentaram maior faturamento. No exemplo a seguir, dessas 40 empresas foi extraído o quociente de liquidez geral, que é apresentado em ordem crescente:

0,27 – 0,36 – 0,40 – 0,45 – 0,46 – 0,53 – 0,55 – 0,56 – 0,59 – 0,64 – 0,67 – 0,68 – 0,69 – 0,69
 – 0,69 – 0,69 – 0,70 – 0,71 – 0,71 – 0,71 – 0,72 – 0,73 – 0,74 – 0,77 – 0,78 – 0,80 – 0,83 –
 0,84 – 0,85 – 0,89 – 0,90 – 0,96 – 1,05 – 1,07 – 1,22 – 1,28 – 1,43 – 1,75 – 1,75 – 1,76

Os índices estão em ordem crescente, porém, de início, eles vêm embaralhados. Por isso, é necessário classificá-los para a realização dos cálculos que serão apresentados a seguir.

Cálculo da mediana

Se o conjunto tiver um número ímpar de elementos, localiza-se aquele que está no meio, e esse número será a mediana. Se o conjunto tiver um número par de elementos, localizam-se os dois centrais, e a mediana será a média aritmética obtida entre eles. No exemplo, em decorrência de o número dos elementos serem pares, os dois elementos centrais são os números 0,71 e 0,72, resultando uma média aritmética igual a 0,715, que é a mediana.

Cálculo dos quartis

O 1º quartil é o valor que deixa 25% dos elementos do conjunto abaixo e 75% acima de si.

No exemplo, são considerados 40 elementos. A quantidade de elementos em cada quartil será determinada pela divisão de 40 por 4. Assim, cada quartil será composto de 10 elementos. O 1º quartil representa os elementos que estão abaixo da média aritmética do 10º e do 11º elementos, ou seja: 0,655.

O 2º quartil representa os elementos que estão abaixo da média aritmética do 20º e do 21º elementos, ou seja: 0,715.

O 3º quartil representa os elementos que estão abaixo da média aritmética do 30º e do 31º elementos, ou seja: 0,895.

O 4º quartil representa os elementos que estão acima do elemento 0,895.

Cálculo dos decis

O 1º decil é o valor que deixa 10% dos elementos do conjunto abaixo e 90% acima de si.

No exemplo, existem 40 elementos. Logo, o 1º decil deixa 4 elementos abaixo e 36 acima de si.

O 1º decil é obtido pela média aritmética dos valores do 4º e do 5º elementos:

$$\frac{0,45 + 0,46}{2} = 0,455$$

Os demais decis são os seguintes:

2º decil = 0,575 (média aritmética entre 0,56 e 0,59);

3º decil = 0,685 (média aritmética entre 0,68 e 0,69);

4º decil = 0,695 (média aritmética entre 0,69 e 0,70);

5º decil = 0,715 (média aritmética entre 0,71 e 0,72);

6º decil = 0,775 (média aritmética entre 0,77 e 0,78);

7º decil = 0,845 (média aritmética entre 0,84 e 0,85);

8º decil = 1,005 (média aritmética entre 0,96 e 1,05);

9º decil = 1,355 (média aritmética entre 1,28 e 1,43).

De acordo com Assaf Neto (2010, p. 250), “índices-padrão revelam os indicadores médios representativos de um grande número de empresas”. No Brasil, somente as sociedades anônimas e as empresas que exercem atividades sujeitas ao controle de agências reguladoras são obrigadas a publicar e divulgar suas informações contábeis, fato que pode ocasionar uma assimetria ou ausência absoluta de informações. Como um exemplo de assimetria, e até de ausência de dados, pode-se citar a indústria automotiva brasileira, composta de empresas como Renault, Audi/VW etc., que são constituídas sob a forma de sociedades por quotas de responsabilidade Ltda. e se limitam a publicar o menor número possível de dados e informações.

Por isso, não é possível fixar padrões em alguns dos setores da economia, pois muitas empresas não divulgam suas demonstrações financeiras, e, sem isso, é impossível analisá-las, porque, no dizer de Marion (2005, p. 15), “só temos condições de conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa por meio dos três pontos fundamentais de análise: liquidez (situação financeira), rentabilidade (situação econômica) e endividamento (estrutura de capital)”. Por outro lado, de acordo com Matarazzo (2010, p. 96), “o importante não é o cálculo de grande número de índices, mas de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa segundo o grau de profundidade desejada da análise”.

Realizando uma revisão da literatura a respeito, constata-se que diversos autores utilizam a metodologia de pontuar as empresas por meio de notas, destacando-se Matarazzo, Iudícibus e Marion.

Matarazzo (2010) utiliza os seguintes índices e pesos correspondentes:

Tabela 4 – Ponderação dos pesos dos indicadores

Grupo	Peso
Estrutura de capitais	0,4
Liquidez	0,2
Rentabilidade	0,4

Fonte: Adaptada de Matarazzo, 2010, p. 166.

Os índices que compõem os grupos, por sua vez, também possuem diversos pesos. São eles:

Tabela 5 – Ponderação dos pesos de indicadores da estrutura de capital

Grupo de estrutura de capitais		
Índice	Fórmula	Peso dentro do grupo
Participação de Capitais de Terceiros	CT / PL	0,6
Composição do Endividamento	PC / CT	0,1
Imobilização do Patrimônio Líquido	ANC / PL	0,2
Imobilização dos Recursos não Correntes	ANC / (PL + PNC)	0,1

Fonte: Adaptada de Matarazzo, 2010.

Tabela 6 – Ponderação dos pesos de indicadores de liquidez

Grupo de liquidez		
Índice	Fórmula	Peso dentro do grupo
Liquidez Geral	(AC + RLP) / Cap. terc.	0,3
Liquidez Corrente	AC / PC	0,5
Liquidez Seca	(AC – Est.) / PC	0,2

Fonte: Adaptada de Matarazzo, 2010.

Tabela 7 – Ponderação dos pesos de indicadores de rentabilidade

Grupo de rentabilidade		
Índice	Fórmula	Peso dentro do grupo
Giro do Ativo	V / AT	0,2
Margem Líquida	LLE / V	0,1
Rentabilidade do Ativo	LLE / AT	0,1
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	LLE / PL	0,6

Fonte: Adaptada de Matarazzo, 2010.

Com base nesses pesos, Matarazzo (2010) elaborou a seguinte fórmula:

$$NGE = 0,4 NE + 0,2 NL + 0,4 NR$$

Onde:

NGE = nota geral da empresa.

NE = nota da estrutura.

NL = nota da liquidez.

NR = nota da rentabilidade.

Para pontuar a empresa, Matarazzo (2010) montou as planilhas apresentadas nas Tabelas 8 e 9, a seguir.

Tabela 8 – Modelo de avaliação de índices financeiros

Exercício	2018				
	Índice	Peso	Valor	Nota	Peso × Nota
CT / PL					
PC / CT					
ANC / PL					
ANC / (PL + PNC)					
Nota da estrutura de capitais					
Liquidez geral					
Liquidez corrente					
Liquidez seca					
Nota de liquidez					
V / AT					
LLE / V					
LLE / AT					
LLE / PL					
Nota da rentabilidade					

Fonte: Adaptada de Matarazzo, 2010, p. 178-181.

Tabela 9 – Avaliação das categorias de índices financeiros

Categorias de índices	Peso	Nota	Peso × Nota
Estrutura de capitais			
Liquidez			
Rentabilidade			
Nota geral			

Fonte: Adaptada de Matarazzo, 2010.

Já a metodologia apresentada por Iudícibus e Marion (1982) utiliza os seguintes índices e pesos correspondentes, como demonstra a Tabela 10.

Tabela 10 – Ponderação dos indicadores de liquidez, rentabilidade e estrutura de capitais

Grupo	Peso
Liquidez	0,3
Rentabilidade	0,4
Estrutura de capitais	0,3

Fonte: Adaptada de Iudícibus; Marion, 1982.

Os índices que compõem os grupos, por sua vez, também possuem diversos pesos.

Tabela 11 – Ponderação dos indicadores dentro do grupo de liquidez

Grupo de liquidez		
Índice	Fórmula	Peso dentro do grupo
Liquidez comum	AC / PC	0,4
Liquidez seca	$(AC - Est) / PC$	0,3
Liquidez geral	$(AC + RLP) / Cap. \text{terc.}$	0,2
Liquidez imediata	Disponib. / PC	0,1

Fonte: Adaptada de Iudícibus; Marion, 1982.

Tabela 12 – Ponderação dos indicadores dentro do grupo de rentabilidade

Grupo de rentabilidade		
Índice	Fórmula	Peso dentro do grupo
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	LLE / PL	0,6
Rentabilidade do Ativo	LLE / AT	0,4

Fonte: Adaptada de Iudícibus; Marion, 1982.

Tabela 13 – Ponderação dos indicadores dentro do grupo de endividamento

Grupo de estrutura de capitais ou endividamento		
Índice	Fórmula	Peso dentro do grupo
Participação de Capitais de Terceiros	CT / PL	0,5
Composição do Endividamento	$CT / Recursos \text{Totais}$	0,5

Fonte: Adaptada de Iudícibus; Marion, 1982.

Antes de pontuar os diversos índices, alguns autores procuram estabelecer um conceito que traduza a *performance* da empresa no aspecto a ser analisado, e a denominação desse conceito varia. No que tange à metodologia ora apresentada, Iudícibus e Marion estabeleceram quatro conceitos para as quatro faixas que a compõem (Tabela 14).

Tabela 14 – Faixas de notas a serem atribuídas

Deficiente	até 2,5
Regular	de 2,6 a 5,0
Bom	de 5,1 a 7,5
Ótimo	de 7,6 até 10

Fonte: Adaptada de Iudícibus; Marion, 1982.

Há autores que trabalham com a mediana, com a média ou com decis. Iudícibus e Marion (1982), em sua metodologia, utilizam as medidas estatísticas quartis e oitavos para definir os conceitos.

Para eles, os conceitos deficiente, regular, bom e ótimo são atribuídos com esta visão:

O 1º oitavo será o valor que deixar 1/8 dos valores, ou 12,5% das ocorrências, abaixo de si.

O 1º quartil será o valor que deixar 1/4 dos valores, ou 25% das ocorrências, abaixo de si.

O 3º quartil será o valor que deixar 3/4 dos valores, ou 75% das ocorrências, abaixo de si.

O 7º oitavo será o valor que deixar 7/8 dos valores, ou 87,50% das ocorrências, abaixo de si.

A Tabela 15, a seguir, mostra esses percentuais.

Tabela 15 – Representação dos quartis e oitavos

Descritor	Abaixo	Acima
1º Oitavo	12,50%	87,50%
1º Quartil	25%	75%
3º Quartil	75%	25%
7º Oitavo	87,50%	12,50%

Fonte: Adaptada de Iudícibus; Marion, 1982.

Para caracterizar a empresa, Iudícibus e Marion montaram a planilha apresentada na Tabela 16.

Tabela 16 – Conceituação dos índices

Discriminação	Peso	Exercício de 2018			
		Conceito	Nota	Pontos	Total
Comum	0,4				
Seca	0,3				
Geral	0,2				
Imediata	0,1				
Liquidez	0,3				
LL / PL	0,6				
LL / AT	0,4				
Rentabilidade	0,4				
CT / Rec. Próprios	0,5				
CT / Recursos Totais	0,5				
Endividamento	0,3				

Fonte: Adaptada de Iudícibus; Marion, 1982, p. 153.

Como se constata na Tabela 16, os indicadores foram distribuídos em três campos: Liquidez, Rentabilidade e Endividamento. Cada um deles, isoladamente, recebeu um peso, e, da mesma maneira, cada grupo de índices recebeu também um peso.

Para realizar os cálculos referentes às fórmulas descritas na Tabela 16, são utilizadas as informações e os dados da Tabela 17. Assim, tem-se os valores para calcular todos os indicadores requeridos para a conceituação dos índices.

Tabela 17 – Balanço Patrimonial da Cia. Ômega de 31/12/2018

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	R\$ 7.924,00	Passivo Circulante	R\$ 4.700,00
Caixa	R\$ 250,00	Fornecedores	R\$ 2.400,00
Clientes	R\$ 4.200,00	Empréstimos bancários	R\$ 2.300,00
(-) Prov. dev. duvidosos	(R\$ 26,00)	Passivo não Circulante	R\$ 1.850,00
Estoques	R\$ 3.600,00	Empréstimos bancários	R\$ 1.850,00
Ativo não Circulante	R\$ 4.576,00	Patrimônio Líquido	R\$ 5.950,00
Clientes de longo prazo	R\$ 1.076,00	Capital	R\$ 4.000,00
Imobilizado	R\$ 5.000,00	Reservas	R\$ 468,00
(-) Depreciação Acumulada	(R\$ 500,00)	Lucros Acumulados	R\$ 1.482,00
Ativo Total	R\$ 12.500,00	Passivo + PL Totais	R\$ 12.500,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 18 – Demonstração do Resultado do Exercício da Cia. Ômega de 2018

Descrição	Valor
Receita Bruta de Vendas	R\$ 21.960,00
(-) Tributos	(R\$ 3.960,00)
(=) Receita Líquida de Vendas	R\$ 18.000,00
(-) CPV	(R\$ 12.000,00)
(=) Lucro Bruto Operacional	R\$ 6.000,00
(-) Despesas	(R\$ 3.920,00)
(=) Lucro Líquido Operacional	R\$ 2.080,00
(-) Impostos provisionados	(R\$ 730,00)
(=) Lucro Líquido do Exercício	R\$ 1.350,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

A análise discriminante, realizada em empresas do mesmo setor ao qual pertence a Cia. Ômega (dados hipotéticos, para fins didáticos), indicou os quocientes nos respectivos oitavos e quartis, de acordo com a Tabela 19.

Tabela 19 – Quocientes e respectivos oitavos e quartis

Quociente/Conceito	1º Oitavil	1º Quartil	3º Quartil	7º Oitavil
	Deficiente	Regular	Bom	Ótimo
Liquidez comum	< 1,14	1,3	1,6	> 1,61
Liquidez seca	< 0,32	0,4	0,60	> 0,61
Liquidez geral	< 0,74	1	1,1	> 1,11
Liquidez imediata	< 0,02	0,03	0,055	> 0,0551
Retorno capital	< 0,08	0,15	0,19	> 0,1901
Retorno investimentos	< 0,02	0,09	0,13	> 0,1301
Capital de Terceiros	> 1,12	0,9	0,5	< 0,501
Endividamento	> 0,83	0,74	0,59	< 0,58

Fonte: Adaptada de Iudicibus; Marion, 1982.

O primeiro passo é calcular os quocientes que compõem o modelo, como se pode notar na tabela a seguir.

Tabela 20 – Cálculo dos quocientes

Liquidez comum	$R\$ 7.924,00 / R\$ 4.700,00$	1,680
Liquidez seca	$(R\$ 7.924,00 - R\$ 3.600,00) / R\$ 4.700,00$	0,92
Liquidez geral	$(R\$ 7.924,00 + R\$ 1.076,00) / (R\$ 4.700,00 + R\$ 1.850,00)$	1,37
Liquidez imediata	$R\$ 250,00 / R\$ 4.700,00$	0,053
Retorno do capital	$R\$ 1.350,00 / R\$ 5.950,00$	0,23
Retorno dos investimentos	$R\$ 1.350,00 / R\$ 12.500,00$	0,11
Capital de Terceiros	$(R\$ 4.700,00 + R\$ 1.850,00) / R\$ 5.950,00$	1,1
Endividamento	$(R\$ 4.700,00 + R\$ 1.850,00) / R\$ 12.500,00$	0,52

Fonte: Elaborada pelo autor.

O segundo passo é confrontar os quocientes obtidos com os quocientes da Tabela 21, verificar em que coluna se enquadram e atribuir o conceito proposto.

Tabela 21 – Comparação entre os quocientes da empresa com os das empresas em geral

Liquidez comum	1,680	7º oitavil	Ótimo
Liquidez seca	0,92	7º oitavil	Ótimo
Liquidez geral	1,37	7º oitavil	Ótimo
Liquidez imediata	0,053	3º quartil	Bom
Retorno do capital	0,23	7º oitavil	Ótimo
Retorno dos investimentos	0,11	3º quartil	Bom
Capital de terceiros	1,1	1º quartil	Regular
Endividamento	0,52	7º oitavil	Ótimo

Fonte: Elaborada pelo autor.

O terceiro passo é, a partir do conceito atribuído, apropriar uma nota de acordo com as faixas definidas pela metodologia, que estabelece os conceitos *deficiente*, *regular*, *bom* e *ótimo*. O apontamento e atribuição de notas e a definição da proximidade do índice-padrão tem um caráter subjetivo, pois é o analista que os concede, obedecendo, tão somente, às faixas.

Por isso, para o estabelecimento dos conceitos e das notas, como são diversos os analistas que aplicam a metodologia, utiliza-se a média de notas apontadas e discute-se o distanciamento do índice-padrão entre elas.

Tabela 22 – Comparação dos índices da empresa com o índice-padrão

Liquidez comum	1,680	Ótimo	9,2	Próximo do padrão
Liquidez seca	0,92	Ótimo	9,8	Muito acima do padrão
Liquidez geral	1,37	Ótimo	9,8	Muito acima do padrão
Liquidez imediata	0,053	Bom	7,4	Próximo do padrão
Retorno do capital	0,23	Ótimo	9,2	Próximo do padrão
Retorno dos investimentos	0,11	Bom	5,1	Próximo do padrão
Capital de terceiros	1,1	Regular	2,6	Próximo do padrão
Endividamento	0,52	Ótimo	9,2	Próximo do padrão

Fonte: Elaborada pelo autor.

O quarto passo é transferir as notas atribuídas e ponderá-las de acordo com o modelo proposto.

Tabela 23 – Ponderação dos índices

Índices e Peso/Anos		2018		
Discriminação	Peso	Nota	Pontos	Total
Liquidez comum	0,4	9,2	3,68	xx
Liquidez seca	0,3	9,8	2,94	xx
Liquidez geral	0,2	9,8	1,96	xx
Liquidez imediata	0,1	7,4	0,74	xx
Solvência	0,3	xx	9,32	2,796
Retorno do capital	0,6	9,2	5,52	xx
Retorno do investimento	0,4	5,1	2,04	xx
Rentabilidade	0,4	xx	7,56	3,024
Capital de terceiros	0,5	2,6	1,30	xx
Endividamento	0,5	9,2	4,60	xx
Estrutura patrimonial	0,3	xx	5,90	1,770
Nota final	xx	xx	xx	7,590

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como foi verificado, os diversos autores, com base nas atividades práticas realizadas em suas pesquisas, elaboraram fórmulas direcionadas a promover a análise das empresas, tendo como ponto convergente o estabelecimento de índices-padrão.

Considerações finais

A gestão financeira tem como objetivo mostrar com exatidão se os gestores estão criando ou destruindo a riqueza dos acionistas e, para isso, utiliza modelos e métodos pertinentes à análise das demonstrações financeiras. Essa análise é realizada comparando os resultados da própria empresa e, principalmente, mediante comparações com resultados de outras empresas, pois a avaliação que classifica os índices como ótimo, bom, satisfatório etc. supõe a existência de uma relação com outros elementos que viabilizem a construção de indicadores-padrão apurados setorialmente.

No Brasil, porém, nem todas as empresas fornecem os dados para o estabelecimento de índices-padrão, o que resulta em dificuldades para cálculos mais confiáveis, tendo em vista a ausência de informações sobre os concorrentes disponíveis no mercado. Mesmo assim, diversos estudiosos e autores têm elaborado métodos que propiciam análise econômico-financeira das empresas e permitem dotar os gestores de elementos para a tomada de decisões.

Ampliando seus conhecimentos

- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Uma empresa só tem valor se for capaz de produzir lucro econômico, assim entendido um resultado que remunere o acionista levando em consideração o custo de oportunidade. Para aumentar seu conhecimento acerca do retorno que os acionistas esperam dos investimentos que realizaram, estude o Capítulo 14 do livro *Análise de balanços*.

- MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de Balanços: abordagem gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Todas as empresas necessitam de recursos para poder realizar os investimentos necessários ao empreendimento. Os financiamentos originários de terceiros têm remuneração com base nos juros incorridos ou pagos. Já o financiamento obtido com os acionistas tem que remunerar o aplicador por meio do retorno dos investimentos. Essa remuneração é calculada a partir de uma taxa denominada de taxa de retorno, decomposta em taxa de giro e taxa de margem, como visto na fórmula DuPont. Para aprofundar seu conhecimento sobre o desdobro da taxa de retorno, estude o Capítulo 12 do livro de Dante Matarazzo.

Atividades

1. Os seguintes dados foram retirados das demonstrações financeiras da Cia. Alfa:

Lucro Líquido: R\$ 2.300,00.

Vendas: R\$ 90.000,00.

Investimentos: R\$ 100.000,00.

Determine a taxa de retorno de acordo com a fórmula DuPont.

2. Os seguintes dados foram colhidos da contabilidade da Cia. Beta:

Capital próprio: R\$ 15.000,00.

Capital de Terceiros: R\$ 5.000,00.

Investimentos: R\$ 20.000,00.

Lucro Operacional: R\$ 3.000,00.

Encargos Financeiros Incorridos no Exercício: R\$ 480,00.

Taxa de atratividade para o capital próprio: Selic, fixada em 11,25%.

Calcule:

- a) O custo do Capital de Terceiros.
- b) A participação do Capital de Terceiros.
- c) A participação do Capital Próprio.
- d) O custo médio ponderado do capital.

3. As empresas do setor farmacêutico apresentaram os seguintes índices de liquidez imediata:

0,46 – 0,53 – 0,55 – 0,56 – 0,59 – 0,64 – 0,67 – 0,68 – 0,69 – 0,69 –
 0,69 – 0,69 – 0,70 – 0,71 – 0,71 – 0,71 – 0,72 – 0,73 – 0,74 – 0,77
 – 0,78 – 0,80 – 0,83 – 0,84 – 0,85 – 0,89 – 0,90 – 0,96

Calcule os elementos que compõem cada quartil para definição do índice-padrão.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. *Princípios de Administração Financeira*. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. *Análise de balanços: livro de exercícios*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. São Paulo: Atlas, 2005.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. *Princípios de Administração Financeira*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ROSS, Stephen A. *et al. Administração Financeira: versão brasileira de Coporate finance*. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

SANTOS, José Odálio; FONTES, Ricardo José Silva. Análise da Relação entre o Coeficiente Beta, o Índice de Alavancagem D/E e a Taxa de Retorno de Ações Ordinárias de uma Amostra de Empresas listadas no Ibovespa. *Contabilidade vista & revista*, v. 22, n. 4, p. 173-197, out./dez, 2011. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/950>. Acesso em: 14 ago. 2019.

STEVENSON, William J. *Estatística aplicada à administração*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

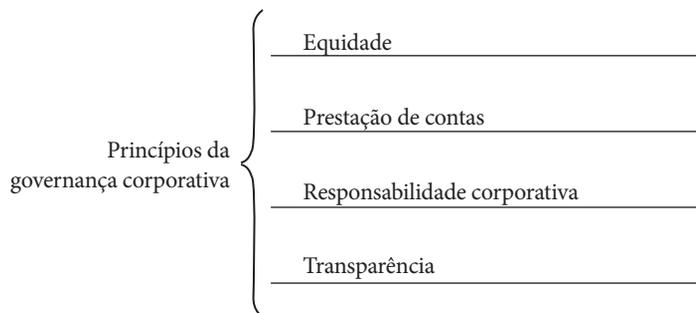
WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. *Fundamentos de Administração Financeira*. 10. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000.

Gabarito

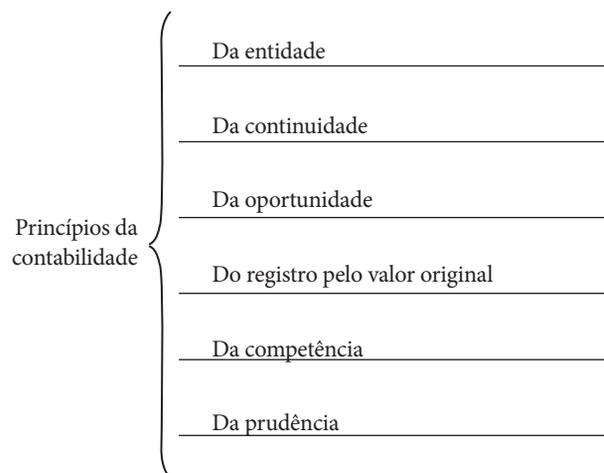
1 Contabilidade na administração das empresas

1. A provisão para créditos de liquidação duvidosa constitui exemplo da aplicação do princípio da prudência, pois sua constituição determina o ajuste, para menos, de valor decorrente de transações com o exterior, das duplicatas ou de contas a receber. A escolha não está no reconhecimento ou não da provisão, indispensável sempre que houver risco de não recebimento de alguma parcela, mas, sim, no cálculo do seu montante.
2. O princípio do registro pelo valor original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. Esse princípio iguala e agrega diferentes itens suscetíveis de avaliação monetária em um denominador monetário comum, o R\$.

3.



4.



2 Formação do patrimônio das empresas

1.

Origens e aplicações	Aplicados		Obtidos	
	Bem	Direito	Recursos próprios	Recursos de terceiros
Caixa	X			
Capital social			X	
Veículos	X			
Máquinas	X			
Terrenos	X			
Duplicatas a receber		X		
Duplicatas a pagar				X
Salários a pagar				X
Reservas de lucros			X	
Construção civil	X			
Impostos a pagar				X
Estoque de matéria-prima	X			
Cheques a receber		X		
Dividendos a pagar				X
Financiamentos bancários				X

2.

- | | |
|----------------------|--------------------------|
| 1 – Direitos | (4) Duplicatas a Pagar |
| 2 – Bens tangíveis | (3) Marcas patentes |
| 3 – Bens intangíveis | (1) Clientes |
| 4 – Passivo | (2) Veículos |
| 5 – Capital Social | (5) Patrimônio Líquido |

3.

- (F) Elementos positivos são as obrigações.
- (F) Elementos positivos são os bens e as obrigações.
- (V) Elementos positivos são os bens e os direitos.
- (V) O Passivo é composto por elementos negativos.
- (V) O Ativo e o Passivo compõem o patrimônio da empresa.

4.

Ativo	Passivo
Bens e Direitos:	Obrigações:
Caixa	Duplicatas a Pagar
Veículos	Impostos a Pagar
Instalações	Luz e Água a Pagar
Duplicatas a Receber	Salários a Pagar
Móveis e Utensílios	
Estoque de Produtos	

3 Balanço Patrimonial

1.

Terrenos	A
Automóvel	A
Capital Social	PL
Depreciação Acumulada	A (-)
Impostos a Pagar	P
Reservas de Capital	PL
Caixa e Bancos	A
Prejuízos Acumulados	PL (-)
Contas a Receber	A
Provisão para Devedores Duvidosos	A (-)
Salários a Pagar	P
Reservas de Lucros	PL

2.

Contas	PL	Bens/Direitos	Obrigações
Caixa		R\$ 100,00	
Móveis/Utens.		R\$ 2.200,00	
Dupl. Receber		R\$ 3.100,00	
Contas Pagar			R\$ 700,00
Aluguel Pagar			R\$ 600,00
Veículos		R\$ 1.500,00	
Capital Social	R\$ 800,00		
Reserva Legal	R\$ 150,00		
Totais	R\$ 950,00	R\$ 6.900,00	R\$ 1.300,00

3.

Fornecedores	PC
Salários e Encargos Incidentes sobre a Folha a Pagar	PC
Empréstimos para Financiamento de Ativos não Circulantes	PNC
Emissão de Debêntures	PNC
Tributos a Pagar no Ano Seguinte	PC
Tributos a Pagar Depois do Ano Seguinte	PNC
Empréstimos para Financiamento do Capital de Giro a Pagar	PC

4 Demonstração do Resultado do Exercício

1.

Receita Bruta de Vendas	R\$ 10.000,00
(-) Tributos sobre vendas	R\$ 2.558,50
ICMS de 18%	R\$ 1.800,00
PIS de 1,65% > $0,0165 \times (\text{R\$ } 10.000,00 - \text{R\$ } 1.800,00)$	R\$ 135,30
Cofins de 7,6% > $0,076 \times (\text{R\$ } 10.000,00 - \text{R\$ } 1.800,00)$	R\$ 623,20
(=) Receita Líquida de Vendas	R\$ 7.441,50
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 3.000,00
(=) Lucro Bruto	R\$ 4.441,50
(-) Despesas operacionais	R\$ 3.300,00
Despesas com Vendas	R\$ 2.500,00
Despesas Administrativas	R\$ 800,00
(=) Resultado antes dos Tributos sobre Resultado	R\$ 1.141,50
Tributos sobre Resultado:	R\$ 273,96
IRPJ 15% × R\$ 1.141,50	R\$ 171,23
CSLL 9% × R\$ 1.141,50	R\$ 102,74
Lucro Líquido do Exercício	R\$ 867,54

2.

- (4) Despesas com vendas.
- (2) Custo de produção do período.
- (6) Despesas financeiras.
- (5) Despesas administrativas.
- (3) Custo da mercadoria vendida.
- (1) Perda.

3.

Receita Bruta	R\$ 20.000,00
(-) ICMS de 12%	(R\$ 2.400,00)
Receita s/ICMS	R\$ 17.600,00
PIS 0,65% × 17.600	R\$ 114,40
Alíquota efetiva do PIS 114,40 / 20.000	R\$ 0,0057
Cofins 3% × 17.600	R\$ 528,00
Alíquota efetiva da Cofins 528,00 / 20.000	R\$ 0,0264

5 Demonstração de Lucros e/ou Prejuízos Acumulados

1.

- Reserva Legal: tem como finalidade manter a integridade do capital social.
- Reserva Estatutária: é criada de acordo com o estatuto com finalidade específica.
- Reserva para Contingência: tem por finalidade compensar a diminuição do Lucro em exercício futuro em decorrência de perda julgada provável.
- Reserva de Incentivos Fiscais: compreende uma parcela do Lucro Líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.
- Reserva de Lucros a Realizar: tem como finalidade diferir o pagamento tanto do Imposto de Renda como de dividendos e é constituída com base nos lucros contábeis e economicamente existentes, mas financeiramente ainda não realizados.

2.

Lucro Líquido do Exercício		R\$ 500.000,00
(-) Destinação do Lucro		
Reserva Legal	5% do LLE	R\$ 25.000,00
Reserva Estatutária	10% do LLE	R\$ 50.000,00
Reserva Orçamentária	8% do LLE	R\$ 40.000,00
Distribuição de dividendos	O restante	R\$ 385.000,00

3.

Saldo em 31/12/X1	R\$ 20.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 500,00	R\$ 600,00	R\$ 1.800,00	R\$ 24.900,00
Lucro Líquido X2	-	-	-	-	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Reserva Legal	-	-	R\$ 750,00	-	(R\$ 750,00)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	R\$ 1.500,00	(R\$ 1.500,00)	-
Distrib. Dividendos					(R\$ 12.750,00)	(R\$ 12.750,00)
Total	R\$ 20.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.250,00	R\$ 2.100,00	R\$ 1.800,00	R\$ 27.150,00

6 Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado

1.

Demonstração do CCL	X2	X1	Varição
Ativo Circulante	R\$ 46.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 6.000,00
Passivo Circulante	R\$ 43.700,00	R\$ 38.000,00	R\$ 5.700,00
Variações	R\$ 2.300,00	R\$ 2.000,00	R\$ 300,00

2.

1 – Receitas	R\$ 388.800,00
Receita Efetiva de Vendas (excluídas as devoluções)	R\$ 395.000,00
(–) Prejuízo na Venda de Ações de Coligadas	(R\$ 6.200,00)
2 – Insumos Adquiridos de Terceiros	R\$ 221.000,00
(–) Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 210.000,00
(–) Serviços de Terceiros (com. Fretes e Mat. Consumo)*	R\$ 11.000,00
3 – Valor adicionado Bruto (1 – 2)	R\$ 167.800,00
4 – Retenções	R\$ 6.300,00
Despesas de Depreciação e Amortização	R\$ 6.300,00
5 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia (3 – 4)	R\$ 161.500,00
6 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	R\$ 1.000,00
Dividendos Recebidos	R\$ 1.000,00
7 – Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	R\$ 162.500,00
*Serviços de terceiros são comissões de vendas a pessoas jurídicas, despesas de transportes pagas a pessoas jurídicas e material de consumo.	

3.

Saldo Inicial	R\$ 200,00
(+) Entradas	R\$ 6.700,00
Integralização de Capital	R\$ 2.500,00
Receita de Vendas	R\$ 4.200,00
(=) Disponibilidades	R\$ 6.900,00
(–) Saídas	R\$ 4.600,00
Pagamento de Despesas Administrativas	R\$ 1.200,00
Pagamento de Juros	R\$ 400,00
Pagamento de Compras de Mercadorias	R\$ 2.100,00
Pagamento de Compra de Móveis	R\$ 300,00
Despesas de Vendas	R\$ 600,00
(=) Saldo Final	R\$ 2.300,00

7 Métodos e procedimentos de análise

1.

Balço Patrimonial da Cia. Alfa		AV Analítica	AV Sintética
Ativo Circulante	R\$ 112.000,00	100,00%	58,33%
Caixa e Bancos	R\$ 20.000,00	17,86%	10,42%
Duplicatas a receber	R\$ 50.000,00	44,64%	26,04%
Estoques	R\$ 42.000,00	37,50%	21,88%
Ativo não Circulante	R\$ 80.000,00	100,00%	41,67%
Investimentos	R\$ 20.000,00	25,00%	10,42%
Imobilizado	R\$ 40.000,00	50,00%	20,83%
Intangível	R\$ 20.000,00	25,00%	10,42%
Ativo Total	R\$ 192.000,00		100,00%
Passivo Circulante	R\$ 61.000,00	100,00%	31,77%
Fornecedores	R\$ 50.000,00	81,97%	26,04%
Contas a pagar	R\$ 10.000,00	16,39%	5,21%
Financiamentos	R\$ 1.000,00	1,64%	0,52%
Patrimônio Líquido	R\$ 131.000,00	100,00%	68,23%
Capital	R\$ 110.000,00	83,97%	57,29%
Reservas	R\$ 21.000,00	16,03%	10,94%
Passivo Total	R\$ 192.000,00		100,00%

2.

Balço Patrimonial da Cia. Alfa

Contas	Ano 1	Ano 2	AH Ano 2
Ativo Circulante	R\$ 112.000,00	R\$ 130.900,00	116,9
Caixa e Bancos	R\$ 20.000,00	R\$ 18.000,00	90,0
Duplicatas a Receber	R\$ 50.000,00	R\$ 62.500,00	125,0
Estoques	R\$ 42.000,00	R\$ 50.400,00	120,0
Ativo não Circulante	R\$ 80.000,00	R\$ 78.000,00	97,5
Investimentos	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	100,0
Imobilizado	R\$ 40.000,00	R\$ 38.000,00	95,0
Intangível	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	100,0
Ativo Total	R\$ 192.000,00	R\$ 208.900,00	108,8
Passivo Circulante	R\$ 61.000,00	R\$ 68.700,00	112,6
Fornecedores	R\$ 50.000,00	R\$ 57.500,00	115,0
Contas a pagar	R\$ 10.000,00	R\$ 11.000,00	110,0
Financiamentos	R\$ 1.000,00	R\$ 200,00	20,0

(Continua)

Balanco Patrimonial da Cia. Alfa

Contas	Ano 1	Ano 2	AH Ano 2
Patrimônio Líquido	R\$ 131.000,00	R\$ 140.200,00	107,0
Capital	R\$ 110.000,00	R\$ 115.500,00	105,0
Reservas	R\$ 21.000,00	R\$ 24.700,00	117,6
Passivo Total	R\$ 192.000,00	R\$ 208.900,00	108,8

3.

- a) $R\$ 28.000,00 / R\$ 100.000,00 = 28,00\%$.
 b) $R\$ 25.000,00 / R\$ 100.000,00 = 25,00\%$.
 c) $R\$ 60.000,00 / R\$ 110.000,00 = 54,55\%$.
 d) $R\$ 28.000,00 / R\$ 110.000,00 = 25,45\%$.

8 Análise financeira

1.

Liquidez corrente	AC/PC	1,2
Liquidez geral	AC / (PC + PNC)	0,6
Liquidez seca	(AC – Estoques) / PC	0,66

2.

- a) Liquidez corrente: $R\$ 50.000,00 / R\$ 100.000,00 = 0,5$.
 b) Endividamento geral: $((R\$ 100.000,00 + R\$ 50.000,00) / R\$ 300.000,00) \times 100\% = 50\%$.
 c) Composição do endividamento: $R\$ 100.000,00 / (R\$ 100.000,00 + R\$ 50.000,00) \times 100\% = 66,66\%$.

3. Balanço Patrimonial da Cia. Celta:

L.G.	(AC + ARLP) / (PC + PELP)	(R\$ 74.360,00 + R\$ 10.000,00) / (R\$ 55.000,00 + R\$ 35.000,00)	0,937
L.C.	AC / PC	R\$ 74.360,00 / R\$ 55.000,00	1,352
L.S.	(AC – Estoques) / PC	(R\$ 74.360,00 – R\$ 27.500,00) / R\$ 55.000,00	0,852
L.I.	Disponibilidades / PC	R\$ 21.860,00 / R\$ 55.000,00	0,40
Imob.	(ANC / PL) × 100	(R\$ 71.640,00 / R\$ 56.000,00) × 100	127,93%
Comp.	(PC / Capital de terceiros). 100	(R\$ 55.000,00 / R\$ 90.000,00) × 100	61,11%
Endiv.	(Cap. terc./Passivo total). 100	(R\$ 90.000,00 / R\$ 146.000,00) × 100	61,64%
Cap. terc.	(Cap. terc./ Cap. Próprio). 100	(R\$ 90.000,00 / R\$ 56.000,00) × 100	160,71%

9 Análise econômica

1.

- O valor patrimonial das ações = $PL / Qde. \text{ ações} = R\$ 16.000,00 / 8.000 \text{ ações} = R\$ 2,00$ por ação.
- A margem das vendas = $LLE / Vendas = R\$ 4.200,00 / R\$ 21.500,00 = 0,195$, ou 19,5%.
- A rentabilidade do Ativo = $LLE / Ativo \text{ Total} = R\$ 4.200,00 / R\$ 30.000,00 = 0,14$, ou 14%.

2.

- Rentabilidade do Patrimônio Líquido = $R\$ 200.000,00 / R\$ 486.180,00 = 0,411$.
- Valor nominal da ação = $R\$ 350.000,00 / 7.800 \text{ ações} = R\$ 44,87$ por ação.
- Taxa de crescimento do Lucro Líquido = $R\$ 68.000,00 / R\$ 200.000,00 = 0,34$.

3.

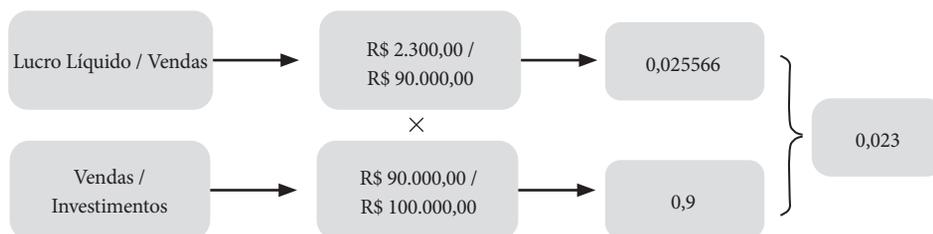
- Retorno sobre o Ativo = $R\$ 100.000,00 / R\$ 900.000,00 = 0,111$.
- Retorno sobre o Patrimônio Líquido = $R\$ 100.000,00 / R\$ 600.000,00 = 0,167$.
- Alavancagem financeira = $0,167 / 0,111 = 1,500$.

4.

- Giro do Ativo
- Rentabilidade do PL
- Rentabilidade do Ativo Total
- Margem de Vendas
- Margem EBITDA

10 Modelos de análises

1.



2.

- Custo do Capital de Terceiros = $R\$ 480,00 / R\$ 5.000,00 = 9,6\%$.
- A participação do Capital de Terceiros: 25,00% ($R\$ 5.000,00 / R\$ 20.000,00$).
- A participação do Capital Próprio: 75,00% ($R\$ 15.000,00 / R\$ 20.000,00$).
- O custo médio ponderado do capital: $CMPC = (9,6\% \times 25\%) + (11,25\% \times 75\%) = CMPC = 0,024 + 0,0844 = 10,83\%$.

3.

Quantidade de elementos de cada quartil: $28 / 4 = 7$.

O 1º quartil representa os elementos que estão abaixo da média aritmética do 7º e do 8º elementos, ou seja: 0,675.

O 2º quartil representa os elementos que estão abaixo da média aritmética do 14º e do 15º elementos, ou seja: 0,71.

O 3º quartil representa os elementos que estão abaixo da média aritmética do 21º e do 22º elementos, ou seja: 0,79.

O 4º quartil representa os elementos que estão acima do elemento 0,79.



20,796.00	3,445.00	34,557.00	345.00
2,315.00	45,534.00	7,566.00	42,456.00
38,484.00	38,484.00	38,484.00	5,345.00
16,164.00	16,164.00	16,164.00	16,164.00
15,726.00	15,256.00	33,245.00	3,423.00
2,276.00	25,726.00	54,322.00	2,342.00
18,174.00	3,423.00	23,312.00	3,423.00
55,310.00	23,312.00	8,220.00	234,423.00
31,428.00	31,428.00	31,428.00	31,428.00
14,772.00	14,772.00	14,772.00	14,772.00
16,392.00	16,392.00	16,392.00	16,392.00
15,168.00	15,168.00	15,168.00	15,168.00
58,680.00	58,680.00	58,680.00	58,680.00
13,704.00	13,704.00	13,704.00	13,704.00
15,924.00	15,924.00	15,924.00	15,924.00
51,000.00	51,000.00	51,000.00	51,000.00
46,884.00	46,884.00	46,884.00	46,884.00
37,872.00	37,872.00	37,872.00	37,872.00
512,600.00	550,009.00	3,955,090.00	2,...

Código Logístico



58739



Fundação Biblioteca Nacional
ISBN 978-85-387-6506-6



9 788538 765066

5 6 7 8 9 10